

Fio que se faz trama



Copyright © 2022, Rogério Rosa Rodrigues, Caroline Jaques Cubas, Fernanda Oliveira & Leonardo de Oliveira Conedera (org.).

Copyright © 2022, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.^ª. Dr.^ª. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Antônio Leal Oliveira (UVV) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Catherine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmar Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.^ª. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.^ª. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.^ª. Dr.^ª. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.^ª. Dr.^ª. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.^ª. Dr.^ª. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.^ª. Dr.^ª. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira (FDV) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.^ª. Dr.^ª. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.^ª. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.^ª. Dr.^ª. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.^ª. Dr.^ª. Záira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.^ª. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.^ª. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del Pais Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Miti-diero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.^ª. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Britto Pereira (UDE) • Prof.^ª. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Rogério Rosa Rodrigues
Caroline Jaques Cubas
Fernanda Oliveira
Leonardo de Oliveira Conedera
(organizadores)

Fio que se faz trama

a História do Tempo Presente e a responsabilidade na
pesquisa histórica



Editora Milfontes
Vitória, 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada

Projeto Gráfico e Editoração

Edjalma Nepomoceno Pina

Impressão e Acabamento

GM Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fio que se faz trama : a história do tempo
presente e a responsabilidade na pesquisa
histórica / Rogério Rosa Rodrigues...[et al.]. --
1. ed. -- Vitória, ES : Editora Milfontes, 2022.

Vários autores.

Outros organizadores: Caroline Jaques Cubas,
Fernanda Oliveira, Leonardo de Oliveira Conedera.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5389-021-3

1. Brasil - História 2. Brasil - Historiografia 3. Historiografia
4. Pesquisa histórica I. Rodrigues, Rogério Rosa. II. Cubas, Caroline Jaques.
III. Oliveira, Fernanda. IV. Conedera, Leonardo de Oliveira.

CDD 907.2

22-117160

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Dedicado a Luíz Felipe Falcão (in memoriam)



Sumário

Agradecimentos.....	9
Apresentação.....	11
Prefácio	27

UNIDADE I

Os tempos da História: novas perspectivas.....	37
<i>Augusto B. de Carvalho Dias Leite, Marcelo de Mello Rangel & Rogério Rosa Rodrigues</i>	
Infâncias, relações de gênero e famílias sob o enfoque da história do tempo presente	61
<i>Silvia Maria Fávero Arend, Humberto da Silva Miranda & Luciana Rosar Fornazari Klanovicz</i>	
Entre redescobertas e emergências: história pública e escritas biográficas no tempo presente.....	83
<i>Ricardo Santhiago & Viviane Borges</i>	
Um frenesi documental: arquivos pessoais no tempo presente....	103
<i>Dóris Bittencourt Almeida & Maria Teresa Santos Cunha</i>	
História Política e Tempo Presente: a justiça dos vivos	125
<i>Reinaldo Lindolfo Lohn & Mateus Gamba Torres</i>	

UNIDADE II

Histórias em Tempos Presentes: recortes, abordagens e caminhos de pesquisa 147

Igor Lemos Moreira & Kelly Caroline Noll da Silva

Por uma História do Tempo Presente: balanço teórico das pesquisas no PPGH/UEDESC 169

Carlos Eduardo Pereira de Oliveira & Carolina Wanderley Van Parys de Wit

Estudos migratórios e História do Tempo Presente: investigações e abordagens nas pesquisas em um Programa de Pós-Graduação de História 187

Leonardo de Oliveira Conedera

UNIDADE III

Tempo presente, patrimônio cultural e lutas por direitos.....209

Janice Gonçalves & Ana María Sosa González

América Latina e Tempo Presente: autoritarismo, lutas sociais e políticas de memória.....231

Mariana Joffily & Nashla Dahás

Ensino de história e história do tempo presente.....255

Luciana Rossato & Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Rebeldes e inconformistas: histórias e memórias de resistência..275

Emerson César de Campos & Mariana Mastrangelo

Narrativas históricas indígenas, africanas e afrodiáspóricas: questões e perspectivas da História do Tempo Presente291

Cláudia Mortari, Fernanda Oliveira & Luisa Tombini Wittmann

Autoras(es)..... 309

Agradecimentos

Aos membros da comissão organizadora do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente (SIHTP): Carlos Eduardo Pereira de Oliveira, Carolina Wanderley Van Parys de Wit, Gláucia de Oliveira Assis, Igor Lemos Moreira, Janice Gonçalves, Kelly Caroline Noll da Silva, Luciana Rossato e Mariana Joffily cujo apoio e participação foram fundamentais para a realização do evento, assim como para algumas das contribuições presentes neste livro. À professora Cláudia Mortari, à época chefe do Departamento de História, pela disponibilidade, sempre que foi demandado seu auxílio.

Aos comunicadores/as, conferencistas, coordenadores/as, monitores/as, pesquisadores/as e ouvintes que colaboraram, e participaram, nas atividades do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Graças a essa participação temos consolidado este evento como referência nas discussões teóricas e metodológicas sobre este emergente campo de estudo no Brasil e, com ele, a importância do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC.

Às autoras e aos autores que compartilharam os estudos que compõem os capítulos desta obra.

Ao Piter, secretário do PPGH, pela paciência, profissionalismo e afeto.

À Associação Nacional de História, seção Santa Catarina, pelo apoio. Ao Centro de Ciências Humanas e da Educação

(FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por ceder o espaço e a estrutura física para sediar o seminário. À Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos recursos obtidos por meio do Edital de Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), por reconhecer a importância do debate historiográfico contemporâneo e custear as despesas do IV SIHTP. Agradecimento dobrado à CAPES pelo financiamento desta obra.

Apresentação

*Se eu soubesse que tudo que se passa em meus
pensamentos, essa procissão de lembranças
enquanto meu cabelo vai se tornando branco,
serviria de coisa valiosa para quem quer que fosse,
teria me empenhado em escrever da melhor forma
que pudesse. Teria comprado cadernos com o
dinheiro das coisas que vendia na feira, e os teria
enchido das palavras que não saem da cabeça.*

"Torto Arado", Itamar Vieira Junior.

Com essas reflexões, Belonísia relembra seu passado, representado por imagens como “procissão de lembranças”. Se nos atentarmos para o fato de que uma procissão não se faz com apenas uma pessoa, que possui um ritual da ordem do sagrado, mas também da festa, da troca e da comunicação, nos aproximamos dos muitos significados que essa imagem possui com a memória e com a história. São todas da ordem do fluído, daquilo que pode perder-se no tempo, esvair-se da memória. O que, de alguma forma, garante a fixação da experiência vivida em uma narrativa histórica, é ser compartilhada, ritualizada, recordada por demais participantes e, após sua realização, estar disponível em documentos de acesso público, tal como o caderno que Belonísia gostaria de ter comprado para pôr em letras a procissão de lembranças que desfilava diante de sua memória.

Quando uma mulher negra e guerreira, como Belonísia, se põe a conjugar suas lembranças em modalidade verbal para

expressar desejos, probabilidades e acontecimentos, ela se encontra no limiar do tempo, ou seja, naquele instante de fronteira entre presente, passado e projeções de futuro. Momento fugidio que é o da consciência de seu papel na comunidade, da observação do seu passado e da constatação de que as coisas poderiam mudar. Por isso, lamenta não ter usado os poucos recursos que conseguiu com a venda dos produtos agrícolas colhidos na roça, para com eles comprar cadernos, e neles “escrever da melhor forma que pudesse [...] muitas histórias que serviriam de motivação para nosso povo, para nossas crianças, para que mudassem suas vidas de servidão aos donos da terra, aos donos das casas nas cidades”.¹

Como pode ser observado neste testemunho, o desejo de fixar em escrito lembranças não estava firmado na vontade de enaltecimento individual. Quem conhece a história das irmãs Belonísia e Bibiana, compreende que suas vidas foram marcadas pela tragédia, mas também pela cumplicidade e pelo amor dos pais, e que, em parte graças a essa formação, Belonísia era desprovida de orgulho pessoal. O que ela percebe é que sua história, sua determinação como mulher que sobreviveu aos desmandos dos donos da terra e dos homens que se sentiam senhores dos corpos femininos, poderia fortalecer a luta de outras mulheres e crianças, poderia virar matéria-prima para, coletivamente, mudar a vida de servidão que foi, durante séculos, naturalizada na sua comunidade. Por isso, ela expressa a vontade de tê-las registrado por escrito. É que a escrita fixa, enquanto a memória esvai-se, ou, valendo-se da outra imagem trazida pela sua sabedoria ancestral, a memória transforma-se como os cabelos se tornam brancos. Começa com um fio quase imperceptível e um belo dia os cabelos são, ao mesmo tempo, os mesmos e outros.

O desejo de Belonísia fixar suas experiências por escrito serve de mote para justificar a construção desse livro. Ele nasceu da organização do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente (SIHTP), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/

1 VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2019, p. 17.

UDESC). O evento foi idealizado em 2019 e estava previsto para ocorrer em abril de 2020. Tal como uma procissão, este seminário tinha uma regularidade. Nasceu em 2011, repetindo-se em 2014. Sua terceira edição ocorreu em 2017 e consolidou o PPGH/UDESC como referência nas discussões teóricas e metodológicas sobre a História do Tempo Presente no Brasil. Sua repetição em 2020 era esperada tanto pelos organizadores e organizadoras, como por colegas do país que viam nesse ritual acadêmico uma forma de compartilhar experiências, debater com pares e Construir redes de pesquisa e afeto. Mas uma catástrofe se interpôs entre nós: a pandemia do Coronavírus. Em março de 2020, faltando praticamente 40 dias para o IV SIHTP, um toque de recolher foi oficialmente declarado pelos poderes públicos e o afastamento social foi anunciado como a medida preventiva mais eficaz naquele momento. O que ocorreu em seguida nós sabemos: milhares de mortes por dia, virtualização do ensino e da pesquisa, crises de depressão, desemprego, perda de colegas, de amigos e de familiares.

Depois de muito prorrogar a data de sua realização na expectativa que voltássemos à normalidade, o evento ocorreu em abril de 2021 de forma remota. A cerimônia seguiu os ritos de um evento presencial. Manteve-se a estrutura de conferências, mesas-redondas e simpósios temáticos. Muitas pessoas estavam inscritas, mas, no lugar de um auditório cheio, tínhamos números registrados na tela do computador que quantificavam participações on-line. Alguma interação pelo *chat* era possível, visto que as pessoas davam “bom-dia”, elogiavam a exposição de colegas, enviavam sinais de aplausos ou corações de felicidade. E se não tínhamos um caderno para registrar o ocorrido, ao menos conseguíamos gravar as apresentações e disponibilizá-las nos canais eletrônicos possibilitados pelo avanço da tecnologia. E essa facilidade tecnológica foi colocada a serviço do evento.

Mas, antes que venham as acusações de aversão à tecnologia, é preciso registrar que a disponibilização das gravações de parte das atividades do IV SIHTP permitiu que centenas de pessoas pudessem acompanhar a programação do evento da segurança de

suas residências. Além disso, o registro das gravações nos canais eletrônicos do PPGH tem permitido o acesso às falas que, apesar da temporalidade cronológica nos avisar serem da ordem do recentíssimo, parecem fazer uma década. O que lamentamos, nesse ocorrido, foi a ausência de todas as trocas e interações que poderiam ter acontecido caso o seminário se realizasse presencialmente. Além disso, este evento sempre foi uma forma de apresentar nossa hospitalidade, as atividades desenvolvidas nos laboratórios, grupos de pesquisa, publicações e projetos. Apresentação que se transformava em novas parcerias de trabalho, que ampliava as redes de solidariedade e de articulação política, social e científica.

Na tentativa de remediar as perdas, não apenas gravamos as conferências e mesas-redondas, como também organizamos um dossiê com os textos reformulados por convidados e convidadas que estiveram presentes como conferencistas e palestrantes. A revista *Tempo & Argumento*, referência na área de História do Tempo Presente, encarregou-se da publicação, que foi disponibilizada ao público em outubro de 2021. Essas medidas buscaram prolongar nosso evento em espaços diversos (vídeo no Youtube, artigos em periódico científico), no entanto, havia ainda uma lacuna. Na estrutura dos nossos eventos, os grupos de trabalho e de debate, que nomeamos como Simpósios Temáticos, sempre ocuparam um lugar importante. Por meio deles, estabelecíamos contato direto com as pesquisas de estudantes de Pós-Graduação e de demais colegas que desejavam compartilhar resultados, mesmo quando provisórios, na expectativa de encontrar um público interessado no debate e no amadurecimento da reflexão.

Foi especificamente dessa experiência que nasceu a presente publicação. De início, docentes do PPGH/UEDESC convidaram colegas de outras instituições para coordenar um simpósio temático relacionado ao seu projeto de pesquisa. Dessa iniciativa, nasceram 13 simpósios e, no seu interior, dezenas de trabalhos foram apresentados e, cuidadosamente, debatidos e analisados. Ao todo, 31 pesquisadores e pesquisadoras atuaram na coordenação dos STs,

sendo 16 colegas do PPGH/UDESC, e 14 provenientes de outras instituições, a saber: 4 da região Sul (UFRGS, UNICENTRO, UFPEL e UNESPAR); 4 da região Sudeste (UNIFESP, UFOP, UFES e UFF); 1 do Centro Oeste (UnB), e 1 do Nordeste (UFRPE). Contamos igualmente com a presença de instituições estrangeiras representadas por 2 colegas da Argentina (UBA-UNLu/ UNdeCH), 1 pesquisadora uruguaia, naquele momento vinculada à UFPEL e, por fim, 1 historiador brasileiro que atua como professor na Itália (*Università Ca Foscari Venezia*).

A riqueza desses debates estimulou a produção de uma escrita colaborativa cuja tarefa foi refletir sobre o estado da arte em cada um dos temas propostos. Para tanto, os coordenadores e coordenadoras analisaram os problemas de pesquisa, os referenciais teórico-metodológicos, os posicionamentos político-intelectuais e, em alguns casos, os vínculos socioculturais das autoras e dos autores que submeteram resumos de suas pesquisas. Diante dos textos aqui compilados, provenientes deste exercício crítico realizado a partir dos 238 trabalhos aprovados e distribuídos nos 13 simpósios temáticos, disponibilizamos, em forma de análise historiográfica, uma amostragem que expressa o avanço dos estudos identificados com a História do Tempo Presente. Os textos disponibilizados neste livro são, portanto, fruto de reflexões e colaborações firmadas através de redes de pesquisa tramadas em parcerias acadêmicas e afinidades político-institucionais entre colegas brasileiros e estrangeiros.

A estrutura do livro foi pensada em três unidades.

A primeira unidade reúne os capítulos de cunho teórico, que apresentam estudos de caso fundamentados em pesquisas desenvolvidas pelas autoras e autores. Os textos expressam, de distintas formas, os referenciais teóricos, conceituais e metodológicos que, recorrentemente, subsidiam reflexões alinhadas à História do Tempo Presente. O que foi feito em direta conexão com o tema dos Simpósios Temáticos, seja usando a experiência das discussões apresentadas com a área de pesquisa para refletir sobre o campo de estudo, seja articulando diretamente a temática abordada com

a historiografia pertinente para, ao fim, apresentar casos de estudo das pesquisas desenvolvidas pelas/os proponentes.

O capítulo que abre o volume tem como título: Os tempos da história: novas perspectivas, escrito por Rogério Rosa Rodrigues (UDESC), Marcelo de Mello Rangel (UFOP) e Augusto de Carvalho (UFES), historiadores vinculados à produção acadêmica e atuação docente na área de Teoria da História e História da Historiografia. Os autores fazem uma apresentação da problemática do tempo na história, ressaltando que o tempo histórico é uma das muitas modalidades temporais a serem consideradas intelectualmente. Em seguida, são destacadas as questões/problemas levantadas no contexto da institucionalização da História do Tempo Presente para, ao fim, avaliar de que modo os trabalhos que foram apresentados no simpósio temático dedicado ao assunto retomam, atualizam e/ou elaboram novos questionamentos para a construção da História do Tempo Presente na atualidade. O terceiro e último momento do texto avalia a articulação das discussões e atuação da Teoria da História e da História da Historiografia com o momento atual de avanço de políticas conservadoras, mas também de pautas identitárias de grupos historicamente subalternizados. Nesse contexto, põe em destaque o posicionamento e a responsabilidade ética e política de historiadoras e historiadores diante dos problemas atuais. Em sua configuração mais geral, observamos que o texto possui um movimento interno que se inicia com um debate sobre o caráter ontológico do tempo, passando pela epistemologia, para finalizar com as respostas ético-políticas que têm marcado o momento historiográfico contemporâneo.

Em Infâncias, relações de gênero e famílias sob o enfoque da História do Tempo Presente, Silvia Maria Fávero Arend (UDESC), Humberto da Silva Miranda (UFRPE), Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO) buscam discutir as possibilidades de construção de narrativas de caráter histórico sobre os arranjos familiares, as relações de gênero e as infâncias, as adolescências e as juventudes no âmbito dos discursos, das práticas e das representações sociais sob a ótica da História do Tempo Presente. Para tanto, partem

das investigações socializadas no Simpósio Temático Relações de gênero, famílias e infâncias e evocam conceitos e categorias caros à História do Tempo Presente, particularmente referentes aos “passados que não passam”, tal como problematizado pelo historiador Henry Rousso. O capítulo traz ainda as preocupações interdisciplinares e interseccionais que caracterizam as pesquisas dedicadas a pensar as famílias, as relações de gênero, as infâncias, adolescências e juventudes, inseridas em debates sociopolíticos e econômicos de grande envergadura no Brasil desde as últimas décadas do século XX.

O capítulo *Entre redescobertas e emergências: história pública e escritas biográficas no tempo presente*, elaborado por Ricardo Santhiago (UNIFESP) e Viviane Borges (UDESC), é dedicado à produção acadêmica e às investigações das conexões possíveis entre a História do Tempo Presente e a História Pública. O mote para esse cruzamento foi articulado pela biografia e, neste capítulo, foi costurado a partir do seu entendimento como um gênero híbrido, amplo e em permanente mutação, que responde às injunções do próprio tempo e às inquietudes do sujeito de sua construção. Como bem destacado no texto disponibilizado para leitura, buscou-se discutir caminhos que possibilitaram tornar a biografia um canal de comunicação histórica, ativando memórias a respeito de sujeitos invisibilizados e também de participação a partir do entendimento da história pública como uma plataforma social na qual diferentes sujeitos, mediante seus espaços de atuação e repertório, interagem e elaboram visões sobre o passado. Como estudos de caso, Santhiago e Borges trouxeram para a leitora e para o leitor as trajetórias de artistas como a cantora Míriam Batucada e o artista plástico português José Joaquim de Almeida, o Pinho.

Um frenesi documental: arquivos pessoais no tempo presente é o capítulo escrito por Dóris Bittencourt Almeida (UFRGS) e Maria Teresa Santos Cunha (UDESC). Desde uma produção acadêmica em profundo diálogo com a prática docente no campo da Educação e da História, a reflexão que nos é proposta dialoga com a cultura de memória presente na produção de Andreas

Huyssen, referência recorrente nas discussões do campo, e a ação de *guardar* arquivos pessoais a partir de iniciativas institucionais que geram reflexões interinstitucionais. Estas, por sua vez, também nos convocam a pensar acerca da importância das redes de produção de conhecimento. Nesta elaboração que equilibra teoria e relato de experiências, ressalta-se a discussão sobre a memória e principalmente sobre as especificidades dos arquivos pessoais no que tange às fontes.

Em *História política e tempo presente: a justiça dos vivos*, Reinaldo Lindolfo Lohn (UDESC) e Mateus Gamba Torres (UNB) dedicam-se à análise histórica de eventos que envolveram a ditadura e a transição política brasileira entre as décadas de 1970 e 1980. Através deles, atentam às experiências e expectativas de grupos sociais e políticos, recorrendo às categorias cunhadas por Reinhart Koselleck. O capítulo incita a reflexão sobre o campo da história política, observado em sua complexidade e caracterizado por proposições interdisciplinares que se expressam em metodologias, problemas e abordagens. Conforme os autores, no capítulo, busca-se refletir sobre os processos políticos que marcam a sociedade brasileira recentemente, especialmente aqueles que dizem respeito às forças sociais e aos agentes que estiveram envolvidos no aparato autoritário e repressivo da última ditadura militar (1964-1985).

A segunda unidade é composta por textos de balanço historiográfico efetuado a partir de levantamentos quantitativos e qualitativos da produção discente do PPGH. Trata-se de trabalho importante, visto que, além de sistematizar informações, indica caminhos e possibilidades de pesquisa. O que pode orientar pesquisadoras e pesquisadores com vínculo com o PPGH/UDESC, mas também outros sujeitos interessados em ampliar ou renovar a *História do Tempo Presente*.

Por uma *História do Tempo Presente: balanço teórico das pesquisas no PPGH/UDESC* foi escrito por Carlos Eduardo Pereira de Oliveira e Carolina Wanderley Van Parys de Wit, ambos integrados aos laboratórios e colaboradores das atividades acadêmicas no Programa de Pós-Graduação em História do Estado

de Santa Catarina (UDESC). O texto destaca as temáticas da História do Tempo Presente (HTP) e a historiografia produzida pelos egressos do doutorado do PPGH. O autor e a autora procuram analisar os caminhos empreendidos pelas investigações que privilegiam a História do Tempo Presente no Brasil, a partir das teses de doutorado produzidas entre 2018 e 2021. O texto busca compreender como a História do Tempo Presente é operacionalizada nesses trabalhos, bem como apontar os caminhos teóricos-metodológicos selecionados, o que foi feito por intermédio do levantamento dos conceitos empregados, autores escolhidos e discussões teóricas expostas nas teses elaboradas.

Histórias em Tempos Presentes: recortes, abordagens e caminhos de pesquisa, de autoria de Igor Lemos Moreira (UDESC), Kelly Caroline Noll da Silva (UDESC), ambos doutorandos atuantes no Pós-Graduação em História do Estado de Santa Catarina (UDESC) e integrados aos laboratórios e colaboradores das atividades acadêmicas do Programa, tem como finalidade observar as transformações do perfil dos discentes do PPGH/UDESC nos últimos cinco anos. Entre as questões que orientaram a análise, constam: Como os trabalhos concluídos foram integrados às linhas de pesquisa, quais os recortes temporais e espaciais predominantes e quais temas e fontes históricas foram recorrentemente utilizadas pelas e pelos discentes? Este diagnóstico é fundamental para colocar os trabalhos desenvolvidos no PPGH/UDESC em perspectiva no contexto historiográfico nacional, em especial, diante de estudos que envolveram a pesquisa histórica em tempos recentes.

Estudos migratórios e História do Tempo Presente: investigações e abordagens nas pesquisas em um programa de Pós-Graduação de história foi produzido pelo bolsista PNPD Leonardo de Oliveira Conedera (UDESC). O texto aborda as dissertações e teses desenvolvidas no período de 2008 a 2020 que tiveram como tema de estudo questões relacionadas à imigração, problematizando as conexões das pesquisas realizadas com a historiografia nacional pertinente ao tema.

A terceira unidade é composta por cinco textos. Neles, encontramos uma análise fina dos trabalhos apresentados durante o seminário, da articulação entre demanda social e produção acadêmica, assim como um diagnóstico dos estudos identificados no campo da História do Tempo Presente articulados em temáticas como ensino de história, patrimônio cultural, autoritarismo e lutas políticas na América e narrativas indígenas, africanas e diaspóricas no presente.

O capítulo Tempo presente, patrimônio cultural e lutas por direitos foi produzido pelas historiadoras Janice Gonçalves (UDESC) e Ana Maria Sosa González (UFPEL). As pesquisadoras organizaram a análise dos trabalhos apresentados a partir de algumas perguntas norteadoras, a saber: em que medida as demandas por direitos foram ou têm sido contempladas por políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural? *Que* diálogos têm sido estabelecidos a este respeito? *Que* experiências atestam a sensibilização, nesse sentido, daqueles que atuam nos órgãos de preservação e em instituições como arquivos, centros de documentação e museus? Como as políticas públicas vigentes, no campo do patrimônio, têm sido apropriadas por grupos sociais para atender a variadas demandas de visibilização, de afirmação identitária, de garantia de direitos? Com base na valorização das percepções dos próprios produtores e transmissores dos bens culturais patrimonializados, que reinvenções do campo do patrimônio cultural têm sido vivenciadas? A partir dessas perguntas, o texto foi estruturado em três eixos: Memórias, patrimônio e experiências negras; Políticas de memória e patrimônio urbano, e Patrimônio cultural, singularidades locais e peculiaridades nacionais. Foi constatado que as discussões relacionadas à temática sobre patrimônio e História do Tempo Presente tem explorado as tensões, confrontos e disputas implicados em jogos identitários, políticas de memória e usos do passado, categorias centrais para o debate historiográfico atual e muito bem articuladas com as demandas sociais de visibilização, reconhecimento e reparação, inevitavelmente articuladas a lutas por direitos no século XXI.

América Latina e Tempo Presente: Autoritarismo, Lutas Sociais e Políticas de Memória é o capítulo seguinte, de autoria de Mariana Joffily (UDESC) e Nashla Dahás (UFRJ), ambas com experiência acadêmica e docentes na área de história contemporânea com ênfase nas ditaduras latino-americanas. O texto reflete a construção do Simpósio Temático homônimo, entremeadada com discussões acerca de dois grandes blocos de assunto que se fizeram presentes nas pesquisas de forma geral, a saber: autoritarismo, repressão e conservadorismo, e resistência, trauma e memória. A partir das pesquisas apresentadas no referido simpósio e considerando ainda as edições anteriores do evento, as autoras apresentam uma discussão sobre a cobertura e a diversidade geográfica da temática e os processos transicionais pós-ditadura no Cone Sul. Diante dos trabalhos apresentados, as autoras destacaram o empenho das jovens pesquisadoras e pesquisadores em desbravar temas, como a montagem e funcionamento da estrutura repressiva ditatorial no Cone Sul, as possibilidades e perspectivas políticas de revolução e de resistência mais comuns e singulares à região, as dinâmicas sociais da vida cotidiana em tempos de autoritarismo, a produção cultural e as quebras subjetivas em momentos críticos como os de golpes civil-militares, e ditaduras de segurança nacional e transições democráticas à luz de frágeis instituições de direitos humanos. Essas análises foram feitas mediante exercício de pesquisa que revelou transformações inéditas do exercício investigativo baseado em critérios de aproximação entre a figura do\o historiador\o e o espaço público, como empatia, alteridade e pluralidade, constitutivas do olhar historiográfico contemporâneo.

Luciana Rossato (UDESC) e Nucia Alexandra Silva de Oliveira (UDESC) são as autoras do capítulo Ensino de História e História do Tempo Presente. Como o título enuncia, a produção confere visibilidade não apenas aos trabalhos apresentados no Simpósio Temático proposto pelas referidas professoras, com experiência acadêmica e de docência junto à área de Ensino de História e História do Tempo Presente, mas, sobretudo, a relação que

vem se intensificando entre ambas as áreas a partir de proposições de pesquisas junto aos programas de Pós-Graduação. Constam no texto reflexões sobre docência, o chão da sala de aula, os temas do presente que nos informam sobre o passado e sobre futuros possíveis e os desafios enfrentados em ensinar história diante do contexto brasileiro atual. Para tal, há um adensamento em torno de questões relacionadas à temporalidade, fontes, temas sensíveis e, não poderia ser diferente, a atenção para o impacto da pandemia de covid-19 no aprendizado de estudantes. Todas essas questões articuladas com a historiografia sobre o Ensino de História e a História do Tempo Presente enquanto campos de conhecimento.

O capítulo *Rebeldes e inconformistas: histórias e memórias de resistência*, realizado por Emerson César de Campos (UDESC) e Mariana Mastrangelo (UBA), inicialmente faz um breve histórico da organização do Simpósio Temático que foi idealizado entre colegas da CLACSO junto ao professor Luís Felipe Falcão. Seu falecimento repentino, em meio à pandemia, deixou um vazio e desestabilizou a ideia de levar adiante a atividade programada. Malgrados os desafios, o trabalho aconteceu a partir da coordenação de Emerson Campos e Mariana Mastrangelo. O foco foi analisar pesquisas concluídas, ou em andamento, a respeito das memórias de resistência às experiências ditatoriais na América Latina. Transversal a essa temática, foram registrados trabalhos que articularam questões relacionadas ao feminismo, aos partidos de esquerda e às manifestações culturais. A contribuição apresentada neste capítulo aborda as evidências sobre história e memória dos movimentos de resistência aos governos ditatoriais na América Latina a partir da articulação dessas com a fundamentação teórica e metodológica da HTP.

Narrativas históricas indígenas, africanas e afrodiáspóricas: questões e perspectivas da História do Tempo Presente é o capítulo escrito pelas professoras Claudia Mortari (UDESC), Fernanda Oliveira (UFRGS) e Luísa Tombini Wittmann (UDESC). Ao problematizar os referenciais teóricos e metodológicos que fundamentaram a organização do coletivo que se fez simpósio temático com o tema que tem instigado debates e reflexões na

prática docente e de pesquisa das coordenadoras desse ST, as historiadoras apresentam o que chamam de *locus* de enunciação de cada trabalho apresentado, registrando sua contribuição para o debate contemporâneo no campo dos estudos pós-coloniais e decoloniais, mas também sua potencialidade política como denúncia e resistência diante das práticas arbitrárias de poder sobre os corpos femininos, indígenas, africanos e afrodiaspóricos. A organização das apresentações e análises dos trabalhos foram orientadas por três eixos: produção de conhecimento sobre, com e a partir do diálogo com pensamentos indígenas, africanos e da diáspora; produção e circulação de memórias contemporâneas; interseccionalidade e interculturalidade; direito de por que narrar, como e sobre o que narrar; suportes de memória; epistemologias e saberes outros. Foi observado que as pesquisas em andamento, ou concluídas no âmbito de diferentes programas de Pós-Graduação, bem como as ações pedagógicas desenvolvidas em espaços escolares, deixaram nítida a importância do combate ao epistemicídio, vigente em certa tendência acadêmica que não reconhece os saberes e fazeres de populações outras se não a europeia, branca e cristã. Na análise efetuada pelas historiadoras acerca dos trabalhos apresentados, verificou-se que a desqualificação histórica dos negros/as e indígenas, inclusive como sujeitos cognoscentes, impacta o acesso à educação de qualidade e a permanência estudantil de milhares de jovens brasileiros/as nas escolas e nas universidades. Trata-se de uma discussão que registra, de forma enfática, o desejo de produção de conhecimento histórico que se faz ao mesmo tempo como giro epistemológico na história e na historiografia. Proposta que se alicerça em conhecimentos sobre, mais também produzida por populações historicamente subalternizadas.

Ao levarmos em consideração que temos aqui uma análise que parte dos trabalhos apresentados por discentes vinculados a Programas de Pós-Graduação em todo o Brasil, que se trata de experiências de pesquisa em conexão com os debates teóricos e metodológicos da História do Tempo Presente na atualidade e,

por fim, que foram integrados aos projetos e às linhas de pesquisa desenvolvidas a partir da atuação das professoras e professores que têm pesquisas em andamento, apresentamos ao público uma contribuição ao mesmo tempo quantitativa e reflexiva sobre o campo de História do Tempo Presente no Brasil.

Nossa expectativa ao registrar por escrito os *insights*, dúvidas e considerações sobre os rumos da História do Tempo Presente no campo historiográfico nacional é colocar estas discussões em perspectiva crítica para que, desse exercício, possamos avaliar a trajetória das pesquisas/ações/posicionamentos efetuados até o momento e projetar novos desafios. Para além desse exercício crítico, fundamental para o desenvolvimento da produção do conhecimento, também esperamos que, com a concretização desta publicação, possamos coser a procissão de lembranças do desafio que foi, e continua sendo, resistir ao ataque ao conhecimento, à universidade pública, gratuita e de qualidade no mundo contemporâneo, com toques mais nefastos no caso brasileiro. Universidade que, malgrados todos os problemas, tem servido de espaço de aquilombamento para tantas Bibianas e Belonísias no Brasil.

É esse cenário de ataques da porta para fora de nossas universidades, que não raras vezes adentram os espaços acadêmicos e de resistências internas que ainda exigem a conformação dos aquilombamentos, que nos evidenciou a potência presente na referência da obra literária que tanto dialoga com a nossa ciência: *Torto Arado* e suas personagens aqui seguidamente identificadas no plural. O fizemos não para retirá-la da subjetividade tão bem construída como o reconhecimento ao autor Itamar Vieira Júnior atesta, mas para reiterar o lugar do plural e do coletivo, tão caros ao presente. Esperamos que, na leitura dos textos que seguem, a leitora e o leitor também possam se deparar com problemas que nos impulsionem a registrar e problematizar as questões que afligem o contemporâneo.

Almejamos que nosso olhar seja capaz de lhes permitir acessar as entranhas desse aquilombar de tantos diferentes

que nos exigiu reflexões como aquelas do campo do social relacionadas ao gênero na construção da narrativa. A saber, uma escrita que não seja neutra, afinal, a vida, no contexto contemporâneo, não o é (será que um dia foi?), mas também não permaneça tão excludente a ponto de solidificar-se a partir do dito universal. Foram as discussões do evento reivindicadas através de novas perspectivas de produção de conhecimento, não apenas aquelas de uma ciência moderna ocidental e de corpos outros, tampouco marcados pelos padrões ditos normativos da sociedade brasileira. Os assuntos discutidos nos convocaram a compreender que tal aspecto, além de impactar em um reposicionamento no desenvolvimento das pesquisas, também compõe a pauta dos compromissos éticos do nosso ofício. O que foi feito a partir de questionamentos e inserção de referências até então relativamente desconhecidas de parte considerável do público acadêmico. As respostas não estão prontas, estamos num caminho de construção que exige audição a essa polifonia que tem marcado as nossas universidades na última década.

Como arremate, expressamos nosso desejo de que essa publicação seja recebida como testemunho do registro das tramas que construímos em parceria com muitos e muitas que, como nós, esperam que a comunidade de historiadores e historiadoras esteja conectada às demandas sociais e políticas do nosso tempo. Trata-se de um conjunto de reflexões articuladas às narrativas históricas posicionadas, ética e politicamente com os sujeitos do presente. Exercício que se faz sem nunca esquecer o alerta do filósofo Walter Benjamin: que “os mortos também estarão em perigo se o inimigo vencer”.

E, como começamos com a sabedoria ancestral de Belonísia, convém recorrer a ela para arrematar essa apresentação:

passai a sentir fome de leitura, levava livro até para a sombra do descanso na roça. Essas histórias que encontrava nos livros e ouvia da boca do povo vão se desenrolando em minha cabeça como um novelo de malha de apanhar peixe. Quando sento quieta para costurar uma roupa velha ou levanto a enxada para devolvê-la de novo ao chão, abrindo covas, arrancando as raízes

das plantas, é que esse fio, que tem sido meu pensamento, vai se fazendo trama.²

Que saibamos tramar novas relações entre universidade e comunidade, entre história e memória, entre presente e passado. Que esse livro possa também ser fio, que se faça trama. Que possamos tramar juntas e juntos novos caminhos de pesquisa, de ação e de resistência.

2 VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Torto arado...* Op. cit., p. 17.

Prefácio

"Um senhor tão bonito", "compositor dos destinos", "um dos deuses mais lindos"... assim Caetano Veloso se refere ao tempo na canção "Oração ao tempo". A ele o compositor faz pedidos e com ele tenta entrar em acordo. Com o deus tempo todos nós, meros mortais, conversamos várias vezes ao longo de nossas vidas: em geral sentimos que ele passa rápido demais ("preciso de mais tempo"), mas também, por vezes, o percebemos como excessivamente moroso ("tomara que termine logo"). Sentimos seu trabalho na pele, nos cabelos, nas costas, nas lembranças, nas fotografias, nas cidades... nas crianças e nos velhos. Quantos sintomas e sentimentos estão relacionados com essa poderosa entidade! Saudade, ansiedade, nostalgia, melancolia, apreensão... para citar só alguns.

E nós, historiadores e historiadoras, resolvemos tomar justamente esse deus tão importante e complexo como matéria-prima de nosso ofício. Ousados/as, elaboramos metáforas para representá-lo: linhas, espirais e ampulhetas; longas, médias e curtas durações; estratos e regimes... Mas sabemos que é impossível apreendê-lo. Mesmo assim, insistimos em criar palavras a fim de dar conta de seus múltiplos contornos: periodização, cronologia, diacronia, sincronia, anacronismo, horizonte de expectativas, espaço de experiências, regimes de historicidade, atualismo... Com isso, fazemos nosso trabalho.

Por muito tempo achamos (alguns/mas ainda acham...) que o tempo podia esfriar, tal como um cadáver utilizado nos cursos de

Medicina para ensinar anatomia. Invejosos das ciências ditas exatas e naturais, queríamos deixar o tempo passar para, aí sim, chegarmos com os nossos instrumentos de análise e cortar com um bisturi suas fatias transformadas em “períodos”, “épocas” e “eras”. Na nossa doce ilusão de neutralidade, pensávamos que diante do corpo resfriado, de preferência gelado, nossas emoções não se manifestariam e os órgãos e vísceras seriam então compreendidas com rigor e exatidão.

Esquecíamos assim que os considerados “pais fundadores” da historiografia ocidental (onde estão as mães?) escreveram sobre corpos quentes. Heródoto e Tucídides, na chamada Antiguidade Clássica, narraram feitos políticos e militares da sua época, não esperaram nenhum esfriamento e, inclusive, também se aqueceram com tais narrativas, demonstrando emoções e posições políticas muito explícitas. Seus filhos (já que as filhas eram deslegitimadas como amadoras) “desnaturados”, ao delinearem os contornos da ciência histórica moderna no século XIX, esqueceram dessa genealogia, e preferiram as câmaras frigoríficas ao calor dos campos de batalha.

Desde outras tradições culturais, consideradas pouco científicas pelos europeus, os griots, figuras importantes em diversas sociedades africanas, também não temiam o fogo, e, ao invés de esfriar histórias do passado, sopravam as suas brasas, presentificando-as nas tradições orais, esquentando-as para as novas gerações, cantando os personagens e feitos dos seus povos. Mas os historiadores anatomistas preferiram, por muitas décadas, menosprezar tais saberes.

Foram as catástrofes históricas do século XX, em especial aquelas ocorridas no território europeu (pois as do “além-mar” muitas vezes nem catástrofes eram consideradas) que tornaram impossível continuar pensando nos termos da erudita e metódica historiografia da centúria anterior. A primeira guerra mundial emudeceu as testemunhas e impediu a narração, como nos ensinou Walter Benjamin. Os cadáveres simplesmente não esfriavam. Os mortos estavam de pé e assombravam os vivos. O que fazer com eles? Como continuar escrevendo sobre esse passado spectral?

A segunda grande guerra, os horrores do Holocausto, os totalitarismos de todas as ordens, os genocídios, as chacinas étnicas, as ditaduras de segurança nacional impuseram de modo ainda mais contundente a impossibilidade da aula de anatomia asséptica e gelada. Os corpos tinham feridas abertas que continuavam a sagrar, por mais que sobre tais machucaduras tentássemos colocar as bandagens do esquecimento. Era preciso lidar com elas.

No plano mais especificamente acadêmico, quem questionou essa necessidade de esfriamento da história para que ela pudesse ser estudada e compreendida de modo adequado foi a chamada História do Tempo Presente. O Instituto de História do Tempo Presente, criado na França em 1978, foi o marco institucional dessa nova abordagem. Muitos debates foram feitos em torno do que deveria ser o presente a ser analisado. Não por acaso, esse foi associado, inicialmente, ao regime de Vichy e à colaboração dos franceses com os nazistas. Era preciso que o historiador assumisse a responsabilidade por esse passado tão presente, para com esses mortos quentes que assombravam (e ainda assombram) a sociedade francesa. Não é à toa que *responsabilidade* é um termo muito associado à história do tempo presente, e aos historiadores e historiadoras que a praticam, como demonstra o título dessa bela obra que tenho a honra de prefaciar.

Esta nova perspectiva, que assumia a quentura do tempo, e a do historiador/a, foi alvo de muitas controvérsias. A principal delas: o que definiria o presente, essa fina camada entre o que já foi e o que estava por vir: um acontecimento? Um processo histórico? A presença de testemunhas vivas? O envolvimento dos/as historiadores/as? No que tange à atuação concreta desses e dessas profissionais, muitos/as tiveram que abandonar a frieza das salas de anatomia e encarar a incandescência das tribunas (da imprensa e das salas de audiência), por vezes mirando nos olhos, como testemunhas e/ou experts, possíveis perpetradores de graves violações aos direitos humanos. Como impedir que a febre subisse?

Não obstante as críticas e infundáveis tensões, o campo se estabeleceu internacionalmente, gerando redes e espaços

de autoridade, como cursos, revistas e seminários, e, também, silenciamentos (como, no caso da França, o das violências cometidas nas ex-colônias). Mais recentemente, outras tendências, também comentadas no presente livro, vieram a dialogar com a história do tempo presente como as discussões decoloniais que advogam que a colonialidade (do poder, do ser e do saber), também um “passado presente”, não se extinguiu com o fim do vínculo político colonial; e a história pública, a qual, como práxis, exige a saída dos e das profissionais de história de suas zonas de conforto e impulsiona-os/as ao diálogo com a sociedade mais ampla, inclusive com outros/as produtores/as de narrativas históricas.

No Brasil, a história do tempo presente – relacionada, inicialmente, à história oral e à renovação da história política – também provocou controvérsias, mas, pouco a pouco, se impôs como área de pesquisa e ensino legítima, atraindo grandes quantidades de estudantes. No início, a ditadura iniciada em 1964 e suas permanências após a redemocratização se tornou, de modo bastante justificável, o alvo principal de interesse. Antes praticamente interdito às historiadoras e historiadores, o período parecia ser reduto exclusivo de profissionais das Ciências Sociais, da Economia e do Direito. Esses e essas sim podiam incendiar debates sobre o colapso do populismo, o fracasso das esquerdas, as políticas econômicas da ditadura e a justiça de transição. Mas, progressivamente, e com grande qualidade analítica, fomos demonstrando que a perspectiva histórica é fundamental para que tais discussões ganhem concretude, especificidade e, sobretudo, espessura temporal. Alívio! O calor dos debates do presente não danificava a nossa capacidade de analisar com rigor e profundidade. Por vezes, ao contrário, contribuía para uma reflexão mais densa a respeito de nossos referenciais teóricos e instrumentos metodológicos.

Além de acontecimentos relativamente recentes da história política do país, como a ditadura, a história do tempo presente brasileira vem lidando com as marcas e ressignificações de passados bem mais distantes na atualidade, como o genocídio dos povos originários e a escravização de africanos e descendentes de africanos.

Nesta perspectiva, a noção de passados presentes toma significados políticos e intelectuais relevantes, incitando debates, os quais se originam não somente de agendas acadêmicas, mas também, e sobretudo, das lutas dos movimentos sociais, em especial indígena e negro, por reconhecimento, plena cidadania e direitos. Nesse caso, o calor das ruas, dos “corpos em aliança”, para citar Judith Butler, entram pela janela e aquecem os gabinetes de pesquisa, as salas de aula, os arquivos, as bibliotecas, os museus e os auditórios, físicos e virtuais, onde eventos acadêmicos acontecem. Calor que estimula novos questionamentos sobre a formação histórica do Brasil, muitos deles presentes nas páginas deste livro.

Nessa cartografia, o Programa de Pós-Graduação em História da UDESC ocupa um espaço por demais relevante. Em 2007, teve o seu Curso de Mestrado reconhecido pela CAPES e, no ano de 2014, a primeira turma do doutorado iniciou suas atividades. Corajosamente, os e as criadores/as do Programa optaram por uma delimitação mais precisa da sua área de concentração, ao contrário das genéricas designações “História Social” ou “História Cultural” adotadas por outros programas congêneres, voltando-se justamente para a História do Tempo Presente. Desde então, a produção de seus docentes e discentes tem contribuído sobremaneira para a configuração e as discussões do campo, desde diferentes ângulos de análise, que vão, como poderão constatar os e as leitores desta obra, da história política ao ensino de história, passando por patrimônio, questões de gênero e étnico-raciais, entre outros enfoques.

Duas ações muito contribuíram para esse destaque do PPGH-UDESC: a criação, em 2009, da revista *Tempo e Argumento*, suporte e agente fundamental dos debates sobre história do tempo presente no país, além de divulgadora dessa produção em outros contextos nacionais, e os seminários internacionais História do Tempo Presente, cuja primeira edição ocorreu em 2011. Nestes eventos, destacadas autoridades nacionais e internacionais no campo e pesquisadores/as iniciantes, sobretudo mestrandos/as e doutorandos/as, têm a oportunidade de discutir as grandes questões e as agendas recentes da área. Nas conferências, mesas-redondas e

simpósios temáticos o calor característico de Florianópolis deixa de ser um fator puramente climático e aquece corações e mentes que se voltam para a análise e compreensão desse inefável presente.

Este livro, que leva o expressivo título de “Fio que se faz trama: a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa histórica”, organizado com esmero por Caroline Jaques Cubas, Fernanda Oliveira, Leonardo de Oliveira Conedera e Rogério Rosa Rodrigues, é fruto dessa trajetória de trabalho coletivo. Ele resulta das reflexões realizadas nos simpósios temáticos ocorridos no IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente, previsto para acontecer em 2020 e adiado, como tantas outras coisas em nossas vidas pessoais e profissionais, para 2021, em função da pandemia de Covid-19, quando ocorreu de modo virtual.

Neste caso, mais uma vez o tempo presente se impôs a qualquer pretensão de frieza do “objeto” e do “sujeito” de pesquisa aspirada pelos e pelas colegas anatomistas. Como escrever história quando uma tragédia causava a morte de ao menos 650 mil brasileiros e brasileiras (e sabemos que esse número é muito maior em função da notória subnotificação dos casos)? De que modo falar de passados quando um governo presente implanta seu plano macabro de darwinismo social, chamando aqueles que adoecem de “maricas”, “fracos” e sem “histórico de atleta”? Por outro lado, esses passados que constituem a nossa história mostraram que não “estávamos todos e todas no mesmo barco”, e que o vírus agia em consonância com as desigualdades de raça e classe; mas também as possibilidades de resistência e de agência de grupos subalternizados que historicamente precisaram se organizar para sobreviver e construir um mundo mais digno.

A obra agora disponibilizada aos leitores e leitoras é fruto deste contexto do qual ainda precisaremos fazer o luto. É, igualmente, um ato de resistência, ao evidenciar a importância do trabalho coletivo em um mundo neoliberal marcado pela valorização das carreiras individuais. Aqui não há cientistas dissecando cadáveres resfriados e expondo a seus estudantes vísceras e órgãos inertes. Há, sim, páginas quentes, temas pulsantes, discussões candentes,

*Rogério Rosa Rodrigues, Caroline Jaques Cubas,
Fernanda Oliveira & Leonardo de Oliveira Conedera (org.).*

docentes e discentes trabalhando juntos/as, mortos que ainda tem muito a dizer ao presente, vivos que se dispõem a contar e a ouvir. Ao invés da mão que disseca, múltiplas mãos que tecem em conjunto, compondo tramas representativas de diversas facetas do nosso presente, as quais, esperamos, possam indicar possibilidades de futuros mais felizes e justos.

Benito Bisso Schmidt¹

¹ Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP. Professor Titular do Departamento de História da UFRGS.



UNIDADE I



Os tempos da História

novas perspectivas

Augusto B. de Carvalho Dias Leite

Marcelo de Mello Rangel

Rogério Rosa Rodrigues

Introdução ou as várias perspectivas do problema do tempo

O *tempo* é um conceito fundamental para qualquer definição da palavra *história*. Como argumentou Frank Ankersmit,¹ sobretudo a partir da ideia de história moderna, motivada pela visão de mundo historicista, reconheceu-se que o tempo é uma de suas categorias mais elementares, e é improvável que se conteste a centralidade de elementos temporais na constituição do mundo histórico.² Isto posto, objetivando a devida compreensão do eixo que ata os fenômenos do tempo e da história, Reinhart Koselleck formalizou um tipo particular de elaboração do fenômeno mais geral do tempo, nomeado por ele como “tempo histórico”. Assim, o conceito de “tempo histórico” reuniu teoricamente aquilo que já se encontrava concretamente justaposto pela historiografia moderna e pela filosofia do

1 Cf. ANKERSMIT, Frank. *Meaning, truth and reference in historical representation*. New York: Cornell University Press, 2012.

2 Ver também a obra coletiva organizada por Peter Koslowski: KOSLOWSKI, Peter (org.). *The discovery of historicity in german idealism and historicism*. Berlin: Springer, 2005.

historicismo, a saber, o tempo e a história. Em uma tentativa bem-sucedida e metateórica de explicar tanto a compreensão histórica quanto a operação historiográfica, Koselleck afirma que a tensão entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” organiza todos os tempos da história.³

Após a boa recepção de sua teoria do “tempo histórico”, Koselleck se tornou unânime entre os historiadores. Fascinados com a praticidade e utilidade dessa metateoria da temporalidade histórica, assumindo, assim, o que é o tempo e qual é a sua natureza, historiadores e filósofos da história dedicaram toda atenção ao que pode ser chamado de semântica do tempo, quer dizer, às maneiras de se representar linguisticamente fenômenos temporais, sem perder de vista os devidos limites de toda representação narrativa. Esses problemas de ordem epistemológica foram sustentados por um longo debate em torno das obras de Arthur Danto, num primeiro momento, e Hayden White, num segundo momento, bem como, de certo modo, pelas teses hermenêuticas da filosofia alemã.⁴ No entanto, e a despeito do valor dessas discussões, encobriu-se, no âmbito da teorização sobre a história, a relevância de outras perspectivas sobre o significado da palavra tempo ou sobre o que pensamos saber sobre a sua natureza.

Tempo, antes de mais nada, é um termo polissêmico, multicultural e muito antigo. Carlo Rovelli, em *A Ordem do Tempo*, lembra-nos que embora, hoje, a física detenha o monopólio provisório da descrição da natureza do tempo, outros pontos de vista elaboraram inúmeras explicações para determinadas questões relacionadas à temporalidade que fogem do escopo físico.⁵ Além do mais, ainda que a antropologia determine aspectos finitos ao fenômeno da temporalidade humana, a teologia demonstra que o fenômeno infinito da eternidade não

3 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica os tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

4 Cf. KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist philosophy of historiography*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

5 Cf. ROVELLI, Carlo. *L'ordine del tempo*. Milano: Adelphi, 2017.

pode ser menos concreto. Por mais que a sociologia explique os processos de aceleração de nossa percepção do tempo, a psicologia e a neurociência, por outro lado, demonstram que a percepção da duração temporal pode ser condicionada por variantes biológicas ou mesmo motivada por estados alterados da consciência. Isto é, mesmo que a metateoria de Koselleck seja útil para conferir diagnósticos e interpretações consistentes sobre como determinada época ou evento construiu sua autoimagem ou autocompreensão temporal, ou melhor, como determinada época experimentou o tempo, há uma imensa diversidade de formas de se definir a palavra tempo. Cada uma dessas perspectivas se refere a certos fenômenos de ordem temporal e a problemas específicos, todos relacionados à ideia mais ampla de tempo, mas que nem sempre são conectados entre si. O “tempo histórico” de Koselleck, portanto, não deve se confundir com uma teoria categórica do tempo. Em seu texto mais conciso sobre o tema, *‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativas’: duas categorias históricas*, de 1975, a propósito, Koselleck, em nota, presta contas da origem de suas ideias, referenciando suas fontes: a antiga teologia psicológica de Agostinho de Hipona, a ontologia do tempo e da historicidade de Martin Heidegger, e, por último, a não menos importante metateoria da fusão de horizontes históricos de Hans-Georg Gadamer.⁶

Naturalmente nada disso ofusca a genialidade da metateoria de Koselleck, mas lembra ao historiador que o conceito de “tempo histórico” não esgota a discussão em foco, pois há ainda muito a se conhecer sobre as relações teóricas entre a história e o tempo. O próprio Koselleck, aliás, dedicou-se a outros aspectos da relação entre tempo e história, notadamente ao caráter recursivo do “tempo histórico”.⁷ Das variadas possibilidades de conceber os significados do tempo para a história, novas perspectivas sobre essa relação podem ainda surgir.

6 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado... Op. cit.*, p. 363.

7 Cf. *Idem. Uma latente filosofia do tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

Uma análise crítica da temporização do tempo histórico verificada nas comunicações apresentadas no Simpósio Temático 10 (ST-10)

O ponto de vista do historiador enriquece quando se compreende o solo teórico sob o qual se ergue todo edifício historiográfico. Entre os conceitos mais evidentes para o qual o historiador deve sua atenção está, como já mencionado, o tempo. E é natural que, do ângulo historiográfico, o tempo seja, então, temporalizado. Quer dizer, ao historiador, mais do que a qualquer outro, cabe a historicização do tempo. Não obstante, a historicização do tempo é somente um dos possíveis trabalhos a serem feitos, cuja meta é o devido esclarecimento das raízes que sustentam a própria ideia de tempo. A observação física, metafísica e ontológica, as investigações sociológicas, antropológicas e psicológicas fazem parte, igualmente, do domínio sob o qual o teórico da história pode também debruçar-se.

Entre as perspectivas apresentadas no Simpósio Temático 10 (ST-10) do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente sob o título: Os tempos da história: novas perspectivas, surgiram questões de ordem recente, mas também outras que não são novas, apesar de sua permanente relevância: história e psicanálise, a temporalidade do trauma, tempo e narrativa histórica, gênero e temporalidade, tempo e historiografia, usos do passado e do tempo histórico, temporalidade e ensino de história, a experiência do tempo na modernidade, aceleração do tempo histórico, tempo e crise, tempo e tecnologia, tempo e meio ambiente, temporalidade no antropoceno, tempo e existência humana, tempo e ontologia. A pluralidade de perspectivas abala nossas convicções sobre o que sabemos sobre o tempo, ajuda a aparar as arestas de nossa imagem do mundo histórico, auxilia na tarefa de justificar em que medida a história e a historiografia se relacionam com os aspectos existenciais gerais da realidade e proporciona um solo teórico para avaliações ético-políticas de toda sorte.

As apresentações elevaram o debate em torno do caráter temporal da história ao realizar o difícil trabalho da crítica, isto

é, ao tratar dos limites de cada uma das perspectivas aventadas. Tornou-se patente, ao final dos debates efetuados durante a apresentação das comunicações, que não apenas se deve circunscrever de maneira a mais precisa possível as implicações de cada prisma que se deriva do problema mais geral do tempo, como também verificamos que, da análise de cada aspecto do tempo, reconhece-se o seu papel em uma dinâmica que podemos chamar de histórica. Posto que o princípio motivador do ST-10 foi a hipótese de que há muito a se descobrir sobre as relações entre tempo e história, por fim, confirmou-se o que era um pressuposto por meio das demonstrações de cada apresentação.

A História do Tempo Presente (HTP) em movimento

Institucionalizado na França no final da década de 70 do século XX, o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) nasceu como sintoma de uma época. Nas palavras de seu primeiro diretor, François Bédarida, o IHTP estava sintonizado com o espírito das transformações sociais, científicas e políticas do momento. Entre elas: “o retorno vigoroso da história e da memória, uma busca ansiosa de identidade, a crise dos paradigmas das ciências sociais, enfim, um presente cheio de incertezas em relação a si mesmo e ao futuro num mundo que não sabia mais se iria desembocar em Prometeu ou em Pandora”.⁸

Desde sua institucionalização, os desafios para se fazer HTP foram se alterando de acordo com as próprias transformações historiográficas, assim como pelas demandas sociais das gerações vindouras. Em pequeno livro de síntese, originalmente publicado em 1992 e intitulado *Questões para a História do Tempo Presente*, os organizadores, Agnès Chauveau e Philippe Tétart, resumem as questões/problemas daquele contexto da seguinte forma:

em sua relação com a história, na sua maneira de fazer história
– de fazer a história – e o homem, o cidadão, intervêm como o

8 BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000, p. 219.

cientista. Qual é então a parte de 'verdade' não histórica? Qual pode ser a natureza da deformação da análise e que elementos concorrem para esta deformação? Quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e os contextos históricos? Qual é a sua parte de responsabilidade na emergência e na afirmação dos movimentos históricos e historiográficos? Enfim, há uma responsabilidade do historiador em seu papel cada vez mais valorizado de comentarista do presente e do imediato?⁹

Os desafios impostos ao programa da HTP na década de 90 eram, em sua maioria, dilemas da própria historiografia da época, sendo a questão da chamada verdade histórica um dos mais destacados. Qual a responsabilidade social do historiador/a diante de fatos que contrariassem suas convicções? Ele/a estaria mais suscetível a deformar e omitir informações que colegas dedicados ao estudo de períodos cronologicamente mais recuados? O fato de ser testemunho e sujeito do acontecimento não inviabilizaria uma análise “imparcial” do fato e acabaria por beneficiar esta ou aquela ideologia política? Em síntese, o problema central estava no questionamento sobre a responsabilidade social do historiador/a diante do presente. Ao observar o roteiro de questões que foram destinadas aos historiadores/as para delas extrair uma espécie de programa, ou agenda, para se fazer HTP, observamos que o inventário de dúvidas era maior que o das respostas. Jean-Pierre Rioux, por exemplo, se propôs a responder à pergunta retoricamente formulada: Pode-se fazer uma História do Tempo Presente? Coube a ele também estabelecer as fronteiras entre história e jornalismo. René Rémond debateu o retorno do político no interior da HTP; Jean-Jacques Becker analisou as relações entre marxismo e comunismo na história recente; as conexões entre ideologia, tempo e história foram analisadas por Jean François Sirinelli; Jacques Le Goff refletiu sobre a posição de um medievalista diante do presente, e Robert Frank interrogou o arquivo do historiador, problematizando o acesso e os usos das fontes. A síntese incorporada ao final do livro foi feita pelos historiadores Serge Bernstein e Pierre Milza. O diagnóstico

⁹ CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 7.

efetuado por eles merece evidência como um testemunho de época. Foi destacado que:

como os outros historiadores, o historiador do tempo presente está preocupado com o peso esmagador do passado, às vezes remoto, no qual se situa o princípio de toda explicação histórica. Como eles, ele é obrigado a cercar uma multiplicidade de fontes para aí encontrar o necessário confronto entre múltiplas abordagens que, sozinhas, legitimam a veracidade do fato, tecido inexcedível de toda reflexão histórica.¹⁰

Como pode ser observado nas citações acima, bem como no sumário do livrinho/manifesto de Chauveau e Tétart, as questões centrais enfrentadas na largada da HTP eram pensar as imbricadas conexões entre história e memória, a questão da objetividade e verdade histórica, se era possível historicizar o imediato, em como estabelecer fronteiras entre história, jornalismo e sociologia, assim como, debater os desafios colocados pela documentação sigilosa, ou mesmo confidencial, que tratava de personalidades ou situações políticas traumáticas do século XX. A questão do arquivo era uma preocupação fundamental naquele contexto. Outra pauta importante dizia respeito à responsabilidade ética do historiador e da historiadora ao se pronunciar sobre sujeitos, ações e acontecimentos cujas testemunhas estavam vivas ou tinham herdeiros e herdeiras sob plantão. Como bem resumido por François Bédarida, “pesquisa sobre o tempo presente, função social de expertise e responsabilidade social do historiador caminham lado a lado”.¹¹

É interessante observar que a questão colocada por nós neste simpósio – os tempos da história – não estava na ordem do dia das discussões acerca da emergência da HTP no seu processo de institucionalização. Como já afirmado, a problematização da temporalidade histórica não é nova, mas essa questão tem reacendido a comunidade de historiadores e historiadoras no

10 BERNSTEIN; MILZA *apud* CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 128.

11 BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador Expert. *In*: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 145.

século XXI e convidado a repensar as balizas teóricas, a alargar o repertório das questões e a revisitar os múltiplos sentidos de tempo na história, assim como a ampliar a discussão sobre tempo histórico propriamente dito.

Em função disso, aproximar o olhar para as propostas apresentadas no ST-10 se apresenta como uma empreitada reflexiva que ajuda a pensar o todo. Isso porque são trabalhos produzidos, em sua maioria, por estudantes de Pós-Graduação. Trata-se de uma radiografia, ainda que com amostragem diminuta (19 trabalhos) diante do contexto da Pós-Graduação no Brasil, mas que merece ser colocada em perspectiva, pois nos oferece índices interessantes para verificarmos como a questão dos tempos da história e do tempo histórico estão em debate no interior de pesquisas mais amplas dentro dos PPGs, assim como quais são os autores, categorias e problemas mais mobilizados pela comunidade historiadora quando o assunto é colocado em pauta.

Uma questão de ordem nesse debate é pensar que o evento foi organizado por colegas vinculados a um Programa de Pós-Graduação que tem como área de concentração a HTP, portanto, era esperado que os trabalhos girassem em torno da teoria da história, mas também que o recorte cronológico das propostas apresentadas se concentrasse em estudos de caso mais dedicados ao século XX. Propostas que dialogam com demandas sociais do imediato, como o avanço das ideologias conservadoras, as pautas de reivindicações de movimentos sociais acerca das questões de gênero, classe e raça, o debate sobre o destino do planeta diante dos anúncios cada vez mais aterradores do aquecimento climático, sem contar a emergência de uma pandemia que sacudiu a vida social, política e científica em 2020. Nesse contexto, categorias como memória, trauma, identidade, patrimônio e testemunho, comuns aos primeiros anos da HTP, seguem na pauta das pesquisas, ao mesmo tempo em que temas como usos do passado, negacionismo e pós-verdade têm emergido nas pesquisas, eventos e publicações de historiadores e historiadoras.

Nesse sentido, os trabalhos apresentados no ST-10 dizem respeito a um debate teórico, mas também envolvem questões sociais e políticas contemporâneas, em especial relativas ao papel ético e político do historiador e da historiadora no presente. As novas reflexões, questionamentos e possibilidades de analisar o tempo histórico são também posicionamentos políticos que buscam respostas e tentam renovar a própria historiografia experimentando novas interpretações, novos cruzamentos e novos problemas para a questão dos tempos e das temporalidades históricas.

Breve mapeamento dos trabalhos apresentados

O perfil dos/as apresentadores/as e dos temas apresentados no ST-10 sinaliza para as conexões entre os debates emergentes em teoria e história da historiografia nos programas de Pós-Graduação da atualidade. Dos 20 inscritos, 11 eram do sexo masculino masculino, e 9, do feminino. Dos 19 resumos aprovados no ST-10, 18 eram de pesquisadores/as da área de história. Quanto à titulação, 9 eram doutores, 6 discentes de programa de doutorado em história e 4 estavam cursando o mestrado em história. Embora o evento tenha ocorrido de forma remota, a maior parte dos PPGs dos pesquisadores e pesquisadoras eram provenientes da região Sul, (UDESC, UFSC, UFPR, UFRGS, UEPG) e sudeste (UFOP, UFES, UFU, UNICAMP). Apenas uma apresentadora era da região Centro Oeste (IFMS). Entre as explicações para essa concentração regional temos a forma como o evento foi idealizado. No momento de submeter os resumos para o ST os/as pesquisadores/as tinham como horizonte o deslocamento até Florianópolis, pois o evento foi inteiramente organizado para ocorrer de forma presencial. Mas, no meio do caminho, tivemos uma pandemia. E isso alterou tudo: mudança na data de realização do seminário, novo pedido de confirmação da presença dos aprovados/as e, principalmente, realização do evento de forma remota. Fosse ele idealizado 100% on-line desde a submissão dos resumos, o alcance em nível nacional possivelmente seria outro e, quiçá, a distribuição regional dos trabalhos aprovados teria outro perfil.

Outra constatação feita a partir desses números é que a preocupação com as dimensões teóricas da temporalidade histórica tem ocupado a pesquisa acadêmica em todas as suas pontas (do discente recém-ingresso até o professor/a pesquisador credenciado na Pós-Graduação). O fato de termos trabalhos de mestrado e doutorado em desenvolvimento sobre o assunto, ou ao menos com essa questão em debate nas pesquisas realizadas, registra uma tendência importante nas pesquisas atuais, sinalizando para a crescente problematização, no campo da história da historiografia e da teoria da história, da temporalidade histórica em confluência com as dimensões epistemológicas, políticas e sociais contemporâneas.

Entre os/as apresentadores/as, 70% fizeram referência a autores como Reinhart Koselleck e François Hartog. Quando isso não ocorreu de forma nominal, apareceu indiretamente por meio das categorias desenvolvidas por esses historiadores: espaço de experiência e horizonte de expectativas (Koselleck), regime de historicidade (Hartog). A discussão sobre memória, história e literatura mobilizou as discussões desenvolvidas pelo filósofo Paul Ricoeur. A categoria de antropoceno, tal como problematizada por Dipesh Chakrabarty, também merece registro, pois indica uma discussão que tem avançado na teoria da história, deixando de ser restrita a pesquisadores/as da história ambiental. Michel de Certeau, historiador outrora muito citado nos estudos de teoria e historiografia, foi referencial para apenas um dos trabalhos apresentados. No campo da filosofia, as citações mais explícitas foram feitas a Walter Benjamin, Derrida e Heidegger. Na interface da história com a psicanálise, Freud e Lacan foram acionados.

As temáticas e categorias analisadas para explorar as dimensões temporais da história envolveram tanto elementos do ensino de história, da teoria da história, da história social e da história política. Indicando novas reflexões teóricas no campo da HTP, tivemos as reflexões sobre os usos do passado, negacionismos e história ambiental. É o que se verifica nos estudos de João Pedro

Garcez e Vicente da Silva Detoni.¹² A reflexão sobre tempos históricos, HTP e ensino de história foi destacada por Nara Rúbia de Carvalho Cunha. A distopia, outro tema emergente no século XXI, foi objeto da reflexão proposta por Letícia Ruoso Wehmuth.¹³ As questões relacionadas ao feminino ganharam relevo nas pesquisas realizadas por Ana Paula Santana e Julia Helena Dias. Identidade étnica, globalização e ambientalismo foram tematizados por Renato de Araújo Monteiro.¹⁴

Eduardo Gomes Silva debateu categorias como trauma e sintoma, articulando as reflexões do campo da psicanálise com a história. Jó Klanovicz mobilizou as recentes discussões da história ambiental, especialmente as provocações levantadas por Dipesh Chakrabarty, para refletir sobre o impacto da categoria de antropoceno na concepção de tempo histórico, em particular, na HTP. O passado traumático também foi objeto de estudo de Marina Lis Wassmansdorf.¹⁵ Ela analisou casos de crianças desaparecidas durante a ditadura militar Argentina.

12 O texto de João Pedro Garcez foi publicado nos Anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Cf. GARCEZ, João Pedro. O negacionismo climático no Antropoceno brasileiro: as políticas do tempo em *A Farsa Ianomâmi* (1995), *A Máfia Verde* (2001) e *Psicose Ambientalista* (2012). IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/938/678>.

13 O texto de Letícia Wehmuth foi publicado nos Anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Cf. WEHMUTH, Letícia Ruoso. Futuro incerto: uma análise de *Neuromancer* de William Gibson como sintoma da Crise no Tempo. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/934/682>.

14 O texto de Renato de Araújo Monteiro foi publicado nos Anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Cf. MONTEIRO, Renato de Araújo. Entre o ambientalismo e a “crise de identidades”: da contra-dição entre as experiências modernas de tempo e espaço. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/1024/680>.

15 O texto de Marina Lis Wassmansdorf foi publicado nos Anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Cf. WASSMANSDORF, Marina Lis. Tempos de restituição: o passado traumático no caso das crianças desaparecidas pela ditadura militar argentina. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/997/681>.

Ao problematizar o uso de exames de DNA para comprovação de paternidade, abordou uma questão desafiadora na discussão sobre os tempos da história, que é sua dimensão genética em articulação com a memória social. A dimensão do papel social do historiador/a no presente foi debate transversal na maioria das apresentações orais no ST-10, com destaque para o trabalho apresentado por Henrique Schlumberger Vitchmichen,¹⁶ Marcelo de Mello Rangel,¹⁷ Kawanni dos Santos Gonçalves¹⁸ e Magno de Oliveira Cruz.¹⁹ Na mesma toada, incluímos os trabalhos apresentados com recorte de tempo histórico, HTP, gênero e feminismo, tal como abordado por Ana Paula Silva Santana, em análise sobre a readaptação da obra *Beatriz*, de Gonçalves Dias, no século XX; a experiência histórica das mulheres no ensaio de Virginia Woolf problematizado por Julia Helena Dias, e a discussão que Letícia Ruoso Wehmuth efetuou sobre distopias no cenário contemporâneo. Consoante com a proposta do ST-10, todas as propostas de trabalho mobilizaram e problematizaram categorias teóricas que colocam em discussão o sentido de tempo

16 O texto de Henrique Schlumberger Vitchmichen foi publicado nos Anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Cf. VITCHMICHEN, Henrique S. O tempo histórico: possibilidades historiográficas. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em : <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/913/677>.

17 Uma versão ampliada da apresentação de Marcelo de Mello Rangel foi publicada no dossiê especial da Revista Tempo & Argumento. Cf. RANGEL, Marcelo de Mello. Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. *Tempo & Argumento*, p. 2-27, 2021 [número especial]. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/21751803nc2021e0110/13523>.

18 O texto de Kawanni dos Santos Gonçalves foi publicado nos Anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Cf. GONÇALVES, Kawanni dos Santos. Emergência do Sesc Cadeião Cultural (Londrina, PR – 2014): o tempo das revitalizações. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/984/679>.

19 O texto de Magno de Oliveira Cruz foi publicado nos Anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Cf. CRUZ, Magno de Oliveira. “Paisagens em transe”: experiências e transformações no espaço citadino feirense sob o viés da aceleração da história e do tempo (1910 -1960). IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/1009/690>.

e temporalidades na, e da história. No entanto, foi Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite quem trouxe uma reflexão mais metateórica sobre o conceito de tempo na filosofia e na história.

Outro elemento a refletir a partir das análises propostas no ST-10 é a problematização da própria ideia de presente. O presente é uma lacuna ou é transição?²⁰ É passado que se faz presente, ou futuro desejado? É um tempo próprio ou apenas uma fronteira entre passado e futuro? É possível conjugá-lo no singular ou sua realidade é sempre mais do que aquilo que se apresenta aos contemporâneos? Quantos, e quais passados, habitam o presente? Como os passados emergem, passam ou permanecem em conexão direta com o presente? A que ritmo, constância ou regularidade os tempos históricos, que identificamos com o passado, invadem o presente? A problematização da ideia de presente e sua conexão com o passado histórico é talvez uma das mais importantes contribuições da HTP na atualidade. Junto a ela, vem a discussão sobre as possibilidades de fazer história no momento mesmo em que ela está se desenrolando, se é possível ser testemunha e historiador/a sem com isso comprometer o rigor da análise.

Quando historiadores/as de dentro do campo levantam essa questão, eles mobilizam um problema emergente quando da institucionalização da HTP no campo historiográfico no final dos anos 70 – o da responsabilidade ética do trabalho efetuado pelos/as historiadores/as –, mas Atualizam os problemas e ampliam as reflexões com os referenciais teóricos e as demandas sociais do século XXI. Eugenia Allier-Montañó fala, por exemplo, em presente histórico, que ela faz questão de registrar que não pode ser confundido com o imediato ou com o agora, pois o presente histórico é um “lapso de tempo mais amplo, que está vinculado à existência das gerações que experimentaram um evento”. Assim

20 Uma reflexão no campo da teoria da história sobre o sentido ontológico do presente foi publicada na revista *Tempo & Argumento*, de autoria de Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite. Cf. DE CARVALHO, Augusto. A estrutura ontológica do tempo presente. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 24, p. 43-63, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018043/8519>.

como ao presente histórico no qual o historiador/a é “coetâneo, ao ser coetâneo de ao menos uma das gerações que o viveram”.²¹

No esforço de convergir os desafios e potencialidades entre história pública e História do Tempo Presente, Rogério Rodrigues e Viviane Borges identificam o presente histórico como o que denominaram de terceira margem temporal. Valendo-se da metáfora do tempo como rio, eles afirmam que o ponto em comum entre os dois campos está na “atenção aos desvios, aos ritmos e às margens dos tempos do passado que não passa, do presente que ora parece estacionar, ora parece escapar rumo ao futuro incerto, ora, por fim, se vê invadido por correntezas provindas de águas remotas estacionadas em outros afluentes”.²²

A temporalização do presente também foi analisada por Christian Delacroix ao afirmar que: “a HTP, debatendo-se com um presente trabalhado por temporalidades múltiplas, é confrontada com a difícil gestão dessa multiplicidade, mas sem dúvida um pouco mais do que outra história”.²³ Na mesma toada de colocar a ideia de presente em evidência, François Dosse destaca:

como podemos constatar, o presente não é mais visto em nosso tempo como um simples lugar de passagem contínua entre um antes e um depois, mas, tal como concebido por Hannah Arendt, como uma ‘lacuna’ entre passado e futuro. Essa noção de ‘lacuna’ pode traçar melhor o que o presente pode revelar de descontínuo, de ruptura e de início. Ela remete à noção geracional que permite estruturar a experiência do presente no plano coletivo.²⁴

Em síntese mais recente, e muito referenciada no campo de estudos da HTP dado o esforço do historiador em mostrar a singularidade dos estudos em HTP no espectro historiográfico geral, Henry Rousso afirma que:

21 ALLIER-MONTAÑO, Eugenia. História do Tempo Presente na América Latina (entrevista). In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade. *História pública e História do Tempo Presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 172.

22 RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade. *História pública e História do Tempo Presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 8.

23 DELACROIX, Christian. A História do Tempo Presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 72, 2018.

24 DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, p. 20, 2012.

sua proposta [a da História do Tempo Presente] não é simplesmente tomar distância do acontecimento traumático a fim de poder interpretá-lo, mas mais ainda de captar os efeitos a curto e médio prazo, de forjar ferramentas para ler o que se pode chamar de instante seguinte, de vida depois, de *afterlife* em inglês, ou seja, o prolongamento do choque inicial e a maneira de adaptar-se a ele. Nessa perspectiva, o historiador do tempo presente não se define, ou não somente, pela proximidade temporal 'objetiva' que o separa do acontecimento estudado, mas antes por sua capacidade própria de criar ele mesmo uma boa distância, visual e ética, necessária à observação de um tempo que é apenas em parte o seu.²⁵

O relevo dado aos ritmos temporais da história, assim como aparece em Dosse, é aqui registrado. Rouso afirma que a singularidade da abordagem da HTP consiste em saber estabelecer uma distância, educar o olhar e a sensibilidade para os ritmos temporais, afinar os instrumentais da historiografia para enxergar os passados que não passam, posicionar-se de forma responsável e profissional sobre as questões do contemporâneo.

O questionamento sobre os ritmos, os deslocamentos e as articulações entre presente e passado, colocado pelos historiadores e historiadoras no interior desse campo historiográfico, tem apresentado desafios importantes. Assim como ele se articula com as dimensões sociais e políticas do momento, não se furta em problematizar o próprio *métier*. Ao levantar e atualizar as discussões sobre os tempos da, e na história, as novas gerações de pesquisadores/as que se identificam no interior do campo da HTP se integram a um movimento de renovação epistemológica da história como área de conhecimento de forma mais ampla. E isso tem sido feito a partir dos problemas instrumentais e possibilidades experimentados no laboratório de suas próprias atividades, sem com isso negligenciar os estudos efetuados por colegas de áreas afins.

Os trabalhos apresentados no ST-10 reverberam as questões colocadas tanto pelo campo da HTP, quanto pela comunidade historiadora na atualidade. Trata-se de análises e questionamentos que se fazem testemunhos desse contexto de recrudescimento de

25 ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 285-286.

políticas conservadoras que têm marcado o século XXI. Contexto que tem solicitado que historiadores e historiadoras não apenas estabeleçam um recuo analítico que permita analisar o avanço de grupos de extrema-direita no Brasil e no mundo, como se posicionem de forma responsável e fundamentada sobre tais questões.

Não parece obra do acaso que, antes de serem convocados (pela grande mídia) a falar como especialistas sobre questões do contemporâneo, os próprios historiadores/as têm incitado o debate em sua comunidade interna, organizado manifestos e criado canais de comunicação com o grande público. O caso mais emblemático, no contexto brasileiro, talvez seja o movimento intitulado Historiadoras/es pela democracia, criado em 2016 para se posicionar contra as articulações políticas que retiraram do poder uma presidente legitimamente eleita. Esse movimento não se restringia a apoiar a então presidente Dilma Rousseff, mas a analisar como a articulação política que a retirou da presidência mobilizava valores extremamente conservadores que faziam parte de uma cultura política nacional que trazia para as ruas, e para o debate político, valores altamente perigosos para a democracia, como o machismo, o racismo, a misoginia e a homofobia.

Nesse sentido, as discussões fomentadas no campo da teoria da história e da história da historiografia têm contribuído para refletirmos tanto sobre o conceito de história no século XXI, como também o de HTP que queremos e desejamos no mundo que habitamos. O crescente debate sobre os pressupostos políticos, éticos e epistemológicos da HTP, com seus instrumentais, desafios e potencialidades, têm servido para redimensionar o que Ana Mauad chama de atitude historiadora diante do presente e, com isso, é mais que uma questão interna ao campo.²⁶ Trata-se de uma atividade que busca respostas e novos caminhos para o momento político que nos encontramos. Trata-se de colocar em perspectiva a contribuição que profissionais do passado

²⁶ Cf. MAUAD, Ana. História pública e História do Tempo Presente no Brasil (entrevista). In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade. *História pública e História do Tempo Presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

podem oferecer no debate público contemporâneo, mobilizando instrumentos de sua formação como artífices do passado.

História do Tempo Presente (HTP): a história como possibilidade

O que gostaríamos de pensar mais detidamente é a relação entre teoria da história, o mundo contemporâneo e a HTP.

Nesse sentido, trabalhamos com a possibilidade de que talvez tenhamos o que pode ser chamado de um giro ético-político no interior da teoria e da história da historiografia nas últimas décadas. Trata-se de uma tendência cada vez mais significativa de pensarmos o mundo contemporâneo em nossa disciplina com base numa preocupação significativa com a alteridade ou diferença, com modos de ser e perspectivas que têm sido obscurecidas e vulnerabilizadas. Isso tendo como ponto de partida epistemológico a compreensão de que posições ético-políticas são importantes no que diz respeito à sofisticação de nossas pesquisas e atividade docente.

Mais recentemente temos pensado num quarto componente determinante nisto que estamos chamando de um giro ético-político: a preocupação cada vez mais acentuada na teoria da história, na história da historiografia e no ensino de história com a tematização atenta dos afetos. Afetos que passam a ser pensados como parte importante da atividade epistemológica, tornando possível pensarmos, por exemplo, no que podemos chamar de virtudes afetivo-epistemológicas.²⁷

Esse giro está diretamente ligado a certo movimento de democratização que vem sendo possível desde o final da segunda Guerra Mundial, desde que o ocidente construiu a interpretação de que parte significativa das adversidades enfrentadas na primeira metade do século XX estaria diretamente relacionada a comportamentos teóricos e práticos organizados com base nas

27 Cf. RANGEL, Marcelo de Mello. *Da ternura com o passado*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

palavras-chaves: Verdade e Identidade. Verdade num sentido forte, a partir de uma percepção correspondentista mais tradicional, na qual seria possível uma relação privilegiada/definitiva entre pensamento e realidade. E Identidade remetendo, nesse caso, à existência de grupos que estariam mais próximos a determinado padrão e, por conseguinte, à própria possibilidade – e mesmo necessidade – do que foi chamado de atividade “civilizadora”.

De acordo com a interpretação construída pelo ocidente ao longo dos anos e décadas que se sucederam à segunda Guerra Mundial, determinada ciência europeia, ou europeizante, constituída a partir da compreensão de Verdade, que mencionamos acima, justificou essa atividade “civilizadora” e teria provocado, assim, o imperialismo, fascismos, nazismo, a Primeira e Segunda Guerra Mundial, as lutas pela descolonização e as guerras civis.²⁸

A partir de então, essa interpretação vai se generalizando e provocando a (re)consideração das noções de verdade controlada e alteridade/diferença. A própria ciência vai se questionando significativamente e retendo seu caráter conjuntural, relacional. Paralelo a isso, temos um questionamento científico-político da percepção de Identidade que acabamos de tematizar. Nesse contexto ampliado, vão aparecendo críticas contundentes, quer no campo mais intelectual, quer no que diz respeito a atividades mais político-práticas à percepção de que existiriam grupos especiais. Soma-se a isso a emergência, desde então, com certa importância cada vez mais relevante do que chamamos de alteridade ou diferença.

Ao longo da segunda metade do século XX, assistimos, assim, à ampliação — e à generalização — da preocupação com tudo o que não se confunde com o padrão europeu/europeizado, em especial, sujeitos e identidades cujas trajetórias foram criticadas, perseguidas, martirizadas, obscurecidas. E com essa preocupação,

28 Cf. RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdeí Lopes de. Apresentação – teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, v. 8, n. 17, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/917>.

parte da ciência e da atividade política tem se dedicado a pensar com base — e junto — em outras perspectivas ou modos de ser até então vulnerabilizados.

Temos um esforço científico e político, movimentos mais intelectuais e concretos, que, apesar de determinada distância e/ou ritmos específicos, têm caminhado com base em certo diálogo que favorece as condições histórico-epistemológicas que têm provocado o que identificamos como giro ético-político no interior das humanidades em geral, especialmente da teoria da história, da história da historiografia e do ensino de história. No que diz respeito às humanidades, por exemplo, temos um esforço significativo nas últimas décadas no sentido de explicitar e reter o caráter relacional da atividade científica e docente, ou ainda a compreensão de que todo e qualquer enunciado científico é tão cuidadoso e decisivo quanto constituído com base em determinadas histórias e regimes de visibilidade que acabam sendo decisivos na constituição de sentenças e juízos. Temos movimentos intelectuais, intelectual-ético-políticos relevantes que têm se dedicado a uma atividade científica claramente relacionada à tematização e à evidenciação de outros modos de ser e epistemologias até então obscurecidas e vulnerabilizadas. Reflexões críticas são organizadas a partir do que podemos chamar de democratização (compreendida aqui como uma atividade dedicada à retenção de certa tensão e reorganização do real).

Nesse sentido, podemos dizer que temos um interesse cada vez mais significativo por parte das humanidades em geral e, também, da história, da teoria, da história da historiografia e do ensino de história, por exemplo, no que diz respeito, como já explicitamos acima, à tematização do mundo contemporâneo, com base no que estamos chamando de alteridade/diferença ou mesmo de democratização, tendo como ponto de partida posições ético-políticas claras, afastando-se, assim, de uma percepção epistemológica que compreende que a produção de conhecimento precisaria se esforçar no sentido contrário a essa tomada de posição ético-política. E podemos dizer ainda que a HTP como a conhecemos

hoje se constitui e vai se fortalecendo no interior disso que seria um giro ético-político nas humanidades em geral e também no que diz respeito à história. Como percebeu Hartog:

por exemplo, no quadro da história profissional francesa, a aparição de uma história se reivindicando a partir dos anos 1980, como história do ‘tempo presente’ acompanhou este movimento. Às demandas múltiplas da história contemporânea ou muito contemporânea, a profissão foi solicitada, algumas vezes intimada a responder.²⁹

A constituição e a ampliação da HTP, por exemplo, estão diretamente relacionadas a uma espécie de necessidade histórica, a de participar de certo movimento de democratização que temos experimentado nas últimas décadas, mesmo que de forma mais lenta e frágil do que boa parte de nós gostaria. Fazer HTP hoje é, de uma maneira mais geral, pensar a partir e *para* nosso mundo com base no que chamamos de alteridade/diferença, como parte de um conjunto de esforços muitas vezes mais amplos e ético-politicamente claros.

Se inicialmente, e próximos a Hartog, localizamos a HTP como parte desse giro ético-político, que vem acontecendo desde as décadas de 40 e 50 do século passado, também podemos dizer que há algo próprio ao século XXI que tem tornado essa preocupação democratizante ainda mais relevante e, portanto, a própria HTP ainda mais decisiva. Essa abordagem da história, atenta e em diálogo com as demandas sociais, está se (re)elaborando dentro de um contexto histórico delicado: o do avanço do conservantismo.

Desde as décadas de 40 e 50 do século passado, temos acompanhado o que chamamos de um movimento de democratização no ocidente, ou seja, certo tensionamento do espaço público. Esse movimento, mesmo que mais lento e frágil do que gostaríamos, foi se ampliando e provocando uma resistência significativa. Especialmente se pensamos a partir de países que se estruturaram com base na escravidão e no patriarcalismo, como o Brasil.

29 HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, v. 22, n. 36, p. 262, 2006.

Temos, portanto, nas últimas décadas, a constituição de uma tensão significativa entre o que podemos chamar de progressismo e conservantismo. Progressismo sendo pensado aqui a partir de certa defesa do que seria a intensificação do que estamos chamando de democratização, e, conservantismo, como esforços no sentido do que seria a constituição de uma realidade homogênea, monótona.

Experimentamos, assim, um contexto histórico decisivo no qual é necessário um posicionamento urgente e claro em relação a esta tensão entre progressismo e conservantismo, e aqui estamos nos referindo à igualização, à pluralização e à retenção da diferença, e, nesse sentido, a HTP tem ocupado um espaço importante no que diz respeito à intensificação da democratização. Pensando o Brasil, em especial, onde as articulações e negociatas políticas possibilitaram a derrubada de uma presidente legitimamente eleita, onde temos acompanhado uma supressão dos direitos trabalhistas e o estímulo e acirramento de discursos racistas, misóginos, classistas e homofóbicos, as reflexões, projetos e os professores\as e pesquisadores\as de história têm sido demandados social e politicamente a tomar posição, a não se esconder atrás do escudo da imparcialidade. Mas, para fazer isso de forma ética e responsável, a comunidade de historiadores/as tem não apenas estabelecido uma escuta responsável junto aos movimentos sociais do presente, como também repensado categorias, conceitos, valores e tradições que fizeram da história um campo de saber aliado ao Estado nacional desde o século XIX.

A HTP, nesse sentido, pode ser pensada com base nesse esforço intelectual ético-político democratizante, a partir de certa percepção temporal, a de que o tempo histórico é possibilidade, que contextos históricos são constituídos a partir de instantes de disputa, de instantes que tornam possível a emergência (*Entstehung*) de mundos específicos.

Esses instantes tornam possível a transformação, a diferenciação do tempo histórico e, claro, a constituição de determinado horizonte, que, por sua vez, além de também se repetir, tenderá, em algum instante, à reorganização. Cada contexto

histórico se constitui, portanto, mediante o protagonismo e o obscurecimento de determinados modos de ser ou perspectivas que continuam, por sua vez, se deslocando, provocando, liberando e acumulando certa energia que desencadeia isto que estamos chamando, a partir de uma perspectiva benjaminiana, de instante.

A história é possibilidade. Essa é uma compreensão que está na base de boa parte dos esforços teórico-práticos próprios à História do Tempo Presente. Ela também se dedica a uma atividade teórico-empírico-prática que se relaciona com o imediato, portanto, como um ambiente no qual é possível participar desse deslocamento que provoca e libera energia no sentido da atualização do caráter de possibilidade da história, ou de sua reorganização.

A HTP também pode ser pensada como essa atividade teórico-empírico-prática que os historiadores e historiadoras mobilizam no seu tempo a partir da compreensão de que o presente é um ambiente no qual é possível participar de um movimento de reorganização da história. Essa atitude tem como base uma atenção afetivo-teórico-empírica no que diz respeito a passados, modos de ser obscurecidos e vulnerabilizados que continuam vibrando entre nós e tornando possível a liberação de afetos e compreensões fundamentais ao questionamento de determinado *status quo*, à intensificação da democratização e à própria diferenciação da história.

Referências

ALLIER-MONTAÑO, Eugenia. História do Tempo Presente na América Latina (entrevista). In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade. *História pública e História do Tempo Presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ANKERSMIT, Frank. *Meaning, truth and reference in historical representation*. New York: Cornell University Press, 2012.

BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador Expert. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CRUZ, Magno de Oliveira. “Paisagens em transe”: experiências e transformações no espaço citadino feirense sob o viés da aceleração da história e do tempo (1910-1960). IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/1009/690>.

DE CARVALHO, Augusto. A estrutura ontológica do tempo presente. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 24, p. 43-63, 2018.

DELACROIX, Christian. A História do Tempo Presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

GARCEZ, João Pedro. O negacionismo climático no Antropoceno brasileiro: as políticas do tempo em *A Farsa Ianomâmi* (1995), *A MÁFIA VERDE* (2001) E *PSICOSE AMBIENTALISTA* (2012). IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/938/678>.

GONÇALVES, Kawanni dos Santos. Emergência do Sesc Cadeião Cultural (Londrina, PR – 2014): o tempo das revitalizações. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/984/679>.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica os tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma latente filosofia do tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

KOSLOWSKI, Peter (org.). *The discovery of historicity in german idealism and historicism*. Berlin: Springer, 2005.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist philosophy of historiography*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

MAUAD, Ana. História pública e História do Tempo Presente no Brasil (entrevista). In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade. *História pública e História do Tempo Presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Da ternura com o passado*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.

RANGEL, Marcelo de Mello. Ensino de História: temporalidade, pós-verdade e verdade poética. *Tempo & Argumento*, p. 2-27, 2021 [número especial].

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação – teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, v. 8, n. 17, p. 318-332, 2015.

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade. *História pública e História do Tempo Presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

ROVELLI, Carlo. *L'ordine del tempo*. Milano: Adelphi, 2017.

WASSMANSDORF, Marina Lis. Tempos de restituição: o passado traumático no caso das crianças desaparecidas pela ditadura militar argentina. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/997/681>.

WEHMUTH, Leticia Ruoso. Futuro incerto: uma análise de *Neuromancer* de William Gibson como sintoma da Crise no Tempo. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/934/682>.

Infâncias, relações de gênero e famílias sob o enfoque da história do tempo presente

Silvia Maria Fávero Arend

Humberto da Silva Miranda

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

No Brasil, desde os anos 1950, arranjos familiares, relações de gênero, práticas e discursos sobre infâncias, adolescências e juventudes têm passado por modificações de diferentes ordens. Tais cenários sociais, de caráter inovador – consolidados ou em construção –, são tributários de processos históricos oriundos de diversos campos, como o econômico, o sociopolítico e/ou o cultural. Sua análise tem exigido das Ciências Humanas, em especial de quem se dedica à História, reflexões relativas ao conteúdo historiográfico, que visam dar conta de instigantes problemas e das múltiplas temporalidades dos fenômenos sociais, incluindo análises interseccionais, com atenção para marcadores de classe social, relações de gênero, geração, “raça”/etnicidade, entre outros. Este capítulo pretende, assim, discutir as possibilidades de construção de narrativas de caráter histórico sobre os arranjos familiares, as relações de gênero e as infâncias, as adolescências e as juventudes no âmbito dos discursos, das práticas sociais e das representações sociais sob a ótica da História do Tempo Presente.

As diferentes infâncias em tela na História do Tempo Presente

Nos últimos anos, pensar nas crianças e nos adolescentes e em suas diferentes infâncias é um desafio para a História e para as demais disciplinas das Ciências Humanas. A produção acadêmica vem dialogando com as diversas mobilizações políticas que defendem, no campo dos direitos humanos, o compromisso com o plural nas infâncias. Dialogando com o pensamento da historiadora Esmeralda Blanco B. de Moura, o cenário de produção do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 1980, impulsionou a produção de novas pesquisas acadêmicas, motivada, em parte, pelas mobilizações em defesa dos direitos humanos de meninas e meninos. De acordo com Moura:

a década de 1980 teria, como diferenciais, o retorno do Estado Democrático de Direito, a nova Constituição Federal, movimentos envolvendo as próprias crianças e adolescentes – caso do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em 1985.¹

Esses chamados “diferenciais” traziam uma nova forma de pensar as infâncias, expondo a condição de direito e de cidadania de crianças e adolescentes. Se antes crianças eram presentes-ausentes nas pesquisas produzidas sobre elas, o que se tem notado, a partir da década de 1980, foi um esforço de colocá-las como sujeitos da História. Desde então aos dias atuais, o campo da História das Infâncias – e também das Juventudes –, vem se consolidando e contemplando temas, questões e problemas até então pouco explorados pela historiografia nacional.

As infâncias indígenas, quilombolas, campesinas e ribeirinhas ocupam lugares protagônicos nos debates de diferentes searas, como também nas produções de pesquisa, sem contar os recortes étnico-raciais, as pesquisas que têm contemplado a questão e seus diferentes cenários sociais, sempre sob a ótica da garantia de direitos ou a de vulnerabilidades.

1 MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Por que as crianças? In: CARVALHO, Carlos Henrique de; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; ARAUJO, José Carlos Souza. *A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 27.

Destacam-se os estudos que privilegiam o cotidiano das crianças institucionalizadas em espaços de acolhimento ou socioeducação, vítimas de abuso e exploração sexual, ou em situação de rua. Esses trabalhos também se preocupam em destacar o plural das infâncias e até mesmo em problematizar a vida de crianças sem infância.

Importante ressaltar que este cenário de produção de conhecimento passou a questionar as “concepções unitárias” de infância. Como afirma a pesquisadora Maria Carmen Silveira Barbosa ao questionar as visões biologicizantes, os novos estudos das infâncias contribuíram para a produção de pesquisas voltadas ao “protagonismo infantil na elaboração de si mesma e da cultura”. Essa perspectiva propiciou, inclusive, a abertura para novos diálogos disciplinares, novas metodologias e abordagens. Para Barbosa, tais estudos:

estabelecem uma reflexão crítica sobre as produções existentes e apresentam uma reconfiguração possibilitada pelas novas compreensões de ciência, por novas bases teóricas, pelo uso de procedimentos de investigação diferenciados e, assim, a construção de novas conceptualizações disciplinares. As culturas infantis exigem, certamente, uma perspectiva de complexidade e interdisciplinaridade para serem, efetivamente, compreendidas.²

No campo da historiografia do tempo presente, este debate é realizado nos estudos sobre o período de redemocratização política brasileira, voltado para a emergência de novos movimentos e organizações sociais no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Pesquisas acerca do debate sobre os direitos homogêneos e heterogêneos presentes na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, colocam em tela a sociodiversidade política e econômica, que possibilita discutir a ideia de “infância universal” presente nas normativas internacionais, que, por sua vez, influenciaram os dispositivos legais nacionais.³

2 BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas infantis: contribuições e reflexões. *Revista Diálogo Educacional*, v. 14, n. 43, p. 649, 2014.

3 Cf. AREND, Sílvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). *Revista Tempo & Argumento*, v. 7, n. 14, 2015.

Ao provocar o questionamento da perspectiva universalista de infância, os estudos historiográficos passaram a contribuir com a discussão sobre as produções das políticas públicas e das legislações voltadas ao público infantojuvenil. Estas diferentes “artes de governar” também trouxeram novas formas de pensar e diferentes “modelos” de “ser criança” e de “viver a infância”, que, por sua vez, passaram a ser reproduzidos por diferentes agentes em suas práticas discursivas e sociais.

As diferentes e novas possibilidades de pesquisar as crianças marcou os debates do *Simpósio Temático Relações de gênero, famílias e infâncias sob o enfoque da História do Tempo Presente*, permitindo-nos questionar, seja sua expressão, seja sua manifestação em diferentes espaços e tempos, sejam suas práticas e a construção de suas relações com o mundo adulto. Os trabalhos lançaram luzes sobre temas inéditos, destacando-se o diálogo com outras áreas do conhecimento.

A partir das investigações socializadas no *Simpósio Temático Relações de gênero, famílias e infâncias*, tem-se observado que as pesquisas produzidas no campo da História do Tempo Presente também passaram a se interessar pelas instituições para além de sua clássica perspectiva e de seus regimentos. Este deslocamento analítico dialoga com a própria preocupação de fissurar os dispositivos pedagógicos e disciplinares, buscando construir novas versões e visões sobre o cotidiano das instituições voltadas ao atendimento do público infantojuvenil.

Se tradicionalmente a história de meninos e meninas é produzida à luz das instituições, a História do Tempo Presente tem possibilitado pensar e questionar as mudanças e a persistência em práticas discursivas sociais. Tal perspectiva contribui para a problematização de regimes disciplinares, de normas guiadas pelo princípio da punição, enfim, das regras até então propostas nos regimentos e legislações.

É importante perceber, porém, que esta perspectiva dialoga com o próprio movimento que mobilizou governos e sociedade

civil em torno dos direitos humanos de crianças e adolescentes. A partir do final de 1970, este tipo ganhou maior notoriedade na sociedade brasileira por conta das flagrantes desigualdades sociais e educacionais que afetam diretamente meninos e meninas pertencentes às comunidades periféricas no Brasil.

Retomando à tese da historiadora Esmeralda Blanco B. de Moura, os momentos de inquietação e efervescência política motivaram os/as historiadores/as e impulsionaram pesquisas que trouxeram à baila novos problemas e, por efeito, novas abordagens. Em visão retrospectiva, é possível comparar hoje a década de 1980 com o que observamos nos anos 2020: os questionamentos acerca de instituições sociais que trazem em seus regimentos e estatutos a finalidade de proteção ou socioeducação, problematizando e fissurando os discursos cristalizados.

Ao discutir a violência contra crianças no espaço intrafamiliar, a segregação de grupos de irmãos em situações de acolhimento e o cotidiano das instituições socioeducativas, os trabalhos apresentados revelam que as pesquisas nos fazem questionar a ideia tradicional de família, de escola, de abrigo ou de unidade socioeducativa. Ou seja, as pesquisas descortinam cotidianos de instituições de proteção e de educação que nem sempre protegem ou educam espaços familiares nem sempre marcados pelo afeto.

Além e fora dos muros, essas crianças e adolescentes também protagonizam situações-limite nas ruas das cidades. Os estudos sobre Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua apontam para outras dinâmicas de sobrevivência, em que se revelam agentes históricos que produzem táticas para driblar o controle social produzido pela polícia ou por outros dispositivos de vigilância e punição, fundamentados na perspectiva higienista.⁴

Frente às diferentes formas de sobrevivência e resistência, esses meninos e meninas enfrentam a violência extrema do extermínio, que arquiteta o fim de suas vidas. A própria Comissão

4 Cf. MIRANDA, Humberto da Silva. Entre chegadas e partidas: do Projeto Alternativas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil, década de 1980). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, 2021.

Parlamentar de Inquérito (CPI) Destinada a Investigar o Extermínio de Crianças e Adolescentes colocou em tela a fragilidade das políticas públicas e a falência do projeto civilizatório planejado para este segmento da sociedade.

As referidas pesquisas trazem consigo o desafio metodológico dos trabalhos com as fontes documentais. Debruçar-se sobre os prontuários de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e analisar as narrativas de meninos e meninas que vivenciaram as diferentes experiências de abandono ou de violência intrafamiliar exige-nos uma nova forma de pensar no trabalho com os “arquivos sensíveis”, que salvaguardam as violações de direitos humanos.⁵

Os novos temas e problemas trazem a possibilidade de se trabalhar com novos registros, inclusive, com documentos produzidos pelas próprias crianças e adolescentes. As mais variadas atividades educativas produzidas pelas mãos de meninos e meninas que, ao estudarem, brincarem ou registrarem seu cotidiano nas mais diferentes sociabilidades, também produzem documentos que se podem tornar fontes para a História, sensíveis para a escrita da história das crianças. Através destas imagens e escritas, o/a historiador/a se depara com novas possibilidades de problematizar as infâncias e o universo que as norteiam.

Este mosaico de trabalhos apresentados no *Simpósio Temático Relações de gênero, famílias e infâncias sob o enfoque da História do Tempo Presente* traduzem as inquietações sociais e políticas dos dias atuais. Entre as utopias e as distopias que marcam o nosso tempo, a História das Crianças e Adolescentes resiste, a exemplo de seus e de suas protagonistas: meninos e meninas, sujeitos de direitos, sujeitos da História.

Abordagens de gênero a partir da História do Tempo Presente

François Dosse defende “a ideia de uma verdadeira singularidade da noção da História do Tempo Presente que reside na

5 Cf. FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. *Varia Histórica*, v. 28, n. 47, 2012.

contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do 'espaço de experiência' e no presente do passado incorporado".⁶

Vamos nos apropriar deste sentido para articular as possíveis abordagens teórico-metodológicas de se pensar 'gênero' nos estudos históricos. Isto se dá na medida em que é justamente nesta tessitura que a escrita histórica se torna possível, pois "o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua".⁷

A articulação de gênero, notadamente nos trabalhos mais recentes, vem incorporando outros matizes, dando corpo e voz a questões até agora não vislumbradas. O que destacamos aqui é a possibilidade de cenários que se cruzam com a questão de gênero, partindo do princípio primordial das primeiras formas de poder como um elemento assimétrico, desigual e hierarquizado, como nos demonstrou a historiadora Joan Scott em seu célebre artigo "Gênero – categoria útil de análise histórica".⁸

Recentemente, a mesma autora retornou ao conceito para lembrar que as lutas discursivas e seus processos pulverizados de poder têm ainda mobilizado corações e mentes. Assim, no artigo traduzido no Brasil em 2012, *Usos e Abusos do Gênero*, Scott atualiza a categoria, mostrando que não nos devemos limitar tão somente à definição fixa que conceitua, de maneira relacional e dicotomicamente, homens e mulheres. Mas, ao atingir um guia que incorpore as "visões da ordem social [que] estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar".⁹ A autora propõe, com isso, provocar uma "interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades

6 DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, p. 6, 2012.

7 AREND, Sílvia Maria Favero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo & Argumento*, v. 1, n. 1, p. 6, 2009.

8 Cf. SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, n. 45, 2012.

9 *Ibidem*, p. 346.

e culturas que estudamos”.¹⁰ A ideia é que essa nova abordagem de gênero possa trazer novos pensamentos, novas interpretações e, talvez, novas políticas.

É necessário, assim, apostar no que Scott provoca, ou seja, fazer as perguntas que nos mobilizam: “como, quando, onde e sob quais condições individuais, sociedades e culturas tentaram responder àquilo que não pode finalmente e definitivamente ser respondido (ou mesmo perguntado)”.¹¹ Os olhares das pesquisas se voltam para as plurais violências de gênero que implicam questões relacionadas ao espaço de trabalho, à representatividade de existência e ao direito a ela. Já dispomos, hoje, de diversos trabalhos sobre ‘novos olhares’, como os de Helio Secretário dos Santos: *O crime da doméstica: pensando as relações de gênero na cidade de Teresina nos anos de 1970*;¹² de Joelma Ferreira dos Santos: *Quem pode ser Geni? Representações da violência de gênero em filmes de ficção da Argentina e Brasil (2003-2016)*;¹³ de Kelly Caroline Noll da Silva: *A escrita de uma vida destinada: discurso religioso, infância e relações de gênero em biografia da beata Albertina Berkinsbrock*;¹⁴ de Silvana de Araújo Moreira: *Sobre vivências: um estudo sobre as vozes femininas no rádio pelotense*,¹⁵ e de Kelly Cristina Benjamin Viana: *Imagens contemporâneas da Senhora do Tejuco: representações de raça e gênero nos romances sobre Chica da Silva*.¹⁶

10 SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero... *Op. cit.*, p. 347.

11 *Ibidem*, p. 347.

12 Cf. SANTOS, Helio Secretário dos. *O crime da doméstica: pensando as relações de gênero na cidade de Teresina nos de 1970*. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

13 Cf. SANTOS, Joelma F. dos. *Quem pode ser “Geni”? Representações da violência de gênero em filmes de ficção da Argentina e Brasil (2003-2006)*. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

14 Cf. SILVA, Kelly Caroline Noll da. *A escrita de uma vida destinada à santidade: discurso religioso, sexualidade e relações de gênero em biografia da beata Albertina Berkenbrock*. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

15 Cf. MOREIRA, Silvana de Araújo. *Sobre vivências: um estudo sobre as vozes femininas na Rádio Pelotense*. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

16 Cf. VIANA, Kelly Cristina Benjamin. *Imagens contemporâneas da Senhora do*

Podemos apontar, em parte dos textos citados, a interseccionalidade, sendo operada, por vezes, de maneira explícita a partir do uso de conceitos como raça e classe social. Em outros, a interseccionalidade os atravessa de maneira tangenciada ou não observada. De acordo com Carla Akotirene, “interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas”.¹⁷ Nesse sentido, “trata-se da experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária”.¹⁸ Ainda segundo a autora, “é imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e 'mulheres de cor' na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas”.¹⁹

Os estudos decoloniais, sob a perspectiva de gênero, têm contribuído para o questionamento da colonialidade no centro de outros trabalhos. A presença de autoras como Maria Lugones, Rita Laura Segato, Catherine Walsh, Silvia Rivera Cusicanqui e Ochy Curiel, entre outras, vem se tornando cada vez mais comuns como referência bibliográfica inspiradora para novas formas de olhar conhecidas questões. Diferentemente da interseccionalidade que analisa gênero, raça e classe como “categorias de opressão que funcionam criando experiências diferentes”,²⁰ Espinosa-Miñoso propõe o uso de colonialidade do gênero, ou gênero a partir da perspectiva decolonial:

entender não ser possível falar em gênero sem pensar a colonialidade, nem falar de colonialidade sem incluir o

Tejuco: representações de raça e gênero nos romances sobre Chica da Silva. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

17 AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018, p. 48.

18 *Ibidem*.

19 *Ibidem*.

20 MENDES, Gabriela da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. A questão do gênero numa perspectiva decolonial. *Revista Educação Popular*, v. 19, n. 1, p. 86, 2020.

gênero. Isso significa, então, que também não há como partir de perspectivas em que o gênero passa a ser a categoria explicativa central e principal e a raça algo que cria matizes ou particularidades dentro de um suposto sistema primário de opressão organizado pelo gênero.²¹

É o caso do artigo *Pensar a decolonialidade para romper com as dicotomias postas: gênero, raça, espécie e meio ambiente*, de Natalia Ferreira, cuja proposta é:

questionar como se articula o discurso da colonialidade (sexista, racista e especista), identificando interseções entre seus aspectos, e se a linguagem atua como uma máscara que naturaliza as violências da Matriz Colonial do Poder. Considero as contribuições do pensamento decolonial como aliadas às do ecofeminismo animalista, visto que compreendo o especismo como opressão igualmente estrutural e estruturante de uma cadeia de violências e naturalizações sobre o consumo de corpos.²²

Em um franco diálogo com a História Ambiental, na investigação *A era das dietas (para garotas): Corpo, Gênero e História Ambiental no Brasil no final do século XX*, Luciana Rosar Fornazari Klanovicz analisa o discurso das dietas do Norte Global que circularam no Brasil, direcionadas ao público de meninas e adolescentes.²³ A circulação destas dietas produz o efeito do discurso sobre os corpos, ao mesmo tempo em que atua na pressão sobre a constituição de paisagens agropecuárias do Antropoceno, que, por sua vez, são desenhadas para suprir novos hábitos de consumo vegetal e animal, ou neles interferem com profundas pressões ambientais em corpos idealizados. Gênero, nessa perspectiva, é percebido como um conjunto de ideias que se torna uma força estruturante nas modificações das relações ambientais, tanto porque há percepções distintivas sobre o meio,

21 ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderlys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, n. 184, p. 11-12, 2014.

22 FERREIRA, Natalia. Pensar a decolonialidade para romper com as dicotomias postas: gênero, raça, espécie e meio ambiente. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021, p. 2.

23 Cf. KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. A era das dietas (para garotas): Corpo, Gênero e História Ambiental no Brasil no final do século XX. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

sobre a natureza e sobre a natureza, como espaço de produção e reprodução de alimentos e de corpos masculinos e femininos que têm mudado de acordo com o tempo.

As pressões relativas às relações de gênero atravessam outras camadas e intersecções e elas fazem parte da leitura sobre as diferentes relações estabelecidas com alimentos. O fato é que a proposta estadunidense, de onde vem a esmagadora quantidade de dietas que circulam no Brasil, é globalizadora e soterrada por corpos sempre insatisfeitos e inalcançáveis para boa parte das adolescentes mais pobres e negras. Discursivamente, corpos são produzidos desconsiderando as diferenças entre as adolescentes, sejam elas de raça, etnicidade, classe, cultura, bem como ambientais. O controle do alimento é individualizado sobre corpos sob pressão, especialmente por parte de jovens meninas que vivem envoltas no cenário da cultura ocidental, que consome imagens de tudo, inclusive de si mesmas, mas inalcançáveis para outras.

Claudia Regina Nichnig muda o foco da avalanche imagética de modelos opressores de corpos globais excludentes e insatisfeitos, passando para a especificidade das meninas e mulheres indígenas em *Meninas e mulheres Guarani e Kaiowá: gênero, política e a agenda do enfrentamento às violências*.²⁴ Buscando, com essa obra, analisar a participação de meninas e mulheres Guarani e Kaiowá nos espaços de formação de lideranças femininas nos territórios indígenas do Mato Grosso do Sul.

A autora discute a pretensa universalidade da aplicação da Lei Maria da Penha²⁵ no território brasileiro, pois não atinge as mulheres em sua diversidade étnica, especialmente no tocante às indígenas:

24 Cf. NICHNIG, Claudia Regina. *Meninas e mulheres Guarani e Kaiowá: gênero, política e a agenda do enfrentamento às violências*. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

25 Cf. BRASIL. *Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006*. Brasília: Poder Legislativo, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 29 abr. 2022.

os estudos sobre as violências cometidas contra as meninas e mulheres indígenas, que são desumanizadas e trazem em seus corpos as marcas de sua etnia e do seu gênero, merecem ser aprofundadas, considerando as especificidades regionais e periféricas. Desta forma, pensar as especificidades das violências contra as mulheres indígenas a partir das reivindicações das próprias mulheres. Se essas mulheres são vítimas de violências no Brasil desde a chegada dos colonizadores, sendo que nossa nação é resultado de um estupro das mulheres indígenas e posteriormente das mulheres escravizadas, as mulheres na atualidade querem denunciar e serem ouvidas em espaços como o Kuñangue Aty Guasu. Vale lembrar que inicialmente os estudos sobre violências contra as mulheres no Brasil não enfatizavam um recorte étnico. O que podemos dizer é que havia (ou ainda há em alguns espaços) uma completa invisibilidade do modo de viver da população indígena, como se estes fossem sujeitos do passado colonial e não integrassem a população brasileira. Mas esse projeto visa contribuir com o debate sobre as formas de resistência realizadas por mulheres indígenas, na atualidade sobre as violências cometidas, por seus companheiros e familiares, mas também vítimas das violências de Estado.²⁶

Pensar a trajetória de luta e a vivência dessas meninas e mulheres a partir de suas próprias vozes é parte do processo de reconhecimento de suas necessidades específicas, como as relações entre os seus, marcadas por outros códigos de autoridade, religiosidade e pertencimento. Nesse sentido, a autora afirma ser “preciso que coloquemos luz em suas trajetórias, em suas necessidades específicas. Para isso, analisarmos o acesso à justiça para as mulheres indígenas a partir de suas próprias narrativas é urgente e necessário”.²⁷

As questões de gênero apresentadas a partir da História do Tempo Presente são múltiplas: das abordagens já consagradas como categoria de análise histórica até as possibilidades interseccionais e/ou decoloniais um universo de possibilidades se descortina. Se pensarmos na especificidade da juventude e da infância, outros panoramas podem ser apreendidos, pois apresentam novas e instigantes formas de olhar o corpo, a sexualidade, a violência de gênero em um exercício de escritas próprias e mobilizadoras de nosso tempo.

26 NICHNIG, Claudia Regina. Meninas e mulheres Guarani e Kaiowá... *Op. cit.*, p. 7

27 *Ibidem*, p. 10

Família sob o enfoque da História do Tempo Presente

No início do período da redemocratização brasileira, no ano de 1987, a banda de rock Titãs lançava a música “Família”. Eis um trecho da letra da música que fez muito sucesso na época:

Família, família
Papai, mamãe, titia
Família, família
Almoça junto todo dia
Nunca perde essa mania
Mas quando a filha quer fugir de casa
Precisa descolar um ganha-pão
Filha de família se não casa
Papai, mamãe não dão nenhum tostão [...]
(Antonio Belotto/Arnaldo Filho).

A letra da música faz menção a processos sociais distintos presentes nas famílias das classes médias brasileiras no período. Por um lado, evocava as “permanências” em relação à sua configuração parental e, por outro, anunciava “mudanças” na construção das relações conjugais que culminariam no reconhecimento da “união estável” pelo Estado brasileiro em 1996.²⁸ Nos últimos cinquenta anos, no Brasil, importantes alterações ocorreram nas práticas e valores relativos às famílias dos diferentes grupos sociais. Encontramos, todavia, um pequeno número de investigações realizadas sob a “chancela” da História da Família pelos/as historiadores/as no que tange às temáticas que circunscrevem este campo de estudos na referida temporalidade. Na revista *Tempo & Argumento*, que tem como foco a História do Tempo Presente, nos últimos cinco anos, foi publicado apenas um artigo que aborda a História da Família.²⁹ O mesmo fato pode ser verificado em outras revistas científicas da área da História. Dentre as temáticas

28 Cf. BRASIL. *Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996*. Brasília: Poder Legislativo, 10 maio 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19278.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

29 Cf. NICHNIG, Cláudia Regina. Direitos Humanos e o Reconhecimento das Famílias Gays e Lésbicas no Brasil: os direitos fundamentais e o julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal de 2011. *Tempo & Argumento*, v. 11, n. 27, 2019; Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/index>.

pouco estudadas pelos historiadores/as, destacam-se: as relações sociais relativas às conjugalidades e sexualidades; à construção das parentalidades; aos processos sociojurídicos que envolvem as relações de filiação; às políticas sociais implementadas para as famílias pelo Estado e por outras instituições; às representações sociais presentes em discursos acerca da família e à divisão sexual do trabalho no espaço doméstico.

Compreendemos que este fenômeno no campo historiográfico brasileiro está associado a quatro movimentos. Desde a década de 1970, grande parte da produção de conhecimento no âmbito das Ciências Humanas é produzida nos programas de Pós-Graduação das universidades. Maria Luiza Marcílio, Carlos de Almeida Prado Bacellar (Universidade de São Paulo), Sergio Odilon Nadalin (Universidade Federal do Paraná), Iraci Costa, Francisco Vidal Luna (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Silvia Volpi Scott e Dário Scott (Universidade Estadual de Campinas), realizaram relevantes investigações sobre a família sob o enfoque da Demografia Histórica. Estes estudos acadêmicos, comumente produzidos a partir de informações presentes nos assentos de batismo, casamento e óbito emitidos pela Igreja Católica Apostólica Romana e outras fontes, analisam, sobretudo, os processos históricos ocorridos na América portuguesa, ou, então, na sociedade brasileira do Oitocentos em relação aos escravos, libertos e livres. Já os fenômenos demográficos relativos à família ocorridos nos séculos XX e XXI foram, geralmente, analisados por cientistas sociais e/ou demógrafos. O capítulo de autoria da demógrafa Elsa Berquó, publicado no quarto volume da coleção *História da Vida Privada no Brasil*, dedicado ao século XX, talvez seja o principal exemplo desta produção de conhecimento.³⁰

A partir da década de 1990, emergiu na historiografia brasileira uma produção de conhecimento sobre a História das Mulheres e sobre a História das Relações de Gênero. De maneira geral, essa produção foi pautada por debates oriundos

³⁰ Cf. BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

de epistemologias feministas, conforme mencionado na parte anterior do capítulo. Dessa produção de conhecimento, destacam-se as duas coletâneas que galgaram grande sucesso junto ao grande público: *História das Mulheres no Brasil*, publicada em 1995 e vencedora do Prêmio Jabuti e a *Nova História das Mulheres no Brasil*, editada em 2012.³¹ A produção de conhecimento passou a ser divulgada também nos periódicos científicos da área da História, bem como em revistas especializadas, tais como: *Estudos Feministas* (Universidade Federal de Santa Catarina);³² *Cadernos de Pagu* (Universidade Estadual de Campinas);³³ *Labrys* (Universidade de Brasília);³⁴ *Caderno Espaço Feminino* (Universidade Federal de Uberlândia),³⁵ etc. Neste amplo conjunto de narrativas históricas, cujos personagens centrais, em geral, são mulheres de diferentes gerações, classe social e “raça”/etnia, temos a análise de forma adensada e/ou tangencial de processos relativos à história da família brasileira ocorridos nos séculos XX e XXI. É importante observar que as/os autoras/es dos referidos estudos frequentemente não mencionam que estão também produzindo saberes no âmbito da história da família. “Silêncio” de cunho político que visou à construção e, posteriormente, à consolidação de um campo historiográfico autônomo.

Verificamos um processo semelhante ao descrito acima no que se refere aos estudos relativos à história das infâncias e juventudes. Esta área de pesquisa, conforme mencionado anteriormente, “nasceu” no Brasil na esteira dos movimentos sociais relativos à garantia de direitos para as populações infantojuvenis no início da década de 1990. Visando a instituir um

31 Cf. DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995; PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

32 Cf. *REVISTA Estudos Feministas*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>. Acesso em: 13 abr. 2022.

33 Cf. *CADERNOS Pagu*. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/es/cadernos-pagu>. Acesso em: 13 abr. 2022.

34 Cf. *LABRYS*. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

35 Cf. *CADERNO Espaço Feminino*. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem>. Acesso em: 13 abr. 2022.

novo domínio na historiografia brasileira, os/as investigadores/as buscaram centrar o foco de suas análises nos fenômenos relativos a infâncias, adolescências e juventudes, ou seja, “afastando-se” dos debates do campo da História da Família. Numa parcela significativa destes estudos, sobretudo nos relativos às políticas sociais instituídas pelo Estado brasileiro nos séculos XX e XXI, faz-se necessário abordar as “configurações” das famílias dos meninos e meninas. Tal fato também gerou uma produção de conhecimento na área da história da família no referido período, que, da mesma forma que no caso da história das mulheres/relações de gênero, permanece, em grande parte, invisibilizada no campo historiográfico.

Por fim, mas não menos importante, é a produção de conhecimento sobre a história da família advinda de outros campos disciplinares, tais como, a Antropologia Social, a Sociologia, o Serviço Social, o Direito, a Saúde Pública e a Psicologia. Não é possível, neste texto, fazer menção a toda a produção de conhecimento. Optou-se por apenas apresentar um exemplo de grande relevância para a historiografia da História da Família. Em seus estudos sobre os pobres que habitavam cidades da Região Sul do Brasil no último quartel do século XX, a antropóloga social Cláudia Fonseca analisou o fenômeno da “circulação de crianças”. Segundo a autora, esta prática social, que ocorre há gerações na sociedade brasileira, consistia na transferência de crianças e adolescentes para outro lares e/ou instituições por seus responsáveis consanguíneos com vistas à sobrevivência das pessoas.³⁶ O conceito de “circulação de crianças”, cunhado pela antropóloga social, passou a ser utilizado frequentemente em investigações de caráter histórico que abordam a implementação das políticas sociais na área das infâncias e juventudes no século XX.

Mas quais seriam as contribuições da História do Tempo Presente para os estudos sobre a temática das famílias no Brasil? Tendo em vista os resultados das investigações apresentadas no

36 Cf. FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

IV Seminário Internacional de História Tempo Presente,³⁷ e de outras reflexões oriundas de outros estudos, entende-se que essas contribuições caminham em diferentes sentidos.

Um dos axiomas da História do Tempo Presente está calcada na proposição colocada pelo historiador Henry Rousso sobre os “passados que não passam”.³⁸ Os estudos sob a referida ótica podem demonstrar por que determinadas relações sociais presentes nas configurações das famílias brasileiras urbanas e pobres e das famílias camponesas pouco se modificaram no período da redemocratização, apesar das mudanças ocorridas no país em diversos setores (certa estabilização econômica, instituição de um novo paradigma sociojurídico a partir da Constituição Federal de 1988, advento de políticas sociais compensatórias, maior acesso à educação escolar, etc.). Já as análises sob os vieses das múltiplas temporalidades e das questões teóricas suscitadas pelo debate Memória e História possibilitam que estudos sobre os processos de “modernização” das relações sociais vigentes nas famílias brasileiras possam ser “olhados” em sua particular complexidade, especialmente no que tange às camadas médias urbanas e aos grupos sociais que ascenderam socialmente, em especial, após a década de 1990. Ou seja, questionar certas abordagens pautadas em temporalidades lineares que descrevem estes processos somente sob a ótica da crítica e da “desconstrução” da norma familiar burguesa. A construção de narrativas históricas sob os mencionados enfoques em relação à temática das famílias pode gerar também “frutos” de natureza epistêmica (como, no caso do conceito de “circulação de crianças”), tendo em vista as singularidades da sociedade brasileira em relação à classe social, “raça”/etnia, relações de gênero, religião, etc.

Diferente de outras áreas de investigação da História, os/as pesquisadores/as da História do Tempo Presente geralmente

37 Cf. SIMPÓSIOS Temáticos. *IV Seminário Internacional História do Tempo Presente*, 2021. Disponível em: <https://doity.com.br/historia-tempo-presente-2020/blog/simp-sios-tematicos>. Acesso em: 13 abr. 2022.

38 Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe. a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

possuem acesso a um significativo cabedal de fontes que, muitas vezes, se encontram sob a guarda de acervos digitais. Para o estudo da História da Família, destacam-se as produzidas pelas diversas mídias, as jurídicas, as parlamentares, as iconográficas, as dos órgãos do Poder Executivo, as de instituições de caráter civil, as relativas às produções de si, as escolares, etc. Devem-se, aqui, acrescentar as edificadas através da história oral e dos testemunhos que, nas últimas décadas, ganharam grande legitimidade no campo e são consideradas fontes que inauguraram a área da História do Tempo Presente. A análise dessas diversas fontes, além das discussões metodológicas (seara, de maneira geral, bastante incerta para os historiadores), demanda, no caso de muitos temas da História da Família, discussões de cunho ético bastante densas. Entendemos que estes debates ético-políticos ainda estão por ser feitos no caso da historiografia brasileira.

Considerações finais

Construir conexões entre as temáticas das infâncias e juventudes, as relações de gênero e os arranjos familiares nas narrativas nos leva a enfrentar desafios epistêmicos e ético-políticos. Estas conexões, abordadas sob a ótica da História do Tempo Presente, ainda enfrentam outros desafios – dialogando mais uma vez com o historiador Henry Rousso –, haja vista a complexidade de se debruçar sobre os “passados que não passam”.³⁹

No campo ético-político, os estudos sobre as infâncias e juventudes, relações de gênero e famílias, na atualidade, fazem-se mais que necessários em função da propagação de discursos e práticas sociais marcados pelo conservadorismo, que partem da defesa de uma família mononuclear burguesa, desconsiderando as sociodiversidades e o respeito ao “pluriverso direitos humanos” e suas diferentes lutas pela dignidade.⁴⁰ Como afirma o sociólogo

39 Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe... Op. cit.*

40 Sobre o conceito de ‘pluriverso’ dos direitos humanos, cf. SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena. *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

português Boaventura de Souza Santos, a “constelação dos direitos humanos vive hoje um momento de turbulência”, marcado pelo questionamento dos “limites dos direitos humanos convencionais”.⁴¹

Para concluir, há de se (re)lembrar (operação historiográfica tão importante para a História do Tempo Presente) que as temáticas da família, das relações de gênero, das infâncias, adolescências e juventudes estão inseridas em debates sociopolíticos e econômicos de grande envergadura no Brasil desde as últimas décadas do século XX ao início do XXI. Foram os dados dos estudos acadêmicos realizados no âmbito das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas, realizados nas universidades brasileiras conjuntamente com as ações dos movimentos sociais, que subsidiaram a formulação e a implementação de políticas sociais para as famílias, sobretudo, pelo Estado brasileiro, que possibilitaram a ascensão social de uma parcela significativa da população pobre na primeira década dos anos 2000.⁴² Os estudos sob a abordagem da História do Tempo Presente poderão, certamente, contribuir sobremaneira nesse processo que, em função do cenário político inaugurado em 2018, tomou outros rumos. Nesses possíveis outros rumos, as conexões entre as referidas temáticas devem fazer parte das preocupações de historiadoras e historiadores.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018.

AREND, Sílvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978 – 1989). *Revista Tempo & Argumento*, v. 7, n. 14, p. 29-47, 2015.

41 SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena. *O pluriverso dos direitos humanos...* Op. cit., p. 39.

42 O Programa Social Bolsa Família, instituído em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é principal exemplo deste tipo de ação no campo do social. Cf. BRASIL, *Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Brasília: Poder Executivo, 9 jan. 2003. Disponível em: [79](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.836%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202004&text=Cria%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,Art. Acesso em: 13 abr. 2022.</p></div><div data-bbox=)

AREND, Silvia Maria Favero; MACEDO, Fabio. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo & Argumento*, v. 1, n. 1, p. 201–216, 2009.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas infantis: contribuições e reflexões. *Revista Diálogo Educacional*, v. 14, n. 43, p. 645-667, 2014.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL, *Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Brasília: Poder Executivo, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.836%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202004&text=Cria%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,Art. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996*. Brasília: Poder Legislativo, 10 maio 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9278.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 11.340, 7 de agosto de 2006*. Brasília: Poder Legislativo, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 29 abr. 2022.

CADERNO *Espaço Feminino*. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CADERNOS *Pagu*. Disponível em: <https://www.pagu.unicamp.br/es/cadernos-pagu>. Acesso em: 13 abr. 2022.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1995.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica decolonial a la epistemologia feminista crítica. *El Cotidiano*, n. 184, p. 7-14, 2014.

FERREIRA, Natalia. Pensar a decolonialidade para romper com as dicotomias postas: gênero, raça, espécie e meio ambiente. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. *Varia Histórica*, v. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.

FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. A era das dietas (para garotas): Corpo, Gênero e História Ambiental no Brasil no final do século XX. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

LABRYS. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MENDES, Gabriela da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. A questão do gênero numa perspectiva decolonial. *Revista Educação Popular*, v. 19, n. 1, p. 82-101, 2020.

MIRANDA, Humberto da Silva. Entre chegadas e partidas: do Projeto Alternativas ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil, década de 1980). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 13, n. 25, p. 200-222, 2021.

MOREIRA, Silvana de Araújo. Sobre vivências: um estudo sobre as vozes femininas na Rádio Pelotense. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Por que as crianças? In: CARVALHO, Carlos Henrique de; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; ARAUJO, José Carlos Souza. *A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

NICHNIG, Cláudia Regina. Direitos Humanos e o Reconhecimento das Famílias Gays e Lésbicas no Brasil: os direitos fundamentais e o julgamento histórico do Supremo Tribunal Federal de 2011. *Tempo & Argumento*, v. 11, n. 27, p. 158-191, 2019.

NICHNIG, Claudia Regina. Meninas e mulheres Guarani e Kaiowá: gênero, política e a agenda do enfrentamento às violências. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

PEDRO, Joana Maria. *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

REVISTA *Estudos Feministas*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*. a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena. *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Helio Secretário dos. O crime da doméstica: pensando as relações de gênero na cidade de Teresina nos de 1970. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

SANTOS, Joelma F. dos. Quem pode ser “Geni”? Representações da violência de gênero em filmes de ficção da Argentina e Brasil (2003-2006). IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, n. 45, p. 327-351, 2012.

SILVA, Kelly Caroline Noll da. A escrita de uma vida destinada à santidade: discurso religioso, sexualidade e relações de gênero em biografia da beata Albertina Berkenbrock. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

Simpósios Temáticos. *IV Seminário Internacional História do Tempo Presente*, 2021. Disponível em: <https://doity.com.br/historia-tempo-presente-2020/blog/simposios-tematicos>. Acesso em: 13 abr. 2022.

VIANA, Kelly Cristina Benjamin. Imagens contemporâneas da Senhora do Tejuco: representações de raça e gênero nos romances sobre Chica da Silva. IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

Entre redescobertas e emergências

história pública e escritas biográficas no tempo presente

Ricardo Santhiago
Viviane Borges

A expressão “história pública” tornou-se onipresente no discurso contemporâneo sobre a história. Em um contexto cultural, social e político, no qual tem lugar uma aguda antipatia – senão um indisfarçável desprezo – pelo passado e pela possibilidade de se extrair, dele, lições para o presente e para o futuro, “história pública” tornou-se um nome plástico para a defesa do valor da história (como processo, como objeto de conhecimento, como disciplina escolar e como *métier* especializado) na vida pública.

No ano de 2021, dentro do simpósio temático *História Pública e Tempo Presente: interfaces e perspectivas* no IV Seminário Internacional História do Tempo Presente, pudemos perceber como as chaves de leitura trazidas pela história pública têm sido mobilizadas. O simpósio deu continuidade às discussões da Mesa-Redonda de mesmo nome, proposta na edição anterior do seminário, em 2018, que já haviam resultado em artigos publicados na revista *Tempo & Argumento* e aberto novos ângulos de análise, partindo-se do entendimento da história pública como uma categoria capaz de estimular a autorreflexividade na atividade do historiador.¹

1 Cf. BORGES, Viviane Trindade. Memória pública e patrimônio prisional:

Em 2021, dessa vez formatado em um ST, o tema reuniu pesquisadores interessados em analisar e discutir temas interligados à História do Tempo Presente e à história pública, como os usos do passado, o patrimônio cultural, a história oral, o papel dos historiadores frente aos debates públicos e suas reverberações sociais, políticas e culturais, etc, bem como as possíveis apropriações da história por diferentes públicos e a produção histórica e suas múltiplas linguagens. Os trabalhos apresentados no ST expressam a amplitude temática e os atravessamentos metodológicos da história pública em sua imbricação com a História do Tempo Presente: das significações literárias contemporâneas do medieval passa-se às formas de preservação do patrimônio por meio de tecnologias digitais recentes; dos trabalhos participativos que envolvem a escuta atenta a populações marginalizadas à produção de novas escutas e novas práticas de escuta por meio do recurso sistemático a podcasts.

Entre as discussões e possibilidades de interfaces entre a história pública e a História do Tempo Presente, pretendemos problematizar aqui um cruzamento específico a partir de caminhos variados. Tomamos a “biografia” como objeto – biografia como um gênero híbrido, amplo e em permanente mutação, que responde a injunções do próprio tempo e a inquietudes do sujeito de sua construção, dentro da complexidade indicada por François Dosse em seu livro *O desafio biográfico: Escrever uma vida*.² Especificamente, buscamos discutir aqui caminhos que possibilitam tornar a biografia um canal de comunicação histórica, ativando memórias a respeito de sujeitos invisibilizados e também de participação a partir do entendimento da história pública como uma plataforma social na qual diferentes sujeitos – a partir de seus lugares e repertórios – interagem e elaboram visões sobre o passado.

questões do tempo presente. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, 2018; SANTHIAGO, R. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, 2018.

2 Cf. DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

História Pública e escritas biográficas

No campo da cultura impressa e dentro do mercado editorial, um dos gêneros de história pública que mais floresceu foi, sem dúvida, a biografia. Além de ser um objeto dos estudos históricos sob as mais diversas perspectivas, ela configura também um nicho reconhecido de prática, como muitos autores já evidenciaram. O próprio François Dosse menciona que o “mercado da biografia sempre foi bom”, apesar de períodos de baixa e do prestígio variável conferido ao gênero.³ Seus contornos, em geral predominantemente narrativos, vão ao encontro, afinal, de expectativas usuais do público leitor, que, nesse caso, pode ser tomado como um pressuposto: atos continuados de consumo e recepção atrelados a convenções formais desse tipo.

No Brasil, pelo menos desde os anos 1990, o interesse pelo biográfico foi recrudescido: sua matéria, em sentido lato, tornou-se amplamente consumida e veiculada pelas mídias, atentas ao interesse público e ao potencial mercadológico desse tipo de produto.⁴ Além de trabalhos biográficos de fôlego, revistas de celebridades, livros de memória produzidos no calor da hora à expensa da superexposição de figuras públicas emergentes (tão insólitos quanto os livros *O caminho das borboletas*, da então modelo Adriane Galisteu, ou *Ai, que loucura!*, da socialite Narcisa Tamborindeguy, ambos publicados pela editora Caras), *reality shows* e outros produtos vieram a compor um vastíssimo plantel que também compõe o que Leonor Arfuch chamou, de maneira sagaz e produtiva, de espaço biográfico contemporâneo, isto é, “confluência de múltiplas formas, gêneros e horizontes de expectativa”.⁵ Não raramente produzido nas chaves do sensacional e do espetacular, esse tipo de material (que não deixa, todavia, de ser biográfico e de fazer justiça a essa alcunha) foi frequentemente objeto de críticas por sua ambição a-histórica. Antes de fomentar empreendimentos compreensivos, vidas pessoais

3 DOSSE, François. *O desafio biográfico...* Op. cit., p. 19.

4 Cf. RONDELLI, E.; HERSCHMANN, M. A mídia e a construção do biográfico: o sensacionalismo da morte em cena. *Tempo Social*, v. 12, n. 1, 2000.

5 ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 58.

são aqui descontextualizadas, respondendo ao anseio por modelos de sucesso e tornando-se mercadorias em circulação ampla, mas posicionadas fora do sentido compreensivo de público.

No campo mais restrito da historiografia, a biografia reabilitou-se, sobretudo a partir dos anos 1980, como um instrumento privilegiado na construção do conhecimento histórico, trazendo possibilidades que ampliam as possibilidades do *métier* de historiador. As discussões em torno do retorno biográfico, acompanhadas pelos apontamentos a respeito da onda de interesse pela história-memória, colocaram os personagens do passado como possibilidades de referência para o presente, enredados a passados idealizados, “constitutivos de uma suposta identidade de classe, gênero, nacional, etc”.⁶

Movimentos e requalificações metodológicas e epistemológicas envolvendo a biografia foram discutidos no exterior por autores como Sabina Loriga e Philippe Levillain e, no Brasil, por Mary Del Priore, Alexandre de Sá Avelar, Benito Bisso Schmidt e Wilton Silva, entre outros. Não cabe aqui sumarizar esses argumentos, que, além de complexos, estão disponíveis em bibliografia farta e acessível. Cabe tão somente evidenciar que um dos pontos que essas discussões ensejam diz respeito, precisamente, à possibilidade de a atividade histórica adquirir maior inserção pública e/ou promover debates públicos amplos, configurando-se, portanto, enquanto história pública, valendo-se para isso de características dessa prática e desse gênero.

Ao criticar uma ênfase crescente em uma história imediata que corresponderia ao desprezo em relação ao passado – o que ela denomina de presenteísmo –, Maria Lourdes Mônaco Janotti reconheceu a demanda popular por história como um fenômeno datado dos anos 1970, desdobrada em “uma forte demanda do público leitor pelo gênero historiográfico, manifesto em vasta produção editorial, na qual ressaltam depoimentos e biografias de

6 SCHMIDT, Benito. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 62, 2003.

homens públicos”.⁷ Esse interesse público por vidas individuais, atrelado à conformação de um nicho específico no mercado editorial, abriria um espaço pelo qual os historiadores, sobretudo os afinados com a história pública, poderiam transitar.

Tendo se tornado ela própria uma produtora de obras históricas para consumo público, Mary del Priore enfatizou a dimensão narrativa – e, em certa medida, excitativa – da escrita biográfica como um elemento fundamental para a comunicação da história, que, em última instância, contribuiria para seu fortalecimento como uma prática social relevante. A autora chama atenção para os horizontes de expectativas dos leitores diante de obras biográficas, em um contexto no qual “o texto de história é um produto, submetido às condições sociais, culturais e econômicas de sua produção”, e a história “um processo vivo de produção, circulação e consumo de discursos”. “Há milhares de leitores para um tal produto cultural”, assevera a autora, conclamando seus pares a “repensar que tipos de texto produzirão e, entre eles, qual seria o papel da biografia histórica, tão eficiente para dar a conhecer o passado”.⁸

O potencial e o devir públicos da biografia, porém, não se confundem necessária e unicamente com sua dimensão narrativa e com a competência de seu escriba em torná-la acessível ou mesmo agradável. Acionado a partir das novas possibilidades do fazer historiográfico, o ato de biografar permite pensar nos sujeitos às margens da busca por representatividade e seus espaços de liberdade frente aos sistemas normativos, ou seja, as trajetórias desviantes, aqueles que vão contra os padrões da sociedade vigente. Este caminho dialoga com a necessidade de pensar nos resultados das pesquisas acadêmicas para além do diálogo com os pares, acionando outros recursos narrativos para que o debate historiográfico vá além do público universitário.

7 JANOTTI, M. L. M. História, política e ensino. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 50.

8 DEL PRIORE, Mary. Biografia: Quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 14, 2009.

Entradas possíveis para temas delicados, as trajetórias de vida trazidas à tona por historiadores podem contribuir para despertar a empatia para temas e sujeitos marginalizados. Pensando na produção de uma narrativa historiográfica que cumpra a função social de chegar a outros públicos, histórias pessoais podem conectar indivíduos com diferentes trajetórias de vida, validando a biografia como um elemento na promoção da tolerância e no esfacemento de estigmas – objetivos diversos, portanto, da biografia comprometida com a construção de personagens heroicos por meio de histórias de vidas exemplares, embora o posicionamento de ambos enquanto opostos, como Milly Buonanno evidenciou, esteja palmilhado por contrapontos e sutilezas.⁹

Motivados pela história pública, estudos preocupados em recuperar trajetórias anônimas passaram a utilizar recursos e metodologias próprias, visando unir o gênero às possibilidades de divulgação histórica, uma preocupação em transcender os muros acadêmicos, ampliando audiências. Em outra direção, se recorrermos à história pública como uma prática que ressalta a dimensão participativa na produção de saberes sobre o passado, estaremos diante de um traço que não é inteiramente estranho à produção biográfica. Embora tenhamos mencionado logo acima que contextos nos quais o biográfico é prioritariamente assumido sobretudo como o eixo de um tipo de trabalho não apenas autoral como individual, posicionado como tal no mercado de consumo – a ponto de alguns biógrafos tornarem-se, eles mesmos, figuras públicas de referência –, outras representações e interpretações sobre vidas compartilhadas e distribuídas são possíveis. Em comum com processos que vigoram sob a rubrica da história pública, está a partilha na construção dos traços fundamentais da pessoa/personagem abordada, bem como seu enraizamento em questões sociais prementes.

Sem dúvida, a história oral é um recurso importante aqui. Pode ela mesma ser tomada como um gênero na construção de biografias multivocais, como a interessante obra, recém-lançada

9 Cf. BUONANNO, Milly. Histórias de vidas exemplares: biografias. *Matrizes*, v. 5, n. 1, 2011.

no Brasil, de Silvana Paternostro sobre Gabriel García Márquez. Em *Solidão e companhia: A vida de Gabriel García Márquez contada por amigos, familiares e personagens de Cem Anos de Solidão*, na qual ela persegue o trajeto do escritor colombiano a partir das falas de seus amigos, familiares, companheiros de trabalho e estudiosos, propondo uma inteligente montagem em que sua obra mais canônica é um ponto divisor.¹⁰ Mas a história oral pode ser tão somente um método, empregado dentro da perspectiva biográfica tradicional, já que, como defende Sergio Villas-Bôas, lamentando os conflitos disciplinares com a comunicação, “os princípios e as técnicas da história oral de vida assemelham-se muito aos do livro-reportagem elaborado com rigor”.¹¹

Para além disso, indivíduos que tomam suas próprias vidas como fonte de indagação e inquirição podem se valer de instrumentos participativos que possam matizar o centramento da escrita autobiográfica e aproximam-se, assim, de práticas de participação. O curioso livro do escritor Flávio Paiva é um deles: a imagem de uma escultura circular, em sua capa, é uma espécie de metáfora da obra. Em *Código aberto: Autobiografia colaborativa*, Paiva recorreu não à revisitação recolhida de sua própria trajetória, orientada por uma entrega à rememoração solitária, antes, respondeu a indagações de 60 dos seus amigos – perguntas com diferentes graus de elaboração (e provocação), que constituem os capítulos de uma obra na qual a própria autobiografia deixa a solidão do gabinete e torna-se um espaço aberto ao imprevisto à curiosidade e ao questionamento do outro.¹²

Transitar por memórias pessoais, autobiográficas, tem sido também um dos caminhos escolhidos por historiadores públicos para tratar de seus objetos de forma menos retórica. Publicações sobre o tema mostram que essa escolha narrativa tem sido recorrente

10 Cf. PAIVA, Flávio. *Código aberto: autobiografia colaborativa*. São Paulo: Cortez, 2019.

11 PATERNOSTRO, Silvana. *Solidão e companhia: a vida de Gabriel García Márquez contada por amigos, familiares e personagens de cem anos de solidão*. São Paulo: Crítica, 2021, p. 62.

12 VILAS BOAS, Sérgio. *Biografias e biógrafos: o jornalismo sobre personagens*. São Paulo: Summus, 2007, p. 62.

e frequentemente trata de práticas historiadoras que trazem uma dimensão prática, quase sempre usada como gatilho para a reflexão acerca de determinado tema à luz da história pública.¹³ Uma análise feita a partir de experiências próprias, que valoriza os processos de pesquisa, e não apenas os seus resultados. Isso mostra que o percurso da investigação, a coxia do trabalho do historiador, acionado a partir das vivências pessoais, é tão importante (e às vezes até mais) que os resultados em si.

A biografia, enfim, partilha com a história pública – seja enquanto instrumento de comunicação, seja como espaço de experimentação participativa – traços suficientes que permitem que a aproximação entre as duas seja não apenas tomada como objeto de observação, mas também estimulada e colocada à prova em novos trabalhos temáticos. Nas próximas duas partes, vamos relatar como essa aproximação tem sido processada a partir de um outro vértice, constituído por duas existências artísticas que, com a história pública, busca-se evidenciar.

O pintor esquecido: a vida em redescoberta de José Joaquim de Almeida, o Pinho

José Joaquim de Almeida assinava seus quadros como Pinho. Ele é autor de 20 telas salvaguardadas pelo Arquivo Histórico da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, localizado na Penitenciária de Lisboa. O pintor português nasceu em 8 de maio de 1927 na Praia da Granja, em Vila Nova de Gaia, e morreu em 1993, na cidade do Porto. Ele trabalhou com publicidade e artes gráficas (serigrafia). O Ateliê Pinho era muito requisitado pelas grandes empresas da época. O artista participou de exposições individuais e coletivas e, na década de 1980, depois dos 50 anos de idade, pintou 20 quadros que retratam sua infância vivida em reformatórios, instituições que alcançavam os menores desvalidos em Portugal nos anos 1930 e 40.

13 Cf. MAUAD, Ana; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016; MAUAD, Ana; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

Essa sistematização ordenada e resumida que permite que uma vida caiba em um parágrafo, não dá conta do percurso de pesquisa e dos enfrentamentos metodológicos do fazer da biografia um instrumento de reativação de trajetórias marginais, processo no qual uma das autoras deste texto, Viviane Borges, está envolvida. O projeto que fez emergir Pinho, *Patrimônio carcerário: interseções entre Brasil e Portugal (1960 – ao Tempo Presente)*, tem apoio do CNPq através da Bolsa de produtividade em pesquisa e financiamento da FAPESC pelo Edital Universal (12/2020). A trajetória de Pinho faz surgir episódios não narrados, silenciados. Faz também aparecer um artista. Além disso, o nomeia, o tornando autor dos quadros salvaguardados pelo Arquivo-Museu da Penitenciária. Esta emergência que se propaga em vários sentidos atua como vetor que permite acionar outros grupos e lugares incômodos, possibilitando a discussão pública, travando embates contra o esquecimento.

Trazer vidas obscuras ao debate público é uma forma de transcender a mera vontade de celebrar existências notáveis e/ou exóticas encontradas ao acaso nos arquivos. O projeto de extensão Arquivos Marginais, criado em 2011 na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sempre procurou reativar histórias de vida, tomadas como ganchos para discussões delicadas. O projeto faz história pública com e para outros públicos, voltado a instituições e a sujeitos invisibilizados, atuando em hospitais psiquiátricos, leprosários e penitenciárias. As escolhas do projeto sempre buscaram entradas possíveis para pensar nos indivíduos esquecidos e a partir disso (e com eles) refletir sobre questões sociais latentes que cercam estas instituições. Nas ações propostas, através principalmente de exposições e oficinas, sempre afloraram vidas marcadas por estigmas e que, por diferentes razões, foram atravessadas pelo espaço institucional. Entre essas existências, está José Joaquim de Almeida, o Pinho.

Os quadros pintados por Pinho encontram-se em meio a um vasto espólio, composto por objetos e documentos variados que tratam da história das prisões e das instituições para jovens em conflito com a lei em Portugal. No acervo, é possível encontrar

quadros, pinturas e desenhos que datam do final do século XIX à primeira metade do século XX. Grande parte das obras é resultado das oficinas de desenho industrial que funcionavam em diferentes penitenciárias do país. De forma geral, dados como autoria e data das obras só são possíveis quando inscritos pelos próprios autores. As fichas técnicas das obras são lacunares e, quando informam o nome do autor, é impossível localizar o processo individual ou outros registros correspondentes, documentos frequentemente perdidos ao longo dos anos.

A obra transita entre o pessoal e o coletivo, possibilitando um olhar interpretativo e crítico em relação à experiência institucional, ajudando a problematizar as questões sensíveis que essa situação implica. É uma história tanto das crianças e jovens que viveram apartados de suas famílias, enviados a reformatórios, como com esses sujeitos. Os quadros pintados por Pinho são variações da vida em confinamento: grades, guardas, uniformes, refeitório, cabeças raspadas, sofrimento, punição. Mas ali não estavam representados presos adultos, mas crianças, o que torna as obras ainda mais incômodas. As informações sobre pintor e obra eram escassas e conflituosas. Foi necessário o contato semanal com o Arquivo, a conversa com antigos funcionários, uma busca por informações que permitisse o contato com a família, um caminho moroso, detetivesco e instigante que já dura mais de dois anos.

Nesse percurso, foi possível a sistematização de dados biográficos do pintor e informações sobre as obras, apoiando o Arquivo-Museu na construção de informações museológicas sobre parte importante de seu acervo. Identificar a autoria dos quadros é fundamental para individualizar os autores das obras de museus penitenciários, quase sempre ausências dentro dos acervos. Além disso, encontra-se no prelo um livro que traz ao público, pela primeira vez, os 20 quadros do artista. Uma publicação com *design* contemporâneo e arrojado, mostrando detalhes das obras, acompanhada de um texto biográfico. O livro institui o artista e tira os quadros do esquecimento do arquivo, os torna públicos para um público mais amplo. Produzida

pela Agência Manicômio, um projeto voltado ao trabalho com pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pela experiência de internamento psiquiátrico, a publicação ajuda a problematizar a capacidade artística como elemento de subjetivação, além de trazer dignidade a artistas até então desconhecidos.¹⁴ Pinho também vai inspirar um episódio de podcast da série Histórias Marginais, uma proposta de *storytelling* baseada em trajetórias de vida atravessadas por experiências de internamento/confinamento em instituições de isolamento.¹⁵

Pinho nomeou e criou textos explicativos para cada uma das telas, informações disponibilizadas pela família no decorrer da pesquisa. Os escritos trazem descrições marcadas por indícios autobiográficos. *A entrada*, uma mulher despede-se de uma criança. Conforme Pinho: “para lá daquela porta, o amor, o carinho e a liberdade acabaram. [...] Depois das lágrimas do adeus, já outras arrebatam, as do medo [...] e ele é tão pequeno, pouco mais de 6 anos e meio”. Pinho teria vivido em instituições para menores dos 6 aos 14 anos de idade. O artista afirmava: “mesmo omitindo inscrições que pudessem identificar os locais, em todos os espaços mantive sua verdade”.

O contato com a família do artista, especialmente sua filha, Elisabete de Almeida, tem possibilitado uma troca constante a partir do estreitamento da relação entre a pesquisadora e o sujeito pesquisado. A distância física é facilitada pela internet nesse caso, estreitando vínculos e permitindo uma série de conversas e envio de fontes que tem possibilitado a costura de uma pesquisa ainda em movimento de uma biografia em plena tessitura compartilhada.

14 O livro tem apoio da FAPESC (Edital Universal 12/2020) e é um trabalho em parceria com a linha editorial da Agência Manicômio (Lisboa), um projeto coordenado pelo artista plástico e diretor artístico Sandro Resende, que reúne artistas com experiência de internamento em instituições (ver o perfil no instagram: @manicomio.pt). O texto de apresentação e a pesquisa histórica foram realizados por Viviane Borges.

15 O *podcast* Histórias Marginais é uma ação conjunta do Projeto de extensão Arquivos Marginais e do projeto de pesquisa *Patrimônio carcerário: interseções entre Brasil e Portugal (1960 – ao Tempo Presente)*, (FAPESC - Edital 12/2020). Acompanhe no Spotify: https://open.spotify.com/show/6Pw1em7TNiBbTLKBqQaZHC?si=lyQN5XFAQdq-JiIHwQuqgw&utm_source=copy-link&dl_branch=1. Acesso em 20 set. 2021.

Para chegar ao autor das obras, foi necessário tecer uma teia com base em poucos vestígios. Ao longo de um ano de investigação, diferentes caminhos foram percorridos, permitindo conhecer pessoas que possibilitaram conhecer mais do artista e de sua obra. Nas conversas que permearam os dias de pesquisa no arquivo, se chegou a um senhor que teria conhecido Pinho. António Fernando foi contemporâneo de Pinho na Tutoria de Menores do Porto e ambos haviam se reencontrado em 1990 na Casa do Infante, no Porto, onde o artista realizou a exposição *O Destino do Rapaz da Rua*. António Fernando contou que soube que Pinho havia falecido um pouco depois da exposição. Lembrava-se da emoção que sentiu ao ver os quadros que retratam os lugares por onde ele também havia passado e fez questão de mostrar a dedicatória escrita por Pinho em um *folder* da exposição que guarda até hoje: “Haverá alguém que seja capaz de falar desta exposição que nós?” Não haverá ninguém capaz de falar do destino do rapaz da rua como aqueles diretamente afetados pela experiência de confinamento, mas, através da história pública, é possível se atrever a acionar a potência de criações desconhecidas, trazendo criador e criaturas para fora do arquivo, abertos para possíveis outras narrativas, traçando novos destinos ao rapaz da rua.

Notavelmente esquecida: a vida em emergência de Miriam Batucada

O projeto biográfico no qual o outro autor deste texto, Ricardo Santhiago, está envolvido lida com propósitos similares, mas tem diferentes pontos de partida. A distinção mais conspícua entre o pintor Pinho e essa segunda personagem aqui abordada diz respeito, justamente, à sua visibilidade: trata-se, afinal, de Miriam Batucada, cantora e compositora brasileira que teve momentos de altíssima popularidade ao longo de sua longa trajetória artística (de 1966 a 1994) encaixada em sua vida curta (de 1947 a 1994, quando morreu aos 47 anos).

Foi a partir de uma pesquisa claramente enquadrada na perspectiva da história pública que a figura de Miriam surgiu como objeto de estudo: o projeto *Arte e artistas da Zona Leste de São Paulo: História oral, memória e experiências urbanas*, financiado pelo CNPq dentro do Edital Universal 2018, fundamentado em práticas narrativas e participativas, reavivou sua presença. Nascida na Mooca, bairro de origem operária e italiana da Zona Leste paulista, e considerada um dos ícones do bairro, Miriam emergiu como uma figura incontornável, referência de alguém que, oriunda de um contexto social e cultural pouco favorável, afirmou-se como artista e profissionalizou-se. Uma figura incontornável e – por outro lado – inabordável, pelo menos do ponto de vista da metodologia desse projeto, baseada fundamentalmente em testemunhos de história oral com artistas vivos, postos em diálogo com sua obra, dentro de um circuito de subjetividade maior.¹⁶

A aproximação exploratória e algo indisciplinada da personagem Miriam Batucada tornou, no entanto, imperativa a focalização da pessoa Miriam Angela Lavecchia. Pesquisador e futura pesquisada compartilhavam um local de nascimento – a Mooca – e um sotaque em sentido expandido. O primeiro dedicava à segunda bastante admiração por seu talento, graça e picardia, acessíveis por meio de gravações fonográficas e de vídeos nos quais a artista desempenhava seu ofício com maestria e muito ritmo. Dedicava-lhe, também, aquilo que Keith Jenkins duramente considerou quimérico alcançar – a posição de empatia na atividade historiadora –, chamando-nos, na verdade, à confrontação de seus próprios pressupostos pedagógicos, filosóficos, ideológicos e epistemológicos, sobretudo no tocante à identificação entre empatia e imediação.¹⁷

As circunstâncias da morte de Miriam Batucada eram particularmente comoventes, constituindo-se numa metáfora cruel de sua própria vida. Depois de sua aparição meteórica em 1966 e

16 Cf. CÂNDIDA SMITH, Richard. *Circuitos de subjetividade: história oral, arte e acervo*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

17 Cf. JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

de um período (curto, de cerca de cinco anos) de sucesso popular, ela havia sido marginalizada no circuito profissional de produção e difusão musical, fornecendo um exemplo precoce das dinâmicas de esquecimento e descarte às quais artistas rapidamente celebrizados (mas, em seu caso, com talento) viriam a ser submetidos. Seu fim prototipificou essa experiência: ela foi encontrada morta em seu apartamento, no bairro de Pinheiros, em São Paulo, completamente só, 20 dias depois de ter falecido. Esse episódio sombrio, cujo inusitado colocou mais um palmo de terra sobre sua presença na memória artística brasileira, foi uma tragédia pessoal saboreada por uma imprensa sangrenta, que não perdeu a oportunidade de explorar hipóteses de suicídio, depressão, alcoolismo e overdose, hipóteses refutadas pelo relatório de autópsia que concluiu ter sido vítima de infarto fulminante.

A vida de Miriam emergiu, assim, como um objeto complexo a ser descoberto: complexo, sobretudo em função da alta compartimentalização das experiências ao longo de sua vida. Mas emergiu também como um *meio*: como um pretexto para abordar questões de forte significado social. Assim, sua escrita biográfica é tanto uma história da música quanto uma história *com* a música, já que a personagem orienta uma discussão sobre liberdade pessoal e liberdade artística, sobre discriminação com base em gênero e orientação sexual, sobre os mecanismos de descarte e esquecimento na cultura das mídias. A dimensão pública do projeto tangencia o gesto de aproveitamento do possível interesse popular por uma mulher enquanto artista para trazer ao debate público questões socialmente vivas, não raro incômodas.

Outros aspectos têm radicalizado o caráter público da abordagem – sobretudo, a partir do estreitamento da relação entre o pesquisador e Mirna Lavecc, irmã de Miriam Batucada e sua única herdeira, que se tornou a guardiã de sua memória após sua morte. Enquanto apresentadora de rádio e TV e agitadora cultural local na cidade de Maringá, no interior do Paraná, Lavecc procurou, na medida de suas possibilidades, promover comemorações públicas a Miriam – homenageando-a, por exemplo, anualmente em seus

aniversários de nascimento e morte. Para isso, fez uso do acervo audiovisual da irmã e de seu próprio acervo registrando passagens de Miriam por outros programas televisivos e gravações caseiras. A partir desta pesquisa, Lavecc, em idade avançada, optou por doar em definitivo o material – e os direitos patrimoniais sobre ele – ao pesquisador, graças à relação de confiança estabelecida a partir de objetivos comuns.

Com isso, todo um universo se descortinou. Os fundos documentais de Miriam e de Mirna sobre Miriam são pequenos, mas significativos. Têm contribuído para a composição de retratos sobre Miriam que contemplem seus momentos de solidão e introspecção: afinal, incluem algumas cartas, diários, contratos, contas telefônicas, demonstrativos de pagamento de direito autoral, revistas médicas e guias de autoajuda, material religioso, notas manuscritas, mensagens em secretária eletrônica, gravações de conversas telefônicas e até mesmo de consultas médicas e espirituais, cujo possível aproveitamento passa inclusive por dilemas éticos diante dos quais dificilmente se chega a uma conclusão definitiva. Esses fundos contêm, ao mesmo tempo, em mais de 50 fitas cassete, toda uma produção musical inédita. São gravações com qualidade de áudio invariavelmente ruim, mas que registram vinhetas e canções inéditas de Miriam, nunca gravadas por ela – a quem a experiência fonográfica condenou, em geral, a registrar temas de compositores consagrados ou a apostar em novidades incertas.

O desejo de dar visibilidade a esse acervo transformou-se em compromisso e acabou por associar ao projeto dois outros resultados públicos, relativamente ambiciosos. O primeiro consistiu assumir como parte desse projeto de história pública a produção de um disco com algumas dessas canções inéditas selecionadas, em uma leitura que as atualiza, preservando suas qualidades poéticas, melódicas e harmônicas. Fazê-lo – com qualidade de gravação adequada, com a instrumentação garantida por músicos de excelência, com a participação de intérpretes talentosos e arrojados – só é possível graças à união coletiva em um projeto, mais uma vez, ancorado por objetivos (ou, neste caso, mais propriamente por princípios) comuns,

que animam o trabalho coletivo. Não se trata de um resultado secundário da pesquisa: numa perspectiva de história pública, estamos abertos ao imprevisto e, em certa medida, buscamos dar conta dele – aqui, garantindo que a escrita biográfica *sobre* Miriam Batucada seja acompanhada pela sua própria escrita autoral, por sua verve poética carregada de informação autobiográfica que poderá finalmente ser expressa em um disco.

O confronto com os demais itens de seu acervo, somado à escassez de materiais sobre Miriam em arquivos e museus ligados à preservação da memória das artes no Brasil, por sua vez, ignizou uma reflexão a respeito do patrimônio documental ligado à produção artística pós-anos 1950. É particularmente crítica a representatividade, nessas instituições, de acervos e itens ligados a artistas relativamente pouco interessantes do ponto de vista da exploração comercial ou do prestígio imediato agregado. O desinvestimento em instituições públicas de cultura que tiveram como missão a construção desse tipo de acervos – como o Centro de Documentação da Funarte e os setores de acervos das unidades do Museu e da Imagem e do Som – tem tido como consequência um escoamento indesejável de fundos pessoais para instituições privadas, em geral, ligadas a bancos, onde são trancafiados e de onde raramente saem para voltar a ver a luz, a não ser quando articulados a projetos de alta visibilidade. O acervo de Miriam, assim, fomentou a criação de um centro de documentação com base digital, *Amabile: Arquivo da Memória Artística Brasileira*, cuja missão é, agora, a de digitalizar, descrever e facultar o acesso público a acervos e coleções que não encontram lugar nessas instituições tradicionais ou no interior das lógicas expositivas e produtivas das instituições de cultura privadas ou de gestão público-privada. A biografia de Miriam, portanto, motivou a própria expansão para uma tríade de processos e produtos que contempla um álbum sonoro e a disponibilização de seu acervo.

Haveria ainda outras áreas de conexão entre a pesquisa biográfica e a história pública se levantarmos a participação como um eixo de pensamento e ação. A administração da *fanpage* de Miriam

Batucada no Facebook e a criação de uma conta no Instagram e de um canal no YouTube permitiram entrar em contato com amigos, fãs e admiradores que, de outro modo, dificilmente seriam acessados. Foi possível até mesmo investigar o potencial dessas redes para a pesquisa biográfica com a criação de campanhas, com anúncios orgânicos ou impulsionados, informando que uma pesquisa sobre Miriam estava sendo feita e conclamando a todo tipo de colaboração: envio de fotografias, de vídeos, e sobretudo compartilhamento de lembranças por parte de quem conviveu com Miriam. O resultado foi surpreendentemente positivo e levou a pessoas que tinham informações e visões fundamentais, e inéditas, sobre Miriam. Levou também – na maioria dos casos, é verdade – a depoentes que tinham muito pouco a dizer a respeito de fatos públicos da vida de Miriam, amplamente conhecidos. No entanto, mesmo esses relatos, frequentemente oferecidos com ansiedade e sofreguidão, têm um grande valor em expressar o significado que figuras públicas adquirem na experiência e na memória de indivíduos comuns, significado com o qual qualquer ação de história pública deve interagir se se pretende eficaz.

Considerações finais

As experiências com Pinho e com Miriam Batucada, na encruzilhada entre a história pública, a pesquisa biográfica e a História do Tempo Presente, evidenciaram-se como possibilidades de pensar a biografia como instrumento de produção de nova visibilidade para trajetórias artísticas (e pessoais) esquecidas. Também mostraram enfrentamentos metodológicos e desafios inusitados que se tornaram possíveis e que foram ressaltados em virtude da perspectiva da história pública.

Essas experiências ajudam a ampliar o escopo da biografia no âmbito da história pública: se o interesse público pelo gênero biográfico passa, tradicionalmente, pela ideia de que biografáveis são apenas os grandes personagens, caminhamos aqui em sentido inverso. Em alguma medida, falamos não de modelos de sucesso,

mas de vidas marcadas por aquilo que à primeira vista pode ser compreendido como fracasso social – e que se constituíram significativas, também, a partir do fracasso e da requalificação desse conceito mesmo. São vidas que escapam a normalizações sexuais, sociais e econômicas, entre outras, e inventam futuros e caminhos a partir da vulnerabilidade, como Jack Halberstam nos propõe observar em *A arte queer do fracasso*.¹⁸

O discurso do historiador carrega sempre um outro, a construção de um sujeito através da pesquisa e da estruturação de uma narrativa. A prática historiadora é sempre um exercício de alteridade. Ao pesquisar, ouvir, ler e narrar o outro, somos afetados por este outro. A escolha de como narrar e para quem narrar permite expandir o alcance sobre o que queremos trazer à tona sobre este outro, permitindo estabelecer possibilidades de alteridade frente a temas e a sujeitos controversos. Descortinar trajetórias esquecidas, anônimas, trágicas, marginais implica também um posicionamento e uma vigilância ética vigorosos, a fim de que estas não sejam recuperadas às custas de sua exotização – ou, ainda pior, de sua qualificação como histórias modelares de virtude diante da dificuldade. Implica o cuidado para assumi-las enquanto objetos a serem pensados historicamente, como parte de uma busca compreensiva compartilhada que, em alguma medida, possa implicar algum tipo de intervenção no presente. A prática biográfica enquanto histórica pública – sobretudo na narração de histórias indesejáveis, de existências que revelam embates imaginários e materiais repletos de camadas de significado – é, portanto, necessariamente uma investigação temática, metodológica e ética.

O biográfico, sabemos, está em toda parte instaurado em uma das características mais marcantes da pós-modernidade: a perda da intimidade, a fenda na linha tênue (e quase indistinta) que separa público e privado. Tais aspectos conferem um papel de destaque às biografias e autobiografias, que podem se valer desse feixe incômodo não para esgarçá-lo, mas para desvirtuá-lo, promovendo estratégias de reconhecimento de memórias traumáticas e/ou vinculadas

18 Cf. HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe Editora, 2020.

a minorias, bem como a afirmação de diferenças (ética, sexual, cultural, gênero, etc) e de experiências de difícil enquadramento.¹⁹

A história pública, imaginamos nós, pode contribuir para uma aproximação do gênero biográfico que não se esgote em uma constatação da individualidade, que, pelo contrário, se efetive como uma forma de evidenciação de questões, disputas e conflitos que atravessam o tempo presente. Quando acionada a partir da chave da história pública, a biografia pode fortalecer sua dimensão restitutiva: ela é um manifesto da não pactuação com o esquecimento de alguém. Nesse sentido, não apenas não é um trabalho livre de paixões: ele se agiganta a partir delas.

Referências

- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
- BORGES, Viviane Trindade. Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 310-332, 2018.
- BUONANNO, Milly. Histórias de vidas exemplares: biografias. *Matrizes*, v. 5, n. 1, p. 64-84, 2011.
- CÂNDIDA SMITH, Richard. *Circuitos de subjetividade: história oral, arte e acervo*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: Quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe Editora, 2020.
- JANOTTI, M. L. M. História, política e ensino. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAUAD, Ana. ALMEIDA, Juniele. SANTHIAGO, Ricardo. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MAUAD, Ana. SANTHIAGO, Ricardo. BORGES, Viviane. *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

¹⁹ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010, p. 58.

PAIVA, Flávio. *Código aberto: autobiografia colaborativa*. São Paulo: Cortez, 2019.

PATERNOSTRO, Silvana. *Solidão e companhia: a vida de Gabriel García Márquez contada por amigos, familiares e personagens de cem anos de solidão*. São Paulo: Crítica, 2021.

RONDELLI, E.; HERSCHMANN, M. A mídia e a construção do biográfico: o sensacionalismo da morte em cena. *Tempo Social*, v. 12, n. 1, p. 201-18, 2000.

SANTHIAGO, R. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 286-309, 2018.

SCHMIDT, Benito. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 57-72, 2003.

Um frenesi documental

arquivos pessoais no tempo presente

Dóris Bittencourt Almeida
Maria Teresa Santos Cunha

O documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos arquivos que os 'puseram no mundo'; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência. [...]. Independentemente das peripécias da história documental o frenesi documental apoderou-se da época.¹

Uma dinâmica para os arquivos pessoais

Arquivos pessoais guardam materiais e documentos em variados suportes que comportam traços sobre a história do indivíduo e são, ao mesmo tempo, portadores de discursos de memória e indiciários das redes em que se inscrevem, ou seja, permitem identificar outros personagens sociais e as inter-relações estabelecidas ao longo da vida do guardador. Eles são considerados aqueles conjuntos de papéis e material audiovisual

¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 179.

ou iconográfico reunidos no decurso da vida de uma pessoa, daí a expressão que titula este artigo: *um frenesi documental*.² O gesto de guardar, por exemplo, rege a vida e as atividades humanas e evidencia incontáveis situações cotidianas, que demandam preservar documentos como mecanismos de salvaguardar memórias pessoais e institucionais que, em muitos casos, exibem prestígio, status e traços de seus possuidores.

Nessa perspectiva, este artigo pretende apontar a emergência de uma cultura da memória no tempo presente e discutir os arquivos pessoais como ícones memoriais tanto para vencer esquecimentos como pela possibilidade de sobrevivência de passados/presentes.³ A proposta comporta, igualmente, destacar a constituição interinstitucional do Grupo de Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação (GARPE/CNPq) e narrar experiências pessoais de recolha, constituição e preservação de documentos em variados suportes junto à UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) no Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas/IDCH⁴ e à UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

“Arquivar” é um verbo que contempla paradoxos. Por um lado, pode indicar esquecimento e mesmo abandono. Por outro, o que aqui interessa, contempla a dimensão do “guardar”, do “fixar na memória” e, assim, o arquivo é aqui concebido como o lugar da prática desse verbo, que pressupõe *um querer cuidar* da memória.⁵ Estas são percepções que atravessam o trabalho arquivístico, todas elas apontando diretrizes indicativas do processo de guardar (o que se guarda, onde se guarda, com que objetivos se guarda, quem guarda e para que se guarda) que é tributário, igualmente, do processo de colecionar. Nesse processo de guardar e colecionar,

2 BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos permanentes, Tratamento documental*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 266.

3 Cf. HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

4 As autoras deste texto tiveram participação ativa na recolha, constituição e preservação de arquivos pessoais que foram doados às instituições custodidoras: UFRGS/RS e UDESC/SC, respectivamente.

5 Cf. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

reúnem-se papéis e outras materialidades e descartam-se outros por inúmeros motivos. Esta é uma condição implacável que indica a finitude da existência. Os rastros deixados serão investigados por outros que decidirão o que fazer, produzirão novos ordenamentos e classificações daquilo que foi acumulado ao longo do tempo.

Continuando a pensar nesse tema, é possível indagar sobre o guardador: “quem *pode* ter um arquivo pessoal” passível de ser acolhido em uma instituição? O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e o de Santa Catarina (IHGSC), por exemplo, conservam arquivos de pessoas consideradas como de notoriedade, sobretudo de homens, avaliados como dignos de terem suas memórias arquivadas. São homens, muitos deles, ocupantes de posições de destaque na sociedade em que se inseriam, que foram instados ao longo da vida a exercitar a guarda dos papéis representativos de seus feitos, como uma preservação de suas memórias, no sentido da construção de sua identidade pessoal.⁶ Afinal, a pessoa que guarda é, igualmente, um ser que seleciona, vive e expressa seus sentimentos relacionados ao lugar em que vive e os guardados anunciam um pertencimento marcado por diferentes clivagens sociais, geracionais, de gênero, culturais, entre outras que requerem atenção dos/as pesquisadores/as. Nesse sentido, o interesse pelos arquivos pessoais envolve pensar que eles são produto da construção de seus autores ou de pessoas que fizeram isso em seu lugar. Considera-se que a historiografia, de muitos modos, vem procurando alargar compreensões acerca de inúmeros fenômenos e, assim, os documentos pessoais de qualquer pessoa passam a ser valorizados, como diz Angela de Castro Gomes, a história tem procurado se aproximar “quer das elites, quer do povo”.⁷

Certidões de variadas espécies, agendas, diários, cartas, rascunhos de obras, álbuns de poesias, recortes variados,

6 Cf. HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

7 GOMES, Ângela de Casto. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 126, 1998.

coleções de revistas, obras escritas, fotografias são, entre tantos outros, documentos que se encontram em arquivos pessoais e que podem tanto compor “uma coleção de si”, como reafirmar aos seus possuidores um lugar no mundo.⁸ Guardar este material não se restringe apenas a portar e a preservar discursos de memórias; são rastros que podem servir de fonte/documento que, problematizados, atuam como chaves para a produção historiográfica. Assim, sua importância se configura como um modo privilegiado de acesso a vestígios e traços de sensibilidades, de encenação de atos rituais, de reconhecimento de diferentes práticas de sociabilidades geracionais, dadas a ver através de uma produção discursiva de um determinado tempo e lugar.

Segundo Huyssen, o início do século XX, no campo acadêmico, presenciou a ocorrência de uma fascinação por guardar, materializada pela obsessão pela memória, visível na transformação de nossa cultura histórica (por exemplo, pela presença e criação constante de museus, centros de memória, arquivos). O interesse generalizado por questões do passado tem feito emergir uma “cultura da memória”.⁹ Pode-se considerar que a emergência dos arquivos pessoais no tempo presente está conectada a esta cultura da memória como forma de vencer o perigo do esquecimento e se apresenta como “uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta” e constituem “estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada [...] que podem ser, elas mesmas, transitórias e incompletas”.¹⁰ A importância de problematizar o lugar desses arquivos pessoais no campo específico da História – reafirmando os estudos de Heymann – deveu-se, especialmente, a um novo estatuto teórico aos arquivos como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder e como construção política que orienta a lembrança e o esquecimento.¹¹

8 Cf. RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.

9 HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória... *Op. cit.*, p. 16.

10 *Ibidem*, p. 16; 20.

11 Cf. HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica... *Op. cit.*

Trabalhar com e nos arquivos pessoais, além de um determinado conhecimento técnico relativo às práticas de arquivamento, exige do historiador sensibilidade no trato com estes materiais, uma possibilidade de construir uma “reconfiguração do passado”.¹² Este autor defende que o testemunho da memória é uma garantia segura da prova de existência de um passado que foi e não é mais e que “a memória deixada é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa”.¹³ Este tipo de procedimento traz uma dinâmica que envolve considerar as delicadas relações entre história e memória para construir uma maneira afetiva e afetante de conduzir pesquisas nos arquivos pessoais e pensar futuros a partir deles.

Esta dinâmica se efetiva ao capturar naqueles passados que estão salvaguardados nos arquivos pessoais traços que foram deixados para o presente, o que Henry Rousso analisou como “uma contemporaneidade que se pode aplicar ao nosso tempo, incluindo a tradição, o vestígio, a lembrança de épocas encerradas”.¹⁴ De igual maneira, os estudos de Koselleck sugerem compreender o tempo histórico em suas tessituras variadas a partir de uma espessura temporal múltipla que permite observá-lo em suas camadas de sentido, que ele denomina “estratos do tempo”. O termo é uma metáfora geológica que pode ser utilizada como ferramenta e permite reconhecer e analisar “os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”, ou seja, indica como estes estratos sobrevivem nos traços arquivados no tempo presente.¹⁵

12 Cf. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento...* Op. cit.

13 *Ibidem*, p. 98.

14 ROUSSO, Henri. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 17.

15 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014, p. 19.

Relatos de experiências com arquivos pessoais: A constituição do grupo de pesquisa (GARPE)

Não há memória sem esquecimento. Não há arquivamento sem triagem – arquivar é classificar, organizar, escolher.¹⁶

O GARPE (Grupo de Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação) está registrado como tal junto ao CNPq e tem como eixo central os arquivos pessoais pensados em diferentes estratos de tempo, cujas materialidades se constituem em documentos para a historiografia. Ele foi idealizado em 2018, sob coordenação da Prof.^ª Dra. Dóris Bittencourt Almeida (UFRGS) e da Prof.^ª Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UDESC), com o objetivo de unir pesquisadores interessados em operar e pensar epistemologicamente documentos pessoais, quase sempre produzidos na intimidade e reconhecidos, em geral, como documentos sensíveis. A partir daí, somaram-se outras colegas que, em variadas instituições, realizam trabalhos que fazem intersecção com tais temáticas, como: Maria Celi Chaves Vasconcelos (UERJ/RJ), Vania Grim Thies (UFPEL/RS), Luciane Sgarbi Graziottin (Unisinos/RS), Maria Helena Camara Bastos (UFRGS/RS), Nadia Weber Santos (UFG/GO), Terciane Luchese (UCS/RS), Tatiane de Freitas Ermel (Universidade Complutense de Madrid), Ana Cristina Francisco (UERJ/RJ) e Alice Rigoni Jacques (Colégio Farroupilha/RS).

Assim constituído, o GARPE busca problematizar, de diferentes modos, a produção desses arquivos, preservados na intimidade, cuidados e alimentados pelos seus titulares, apresentados à guarda e tramados nas narrativas produzidas pelos autores. Considera-se cada um deles, em que pesem suas especificidades, como testemunhos de práticas culturais, significativos para a pesquisa histórica. Nessa perspectiva, o GARPE discute algumas questões, como: que experiências podem ser consideradas memoráveis a ponto de ocuparem lugar nas vidas? Por que são mantidos alguns papéis, se não há mais a necessidade do seu uso no cotidiano de trabalho, por exemplo? Que lugar ocupam

¹⁶ LEBRAVE, Jean-Louis. O manuscrito será o futuro do texto. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (org.). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 92.

os arquivos do processo educacional? Guarda-se para não esquecer? Conserva-se para o futuro? A quem interessariam esses guardados?

Como ações que se efetivaram durante esses quase três anos de existência, cabe destacar que o GARPE tem procurado manter-se ativo em mapear e receber arquivos pessoais e, assim, ampliar as possibilidades de pesquisa. Para dar maior visibilidade ao Grupo de Pesquisa e ao trabalho desenvolvido, houve investimento na criação de um site disponível em: www.arquivospessoais.com, com o objetivo de reunir ações e as produções acadêmicas das pesquisadoras.

Os estudos produzidos pelo Grupo buscam promover reflexões a respeito dessas questões nos domínios da História do Tempo Presente em interfaces com as discussões acerca do Patrimônio Cultural e as abordagens da História da Educação, especialmente referentes ao gênero biográfico, às sensibilidades, à construção da intelectualidade, às práticas de arquivamento do eu, à recolha e guarda de ego-documentos e ao reconhecimento de diferentes práticas de sociabilidades geracionais. Reforça-se, assim, a relevância desses arquivos produzidos no âmbito privado que, se recolhidos, organizados e socializados, podem ampliar o horizonte de possibilidades de pesquisa ao se constituírem como fontes para o conhecimento historiográfico, bem como para a formulação de políticas institucionais específicas para a recolha, preservação e divulgação dos fundos arquivísticos envolvidos.

Igualmente, interessa ao Garpe difundir o trabalho desenvolvido em centros de memória, museus e arquivos que, por meio da salvaguarda de diferentes materialidades, promovem a ampliação do repertório historiográfico no tempo presente como uma produção discursiva que relaciona memória e esquecimento como fundamentais para o entendimento da historicidade de um determinado tempo e lugar. Por fim, o que une as pesquisadoras, para além dos procedimentos metodológicos em torno da potência dos arquivos pessoais, é uma dada convicção de que trabalhar com eles significa ter no horizonte a percepção de que organizá-los e classificá-los remete ao fato de que escolhas

devem ser feitas, tendo em vista a necessidade de triagens e a diversidade das temáticas de estudo de cada uma.

Os arquivos pessoais no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas/ IDCH/FAED/UDESC

A produção de nosso arquivo pessoal não é um processo involuntário, já que costumamos deixar traços de nossas atividades onde quer que passemos. [...] Os arquivos pessoais também parecem ser uma espécie de montagem autobiográfica.¹⁷

Depositados no Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas, em Florianópolis/SC, os arquivos pessoais dos professores catarinenses Victor Márcio Konder (1925-2005), Elpídio Barbosa (1909-1966) e Walter Fernando Piazza (1926-2016) são o alvo desse texto. O espaço Eglê Malheiros e Salim Miguel, também disponível no IDCH, contém o arquivo pessoal do casal de intelectuais e escritores. Eglê foi professora de História nas décadas de 1950/1960 no Instituto Estadual de Educação (IEE), em Florianópolis, mas o arquivo contempla mais sua produção literária e seus guardados sobre a atuação de Salim na literatura nacional.

O Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas (IDCH)¹⁸ está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e foi aprovado pela Resolução nº 030/2012 – CONSUNI/UDESC, inaugurado em 28 de novembro de 2013, na gestão FAED/UDESC do Prof. Dr. Emerson César de Campos, um historiador de formação, ligado também ao PPGH/UDESC. O IDCH tem por objetivos:

- Constituir-se em um espaço de guarda de documentação e memória científica relativas às pesquisas que tenham por objeto a sociedade contemporânea em seus aspectos histórico, educacional e socioambiental;

17 COX, Richard J. *Arquivos pessoais: um novo campo profissional. Leituras, reflexões e reconsiderações*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017, p. 232; 245.

18 Para maiores informações consultar o site: *CENTRO de Ciências Humanas e da Educação*. Disponível em: <https://www.udesc.br/faed/idch>. Acesso em: 14 abr. 2022.

- Catalogar, armazenar, tratar, disponibilizar os resultados das pesquisas nos seus diversos suportes e disponibilizá-las ao público em geral;
- Assegurar a interdisciplinaridade necessária para os estudos na área de Humanidades;
- Estimular a produção, socialização e estruturação de conhecimento gerado pela comunidade científica da FAED e pela comunidade externa, e
- Disponibilizar à comunidade acadêmica, às redes escolares nos diversos níveis, aos pesquisadores/as e aos demais interessados/as o acesso aos acervos sob a guarda o Instituto.

Neste artigo, o destaque será dado apenas aos arquivos pessoais depositados e preservados no IDCH, entretanto, é importante salientar que este espaço contempla importantes projetos feitos a partir da recolha e doação de outros arquivos institucionais, como: Projeto Arquivos Marginais, Arquivo da Penitenciária do estado de Santa Catarina /Professor Dra. Viviane Trindade Borges; Projeto Irmandade do Espírito Santo / Prof.^a Dra. Sílvia Maria Fávero Arend; Acervo Ditadura em Santa Catarina/Prof. Dr. Reinaldo Lohn, todos ligados ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UEDESC) e Hemeroteca Digital Catarinense/Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn, Iraci Borszcz (bibliotecária) e Alzemi Machado, da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e o Espaço Salim Miguel e Eglê Malheiros/ Prof. Dr. Emerson Cesar de Campos, Prof.^a Dra. Sílvia Maria Fávero Arend, Prof. Dr. Fábio Napoleão e Prof.^a Msc. Graciana Vieira, todos professores da UEDESC, contendo os arquivos deste casal de escritores e intelectuais catarinenses.

Dada a importância dos testemunhos, assiste-se no tempo presente uma maior visibilidade dos arquivos pessoais como um traço sintomático de época, pois eles podem conter abundância de materiais que abrem possibilidades de construção de outros conhecimentos sobre o passado próximo ou recente. Produzidos

de modo intencional ou mesmo involuntário, os arquivos pessoais guardam, não raro, textos escritos, nos quais o “EU”, (o escritor/escrevente/arquivista) está continuamente presente e, por salvuardá-los, gera os ego-documentos, definidos como os textos em que um autor ou autora escreve para si mesmo ou para o outro sobre suas vivências (diretas o conhecidas), sentimentos e pensamentos.¹⁹



Figura 1: Prédio do IDCH/UDESC/Florianópolis/SC. Fonte: Foto das autoras, 2016.

Documentações tanto de cunho oficial, como aquelas produzidas na intimidade estão abrigadas no IDCH/UDESC e podem ser acessadas eletronicamente.²⁰ Importa registrar que os três arquivos pessoais de professores doados, em sua maioria por familiares, foram depositados em seu interior através de demandas e contatos estabelecidos pelos professores ligados ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/ UDESC). Visitas e conversas, fruto de redes de sociabilidade, de relações pessoais com os familiares e, igualmente, do reconhecimento ao

19 Cf. CASTILLO, Antonio Gómez. *Escribir y archivar los egodocumentos*. Colóquio Internacional. *Anais...* Madrid: Universidad de Alcalá, 2013.

20 Os materiais dos arquivos pessoais dos professores, alvo deste estudo, estão disponíveis, através do item COLEÇÕES para consulta presencial e on line pelo site: CENTRO de Ciências Humanas e da Educação. Disponível em: <https://www.udesc.br/faed/idch/cole%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 14 abr. 2022.

trabalho fruto da experiência e da formação em História, foram acionadas entre herdeiros e a representante da instituição, naquele momento, sendo facilitadores para a doação definitiva, feita juridicamente pela UDESC sob a coordenação geral do IDCH entre 2014 e 2017.²¹ Sua organização só se efetivou pela presença da bibliotecária Iraci Borszcz, que atuou como coordenadora técnica de toda a organização.

A Tabela I, a seguir, apresenta os arquivos pessoais de professores que foram doados ao Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas/IDCH/UDESC e os responsáveis pela gestão de sua entrada neste local de guarda. Todos estes arquivos pessoais de educadores/professores catarinenses aqui listados mereceram estudos e publicações.²²

21 Prof^ª Maria Teresa Santos Cunha. Coordenadora do Instituto de Investigação e Documentação de Ciências Humanas/ IDCH /Portaria do Gabinete do Reitor /GR 611/2015 de 25/05/2015, para o Cargo de - 40 horas semanais. Dispensada, a pedido, em 09/02/2017 /PORTARIA 072/2017 /GR/UDESC.

22 Cf. CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos escolares: olhares ao passado no tempo presente. *História da Educação*, v. 19, 2015; *Idem*. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-66): do traçado manual ao registro digital. *História da Educação*, v. 21, 2017; *Idem*. De achados locais a indícios nacionais: arquivos pessoais de educadores na História de Educação do Tempo Presente. In: CURY, Claudia Engler; SIMÕES, Regina Helena Silva; VIEIRA, Carlos Eduardo. (org.). *História da Educação: global, nacional e regional*. 1 ed. v. 15. Vitória: Edufes, 2019; *Idem*. Artes de guardar: arquivo pessoal de um professor e a escrita da História da Educação (Décadas de 1960-2000). In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho (org.). *História de Artes: ofícios e escolas*. 1 ed. Fortaleza: Editora da UFC, 2019; *Idem*. (Des)arquivo: arquivos pessoais e ego-documentos no Tempo Presente. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2019; *Idem*. Eu te dedico: história, educação e sensibilidades nas dedicatórias de livros de um professor catarinense (1940-1980). *História da Educação*, v. 24, 2020; CUNHA, Maria Teresa Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Dossiê traços que deixam traços, arquivos pessoais no Tempo Presente. *Revista Cadernos de História da Educação*, v. 20, 2021; CUNHA, Maria Teresa Santos; SOUZA, Flávia Freitas de. *Viver e escrever: cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (Século XX)*. Florianópolis: Insular, 2015; CUNHA, Maria Teresa Santos; PAREDES, Júlia Espíndola Paredes; DALAPRIA, Gabriel da Rosa. Do traçado manual ao registro digital: o acervo pessoal e profissional do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): dimensões e possibilidades. 27^º SIC UFESC. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2016.

TABELA I: arquivos pessoais de professores no IDCH/UDESC		
Arquivo Pessoal	Doador	Responsável/Curador
Victor Márcio Konder	Prof. ^a Rosa Konder (esposa)	Iraci Borszcz Maria Teresa Santos Cunha
Elpídio Barbosa	Museu da Escola Catarinense/ Prof. ^a Dra. Sandra Makowiecky	Maria Teresa Santos Cunha e Cristiani Bereta da Silva
Walter Fernando Piazza	Família Piazza/ Prof. ^a Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza	Maria Teresa Santos Cunha e Iraci Borszcz

Fonte: IDCH/UDESC Elaboração das autoras.

A presença destes arquivos pessoais em um local de guarda específico é significativa para demandar pesquisas e mostrar à sociedade acadêmica e civil tanto a importância da memória para a construção da história, como o exercício da atividade de pesquisa. Espera-se que tais procedimentos contribuam para o fomento de políticas públicas sobre preservação e conservação de arquivos pessoais em conexão, no futuro, com arquivos escolares e arquivos de professoras. Considera-se que tal situação amplia o espectro temático das investigações e reverbera o reforço de uma consciência preservacionista em que o universo de fontes e documentos fez emergir “lugares de memória” que, por seu volume e variedade, demandam inserções arquivísticas e historiográficas para a realização de pesquisas e para sensibilizar a guarda e a conservação de outros arquivos que chegarem ao IDCH.²³

23 Através de financiamento do CNPq (Edital Universal 2016/Processo 424176/2016-5/ Coordenadora do IDCH, no período, Prof.^a Maria Teresa Santos Cunha) foram comprados mobiliários (vitrines, armários, placas indicativas, material de papelaria e de arquivos, etc) para abrigar os materiais do Arquivo Piazza.

Os arquivos pessoais no arquivo memória FACED/UFRGS

*O arquivo é sempre o produto de uma linguagem
própria que emana de indivíduos singulares, ainda que
possa exprimir o ponto de vista de um coletivo.*²⁴

A Faculdade de Educação/UFRGS mantém um Arquivo, que todos chamam de Memória Faced. Naquele lugar, procura-se organizar papéis de diferentes temporalidades que registram traços do passado tanto da Faculdade, quanto do Colégio de Aplicação, com fins de disponibilizá-los para consulta local. A partir de 2012, localizaram-se documentos produzidos pelos diversos setores administrativos da faculdade e do colégio em situação de esquecimento e nenhum tratamento arquivístico, em uma espécie de depósito, onde estavam caixas de papelão com muitos materiais empilhados, dispostas em estantes, umas sobre as outras, sem possibilidade de deslocamento. Infelizmente, esta não é uma situação atípica nas instituições educativas brasileiras, sejam elas públicas ou privadas. Apesar da onda memorial que marca o tempo presente, ainda é difícil a valorização do patrimônio educativo de escolas e universidades. Souza denuncia a indiferença com as memórias de escolas diante da falta de cuidado das instituições.²⁵

No Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS, variados testemunhos da vida institucional, que registram tempos pretéritos, estavam armazenados em condições adversas por conta da localização em instalações inadequadas e insalubres. Ao descuido com essa memória, incorporada em suportes antigos, sobreveio, de imediato, um sentimento de *dever de memória*, no sentido de combater o esquecimento do cotidiano de trabalho/estudo vivido por inúmeras pessoas, servidores e estudantes. Este sentimento da preocupação com o guardar é tributário do fenômeno da aceleração

24 ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, n. 17, p. 88, 1996.

25 Cf. SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar: notas para um debate. *Revista Linhas*, v. 14, n. 26, 2013.

do tempo, sintoma do presentismo, que instaura o significado da produção de memórias.

Em vista disso, idealizou-se um espaço que tivesse alcance formativo e acadêmico, frequentado por estudantes e por pesquisadores que lá poderiam encontrar redes de informações arquivísticas, imagéticas e orais, que, examinadas e articuladas aos contextos de cada época, permitiriam a produção de histórias da UFRGS, de seus sujeitos e de suas ressonâncias na sociedade brasileira. Portanto, essa *artesanía do guardar*, que compõe o significado da existência dos Arquivos, almeja outros alcances para além da preservação de vestígios pretéritos e fomentar a pesquisa. Higienizar com o objetivo de investigar representa uma das metas das ações que se praticam no Memória Faced, notadamente nos trabalhos de Almeida.²⁶



Figura 2: Prédio da FACED/UFRGS /Memória Faced. Fonte: arquivo Faced/UFRGS.

26 Cf. ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Percursos de um arq-vivo: entre arquivos e experiências em História da Educação*. 1 ed. Porto Alegre: Letra 1, 2021; *Idem*. Em meio a cadernos de uma professora polivalente: um estudo sobre práticas das aulas de Estudos Sociais (Colégio de Aplicação/UFRGS 1978/1986). In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane; SANTOS, Magno Francisco de Jesus (org.). *Histórias do Ensino de História: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes*. 1 ed. Recife: EDUPE, 2020; ALMEIDA, Dóris Bittencourt; GRIMALDI, Lucas Costa. Entre gestos de guardar e atos de testemunhar: o arquivo de memórias da faculdade de Educação/UFRGS. *Educação em Revista (UFMG)*, v. 36, n. 1, 2020; ALMEIDA, Dóris Bittencourt; BASTOS, Maria Helena Camara. Escrever, recortar, colar: 'acervo de vivências' nos cadernos da professora Luzia. *History of Education & Children's literature*, v. XVI, 2021; ALMEIDA, Dóris Bittencourt et al. Organização do sítio eletrônico do Grupode Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação (GARPE/CNPq). *Arquivos pessoais*, 2018. Disponível em: www.arquivospessoais.com.

Nessa perspectiva, assume-se o desafio proposto por Peres de “associar o gesto artesão e a prática científica, considerando que não há hierarquia nessas ações, são ações que fazem parte de uma mesma prática”.²⁷ O “guardar e o pesquisar” são ações entrelaçadas nos Arquivos que se constituem em “um compromisso social, político e ético, tarefa primeira dos historiadores”.²⁸

Dessa maneira, o Memória Faced/UFRGS passou a abrigar arquivos pessoais de professores e professoras que trabalhavam na Faculdade de Educação e no Colégio de Aplicação da UFRGS. Para este artigo, foram selecionados apenas os arquivos pessoais, haja vista haver variados arquivos em diferentes suportes ali depositados.

TABELA 2: arquivos pessoais de professores/as memória FACED		
Arquivo Pessoal	Doador	Responsável/Curador
Balduino Andreola	Balduino Andreola	Dóris Bittencout Almeida
Maria Helena Bastos	Maria Helena Bastos	Dóris Bittencout Almeida
Luzia Garcia de Mello	Maria Helena Bastos	Dóris Bittencout Almeida
Alceu Ferraro	Alceu Ferraro	Dóris Bittencout Almeida
Isabel Loss	Isabel Loss	Dóris Bittencout Almeida
Tania Fortuna	Tania Fortuna	Dóris Bittencout Almeida
Beatriz Fischer	Beatriz Fischer	Dóris Bittencout Almeida
Nilton Fischer	Beatriz, Gustavo e Janaina Fischer	Dóris Bittencout Almeida
Maria Luiza Xavier	Maria Luiza Xavier	Dóris Bittencout Almeida

Fonte: arquivo Faculdade de Educação/UFRGS – Elaboração das autoras.

27 PERES, Eliane Teresinha. A constituição de um arquivo e a escrita da História da Educação: do gesto artesão à prática científica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, p. 17, 2019.

28 *Ibidem*, p. 18.

O que mobiliza este trabalho é a vontade de guardar memórias da instituição e de seus sujeitos, “restaurar um esquecimento, e encontrar os homens (e mulheres) através dos traços que eles deixaram”, conferir movimentos a algo que estava parado, em um estado de quietude.²⁹ Assim, longe de pensá-lo como algo morto, trata-se de *arq-vivo*.³⁰ Local de muita ebulição, observada no trabalho cotidiano de professores, estudantes do Pós-Graduação, bolsistas de iniciação científica que se envolvem com tarefas de higienização e catalogação de documentos, produção de entrevistas, recebimento de arquivos pessoais, além das pesquisas que promovem sentido acadêmico às atividades arquivísticas.

Nesse sentido, o “sabor do Arquivo”, valendo-se da metáfora de Arlette Farge,³¹ sem descuidar da organização documental oficial, reside no recebimento dos documentos pessoais, muitos deles escrituras ordinárias, representativos da faculdade, do colégio, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e também na produção de memórias orais dos sujeitos que compõem as comunidades acadêmicas e escolares. Estes são os *gestos de guardar* em um *Arq-Vivo*, constituído por “documentos silenciosos” da universidade que “hoje querem se fazer ouvir”.³²

É nessa perspectiva das sensibilidades que muitos papéis encontram espaço de acolhida e passam a habitar o Memória Faced, que pode ser compreendido como uma espécie de *refúgio* em meio às pressões do cotidiano de estudo e de trabalho. É assim que folhas avulsas, aparentemente com pouco sentido de organização, cadernos pessoais, cadernos de planejamento de aula, documentos orais, agendas, trabalhos de estudantes, fotografias, convites e discursos de formatura, cadernos de chamadas, provas de concursos docentes, bilhetes, correspondências, panfletos, cartazes de eventos, entre outros, são capazes de muito fazer dizer

29 CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 35.

30 Cf. ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Percursos de um arq-vivo... Op. cit.*

31 Cf. FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

32 PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 7.

da cultura destas instituições educativas. Todos eles são recebidos, higienizados e guardados para posterior consulta de pesquisadores. Entendemos a produção e manutenção desses registros como uma forma de atestado de nossas existências que nos situam no mundo, são práticas do “arquivamento do eu”, de construção de si mesmo e de resistência.³³

Considerações gerais: do frenesi documental à ação

*O rastro é para o conhecimento histórico o que a observação direta ou instrumental é para as ciências naturais.*³⁴

Plenos de rastros, os documentos que formam o fundo de coleções e que se hospedam nos arquivos pessoais de professores catarinenses e de professoras e professores rio-grandenses aqui em destaque, para além de comportarem um *frenesi documental*, mantêm uma presença de testemunhos de tempos pretéritos que aspiram, no presente, uma presença no futuro. Estudos sobre e com estes materiais estão sendo feitos pelas componentes do Grupo de Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação (GARPE), transformando tais experiências em conhecimento histórico, que se encontra listado nas referências deste trabalho.

Considerando que “uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer [...] e que as fontes têm poder veto”,³⁵ é possível, com base nelas, fazer apontamentos e interpretações sobre modos de se portar, de ver e lembrar como era a vida de pessoas em outros tempos. Podem-se visualizar projetos sendo colocados em prática, redes de sociabilidade daquele período, pessoas e culturas políticas em ação. O fato de guardar, registrar e arquivar a vida permitiu ao historiador do tempo presente o acesso a determinadas temporalidades que podem, principalmente, dizer

33 Cf. ARTIÈRES, Phillippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998.

34 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento...* Op. cit., p. 180.

35 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica os tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006, p. 188.

sobre o próprio presente através dos usos que estes passados podem adquirir na atualidade.

Há de se considerar ainda o valor narrativo dos documentos pessoais, como “uma espécie de montagem autobiográfica” que comportam representações em que o autor ou outros sujeitos escolhem o que manter e o que omitir do conjunto documental arquivado.³⁶ Diante dessas ponderações, torna-se difícil naturalizar um arquivo pessoal, pensá-lo como construção fiel, espontânea, genuína, verdadeira de seu titular em seus percursos de vida. É preciso atentar para as possíveis discontinuidades, deslocamentos, brechas, desvios e apagamentos. Nas palavras de, “é preciso compreender os arquivos não apenas como um tesouro, um lugar, e sim como um processo”.³⁷ Cabe lembrar que os encantamentos podem estar em todos os documentos e, para isso, o exercício de vigilância diante das fontes não é uma prerrogativa apenas dos arquivos pessoais, “o feitiço pode estar em toda a parte, havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros”, é o alerta de Ângela de Castro Gomes, que ainda conserva toda sua força.³⁸

As ações de reconhecimento e pesquisa nestas fontes/documentos no tempo presente estão conectadas à salvaguarda, entre outras materialidades, de papéis que outrora tinham apenas valor pessoal: cadernos, agendas, bilhetes, cartazes, convites e discursos de formatura, manuscritos e impressos variados transformam-se em testemunhos indicativos, como uma espécie de legado do passado da educação, passam a integrar o patrimônio institucional e apresentam indícios da cultura que fazem parte. Em outras palavras, documentos pessoais podem encontrar um novo lugar para habitar, os arquivos institucionais, que muito terão a ganhar com a presença desses passados materializados em papel.

Importa registrar que este empreendimento com arquivos pessoais de professores e professoras remete ao trabalho de Augustin

36 COX, Richard J. *Arquivos pessoais... Op. cit.*, p. 245.

37 KETELAAR, Eric. (Des)Construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 197.

38 GOMES, Ângela de Casto. Nas malhas do feitiço... *Op. cit.*, p. 126.

Escolano quando se refere à educação patrimonial como um “ethos de desejo”,³⁹ em seu potencial de constituir uma “nova educação histórica da cidadania”.⁴⁰ As memórias da escola, para o autor, se constituem em bens culturais, de caráter coletivo, representativos de inúmeras práticas desenvolvidas no interior das instituições, nas interfaces com contextos mais amplos. Pode-se dizer, concordando com o autor, que, durante muito tempo, aspectos e bens da escola – agora visíveis em arquivos pessoais de professores – foram apagados da memória oficial, interessada exclusivamente em documentos dotados de determinada oficialidade. Em suas palavras, “agora esses bens são buscados, conservados e difundidos, porque nos pertencem e nos definem como sujeitos histórico-culturais”.⁴¹

A doação dos arquivos pessoais aqui elencados e depositados tanto na UDESC como na UFRGS foi liderada para sua efetivação pelas autoras, haja vista as funções que exerciam e as pesquisas já realizadas nesta temática que autorizavam este investimento. Todas estas atividades foram executadas com apoio das instituições custodiadoras, e a equipe técnica esteve presente no acompanhamento de todo o processo, cujo envolvimento foi imprescindível para o sucesso das ações de recolha e preservação. Nestas tarefas, é fundamental que alguém se coloque à frente para dinamizar o processo e para atender diretamente às demandas administrativas, jurídicas e espaciais.

Por fim, acredita-se na potência dos *gestos de guardar* também como forma de resistir ao esquecimento, principalmente aquele produzido pela aceleração do tempo em que “a confiança no progresso se substituiu a preocupação de guardar e preservar: preservar o que e quem? Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos”.⁴²

39 ESCOLANO BENITO, Agustín. *A Escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea, 2017, p. 280.

40 *Ibidem*, p. 269.

41 *Ibidem*, p. 274.

42 HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, v. 22, n. 36, p. 270-271, 2006.

Referências

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Em meio a cadernos de uma professora polivalente: um estudo sobre práticas das aulas de Estudos Sociais (Colégio de Aplicação/UFRGS 1978/1986). In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane; SANTOS, Magno Francisco de Jesus (org.). *Histórias do Ensino de História: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes*. 1 ed. Recife: EDUPE, 2020.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. *Percursos de um arq-vivo: entre arquivos e experiências em História da Educação*. 1 ed. Porto Alegre: Letra 1, 2021.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; BASTOS, Maria Helena Camara. Escrever, recortar, colar: 'acervo de vivências' nos cadernos da professora Luzia. *History of Education & Children's literature*. v. XVI, p. 503-523, 2021.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; GRIMALDI, Lucas Costa. Entre gestos de guardar e atos de testemunhar: o arquivo de memórias da faculdade de Educação/UFRGS. *Educação em Revista (UFMG)*, v. 36, p. 1-14, 2020.

ARTIÈRES, Phillippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos permanentes, Tratamento documental*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

CASTILLO, Antonio Gómez. Escribir y archivar los egodocumentos. Colóquio Internacional. *Anais...* Madrid: Universidad de Alcalá, 2013.

CENTRO de Ciências Humanas e da Educação. Disponível em: <https://www.udesc.br/faed/idch>. Acesso: em 14 abr. 2022.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COX, Richard J. *Arquivos pessoais: um novo campo profissional. Leituras, reflexões e reconsiderações*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *(Des)arquivo: arquivos pessoais e ego-documentos no Tempo Presente*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Acervos escolares: olhares ao passado no tempo presente. *História da Educação*, v. 19, p. 293-297, 2015.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Artes de guardar: arquivo pessoal de um professor e a escrita da História da Educação (Décadas de 1960-2000). In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho (org.). *História de Artes: ofícios e escolas*. 1 ed. Fortaleza: Editora da UFC, 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos. De achados locais a indícios nacionais: arquivos

peçoais de educadores na História de Educação do Tempo Presente. In: CURY, Claudia Engler; SIMÕES, Regina Helena Silva; VIEIRA, Carlos Eduardo. (org.). *História da Educação: global, nacional e regional*. 1 ed. v. 15. Vitória: Edufes, 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Eu te dedico: história, educação e sensibilidades nas dedicatórias de livros de um professor catarinense (1940-1980). *História da Educação*, v. 24, p. 1-24, 2020.

CUNHA, Maria Teresa Santos. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-66): do traçado manual ao registro digital. *História da Educação*, v. 21, p. 187-206, 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Dossiê traços que deixam traços, arquivos pessoais no Tempo Presente. *Revista Cadernos de História da Educação*, v. 20, 2021.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SOUZA, Flávia Freitas de. *Viver e escrever: cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (Século XX)*. Florianópolis: Insular, 2015.

ESCOLANO BENITO, Agustin. *A Escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea, 2017.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

GOMES, Ângela de Casto. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GRIMALDI, Lucas Costa. Entre gestos de guardar e atos de testemunhar: o arquivo de memórias da faculdade de Educação/UFRGS. *Educação em Revista (UFMG)*, v. 36, n. 1, 2020

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KETELAAR, Eric. (Des)Construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica os tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

LEBRAVE, Jean-Louis. O manuscrito será o futuro do texto. In: SOUZA. Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (org.). *Arquivos Literários*. São Paulo: Ateliê, 2003.

PERES, Eliane Teresinha. A constituição de um arquivo e a escrita da História da Educação: do gesto artesão à prática científica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, p. 1-23, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 35-42, 1998.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

ROUSSO, Henri. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricos*, n. 17, p. 85-91, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar: notas para um debate. *Revista Linhas*, v.14, n. 26, p. 199-221, 2013.

História Política e Tempo Presente

a justiça dos vivos

Reinaldo Lindolfo Lohn

Mateus Gamba Torres

O domínio da História do Tempo Presente vem sendo delineado a partir de constatações amplas, como as sugeridas por Hans Ulrich Gumbrecht, para quem o “tempo histórico” sofreu a ação transformadora dos processos sociais contemporâneos.¹ O presente alargou-se: antes, um pequeno lapso, um instante entre um passado deixado para trás e distinto de um futuro a ser construído, passou a ser experimentado como um extenso presente. Uma das mais significativas expressões dessa nova postura historiográfica foi a retomada dos estudos no campo da política. Nessa abordagem, compreende-se haver um alargamento do político, que não se reduz ao Estado, pois se trata de uma construção histórica referida tanto a espaços discursivos quanto a práticas e experiências elaboradas nas interações sociais. No caso da reflexão aqui apresentada, pretende-se focalizar processos históricos que envolveram a experiência brasileira em torno das tentativas de superação de um quadro político marcado pelo autoritarismo, configurado na ditadura militar imposta ao país com o golpe de 1964.

1 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 23-27.

Tal abordagem abre uma nova perspectiva para a compreensão dos “horizontes de expectativas” dos grupos sociais e políticos. Assim, cabe recolher indícios de suas “experiências” e “expectativas”, entendidas aqui como categorias históricas a partir da acepção de Reinhart Koselleck, para quem não há “expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa”.² É o que pretendemos demonstrar a partir da análise histórica de experiências que envolveram a ditadura e a transição política brasileira entre as décadas de 1970 e 1980.

O campo da política adquiriu consistência própria, que envolve não só o aumento da atribuição das políticas públicas e dos processos administrativos, mas novas formas de politização de relações de poder efetivadas em diferentes âmbitos. Trata-se, assim, de uma encruzilhada de metodologias, problemas e abordagens que tem como características marcantes a interdisciplinaridade e a combinação de ritmos desde os instantâneos aos de efeitos mais duráveis, postos num tempo presente.

Esse considerável aporte de instrumentos analíticos proporciona à historiografia a apreciação das interações entre fragmentos sociais recolhidos na variada documentação disponível, compondo narrativas que dialogam com conceitos e representações e associam o econômico, o político e o sociocultural enquanto dimensões da vida social que se entrecruzam numa dada espacialidade e temporalidade. No âmbito do presente texto, é indispensável apontar que a ditadura e a transição para a chamada Nova República, com seus desdobramentos posteriores, marcaram de maneira indelével nosso presente e, assim, nossa atual experiência democrática. Recentemente a temática da última ditadura militar brasileira e seus assuntos correlatos fomentaram novas abordagens historiográficas. De narrativas memorialísticas de autores que acompanharam os processos — textos jornalísticos e algumas

2 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 309-327.

obras nas áreas de Sociologia e Ciência Política — passou-se a importantes incursões de historiadores e historiadoras que suscitam novas inquietações sobre o período. Apresentamos uma possibilidade de abordagem de um processo social que segue em aberto no tempo presente brasileiro, nesse caso, envolvendo as relações entre história, justiça, direitos humanos, conexões internacionais e uma pitada de utopia.

A elaboração deste texto parte de ao menos três pressupostos. Em primeiro lugar, busca-se refletir sobre os processos políticos que marcam a sociedade brasileira recentemente, especialmente aqueles que dizem respeito às forças sociais e agentes que estiveram envolvidos no aparato autoritário e repressivo da última ditadura militar (1964-1985). Por outro lado, considera-se ser importante que a historiografia possa oferecer contribuições que possibilitem interpretar os limites e contradições dos projetos sociais então em disputa e seus arranjos em um quadro político que pretendeu alcançar uma estabilidade democrática em meio a profundas desigualdades sociais.

Por fim, cabe ter em conta que o cenário social e político brasileiro ganha contornos mais complexos e, assim, com nuances que devem ainda ser exploradas, quando situado em uma perspectiva internacional, na qual as fronteiras do país deixam de ser recortes indispensáveis para a compreensão dos processos então em curso. O debate político brasileiro foi atravessado por ideias e projetos que inspiraram forças sociais que se mostraram atuantes no processo de luta contra a ditadura e nos projetos de democratização ao final da década de 1970.

Um desaparecimento com duas vítimas: Ieda Santos Delgado e Eunice Santos Delgado

No dia 11 de abril de 1974 a jovem advogada Ieda Santos Delgado, funcionária pública federal lotada no Ministério de Minas e Energia, residente no estado da Guanabara,

desapareceu ao viajar do Rio de Janeiro para São Paulo com o intuito de providenciar a entrega de passaportes para um casal de militantes que precisava sair do país. Dias depois, a mãe de Ieda, chamada Eunice Santos Delgado, recebeu um telefonema anônimo afirmando que a filha estaria presa em uma delegacia do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo. Desesperada, começou uma frenética busca de informações: viajou para São Paulo e, a partir de então, visitou várias vezes quartéis, delegacias, DOI-CODI, DOPS, hospitais e até o IML. Tudo isso sem sucesso.

O final dessa história não é feliz. Ieda faz parte do rol de desaparecidos pela ditadura militar. Seu corpo nunca foi encontrado e a família sofre uma dor que não se esgota com o tempo, especialmente nesses casos de direito negado, até mesmo o luto durante todas essas décadas. Sua mãe também se tornou vítima de um processo cruel em que o Estado brasileiro, conduzido por uma ditadura militar a partir de 1964 e por civis desde 1985, é o principal algoz.

Essas informações foram extraídas do relatório da Comissão da Verdade Anísio Teixeira, instalada na Universidade de Brasília.³ Além de tais informações sobre Ieda, é marcante a participação de sua mãe em todos os momentos dessa luta. Eunice Santos Delgado percorreu diversos tipos de prisões, viajou para o exterior, mandou cartas para os ditadores e para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nos meses que se seguiram, ingressou na justiça com dois *habeas corpus*: um no estado da Guanabara e um no Distrito Federal. Posteriormente buscou um terceiro, novamente no estado da Guanabara. Todos os três foram endereçados ao Superior Tribunal Militar.

Os *habeas corpus* se encontram no Arquivo do Superior Tribunal Militar em Brasília e foram repassados via e-mail após

³ Cf. RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2016. Disponível em: <https://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio>. Acesso em: 24 jun. 2021.

pedido realizado à secretaria do órgão. Estão arquivados com os números: HC 31246/1974 RJ,⁴ HC 31259/1974 DF,⁵ HC 31383/1975 RJ.⁶

Eunice ainda recebeu duas cartas que teriam sido enviadas por Ieda, nas quais a filha laconicamente afirmava estar bem e que logo se reencontrariam. A primeira foi endereçada de Belo Horizonte; a segunda, com a letra tremida, havia sido enviada do Uruguai. Em exame grafotécnico, foi atestado que a letra era realmente de Ieda.⁷

Posteriormente, Eunice recebeu quatro telefonemas, dois em 1977 e outros dois em 1979. Especialmente no último contato, a mãe diz ter reconhecido a voz da filha. Contudo, é importante considerar a possibilidade de que tais iniciativas fizessem parte das táticas utilizadas pela repressão para tentar demonstrar que a história de desaparecimentos era invenção. Os próprios agentes montavam situações farsescas para dar esperanças aos familiares

4 Cf. BRASIL. *Habeas Corpus* nº 31246/1974. Brasília: Superior Tribunal Militar, 20 jun. 1974. Impetrante: Dra Elizabeth Ferreira Diniz. Paciente: Ieda Santos Delgado. Alegando que se encontra presa incomunicável, sem que a sua prisão tenha sido comunicada a autoridade judiciária competente, apontando como coatoras autoridades civis e militares do Estado da Guanabara, pede a concessão da ordem para que seja posta em liberdade. Relator Min. Rodrigo Octávio Jordão Ramos. Disponível em: Arquivo Público do Superior Tribunal Militar. Endereço: SIA Trecho 17 Via IA 4, SIA Trecho 17, lote 1620 - Guarará, Brasília - DF, 70297-400.

5 Cf. BRASIL. *Habeas Corpus* nº 31250/1974. Brasília: Superior Tribunal Militar, 09 jul. 1974. Impetrante: Eunice Santos Delgado. Paciente: Ieda Santos Delgado. Alegando que se encontra presa ilegalmente e incomunicável, impetra a presente ordem no sentido de que sejam solicitadas informações conforme especifica na petição aos Exms. Srs. Chefe do SNI, Superintendente da PF/SP e ao Ilmo. Sr. Diretor do DOPS/SP e, afinal, seja a paciente posta em liberdade. Relator Min. Rodrigo Octávio Jordão Ramos. Disponível em: Arquivo Público do Superior Tribunal Militar. Endereço: SIA Trecho 17 Via IA 4, SIA Trecho 17, lote 1620 - Guarará, Brasília - DF, 70297-400.

6 Cf. BRASIL. *Habeas Corpus* nº 31.383/1975. Brasília: Superior Tribunal Militar, 24 jun. 1975. Impetrante: Dra Elizabeth Ferreira Diniz. Paciente: Ieda Santos Delgado. Alegando que se encontra presa ilegalmente e incomunicável, desde o dia 11 abr. 1974, sem que a sua prisão tenha sido comunicada à autoridade judiciária competente, apontando como coatoras autoridades militares e civis dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, pede a concessão da ordem para que seja posta em liberdade. Relator Min. Syzeno Ramos Sarmento. Disponível em: Arquivo Público do Superior Tribunal Militar. Endereço: SIA Trecho 17 Via IA 4, SIA Trecho 17, lote 1620 - Guarará, Brasília - DF, 70297-400.

7 Cf. RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília.... *Op. cit.*

de que as vítimas ainda estariam vivas, arrefecendo seus apelos. Há registros de que isso foi tentado, pelo menos, pela ditadura argentina, conforme declaração da ativista e ex-presa política Amelinha Telles na Comissão Rubens Paiva.⁸ Estava estruturado um “aparato de contrainformação para despistar familiares”, o que os levava a perder-se nos “labirintos burocráticos do sistema”.⁹

Eunice Santos Delgado militou e atuou em busca da filha e na luta por justiça até seu falecimento, em 1992. Sua ação envolveu grupos de familiares de desaparecidos políticos, sem nunca perder a esperança de encontrar a filha viva. Em 1995, Ieda foi declarada oficialmente desaparecida política, tendo o Estado assumido sua morte durante a repressão.¹⁰

As circunstâncias de seu assassinato não foram esclarecidas. A irmã de Ieda, Eliete Santos Delgado, em entrevista, relatou que a família teria recebido de um preso político a informação de que Ieda foi executada por ter presenciado a morte de Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, com quem militava na organização Ação Libertadora Nacional (ALN), em São Paulo. A morte de Ieda teria, portanto, um sentido de queima de arquivo, sendo Thomaz Antônio também um desaparecido político.¹¹ Em outro relato, o ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, afirmou que Ieda teria sido assassinada pelo também ex-delegado Sérgio Paranhos Fleury. Guerra teria recebido tal informação do próprio Fleury, bem como do delegado Josmar “Joe” Bueno.¹²

Ieda recebeu diversas homenagens. Teve seu nome atribuído a um dos edifícios da Universidade de Brasília, os Módulos de Apoio e Serviços Comunitários, inaugurados em maio de 2012. No âmbito propriamente acadêmico, a Associação dos Estudantes de

8 Cf. *RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília...* Op. cit.

9 NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 135.

10 Cf. *RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília...* Op. cit.

11 *Ibidem*.

12 *Ibidem*.

Pós-Graduação da UnB leva também seu nome. Ela ainda tem o nome associado ao Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) do Distrito Federal. Há ainda ruas com seu nome no Rio de Janeiro e em São Paulo.¹³

A questão do seu desaparecimento, e dos outros 433 declarados desaparecidos pela Comissão Nacional da Verdade,¹⁴ talvez seja um dos melhores exemplos do que a História do Tempo Presente pode chamar de “ferida aberta”, ou de debates historiográficos que ainda estão no cotidiano da população como um todo e que, por diversos fatores, não tiveram uma conclusão. Isso envolve os casos de crimes de Estado que estão longe de serem efetivamente apurados e punidos. Conforme Henry Rousso, a História do Tempo Presente compreende narrativas e processos inacabados: “se toda história pode ser hoje considerada inacabada, a História do Tempo Presente o é um pouco mais que as outras.” Para o autor, a historiografia que se dedica ao tempo presente está imersa na “incerteza quanto às proposições que ela emite que a aproximam das outras ciências sociais”. Tal característica advém precisamente de se tratar de uma abordagem que se esforça “por compreender indivíduos ou fatos sociais em movimento, com todos os riscos que isso pressupõe”.¹⁵

Esses pressupostos se ligam às necessidades estabelecidas por fenômenos recentes, que demandam explicações mais imediatas. Guerras, crimes contra a humanidade, ataques terroristas trazem ao debate as relações estabelecidas no período, mesmo curto, temporalmente e cronologicamente próximo. Nesse sentido, as consequências humanitárias podem aparecer num tempo mediato ou imediato. No caso dos desaparecidos políticos, a negativa do Estado foi uma constante até 1995, quando então houve a criação

13 Cf. RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília.... Op. cit.

14 Cf. BRASIL; COMISSÃO Nacional da Verdade. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em 24 jul. 2021.

15 ROUSSO, H. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 263.

da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. A lei de criação da comissão reconhece que o Estado brasileiro, por motivos políticos e ideológicos, assassinou e causou o desaparecimento dos corpos de opositores políticos durante a ditadura militar. A partir daí, o Estado começou o processo de reconhecimento de suas responsabilidades, declarando como oficialmente mortas as pessoas que desapareceram no período.¹⁶

As razões para estudar tais acontecimentos e processos que marcam a sociedade brasileira envolvem uma atitude da investigação historiográfica que se volta para os vivos e seus dilemas. O Estado brasileiro, no tempo presente, em um processo inacabado e em movimento, recusa-se ou impõe limites políticos a dar explicações sobre o paradeiro dessas pessoas ou ao menos de seus corpos. A pesquisa histórica defronta-se, neste caso, com o “regime do imprescritível”, o que não diz respeito unicamente aos sistemas jurídicos, mas configura ainda “um regime de historicidade singular”. A característica imprescritível dos crimes contra a humanidade e as violações aos direitos humanos abolem “a distância entre o passado e o presente”, o que nos mantém “contemporâneos do sofrimento infligidos não a alguns, mas a toda uma coletividade”.¹⁷

O desaparecimento é considerado pela legislação brasileira um crime permanente, que não é atingido pela prescrição até que se encontre o corpo vivo ou morto, ou se tenha certeza da morte do indivíduo. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) aponta que “o crime de sequestro é de natureza permanente, o que significa que a sua consumação se protraí no tempo”. A considerar que as vítimas da ditadura foram sequestradas pelo Estado, tal crime configura uma consumação que “ocorre durante o tempo em que a pessoa sequestrada se encontra desaparecida” ou até que haja elementos que “permitam concluir que a vítima está morta”. Dessa forma, nos casos dos desaparecidos políticos, “as vítimas continuam

16 Cf. BRASIL. *Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995*. Brasília: Poder Executivo, 04 dez. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

17 ROUSSO, H. *A última catástrofe... Op. cit.*, p. 221.

desaparecidas, o que afasta a ocorrência da prescrição” (Precedente: Ext 1.150, Rel.^a Min.^a Carmen Lúcia).¹⁸

A resolução da Organização das Nações Unidas referente aos desaparecidos políticos, elaborada em 18 de dezembro de 1992, de número 47/133, conceitua o que pode ser considerado como desaparecimento forçado. O Brasil é signatário da referida resolução, que entrou no ordenamento jurídico pelo Decreto nº 8.767, de 11 de maio de 2016.¹⁹ O texto aprovado apresenta preocupação com países em que “ocorrem desaparecimentos forçados, isto é, detenção, prisão ou traslado de pessoas contra a sua vontade”, bem como a “privação da liberdade dessas pessoas por alguma outra forma”. Tais atos são praticados “por agentes governamentais de qualquer setor ou nível, por grupos organizados ou por particulares atuando em nome do governo ou com seu apoio direto ou indireto”. A resolução envolve os casos em que tais agentes “se neguem a revelar o destino ou o paradeiro dessas pessoas ou a reconhecer que elas estão privadas da liberdade, subtraindo-as, assim, da proteção da lei”.²⁰

O desaparecimento de Ieda Santos Delgado é um caso clássico, exemplo justamente do que a declaração acima pretende delinear e evitar. Ieda desapareceu por razões políticas. Nos *habeas corpus* que sua mãe ingressou, o que recebeu foi desdém e negações. Tal instrumento jurídico se caracteriza como uma medida destinada a garantir e a proteger a liberdade de quem está preso ou ameaçado de prisão, bem como para a reparação de qualquer constrangimento no processo penal, dado que este, podendo

18 Cf. BRASIL. *Extradição nº 1.270/2017*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 17 out. 2017. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14366098>. Acesso em 22 jul. 2017. Requerente: Governo da Argentina. Extraditado: Gonzalo Sanchez. Relator Min. Syzeno Ramos Sarmento. Extradição. Regularidade Formal. Prescritibilidade e Anistia dos Crimes cometidos pelo extraditando. Observância do que decidido pelo plenário na Ext. 1362. Publicado em 17 de outubro de 2017.

19 BRASIL. *Decreto nº 8.767, de 11 de maio de 2016*. Brasília: Poder Executivo, 11 maio 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8767.htm. Acesso em 24 jul. 2021.

20 ASSEMBLEIA geral da Organização das Nações Unidas. *Resolução 47/133 de 18 de dezembro de 1992*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/desaparec/lex71.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

resultar em pena privativa de liberdade, pode se configurar em uma injusta ameaça ao direito de ir e vir.²¹

Pode parecer estranho aos que se interessam pelo tema da ditadura militar a análise de um *habeas corpus* de uma cidadã presa supostamente por crime contra a segurança nacional, visto que, após o Ato Institucional nº 5, ficou suspensa essa garantia constitucional para pessoas acusadas dessa categoria de delitos.²² Contudo, há elementos da documentação que nos fazem considerá-la para os propósitos deste texto. Era corrente que pessoas estavam desaparecendo,²³ mas, para se ter acesso ou ao menos ser observado pelo judiciário, era necessário algum tipo de argumentação legal/jurídica. Em casos como os de Ieda, os advogados utilizavam o argumento da falta de comunicação da prisão para buscar o *habeas corpus*.

A Justiça Militar, na figura do juiz auditor e de acordo com a Lei de Segurança Nacional, deveria ter sido comunicada da prisão através de ofício enviado pela autoridade policial que efetuou a detenção dos militantes. Em relação ao juiz, não poderia haver incomunicabilidade, ou seja, não informar qual o local do cárcere ou o paradeiro do detido. A prisão deveria ser imediatamente comunicada ao juiz auditor, o que visivelmente não ocorreu.²⁴

21 SUPREMO Tribunal Federal. *Glossário: habeas corpus*. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/glossario.asp>.

22 Cf. BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Brasília: Poder Executivo, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 5 nov. 2007.

23 Em 1972, o governo teve que enfrentar a “crise dos desaparecidos”. Foi quando o desaparecimento de militantes começou a ser amplamente divulgado no exterior e passou a mobilizar de maneira mais sistemática as famílias envolvidas. Antes das eleições legislativas de 1974, o MDB assumiu o tema dos desaparecidos, que explodiu para o debate público no começo do governo Geisel. Em julho de 1974, o MDB interpelou o governo sobre o tema, ameaçando convocar o ministro da Justiça, Armando Falcão para depor no Congresso. Cf. REPRESSÃO. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

24 Artigo 59 – Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser preso, pelo Encarregado do Inquérito por até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Este prazo poderá ser prorrogado por uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito a autoridade que o nomeou. Cf. BRASIL. *Decreto-lei nº 898, de 29 de novembro de 1969*. Brasília: Poder Executivo, 29 nov. 1969. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=898&ano=1969&ato=80fTVE1UMjRVT165>. Acesso em: 5 nov. 2007.

Depois da prisão, familiares e amigos percorriam uma via-crúcis caracterizada por constantes buscas em centros de interrogatórios e presídios. No Brasil, já foram descobertos ao menos 224 locais de tortura. Assim, dadas tais características, a fase de interrogatório inicial, na verdade, era um sequestro. As pessoas eram encapuzadas, sem mandado judicial, e levadas para tais lugares. Do total de prisões registradas, um montante de 84% não foi comunicado a qualquer juiz, sendo 12% fora dos prazos legais. A incomunicabilidade fazia parte do sistema da repressão. Advogados lutavam na linha entre a vida e morte de seus presos, pois, ao conseguir encontrá-los em algum estabelecimento penal, sabia-se que se encontrariam oficialmente sob a tutela do Estado, o que garantia, ao menos e na maioria de tais casos, a preservação das vidas.²⁵

A ditadura, a utopia dos direitos humanos e as conexões internacionais

Há uma explicação usual sobre a crise do regime autoritário e o avanço de setores oposicionistas ao longo da segunda metade da década de 1970 que acentua as dificuldades do regime autoritário advindas do arrefecimento da dinâmica econômica após a elevação internacional dos preços do petróleo, abalando o chamado “milagre econômico”. Sem desconsiderar tal quadro, é importante levar em conta que grande parte das dificuldades do regime a partir de 1974, mesmo ano do desaparecimento de Ieda Santos Delgado, não decorreu exatamente de seu desempenho econômico. Nesse período, lentamente, mas progressivamente, há um processo de desmoralização internacional da ditadura brasileira, com a formação de redes e conexões internacionais de exilados e lideranças políticas com diferentes níveis de influência, que criaram mecanismos para denunciar os atos de violações cometidos pelo aparato repressivo, bem como se constituíram em plataforma para

25 Cf. ALMEIDA, Maria H. B Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

a circulação de ideias e projetos que tinham como horizonte a democratização da sociedade brasileira.

É preciso dar conta que ainda em anos anteriores ao anúncio da chamada “distensão” política pelo general-presidente Ernesto Geisel, a situação brasileira começava a tomar vulto internacional. Entre 1969 e 1971, as organizações políticas que efetuaram sequestros de embaixadores buscavam “a libertação de muitos presos políticos”, os quais eram então banidos pelo regime, passando a viver no exterior. O volume de exilados fez ganhar consistência as denúncias às violações de direitos humanos, encontrando receptividade em organismos internacionais sediados na Europa ou nos Estados Unidos, “conseguindo que ficasse conhecida a face mais cruel da ditadura”. A reação do regime autoritário, dada a repercussão internacional de tais atos, foi a orientação ao sistema repressivo para que desenvolvesse os meios mais brutais para organizar sequestros, mortes e desaparecimentos clandestinos de presos políticos. Tais ações evitariam que a ditadura “tivesse que prestar contas à sociedade, aos familiares e aos organismos internacionais sobre seus presos”. Enfim, o “Estado fingia que o assunto não era com ele, colocando a culpa pelos desaparecimentos nas próprias organizações de esquerda”.²⁶

Ao longo da década de 1970, afirmou-se a emergência da chamada última das utopias internacionalistas, aquela dos direitos humanos e sua extensão e realização no conjunto das sociedades, tal como aponta Samuel Moyn.²⁷ Governos nacionais e sociedades tornaram-se alvos do escrutínio internacional, o que envolveu disputas entre as diferentes formas de conceber o exercício dos direitos humanos como utopia realizável contra a manutenção de estruturas de poder incrustadas tanto no Estado, quanto nas formas de desenvolvimento socioeconômico. Verifica-se em âmbito internacional a ação de diferentes movimentos organizados para a ampliação de direitos não como abstrações, mas como

26 Cf. REPRESSÃO. *Memórias da Ditadura...* Op. cit.

27 MOYN, Samuel. *The last utopia: human rights in history*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2010, p. 41.

práticas políticas indispensáveis para a proteção de liberdades democráticas e justiça social. A Declaração Universal dos Humanos, que cristalizara “150 anos de lutas por direitos”, voltava à cena internacional, promovendo uma nova convergência política em torno do tema.²⁸ Tanto ações no âmbito das relações internacionais, quanto movimentos de inconformidade à ditadura apelavam à linguagem dos direitos humanos, que ganhou o centro do debate público como última barreira possível de resistência no interior de estruturas autoritárias.

Houve, então, a elaboração de um espaço público internacional em defesa das liberdades democráticas, projetando a utopia da generalização dos direitos humanos. Ocorreram, assim, intensas trocas e conexões entre setores oposicionistas brasileiros à ditadura militar vigente e lideranças, governos e organizações internacionais, o que envolvia diferentes gerações de exilados, bem como entre diferentes gerações de exilados e ativistas políticos brasileiros.²⁹ Cabe aqui considerar os contornos internacionais da resistência ao regime autoritário brasileiro, situando tais ações em uma escala que não se limite às fronteiras nacionais. Nos Estados Unidos³⁰ e a Europa³¹ não apenas viveram grande número de brasileiros exilados, mas também, a partir de contatos com os contextos da América Latina e das lutas pela descolonização que ocorriam no continente africano, foi constituída uma plataforma importante para dar suporte às denúncias acerca da situação interna brasileira. Os nós de conexões internacionais, ao menos em âmbito Atlântico, favoreceram a circulação de um repertório político que subsidiou os debates de então.

28 HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 207-210.

29 ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 50-51.

30 Cf. GREEN, James N. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. *Cadernos AEL*, v. 17, n. 29, 2010.

31 Cf. MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). *Dados*, v. 60, n. 1, 2017.

Em um país como Portugal, por exemplo, que à época também passava por um processo de desmontagem de uma longa ditadura, casos como o de Ieda Santos Delgado encontraram ressonância na imprensa, apesar das pressões da embaixada brasileira, então comandada pelo general que foi chefe do Serviço Nacional de Informações entre 1969 e 1974, Carlos Alberto da Fontoura. No país ibérico, jornalistas brasileiros e exilados tiveram a oportunidade de tratar abertamente da repressão política e construir um repertório para o enfrentamento internacional do regime. Por meio de conexões internacionais que envolviam as distintas frentes oposicionistas brasileiras, um programa de redemocratização que previa a conclamação de uma constituinte e eleições livres integrava demandas que eram verbalizadas ainda com cautela no Brasil, desafiando o gradualismo imposto pelo regime. Um novo repertório político era experimentado e trazia pontos essenciais para o debate corrente acerca das condições de superação de ditadura. Um fluxo de ideias e projetos que logo incorporou o tema dos Direitos Humanos, discussão amplamente realizada em nível internacional, como no caso da atuação de exilados brasileiros no Tribunal Internacional Bertrand Russell entre 1974 e 1975.³² Redes de solidariedade internacional eram formadas em torno de partidos e grupos organizados, com vistas a denunciar as condições dos presos políticos brasileiros, o que ganhou particular na visita de Ernesto Geisel à Europa em 1976.

Para Moyn, a década de 1970 é marcada pela difusão de uma consciência moral internacional acerca dos direitos humanos, o que ocorreu ante o desapontamento com outros projetos sociais.³³ O repertório dos direitos humanos envolveu esperanças, mas principalmente a crueza da realidade política, que, no caso do Brasil, ficava evidente diante da necessária desmoralização internacional da ditadura pela denúncia das violações praticadas. No âmbito das relações internacionais patrocinadas pelos Estados Unidos

32 Cf. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, n. 2, 2016.

33 MOYN, Samuel. *The last utopia... Op. cit.*, p. 106.

a partir do governo de Jimmy Carter, é preciso considerar que tais iniciativas significaram, em larga medida, a associação entre direitos humanos e economia de mercado capitalista.³⁴ Contudo, o repertório fornecido pelos direitos humanos para as ações políticas provaria ser mais amplo do que estratégias geopolíticas. Parte das esquerdas brasileiras começou a defender a “democracia como valor universal” na busca por “primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais”, ponto de partida para uma “sociedade socialista fundada na democracia política”.³⁵

É possível considerar que estava em jogo a prática de novas formas de culturas políticas, o que por vezes entrava em choque com tradições políticas consolidadas. Cabe atentar para as condições em que ocorreu o aprendizado da negociação política, que inclusive poderia ser “rejeitado por atores que, por jamais terem praticado a negociação, não teriam por que acreditar nela”, conforme Leonardo Avritzer.³⁶ Entre os temas negociados estava o “significado atribuído pelos atores políticos à democracia”, o que redundaria em “diferentes concepções acerca da publicidade, da tolerância, da importância de estratégias de negociação e da importância da normatividade democrática”. O autor pontua que, no processo de negociação, “uma cultura política não democrática” pode entrelaçar-se com “a institucionalidade democrática”, ou seja, “as práticas dominantes, neste caso, não são puramente democráticas nem puramente autoritárias”.

Contra a “utopia autoritária” formulada e praticada pelos agentes governamentais que impuseram ao Brasil uma ditadura sanguinária, a última das utopias internacionais não apenas inspirava plataformas políticas, mas demandava ações.³⁷

34 Cf. MOYN, Samuel. A powerless companion: Human Rights in the age of neoliberalismo. *Law and Contemporary Problems*, v. 77, n. 4, 2014.

35 Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

36 Cf. AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica das teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 28, 1995.

37 Cf. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista*

Torna-se ainda mais amplo e abrangente a atuação do aparato repressivo montado pelo Estado brasileiro quando se considera que o regime optou deliberadamente pelo meio mais cruel, o dos desaparecimentos e das execuções clandestinas como uma forma de enfrentamento a um contexto internacional em que as informações sobre as violações circulavam não apenas entre os opositores, mas em diferentes esferas de influência mundial.

Os métodos empregados para os desaparecimentos eram calculados e dotados de técnica. A Comissão Nacional da Verdade apurou que envolviam diferentes procedimentos, desde “a retirada clandestina dos corpos no caso de o prisioneiro ter morrido em dependências oficiais”, passando pela “quebra da arcada dentária e a decepção das falanges”, de modo a dificultar as identificações, chegando ao “esquartejamento, a incineração ou a imersão em ácido”, de modo simplesmente fazer o corpo deixar de existir, o que ainda poderia envolver “o arremesso dos corpos em rios e mares, com peso atado, para que eles não voltassem à tona ou aparecessem nas margens e praias”.³⁸

Com as digitais e arcada dentária destruídas, quando ainda não havia possibilidade de identificação por DNA, ficaria praticamente impossível identificar o corpo. Conforme apresentado, o desaparecimento não era uma atividade simples e fortuita. Diferente do que defendem os que relativizam os crimes cometidos pelo regime de 1964, não se tratava de um excesso ou de um equívoco isolado de agentes. Era uma política sistemática contra opositores e voltada a reduzir eventuais desgastes do regime, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Para que tal ocorresse, é preciso considerar uma extensa rede de colaboradores nas diferentes esferas do Estado, o que envolvia integrantes do sistema judicial incapazes ou inertes diante da necessidade de investigações. “Havia, assim, todo um sistema de contrainformação para despistar os familiares que buscavam informações. O sistema desobrigava-se de qualquer informação oficial sobre o militante desaparecido”.³⁹

Brasileira de História, v. 24, n. 47, 2004.

38 Cf. REPRESSÃO. *Memórias da Ditadura...* Op. cit.

39 *Ibidem*.

Sendo assim, ao se analisar processos judiciais movidos por defensores das vítimas das violências do Estado autoritário, pode-se considerar que os argumentos apresentados nos *habeas corpus* fossem ingênuos ou, quem sabe, utópicos. Diante de uma situação em que havia a intenção deliberada de dar cabo definitivo a opositores sem qualquer respeito a valores básicos, recorrer à necessidade de comunicação da prisão parece pueril. Contudo, a luta contra tais violências dependia de estratégias que passavam por usar dos próprios artifícios legais que o regime não poderia deixar de reconhecer, inclusive aqueles que eram reconhecidos pela própria Lei de Segurança Nacional, assegurando, no mínimo, a sobrevivência dos que se encontravam sob o alvo da ditadura.⁴⁰ Com o passar dos anos, o repertório internacional dos direitos humanos passaria a ser empregado como uma forma eficaz de situar no horizonte da sociedade brasileira a necessidade de garantir a vida e dismantelar um sistema elaborado para promover a morte. Como se sabe, para boa parte da população, este processo ainda é uma expectativa a ser constantemente construída.

O período que envolve o regime autoritário imposto em 1964 e a chamada redemocratização marca de maneira indelével nosso presente e, assim, nossa atual experiência democrática. É preciso estar atento à longa trajetória de demandas sociais em diferentes âmbitos no país que estão constantemente em risco em um processo permanentemente inacabado: liberdade de expressão, memória histórica e a implementação de políticas que assegurem a universalização de direitos políticos e sociais, buscando a construção da cidadania.

A longa transição brasileira para um regime formalmente democrático foi obtida por negociações políticas em geral conduzidas pelo alto. Sabe-se que o resultado seria, conforme afirmou Florestan Fernandes no próprio decorrer dos acontecimentos, uma “transição sem ousadias e sem turbulências”, proporcionando que “a ditadura não seria dismantelada e que ela serviria de guia a uma

40 Cf. BRASIL. Decreto-lei nº 898, de 29 de novembro de 1969... *Op. cit.*

democratização *sui generis* que sairia das entranhas do regime”.⁴¹ A reorganização do sistema político-partidário passou a ser a prioridade para as forças que haviam sido alijadas do poder em 1964. Nessas condições, o estabelecimento de uma lei de anistia pelo próprio regime incentivou que o tema das reparações e da justiça tenha deixado de ser prioridade para as lideranças políticas, permanecendo “em suspenso”.⁴² Foram os familiares das vítimas, em geral, que se mantiveram na busca por justiça em uma luta contra um sistema perverso, o mesmo que vitimou Ieda e também sua mãe, que se recusou a revelar informações e a punir os perpetradores de violações aos direitos humanos.

Pode-se sugerir ainda que a expectativa e os esforços de Eunice Santos Delgado por encontrar sua filha ou, ao menos, por ter reconhecida a injustiça cometida e punidos os autores tenham sido utópicos. No Brasil, há ainda muitas utopias sociais no horizonte e as experiências sociais revelam o quanto grande parte da população segue envolvida por relações políticas que mantêm uma sociedade pautada em assimetrias no acesso aos direitos básicos de cidadania. Ao fim e ao cabo, parece que nossa sociedade é constantemente vítima da provisoriade dos direitos fundamentais diante da permanência de estruturas autoritárias cristalizadas que restringem as projeções e demandas por mudanças. Contudo, como afirmou um poeta, a utopia está no horizonte e jamais é alcançada. Então, “para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Referências

Fontes

ASSEMBLEIA geral da Organização das Nações Unidas. *Resolução 47/133 de 18 de dezembro de 1992*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/desaparec/lex71.htm>. Acesso em 20 jul. 2021.

41 FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 19.

42 NAPOLITANO, Marcos. *1964... Op. cit.*, p. 324-325.

BRASIL. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. Brasília: Poder Executivo, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 5 nov. 2007.

BRASIL. *Decreto nº 8.767, de 11 de maio de 2016*. Brasília: Poder Executivo, 11 maio 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8767.htm. Acesso em 24 jul. 2021.

BRASIL. *Decreto-lei nº 898, de 29 de novembro de 1969*. Brasília: Poder Executivo, 29 nov. 1969. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=898&ano=1969&ato=80fITVE1UMjRVT165>. Acesso em: 5 nov. 2007.

BRASIL. *Habeas Corpus nº 31.383/1975*. Brasília: Superior Tribunal Militar, 24 jun. 1975.

BRASIL. *Habeas Corpus nº 31246/1974*. Brasília: Superior Tribunal Militar, 20 jun. 1974.

BRASIL. *Habeas Corpus nº 31250/1974*. Brasília: Superior Tribunal Militar, 09 jul. 1974.

BRASIL. *Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995*. Brasília: Poder Executivo, 04 dez. 1995. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL; COMISSÃO Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. *Extradicação nº 1.270/2017*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 17 out. 2017. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14366098>.

ROUSSO, H. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria H. B Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília M. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica das teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 28, p. 109-122, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, n. 2, p. 93-110, 2016.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004.

GREEN, James N. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. *Cadernos AEL*, v. 17, n. 29, p. 295-312, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 23-27.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). *Dados*, v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017.

MOYN, Samuel. A powerless companion: Human Rights in the age of neoliberalismo. *Law and Contemporary Problems*, v. 77, n. 4, p. 147-169, 2014.

MOYN, Samuel. *The last utopia: human rights in history*. Cambridge MA: Harvard University Press, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

RELATÓRIO da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Brasília: FAC-UnB, 2016. Disponível em: <https://www.comissaoverdade.unb.br/relatorio>. Acesso em: 24 jun. 2021.

REPRESSÃO. *Memórias da Ditadura*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/repressao/>. Acesso: em 25 jul. 2021.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

UNIDADE II



Histórias em Tempos Presentes

recortes, abordagens e caminhos de pesquisa

Igor Lemos Moreira

Kelly Caroline Noll da Silva

Na ocasião da comemoração de dez anos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, foram elaborados por integrantes do corpo docente estudos que promoviam um balanço historiográfico da História do Tempo Presente produzida pelo PPGH-UDESC. Em 2017, as historiadoras Luciana Rossato e Maria Teresa Santos Cunha publicaram o artigo *Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC*, no qual analisaram a criação do programa junto à sistematização das dissertações defendidas na instituição entre 2007 e 2016. A pesquisa indicou não somente um panorama, naquele contexto, das abordagens e possíveis definições da “História do Tempo Presente” no âmbito da produção discente, como também os desafios e dilemas a serem enfrentados pelos cursos de mestrado e doutorado (em fase de consolidação) nos anos que viriam. Rossato e Cunha indicavam, em especial, que o processo de construção de um campo de estudos dedicado ao Tempo Presente, apesar de já bastante consolidado, viveria um momento de revisão, delimitação e renovação.¹

1 Cf. ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC. *Tempo & Argumento*, v. 9, n. 20, 2017.

Nos últimos anos, diversos aspectos alteraram o perfil das pesquisas produzidas no programa, como a criação de uma nova linha de pesquisa (já anunciada pelas autoras em 2017), o ingresso de novos docentes, a defesa das primeiras teses desenvolvidas e, mais recentemente, a efetivação de políticas de ações afirmativas. Através da análise de trabalhos desenvolvidos entre 2016 e 2020, pretendemos refletir sobre as principais temáticas, recortes temporais, espacialidades e abordagens nas pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas no PPGH-UDESC como possibilidade de constituir um panorama dos debates recentes na História do Tempo Presente. Ao todo, foram sistematizadas informações de 68 dissertações e 29 teses disponíveis integralmente on-line, divididas em três linhas de pesquisa.²

GRÁFICO 1: Total de trabalhos (teses + dissertações) defendidos anualmente em cada linha de pesquisa disponíveis on-line			
Ano/ Linha	Culturas políticas e Sociabilidades	Linguagens e Identificações	Políticas de Memória e Narrativas Históricas
2016	07	12	-
2017	07	07	-
2018	11	11	-
2019	09	08	08
2020	05	05	04

Fonte: elaborada pelos autores.

Tal proposta certamente não possui pretensão de protagonismo e/ou de afirmação de um epicentro intelectual desta área circunscrita a uma única universidade, mas parte da constatação de que, até o momento da escrita deste trabalho, entre os 129 cursos de Pós-Graduação em história no Brasil, apenas o mestrado/doutorado na UDESC possui como área de concentração a “História do Tempo Presente”.³ Assim, propomos um estudo que adota como recorte as

2 Não foi possível acessar algumas teses e dissertações defendidas entre final de 2019 e ao longo de 2020. Isso deve-se ao fato da não disponibilização dos arquivos on-line em parte porque algumas defesas são muito recentes e em outra devido à pandemia da covid-19, que tem abalado também o desempenho de demandas administrativas.

3 Não obstante, outros programas de Pós-Graduação também incluíram em suas

teses e dissertações produzidas dentro de um campo intelectual e institucionalizado que se dedica à epistemologia do tempo presente.

Apesar de ser identificada em bases epistêmicas, grupos de pesquisa, instituições e laboratórios desde os anos 1980/1990, a institucionalização da História do Tempo Presente no Brasil remonta à virada do século passado para o XXI. Esse processo, segundo Ferreira, retoma a construção dos primeiros espaços dedicados à pesquisa e a prática da História Oral, principal viés pelo qual as discussões sobre memória e múltiplas camadas temporais foram inseridas, e aos primeiros laboratórios na região sudeste, como o Laboratório de Estudos do Tempo Presente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.⁴ Tais abordagens foram inicialmente influenciadas pelas perspectivas francesas, com ênfase na circulação de reflexões desenvolvidas pelo *Institut d'Histoire du Temps Présent* (CNRS), que, sob a liderança de François Bédarida, advogavam o campo como a “nova oficina de clio”.⁵ Com foco especialmente no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e nas demandas sociais, a historiografia defendida pelo instituto analisava a história recente europeia como parte de um processo temporal que concedia ao presente certa espessura ao elaborá-lo a partir das diferentes relações construídas com seus passados.⁶

O entendimento do presente como uma contemporaneidade foi o principal argumento defendido por historiadoras e historiadores do tempo presente no início do século XXI e foi também a compreensão adotada pelo programa de Pós-Graduação com área de concentração da História do Tempo Presente,

discussões os debates da História do Tempo Presente. Pesquisadoras e pesquisadores de outras universidades, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, têm se dedicado a pensar a epistemologia do tempo presente, sobretudo na articulação com os campos da História Pública, da História Oral e da História da Historiografia.

4 Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, 2018.

5 BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 219.

6 Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

o PPGH-UDESC, fundado em 2007. Conforme destacaram Gonçalves e Rossato & Cunha, inicialmente o programa incorporou as perspectivas francesas e, em menor número, alemãs para delimitar o campo.⁷ Com o passar dos anos, em um esforço colaborativo de sistematizar a historiografia brasileira do tempo presente, foi preciso revisitar os pilares estruturantes da disciplina e delimitar novos recortes, outras abordagens e possíveis caminhos. Tal processo decorreu de pesquisas em andamentos por docentes, pelo cotidiano da renovação historiográfica e, principalmente, pelo ingresso anual de turmas de mestrado (a partir de 2007) e doutorado (a partir de 2013) com projetos que tematizavam diferentes áreas, recortes temporais e espacialidades.

Se inicialmente uma série de projetos tinham como temática o contexto pós-Segunda Guerra Mundial e raramente chegavam ao tempo imediato, conforme o programa era consolidado, propostas de pesquisa com recortes que desafiavam um fio temporal preestabelecido começaram a aparecer. Nos últimos anos, desde a criação do doutorado, o PPGH tem passado por um processo de renovação que envolveu a criação de uma terceira linha de pesquisa, a implementação de políticas de ações afirmativas para ingresso e bolsas de estudos (visando a permanência discente), a renovação de seu quadro docente e a redefinição das disciplinas optativas/obrigatórias.

Temporalidades e espacialidades

Com relação aos contextos nos quais as pesquisas estão circunscritas, ao todo, sessenta e cinco dissertações de mestrado e trinta teses de doutorado estabeleceram um recorte temporal definido. Dadas as características da História do Tempo Presente de trabalhar com temáticas associadas às memórias, aos usos do passado e à presença de testemunhos, a maioria dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PPGH/UDESC discutiu eventos,

⁷ Cf. GONÇALVES, Janice (org.). *História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016; ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Vetores para uma escolha... Op. cit.*

trajetórias e processos transcorridos ao longo do século XX. Quarenta dissertações e quatorze teses estabeleceram seus recortes temporais como pertencentes a períodos entre 1901 e 2000, com ênfase nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Entre eles, destaca-se o número de trabalhos que tematizaram o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Para além de analisarem temas relacionados ao período da última ditadura, muitos destes trabalhos abordaram o governo ditatorial e as múltiplas interferências na sociedade civil. Conforme destacaram Lohn e Arend, as pesquisas produzidas no Brasil na área de História do Tempo Presente que firmam a última ditadura como temporalidade de estudo têm suscitado uma série de discussões epistemológicas ao possibilitarem entender esse período como um momento de ruptura estrutural e temporal da sociedade como um todo, podendo, inclusive, ser entendida como uma das principais “catástrofes”⁸ ocorridas no século passado.⁹

A respeito dos trabalhos que discutiram temas ligados ao século XXI, um dado interessante refere-se ao total de pesquisas que temporalmente terminam nos anos 2000 e/ou que tomam como recorte temporal o novo milênio. Ao todo, cinco teses e nove dissertações discutiram especificamente o século XXI, enquanto aproximadamente dez dissertações e nove teses iniciaram seus recortes em meados do século XX e encerraram no contexto em que os trabalhos foram desenvolvidos. Apenas um trabalho, que tematizava a História da Cidade e da Urbanização, estabelecia um recorte de maior duração, definindo seu período de estudos do final do século XIX ao XXI. Dessa forma, diferente do que Rossato e Cunha observaram nas primeiras produções discentes,

8 Henry Rousso considera a noção de catástrofe como uma ruptura temporal que estabelece novas relações com os regimes de historicidade e as experiências do tempo. Para o autor, seria mais precisamente a última catástrofe em data que determinaria nossa marcação da história contemporânea, especialmente dado que nosso regime de historicidade seria marcado pela dificuldade de superar traumas recentes. Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe...* Op. cit.

9 Cf. LOHN, Reinaldo Lindolfo; AREND, Silvia Maria Faver. Geografias historiográficas: o tempo presente visto do sul em uma revista brasileira. In: ELIBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael (org.). *Tempo presente: uma História em debate*. Recife: EDUPE, 2019; ROUSSO, Henry. *A última catástrofe...* Op. cit.

viu-se que, embora ainda menos numeroso, nos últimos anos registrou-se o crescimento de pesquisas que têm abordado tempos imediatos e/ou próximos, com destaque aos estudos sobre práticas culturais, entretenimento e sociabilidades.¹⁰ Registra-se também que as produções em nível de doutorado têm se aventurado em recortes temporais mais alargados, quando comparadas proporcionalmente às dissertações. Entre as teses defendidas, dez discentes elaboraram suas pesquisas considerando um recorte temporal igual ou superior a três décadas, enquanto apenas treze discentes de mestrado fizeram o mesmo, o que se repete nos recortes espaciais, que tendem a ser maiores nas teses.

Assim como ocorre nas demais regiões do país, os recortes espaciais das pesquisas que poderiam ser compreendidas enquanto regionais são expressivos, mas não hegemônicos. Isso porque, mesmo entre aqueles trabalhos com recortes estaduais ou municipais, percebe-se a frequência de análises que estabeleceram relações entre diferentes jogos de escala.¹¹ Ao todo, vinte e seis dissertações de mestrado e nove teses de doutorado identificaram seus trabalhos como circunscritos no Sul do Brasil, a maioria destes referentes ao estado de Santa Catarina, ligados às regiões do Vale do Itajaí, Araranguá, Joinville e Criciúma. Apesar da existência de trabalhos que incorporaram diferentes localidades do estado, a maioria se concentrou na cidade de Florianópolis, capital catarinense, totalizando dezessete pesquisas.

O recorte nacional foi estabelecido por vinte dissertações e quatorze teses que, em sua maioria, tematizaram a história da imprensa e dos veículos midiáticos no Brasil. Tais trabalhos não necessariamente discutiram processos em todos os seus impactos nacionais, visando uma história “nacional”, mas partiram da circularidade da documentação com a qual trabalharam para estabelecer o recorte espacial.¹² Entre estes, destacam-se aqueles

10 Cf. ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha... *Op. cit.*

11 Cf. REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

12 Cf. LOHN, Reinaldo Lindolfo; AREND, Silvia Maria Faver. Geografias

desenvolvidos no âmbito do projeto “Um país impresso”, coordenado por docentes do PPGH/UEDESC integrantes da linha Culturas Políticas e Sociabilidades entre 2012 e 2017, investigação que veio a influenciar a proposição de pesquisas que mobilizaram publicações como a *Revista Veja*, *IstoÉ* e *Playboy*. Além disso, um outro dado importante refere-se aos trabalhos que discutiram as indústrias culturais (música, cinema, televisão e moda), que, em função de sua espacialidade circular, foram considerados como pesquisas com recortes ampliados, em especial, nacionais.¹³

Apesar dos trabalhos ligados à História do Brasil (em suas diferentes escalas) constituírem o mote central das pesquisas, temas ligados a outras espacialidades e à História Global cresceram entre os projetos de investigação. Desde 2016, duas dissertações e duas teses analisaram fenômenos americanos, com destaque aos processos latino-americanos como as Ditaduras no Cone Sul e a constituição de identificações a partir das migrações e de produtos culturais como música e séries televisivas. Entre os principais países americanos analisados estão Argentina, México, Estados Unidos e Cuba, além da conexão com outras regiões do continente, a exemplo de Paraguai, Uruguai e Brasil. Com relação aos recortes globais, cinco dissertações e duas teses não se limitaram às fronteiras dos Estados-Nação, embora não se identifiquem necessariamente enquanto pesquisas de História Global, e analisaram processos que não estão circunscritos a um único território, a exemplo da análise de veículos de imprensa europeus que circularam nas Américas e produções ligadas ao estado islâmico.

Perceber a distribuição geográfica/recorte espacial das pesquisas desenvolvidas possibilita contextualizar esses debates no âmbito da História do Tempo Presente, pois indica a maleabilidade e a ausência de limites rígidos que definiriam o campo. Se, por um lado, a existência de um número considerável

historiográficas... *Op. cit.*

13 Cf. SHELEMAY, Kay Kaufman. Hearing geography in Motion: processes of the musical imagination in Diaspora. In: SORENSEN, Diana (org.). *Territories & Trajectories: cultures in circulation*. Durham: Duke University Press, 2018.

de trabalhos que discutiram a história do estado de Santa Catarina indica o papel exercido pelas geografias disciplinares que destacam a história regional/local, a recorrência de estudos que abordaram processos que se estendem por regiões “macro” e globais indica, por outro lado, a inexistência de uma única espacialidade como um aspecto característico da História do Tempo Presente.¹⁴ O mesmo acontece na relação entre espaço e tempo que, embora observe-se a recorrência de determinados temas em certos recortes espaciais (como os trabalhos sobre ditaduras que privilegiaram o recorte brasileiro), não possibilita estabelecer regra ou baliza características. Nesse sentido, percebe-se que a História do Tempo Presente ainda possui moradas provisórias tanto no espaço, quanto no tempo.¹⁵

Os temas e as fontes

Definir tematicamente uma pesquisa na área de história, independente do campo de concentração, configura um processo complexo que possibilita visualizar as balizas que definem a prática historiográfica. Ao estabelecer recortes temáticos e/ou constituir parâmetros que insiram a pesquisa historiográfica em temas de estudo, é possível visualizar elementos que conferem a “identidade” de uma área de concentração ou de um campo de estudos, como a História do Tempo Presente. Neste processo, nem sempre a escolha de palavras-chaves ou mesmo a definição do campo da pesquisa encontra-se identificada de maneira homogênea em teses e dissertações, a exemplo de trabalhos que, apesar de se dedicarem ao campo do Patrimônio Cultural, usaram variações como “Patrimônio”, “Patrimônio Histórico”, “Patrimonialização”, “Bens Culturais”, “Políticas Patrimoniais”. Visando definir relações entre as teses e dissertações analisadas ao longo de nossa pesquisa,

14 Cf. SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

15 Cf. BÉDARIDA, François. *Tempo presente e presença da história... Op. cit.*

foi necessário estabelecer um conjunto de campos que pudessem integrar as pesquisas defendidas, através de terminologias elaboradas a partir das palavras-chaves definidas pelas autoras e autores.

Apesar da variedade dos trabalhos analisados, percebe-se um número expressivo de abordagens de análises que envolveram discussões relacionadas ao universo do político. Aproximadamente quinze dissertações e uma tese de doutorado discutiram temas diretamente ligados à Nova História Política, entre elas, seis dissertações e uma tese debateram diretamente formas de autoritarismos e regimes ditatoriais e outros nove trabalhos discutiram diferentes formas de projetos políticos. Essa constatação, todavia, não significa que estes sejam os únicos trabalhos que discutiram a cultura política, uma vez que esta discussão pode ser identificada em outras pesquisas, como aquelas que analisaram as relações do mundo do trabalho e, por vezes, suas interfaces com o campo das relações de gênero. Dentro deste mesmo grupo de pesquisas, os trabalhos sobre Ensino de História e História da Educação (quatro teses e quatro dissertações) discutiram temas relacionados às políticas educacionais, práticas escolares, formação de professores e questões étnico-raciais.

Outro campo de pesquisa recorrente refere-se aos estudos sobre indústrias culturais e expressões artísticas. Entre estes, um primeiro agrupamento de seis dissertações e duas teses discutiu a história da música, intérpretes e indústria fonográfica em abordagens que propuseram a articulação entre canções e mídias, sendo a presença da canção gravada em fonograma o principal elo unificador entre estes projetos. Outras três dissertações analisaram produções audiovisuais e culturais visuais, com ênfase em produções cinematográficas e televisivas pautadas em relatos ficcionais, como cinebiografias e séries televisivas. Um terceiro agrupamento refere-se aos estudos de fronteiras entre indústria cultural e práticas de comunicação social, a saber os trabalhos que analisaram as plataformas digitais e fenômenos da cibercultura (*Youtube*, redes sociais, *blogs*, *sites*) e somam uma tese e duas dissertações. Com relação aos trabalhos que procuraram analisar

fenômenos nativamente digitais, cabe destacar que a aproximação com as indústrias culturais e com as expressões artísticas decorre dos processos analisados pelas(os) historiadoras(es) em suas pesquisas, considerando temas como cultura de celebridades, moda, circuitos literários e grafite em suas dimensões digitais, com destaque aos debates sobre a atualização do suporte. A discussão sobre os novos formatos de expressão artística e a adaptabilidade dos mercados de produção de bens de consumo configurou-se como uma das principais abordagens estabelecidas nestes trabalhos, que contribuíram para destacar o potencial da História do Tempo Presente não apenas para discutir fenômenos como a aceleração do tempo, mas também a permanência de características passadas que retroalimentam o mundo das artes.¹⁶

Outro campo fundamental de pesquisa aventado ao longo do levantamento refere-se aos trabalhos que discutiram fenômenos midiáticos (imprensa, rádio, publicidade e televisão), em especial, as representações de contextos político e sociais, assim como a mídia enquanto constituidora de visões sobre a realidade e geradora de acontecimentos sociais.¹⁷ O uso da mídia, especialmente os veículos de imprensa, como campo de análise na historiografia configura-se uma das mais recorrentes abordagens.¹⁸ Entretanto, a abordagem estabelecida por estas pesquisas parece romper com uma ideia preestabelecida de história através dos registros midiáticos. Ao entender a comunicação social enquanto produto e processo, estes trabalhos propuseram discussões que envolvem as narrativas comunicacionais aliadas à própria história do veículo estudado, incluindo a circulação e os processos editoriais. Ao todo, seis dissertações e duas teses trabalharam com estes processos, marcadas pela heterogeneidade na tipologia de documentos

16 Cf. REYNOLDS, Simon. *Retromania: pop culture's addiction to its own past*. Nova Iorque: Macmillan, 2011.

17 Cf. DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. BARBOSA, MariaÍlva. História dos Sistemas de Comunicação: Balanço de um percurso teórico. *Conexão*, v. 17, p. 11-29, 2010.

18 Cf. LUCA, Tania Regina de. História dos 'nos e por meio dos periódicos'. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

analisados que variavam entre impressos, sonoros e audiovisuais em diferentes recortes espaciais.

A história das cidades e do patrimônio cultural foi outra temática recorrente entre as pesquisas defendidas no PPGH/ UDESC. Influenciadas pelas reflexões desenvolvidas por laboratórios¹⁹ ligados ao programa, as teses e dissertações que discutiram temas relacionados à história urbana e ao patrimônio analisaram, sobretudo, fenômenos como modernização, patrimonialização, sociabilidades e monumentalização. Ao todo, cinco dissertações e uma tese estudaram temas pertinentes à história das cidades, todas referentes às regiões localizadas no estado de Santa Catarina. Outras quatro dissertações enquadradas nos processos de modernização referem-se ao campo das instituições de isolamento, como penitenciárias e hospitais psiquiátricos. Duas teses e quatro dissertações dedicaram-se aos estudos sobre Patrimônio Cultural, sobretudo, com problemáticas envolvendo museus, acervos, políticas patrimoniais, vandalismos e patrimônios industriais. Na interface entre cidades e patrimônio (em especial, através do uso de acervos privados), encontram-se as pesquisas sobre trajetórias artísticas e história da historiografia, a maioria delas abordando percursos de indivíduos que desempenharam papéis fundamentais na historiografia local ou regional. Ao todo, cinco pesquisas promoveram tal reflexão, novamente com destaque ao recorte espacial catarinense. Com relação aos trabalhos de trajetórias, destaca-se ainda uma tese que não estabeleceu relações com uma cidade ou região específica, mas que adotou a circulação internacional e os movimentos globais como recorte, e uma dissertação que explorou a história da historiografia nacional a partir da circulação de intelectuais na imprensa escrita.

¹⁹ Dois laboratórios ligados ao Departamento de História da UDESC que se dedicam ao tema das cidades e do patrimônio estão vinculados ao PPGH-UDESC: O Laboratório de Patrimônio Cultural (LABPAC) e o Laboratório de Estudos das Cidades (LEC). Recentemente, o LEC/UDESC passou por uma reformulação em sua proposta, agora sob o título de Laboratório de Estudos da Contemporaneidade, expandiu sua área de pesquisa e reflexão, todavia, parte de seus/as pesquisadores/as associados/as segue dedicada aos estudos urbanos.

Por fim, a produção de pesquisas que promoveram novas reflexões no campo de estudos de gênero e etnicidades. Duas teses e duas dissertações problematizaram as representações e construções de identidades de gênero no tempo presente, com ênfase na história das mulheres. Associado a tais estudos, a história da família, das infâncias e juventudes estiveram presentes em sete pesquisas (três dissertações e quatro teses), sobretudo, nas políticas públicas, representações midiáticas e nas relações entre crianças e jovens com o Estado. Os estudos étnicos encontram-se, mais recentemente, influenciados pela renovação historiográfica suscitada pela influência de perspectivas decoloniais e os estudos globais. Duas dissertações e duas teses desenvolveram estudos voltados à história da diáspora e da população negra no Brasil, especialmente às práticas de associativismo, às experiências de racialização e às religiosidades de matriz africana.

Parte destes temas encontra-se na interface com outras temáticas, a exemplo dos estudos de gênero, que tematizaram o feminismo negro e a participação feminina em associações negras, ou então a relação entre espaços de sociabilidade e a religiosidade, como os terreiros de umbanda. Ao contrário do que Rossato e Cunha identificaram nas primeiras dissertações defendidas no programa, observou-se uma diminuição no número de trabalhos com ênfase nos fenômenos migratórios, apenas uma tese e uma dissertação foram publicadas entre os anos de 2016 e 2020.²⁰

Assim como as temáticas, as fontes utilizadas na produção dos trabalhos discentes também foram variadas. A combinação de três ou mais tipos de documentos analisados para a produção da pesquisa aconteceu em dezessete teses e vinte e três dissertações. Nessas combinações, chama atenção a utilização expressiva de fontes documentais pautadas na linguagem escrita, a saber,

20 Cf. ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha... *Op. cit.* A diminuição no foco de pesquisas não necessariamente significa que temáticas como as migrações desapareceram das pesquisas desenvolvidas, tendo em vista que, em certos casos, elas passaram a ser um dos temas abordados em teses e dissertações, integrando um conjunto maior de análises.

imprensa, obras literárias, materiais didáticos e documentos educacionais, arquivos pessoais, legislações e documentos produzidos por instituições do Estado, que totalizam mais da metade das pesquisas analisadas. O entrecruzamento de diferentes conjuntos documentais, mesmo que com foco no universo do escrito, ressalta a complexidade dos processos analisados. Além disso, o conjunto de pesquisas que desenvolveram tal abordagem buscou destacar o tema/objetivo de estudo como foco, e não necessariamente o suporte dos documentos analisados. Nestes trabalhos, destacam-se estudos de processos coletivos, como políticas educacionais, atuações de órgãos do estado e processos de patrimonialização.

Do total, trinta dissertações e quinze teses utilizaram documentos da imprensa escrita como única tipologia ou como parte de seus estudos. Este processo é semelhante ao que observaram Lohn e Arend quando analisaram o *corpus* documental dos artigos publicados na revista do PPGH/UDESC.²¹ Os autores relacionaram o número elevado de publicações baseadas em fontes escritas aos acervos digitalizados, sobretudo, de revistas e jornais, o que ocorreu também na produção discente do programa. Tal comparação permite visualizar uma confluência entre a produção acadêmica desenvolvida por doutoras(es) (titulação requisito para publicar na revista) e os recém-formados pelo programa. A recorrência ao uso da imprensa (especialmente de jornais e revistas) configura uma característica tradicional das abordagens historiográficas, como já mencionada, que visa muitas vezes auxiliar na problematização de processos do cotidiano ou nos quais os registros existentes são insuficientes ou carecem de contraposições.²²

Embora a emergência da História do Tempo Presente no Brasil esteja associada ao *boom* da história oral na década de 1990 e ao interesse da sociedade como um todo “por conhecer a história do regime militar e também a trajetória dos grupos reprimidos e

21 Cf. LOHN, Reinaldo Lindolfo; AREND, Silvia Maria Faver. Geografias historiográficas... *Op. cit.*

22 BARBOSA, Marialva. História dos Sistemas de Comunicação... *Op. cit.*

minorias como mulheres, negros e indígenas”,²³ observou-se que, das treze dissertações e dez teses que utilizaram a metodologia, a maioria tem como interesse as temáticas relacionadas à história da cidade, aos processos migratórios e ao ensino de história. Em sua totalidade, a abordagem da História Oral nas teses e dissertações apareceu como metodologia associada ao uso de outros conjuntos documentais, como a imprensa e documentos de instituições do Estado, o que indica uma posição teórico-metodológica estabelecida pelas/os pesquisadoras/es. A análise de registros orais, mediada pela metodologia da História Oral, possibilita a aproximação do tema analisado com os processos nos quais a presença do testemunho é considerada não somente como potencializadora, mas necessária para a própria atuação social da pesquisa. Nestes trabalhos, percebe-se o destaque dado aos estudos sobre memórias e práticas de comemoração, assim como as relações entre espaço e grupos sociais.²⁴

Trabalhos que mobilizaram fontes audiovisuais e fonogramas, como televisão, cinema, fotografia, canções, performances e registros sonoros, têm ganhado cada vez mais espaço no desenvolvimento de pesquisas históricas.²⁵ Ao todo, treze dissertações e quatro teses utilizaram esse tipo de fonte, na maioria das vezes combinadas com outras tipologias documentais, como a imprensa, as fontes orais e/ou as nativas digitais (nove dissertações e uma tese ao todo). Entre as principais abordagens estabelecidas a partir deste conjunto estão aquelas que problematizaram expressões artísticas como parte das indústrias culturais nas quais as linguagens envolvidas (visuais, sonoras, audiovisuais, performáticas etc.) desenvolvem relações e processos de elaboração de identificações no meio social, político e cultural. Muitas destas pesquisas, ao recorrerem a documentos que possuem características não escritas, acabaram por trabalhar

23 FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil... *Op. cit.*, p. 88.

24 Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

25 Cf. NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

com suportes bastante distintos. Por vezes, houve a mobilização de diferentes metodologias de análise, uma vez que nem sempre os suportes são os mesmos nos quais o documento foi elaborado a priori, a exemplo dos trabalhos que utilizaram álbuns lançados originalmente em mídia física e foram analisados a partir das suas versões em plataformas digitais de *streaming*.

Outro tipo de fonte que integraram as pesquisas são aquelas produzidas pelo meio digital. Diretamente relacionadas ao advento da *internet*, da cibercultura e das redes sociais, as dez dissertações e duas teses estão compreendidas nas primeiras décadas do século XXI e demarcaram a utilização de tecnologias digitais no cotidiano e no exercício do ofício de historiadoras e historiadores. Estes trabalhos discutiram processos sociais e a atualização de suportes de comunicação social, assim como historicizaram a *web 2.0*. Tais trabalhos não necessariamente discutiram a História Digital ou Historiografia Digital, apesar de estas discussões serem identificadas em algumas referências mobilizadas, mas atentaram para fenômenos de sociabilidades e práticas de consumo cultural existentes no mundo virtual e suas influências na significação das temporalidades.

Observa-se que um dos grandes desafios apresentados à historiadora ou ao historiador da História do Tempo Presente é a abundância e diversidade das fontes disponíveis. Rouso afirmou que, contrariamente ao cientificismo do século XIX, com as “objeções tradicionais da falta de arquivos, da falta de recuo, das paixões ainda vivas”, é a “abundância de arquivos e de documentos que ameaça o historiador do século XX”, e podemos dizer também o historiador do século XXI.²⁶ Dos testemunhos orais aos documentos escritos, públicos e privados, a escrita de uma História do Tempo Presente perpassa, indubitavelmente, à seleção, ao tratamento e à compreensão de distintas tipologias, assim como à utilização de diferentes metodologias de análise. Nesta linha, o trato documental, assim como a aproximação temporal com os documentos produzidos, configura também

26 ROUSSO, Henry. *A última catástrofe...* Op. cit., p. 192.

um grande desafio as/aos pesquisadoras/es do tempo presente referente às formas de lidar com o excesso documental e conduzir uma pesquisa historiográfica que precisa trabalhar com suportes por vezes efêmeros e/ou imediatos.²⁷

Dimensionar os trabalhos publicados no campo da História do Tempo Presente do PPGH da UDESC é uma chance de observar tal questão na prática, pois possibilita visualizar não somente os conjuntos documentais mais recorrentes, mas também perceber as metodologias aplicadas e os temas priorizados. É preciso, todavia, atentarmos que tal procedimento não significa afirmar que existem fontes ou temas “característicos” da História do Tempo Presente, tendo em vista que o uso de uma tipologia ou conjunto de documentos independe do campo e/ou área de concentração da pesquisa empregada. Analisar e perceber a recorrência de tipos documentais em teses e dissertações permite discutirmos muito mais um panorama geral das pesquisas e as relações estabelecidas entre temáticas, recortes e suportes do que afirmar a existência de um protagonismo ou um conjunto de documentos próprios de um campo historiográfico.²⁸ Trata-se, em outras palavras, de perceber os usos de documentos, e não afirmar uma exclusividade ou uma territorialidade de documentos.

Considerações finais

Consolidada na academia brasileira nas últimas décadas, a História do Tempo Presente permanece enquanto um campo de constantes discussões, atualizações e redefinições. Buscando articular as necessidades científicas da história às demandas sociais que convocam o historiador a atuar no espaço público, tal área de concentração tem sido constantemente criticada por sua efemeridade, seu imediatismo ou mesmo pela falta de preparação

27 Cf. CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

28 Cf. LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2020; PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

de historiadores para lidar com o tempo próximo/curto, retomando pressupostos de distanciamento, objetividade e neutralidade. Aqueles que entram nestes debates precisam lidar com as incertezas e discussões que advêm do espaço público, além também do meio acadêmico no qual se inserem. Mais que justificar seus pressupostos ou se colocar em posição de marginalização, percebe-se que o principal posicionamento de historiadoras/es do tempo presente tem sido reafirmar a constante reatualização de sua historiografia e o reconhecimento dos desafios e incertezas que se fazem presentes não somente neste campo, mas em toda a historiografia.²⁹

Ao analisar as dissertações e teses desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC entre 2016 e 2020, foi possível observarmos elementos que ecoam e/ou desdobram tais discussões, demonstrando que a História do Tempo Presente, defendida pelo programa, tem recorrentemente se atualizado. Um dado fundamental deste processo é o indicativo dos recortes temporais estabelecidos pelos trabalhos de conclusão no mestrado e doutorado. Ao contrário de uma concepção que confundiria a História do Tempo Presente com uma história imediata, presentista ou contemporânea, as teses e dissertações apresentam tanto recortes temporais, quanto recortes espaciais heterogêneos, e demonstram que as pesquisas produzidas no campo não se referem a uma baliza fixa, mas, sim, a uma abordagem teórico-metodológica.³⁰ Tal pressuposto considera que essas são temáticas, projetos e estudos característicos *do* tempo presente e/ou estão inscritos *no* tempo presente. Nesse sentido, percebe-se uma influência direta dos estudos do historiador Reinhart Koselleck, para quem a discussão sobre os estratos do tempo e as temporalidades como experiências de sujeitos que se situam entre o passado e o futuro tem se feito cada vez mais presente na legitimação de um “tempo presente”, entendido como o acúmulo de cotemporalidades, e não como um tempo imediato.³¹

29 Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe... Op. cit.*

30 Cf. DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, 2012.

31 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre História*. Rio de

Ao perceber tal processo, também se observa que não existem temáticas ou eixos de estudo “característicos” da História do Tempo Presente, o que não anula a existência de abordagens mais recorrentes. Um exemplo pode ser comparação entre o levantamento desenvolvido por Rossato e Cunha e a análise dos trabalhos desenvolvidos no PPGH/UEDESC posteriormente à publicação do artigo.³² Nos primeiros anos do programa, temas como a cibercultura e a história em rede eram pouco recorrentes, possivelmente por conta da falta de estudos na historiografia sobre o trato com esses documentos. Atualmente, sobretudo após a abertura do curso de doutorado, mais pesquisadoras e pesquisadores começaram a adentrar neste universo. Conforme apontam Lucchessi e Silveira, o crescimento destes campos está relacionado aos aspectos geracionais e contextuais brasileiros, o que tem influenciado diretamente a História do Tempo Presente, que encontra no ambiente virtual um espaço já conhecido.³³ Ao mesmo tempo, nota-se a diversificação e incorporação de trabalhos de perspectivas interseccionais que, ao articularem diferentes abordagens, têm mobilizado questões de gênero, classe e raça como marcadores sociais fundamentais para a constituição do tempo vivido.

Se numa primeira fase essas dissertações e teses pareciam estar alinhadas a abordagens fixas e segmentadas, o amadurecimento da crítica historiográfica do tempo presente tem ecoado através de perspectivas de análises interseccionais. Tal dado é registrado em temáticas como os estudos sobre deslocamentos contemporâneos. As práticas de migração e refúgio tornaram-se elementos integrantes de discussões mais amplas sobre o presente, rompendo com a existência de uma predefinição de um campo da História das Migrações, por

Janeiro: Contraponto, 2014.

32 Cf. ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha... *Op. cit.*

33 Cf. LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles da. O laboratório da história pública digital: aprender entre experimento e negociação. In: HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida (ed.). *História pública e ensino de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

exemplo.³⁴ Todavia, alguns temas permaneceram constantes, como estudos dedicados à imprensa, às relações políticas e às expressões artísticas.

Tal mudança de abordagem, possivelmente, possui relação com as mudanças recentes em desenvolvimento no PPGH/UDESC, que tem se aproximado da renovação historiográfica ocorrida nacionalmente. Em especial, a ascensão da História Pública e o pensamento decolonial, que podem ser observadas nos trabalhos do programa de forma cada vez mais recorrente. Outro aspecto importante refere-se à criação de uma terceira linha de pesquisa e às mudanças no perfil de orientação do curso após o ingresso de novos docentes especialistas em História das Áfricas, História Indígena, Teoria da História, História das Religiões e História das Instituições de Isolamento, além da entrada de novos docentes em campos já consolidados como Ditaduras Cívico-Militares no Cone Sul e Ensino de História. Todavia, a saída por causas diversas de docentes a partir de 2020 que atuavam no PPGH/UDESC desde seus primeiros momentos, em especial, orientando trabalhos no campo das relações de gênero, etnicidades, música, audiovisual e cidade tem influenciado diretamente no perfil dos trabalhos que são desenvolvidos, diminuindo a recorrência de temas de pesquisa regulares nos primeiros anos do programa.

Parte fundamental da crítica historiográfica e do entendimento sobre o presente decorre das formas como narrativas, não somente elaboram as temporalidades, mas influenciam as maneiras como o “presente” olha e entende seu imediato, assim como seus passados e futuros.³⁵ Este processo de leitura, crítica e reflexão dos trabalhos correu o risco de gerar impressões e hipóteses generalistas ao buscar conciliar aspectos particulares aos comuns a um número maior de teses e dissertações. Embora exista o risco, a partir de um recorte específico e do exercício de observar a confluência ou não de determinadas características, tal abordagem potencializa a reflexão

34 Cf. BURKE, Peter. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

35 Cf. RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. t. 3. Campinas: Papirus, 1997.

dos caminhos percorridos nas produções recentes com foco na História do Tempo Presente. Mediado pela forma como, enquanto sujeitos e pesquisadores, olhamos para o próprio campo acadêmico, este processo indica características de práticas estruturantes comuns que perduram ao mesmo tempo em que se atualizam e modificam.³⁶

Ao passo que as pesquisas desenvolvidas são também influenciadas pelas experiências de seus autores, é provável que, em um levantamento futuro, observe-se reverberações da pandemia da covid-19 refletidas no resultado do produto da tese ou dissertação. Além disso, o contexto de negacionismo, enfrentamentos, e da história como campo de disputas através da instrumentalização de usos políticos do passado tem convocado ao campo historiográfico a revisão de seus critérios, aproximando-os das discussões do tempo presente, uma vez que, apesar de não significar uma história do imediato, nos últimos anos, esta é a área de concentração por excelência dedicada ao estudo do presente. Em outra medida, o ingresso de discentes nas turmas do PPGH/UEDESC através das políticas de cotas e ações afirmativas possivelmente incluirá na agenda do programa cada vez mais novos olhares e outras abordagens. Por outro lado, com sorte, deverá também promover abalos epistêmicos duradouros, fazendo o campo acadêmico da História e, especificamente, o da História do Tempo Presente repensar seu lugar e sua forma de produção de conhecimento.

Referências

BARBOSA, Marialva. História dos Sistemas de Comunicação: Balanço de um percurso teórico. *Conexão*, v. 17, p. 11-29, 2010.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Edufsc, 2019.

BURKE, Peter. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

³⁶ Cf. BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: Edufsc, 2019.

- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos & abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.
- GONÇALVES, Janice (org.). *História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo; AREND, Silvia Maria Faver. Geografias historiográficas: o tempo presente visto do sul em uma revista brasileira. In: ELIBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael (org.). *Tempo presente: uma História em debate*. Recife: EDUPE, 2019.
- LUCA, Tania Regina de. História dos 'nos e por meio dos periódicos'. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2020.
- LUCCHESI, Anita; SILVEIRA, Pedro Telles da. O laboratório da história pública digital: aprender entre experimento e negociação. In: HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida (ed.). *História pública e ensino de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.
- REYNOLDS, Simon. *Retromania: pop culture's addiction to its own past*. Nova Iorque: Macmillan, 2011.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. t. 3. Campinas: Papirus, 1997.
- ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UEDESC. *Tempo & Argumento*, v. 9, n. 20, p. 162-185, 2017.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHELEMAY, Kay Kaufman. Hearing geography in Motion: processes of the musical imagination in Diaspora. In: SORENSEN, Diana (org.). *Territories & Trajectories: cultures in circulation*. Durham: Duke University Press, 2018.

Por uma História do Tempo Presente

balanço teórico das pesquisas no PPGH/UDESC

Carlos Eduardo Pereira de Oliveira
Carolina Wanderley Van Parys de Wit

O historiador é um profeta de olhos postos no passado. Volta costas ao seu próprio tempo; o seu olhar de vidente inflama-se com os cumes dos acontecimentos de outrora, progressivamente mais mortiços à medida que vão mergulhando mais no passado. Esse olhar de vidente tem do seu próprio tempo uma consciência mais nítida do que os contemporâneos que 'acompanham' esse tempo.¹

Os saltos entre passado e presente são marcados na obra de Walter Benjamin. O passado salta no presente enquanto pequenas mônadas que, quando conectadas, formam constelações. Esses saltos imagéticos rompem a barreira temporal e principalmente o *continuum* histórico da modernidade. Para Walter Benjamin, os historiadores são aqueles responsáveis por conduzir essas conexões, observar essas imagens e refletir acerca destas. Se os olhos do profeta se direcionam ao passado, é justamente porque as barreiras temporais definidas por Benjamin não são lineares e, para o autor, muito poderia se conhecer do presente, e talvez até do futuro, ao direcionar o olhar para os saltos do passado. As múltiplas temporalidades inter cruzadas nos

1 BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 116.

escritos de Walter Benjamin têm função e propósito latente na obra do autor de romper com o tempo moderno e observar aqueles que foram derrotados, os mortos e os esquecidos. Seus escritos rogavam aos historiadores para escreverem uma história a “contrapelo” e observar as rupturas, as continuidades, e os efeitos do passado no presente. Se o tempo não pode ser visto, em Walter Benjamin, ele poderia ser sentido. E este não era único, estável ou linear. O tempo é balizável, circular, diverso, difuso, e uma constelação pode apresentar diversas temporalidades dentro de uma única imagem.

A História do Tempo Presente dialoga profundamente com essas colocações. François Dosse destaca que ela possui “balizas móveis” em seus sentidos, que dizem respeito ao seu recorte temporal, temático e teórico em uma tríade que fundamenta o trabalho historiográfico. Empregamos o conceito de Dosse para destacar que o campo possui a mesma mobilidade em seu caráter conceitual, ou seja, que encara definições diferentes segundo o olhar dado a ele. Entretanto, as operações envoltas no campo da História do Tempo Presente não representam uma liquidez não conceitual, mas, sim, balizas adequadas para estudos preocupados com discussões sobre temporalidades. Assim, é correto afirmar que as diferentes Histórias do Tempo Presente partem de categorias e operações analíticas comuns, ainda que resguardem suas particularidades. Portanto, é fundamental apontar que o campo possui forte conceitualização de fundo, ancorado em diferentes espaços.

A História do Tempo Presente encarou diferentes momentos de institucionalização e afirmação em contextos difusos. Chamamos a atenção para o caso francês, com a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) em 1978, com François Bédarida como seu primeiro diretor. François Dosse aponta que o IHTP estava associado “a uma verdadeira mudança epistemológica marcada pela ascensão da dimensão memorial, a busca ansiosa da identidade e a crise dos paradigmas utilizados nas Ciências Sociais”, marcados pelo recorte temporal

do pós-Segunda Guerra Mundial.² Henry Rousso destaca que o objetivo do IHTP era “trabalhar sobre o passado próximo” em “uma História [...] na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua”.³

A institucionalização da História no Tempo Presente na França se ancorou nas formulações alemãs sobre o tema. Christian Delacroix coloca a importância do modelo do *Institut für Zeitgeschichte* de Munique, fundado em 1950, para as formulações francesas. Entretanto, o autor aponta que a criação de institutos voltados aos estudos sobre o pós-guerra e o presente não foram exclusividade de alemães e franceses, tendo “organismos dedicados aos estudos sobre o passado recente”, desde meados da década de 1940: “1944 nos Países Baixos, depois na Itália (1949), na Áustria (1963), Bélgica (1970) e mais tardiamente (em 1986) na Grã-Bretanha”.⁴ Para além da Europa, Delacroix aponta que a História do Tempo Presente se desenvolveu na sequência em países da América Latina, com diferentes denominações, como história recente, história do presente e, precisamente no caso brasileiro, na História do Tempo Presente. Delacroix destaca que esses contextos nacionais difusos “não apagam interrogações epistemológicas compartilhadas, sobretudo aquelas relativas às relações entre história e memória, às relações entre história e demanda social, ou ainda às relações entre pesquisa histórica e julgamento moral”.⁵

O objetivo deste trabalho é analisar os caminhos percorridos pela História do Tempo Presente no Brasil, a partir de produções acadêmicas inseridas no Programa de Pós-Graduação em

2 DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, p. 1, 2012.

3 ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 208-209.

4 DELACROIX, Christian. A História do Tempo Presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 44, 2018.

5 *Ibidem*, p. 47.

História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A escolha desse programa em específico diz respeito a sua área de concentração voltada para a História do Tempo Presente, norteando a construção desse campo em específico dentro de uma Pós-Graduação na área. Para isso, privilegiamos as teses defendidas nesse âmbito entre 2018 e 2021, que correspondem aos primeiros trabalhos de doutorado do programa. Cabe destacar, como justificativa para escolha dessas fontes, uma possibilidade para analisar os meandros nos quais a História do Tempo Presente se espalha no país, balizando possibilidades de análise e, porventura, lançando questionamentos sobre sua aplicabilidade metodológica e teórica. O foco é compreender como a História do Tempo Presente é operacionalizada nesses trabalhos e por quais caminhos teóricos-metodológicos percorrem a partir do levantamento de conceitos utilizados, autores acionados e discussões teóricas executadas nesses trabalhos.

Caminhos percorridos

Criado em 2007, o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-FAED) da UDESC conta com mais de 180 egressos entre os cursos de mestrado e doutorado. Com relação ao último, a primeira turma teve início em 2014, com defesas a partir de 2018. Por conta disso, apesar do longo caminho percorrido pelo PPGH, com mais de 150 defesas de mestrado, priorizamos a análise apenas das teses defendidas por entender que esse levantamento ainda não foi realizado e que corresponde à importante faceta desse campo historiográfico e no seu estabelecimento no país. Para isso, realizamos um levantamento quantitativo entre as teses publicadas, decupando os autores e conceitos utilizados, e analisando os caminhos teóricos traçados pelos pesquisadores. Ao todo, temos 29 teses publicadas na Biblioteca Universitária da UDESC, com acesso público ao material, defendidas entre 2018 e 2021.

TABELA 1: Quantidade de teses publicadas	
Ano	Teses publicadas
2018	13
2019	8
2020	7
2021	1
Total	29

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Todos os trabalhos analisados trazem “História do Tempo Presente” como uma das palavras-chaves do resumo. Compreendemos que a escolha das palavras-chaves se norteia a partir das categorias que serão analisadas ao longo do texto e se diferem conforme as temáticas abordadas. Isso indica a pretensão em operacionalizá-la, a História do Tempo Presente, enquanto categoria de análise nos trabalhos. Em um primeiro momento, denotamos a centralidade em que o conceito se encontra desde o início das teses, logo, é possível observar um desejo por parte das autoras e autores em inserir seus objetos e temas de pesquisa no campo da História do Tempo Presente. A vontade de inserção de seus trabalhos dentro deste campo é motivada pelo eixo do Programa de Pós-Graduação, mas também pelo entendimento por parte dos autores sobre as multi temporalidades históricas e o presente.

Compreender a História do Tempo Presente como um campo caro à historiografia abre possibilidades de análises diversas dos acontecimentos do passado. As conexões entre memória, tempo, testemunho, traumas e demandas sociais são tecidas e evocadas para auxiliar a compreensão dos fatos históricos. Desse modo, nas teses defendidas no programa, procuramos analisar quais os conceitos da História do Tempo Presente aparecem mais frequentemente.

TABELA 2: Conceitos	
Conceitos	Incidência
Memória	28
Estratos do tempo	14
Narrativa	12
Espaço de experiência e horizonte de expectativa	10
Presentismo	10
Contemporâneo do não-contemporâneo	9
Biografia	7
História do Presente	6
Acontecimento	5
Passado que não passa	5
Pluralização do Presente	4
Regime de historicidade	4
História Política	3
Geração	2
Testemunho	2
Usos do Passado	2

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

Os conceitos articulados pelos autores dos trabalhos nos apresentam uma importante visão sobre a operacionalização da História do Tempo Presente, assim como um olhar aprofundado nas escolhas teóricas e metodológicas que os fundam nesse campo. Além disso, destacamos a importância da análise desses conceitos sob a lógica da História dos Conceitos, tendo em Reinhart Koselleck um de seus expoentes. Para o historiador, os conceitos existem através das próprias fontes, que “servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada” e na formulação historiográfica, em que “categorias científicas são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada”.⁶ Assim,

6 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos*

concordamos com José D'Assunção no que diz respeito à História Conceitual, que “permite examinar a história (campo de processos e acontecimentos) e a própria História (conjunto de trabalhos e sistema de representações que examinam a história, no sentido anterior)”.⁷ Portanto, examinar a faceta conceitual dessas teses é um importante exercício de formulação do próprio campo, delimitando suas potencialidades e os caminhos percorridos.

Assim, cabe destacar a formulação da tabela acima articulada ao campo da História dos Conceitos para debater sua amplitude em estudos de História do Tempo Presente. Para isso, partimos de Koselleck ao destacar o caráter polissêmico do conceito que difere da definição estrita da palavra, por exemplo. Para ele, “a terminologia social e política da língua que se examina conhece uma série de expressões que, por causa da exegese da crítica de fontes, podem ser caracterizadas como conceitos”.⁸ Dessa forma, existe uma diferença primária entre conceito e palavra, na qual Koselleck afirma que “todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político”. Portanto, ao examinar os conceitos articulados pelas teses trabalhadas, o primeiro desafio se deu na divisão dos principais pontos trabalhados e na sua categorização. Entendemos que um trabalho de balanço historiográfico abre possibilidades de análise da própria produção, ainda que parta de elementos estritos, definidos pelos autores que a abordam. No caso deste trabalho em específico, queremos deixar evidente o percurso metodológico de divisão, categorização e análise posterior.

O primeiro passo se deu na leitura dos materiais e na identificação dos conceitos. O primeiro desafio era na diferenciação entre “palavra” e “conceito”, como Koselleck destaca. Para isso, separamos conceitos que foram articulados durante o trabalho, em momentos distintos, e que reservavam seu caráter polissêmico, em que o autor indica se tratar de “vocábulos nos quais se concentra

históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006, p. 305.

7 D'ASSUNÇÃO, José Koselleck. A história dos conceitos e as temporalidades Araucária. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, v. 18, n. 35, p. 43, 2016.

8 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado... Op. cit.*, p. 108.

uma multiplicidade de significados”.⁹ Assim, a definição do que seriam conceitos caros à História do Tempo Presente privilegia a interlocução com diferentes significados para um mesmo conceito, sem perder de vista seus conteúdos sociais e políticos. Além disso, em diálogo com Koselleck, privilegamos aqueles que não foram articulados apenas como “indicador dos conteúdos compreendidos”, mas também como seu próprio fator de análise.

Ressaltamos que os conceitos evidenciados dizem respeito ao campo de História do Tempo Presente, e não a outras áreas do saber histórico. Esse ponto é necessário ser discutido, pois as teses se espraiam por diferentes temáticas, e o que as conecta é o próprio campo. Nesse sentido, temos diversos conceitos operacionalizados de acordo com o olhar de historiadores para seus objetos, e não somente de História do Tempo Presente. Por conta disso, foi fulcral identificar a amplitude na qual os conceitos são articulados para além de breves citações, que servem, em alguns casos, como uma introdução da área. Logo, a preocupação recai naquilo que Koselleck aponta como uma das principais vertentes da história dos conceitos, que é a capacidade de “investigar determinados conteúdos não apreensíveis a partir da análise empírica” por meio da linguagem conceitual.¹⁰

Dessa forma, passamos ao levantamento de conceitos inseridos nas teses. Como pode ser observado na Tabela 2, “memória” aparece como conceito articulado em 28 teses, representando sua centralidade para as discussões. Apenas um trabalho não o aborda em seu debate teórico. Portanto, logo de início, destacamos o papel que a memória possui para esses trabalhos e na sua representatividade para o campo de História do Tempo Presente.

Os estudos que versam sobre a memória encontram campo fecundo a partir dos anos 1970. Cristiani Bereta da Silva destaca sua emergência como problema histórico nesse mesmo período por meio de desdobramentos como “memória coletiva, consciência

9 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado... Op. cit.*, p. 109.

10 *Ibidem*, p. 110.

histórica, disputas pela memória, dever de memória.¹¹ Assim, o conceito entrou no repertório de diversos trabalhos historiográficos em conjunto ao “surgimento de múltiplas memórias de diferentes sujeitos individuais e coletivos”. Destacamos a centralidade do trabalho de Maurice Halwbachs sobre memória coletiva, que balizou grande parte dos estudos que irrompeu no período evidenciado anteriormente. As formulações de Halwbachs serviram de base para inúmeros estudos futuros, como a obra de Jacques Le Goff e Pierre Nora, a coletânea *História - Novos Problemas / Novas Abordagens / Novos Objetos*, de 1974. Outro estudo que norteou a questão da memória foi *O Lugar da Memória*, de Pierre Nora, publicado na França em 1984, trazendo o tema como fonte e fenômeno histórico.

A emergência da memória nessa categoria histórica dialoga profundamente com o próprio campo da História do Tempo Presente, como destaca Lúcia Villas-Boas. Para a autora, a memória voltou-se como objeto de análise dessa corrente historiográfica no mesmo período, muito por conta de que o “diálogo com a dimensão memorial passa a ser fundamental”.¹² Fernando Nicollazi destaca essa faceta como fundante no diálogo com uma “vertente de investigação historiográfica voltada para a contemporaneidade” pautada pela História do Tempo Presente. Portanto, a questão da memória se estabelece nas frestas de historiadores que “passam a ocupar o ‘terreno do contemporâneo’”, possibilitando tecer análises caras nesse balanço entre passado e presente.¹³

A questão das temporalidades aparece no levantamento quantitativo através de certos conceitos. Conforme Tabela 2, vimos “estratos do tempo” sendo operacionalizados em 14 trabalhos; espaço de experiência e horizonte de expectativa em 10, assim como “presentismo”. Além disso, entre os 16 conceitos elencados na tabela, 10 deles estão integrados ao conceito “temporalidade”,

11 SILVA, Cristiani Bereta da. Que memória? Que história? Usos do passado e o ensino de História a partir do presente. In: GONÇALVES, Janice (org.). *História do Tempo Presente: oralidade - memória - mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p. 121.

12 BÓAS, Lúcia Villas. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 156, p. 250, 2015.

13 NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*, n. 53, p. 237, 2010.

o que demonstra a polissemia desse conceito e suas reverberações. Entendemos que esses conceitos possuem conteúdos diversos, mas que “abrigam-se sob um conceito comum” e dialogam com a discussão acerca das diferentes formas de experienciar o tempo.¹⁴ Concordamos com Koselleck quando afirma que “um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido”, evidenciando como esta categoria pode ser abordada por caminhos diferentes. François Dosse aponta que “a História do Tempo Presente está na intersecção do presente e da longa duração”, e “esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo”.¹⁵ Dessa forma, é salutar a pertinência desses conceitos que articulam temporalidades por se tratar de uma das bases para a História do Tempo Presente.

Nesse sentido, para compreender a utilização e o enquadramento dessas teses no campo de História do Tempo Presente, é preciso observar quais autores são abordados mais frequentemente e como seus conceitos e teorias são aplicadas. Na tabela abaixo, veremos que, assim como no quadro de conceitos, a incidência de alguns autores é substancialmente mais numerosa do que outros.

TABELA 3: Autores	
Autores	Incidência
Reinhart Koselleck	20
Paul Ricoeur	19
Henry Rousso	15
François Hartog	14
François Dosse	12
Michael Pollak	8
Pierre Nora	7
Michel Foucault	5
Andreas Huyssen; Agnes Chauveau e Phillipe Tétard; Sérgio da Mata e Matheus Henrique Pereira	4

14 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado... Op. cit.*, p. 109.

15 DOSSE, François. *História do Tempo Presente e historiografia... Op. cit.*, p. 6.

Sabina Loriga; Jean Sirinelli; René Remond; Jean Pierre Rioux; Beatriz Sarlo; François Bédarida	3
Hans Ulrich Gumbrecht; Luisa Passerini; Alessandro Portelli; Stuart Hall	2
Enzo Traverso; Marina Franco e Florencia Levin; Achille Mbembe; Serge Bernstein; Carlos Fico; Jean Laconture; Sônia Meneses; Temístocles César; Marshal Sahlins; Jan Assmann; Arlette Farge; Maurice Halbwachs; Patrick Charaudeau; Durval Muniz Albuquerque Jr; Agulhon	1
Total de autores	36

Fonte: elaborada pelos autores (2021).

A utilização mais recorrente de alguns autores em relação a outros autores é um reflexo do próprio campo da História do Tempo Presente e dos conceitos suscitados por essas discussões. Aqui dois pontos devem ser pontuados: a memória e as temporalidades. Como vimos anteriormente, a memória talvez seja um dos conceitos mais reivindicados por historiadores do presente. Suas relações intrínsecas com os passados traumáticos e difíceis, com os testemunhos e com a construção de identidades, é justamente o que explica o seu frequente uso. E, se a memória possui um papel quase central nas teses produzidas no programa de História do Tempo Presente, os autores referenciais para a discussão de das conexões entre memória e história ganham destaque nos trabalhos produzidos no programa. Assim, Paul Ricoeur, Henry Rousso, François Dosse e Michael Pollak são autores largamente acionados nas teses. Chama atenção a alta incidência dos escritos de Ricoeur como um dos principais nomes na discussão entre tempo, história e memória.¹⁶ Henry Rousso destaca a importância de Ricoeur para o campo, como uma referência teórica na sua forja, na França. No Brasil, e no que concerne ao escopo desse trabalho, a obra do filósofo francês adquire grande amplitude e suas formulações sobre memória e narrativa estão no centro das análises empreendidas nas teses.¹⁷

16 Cf. RICOEUR, Paul. *Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

17 Cf. AREND, Sílvia Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo & Argumento*, v. 1, n. 1, p. 201-216, 2009.

Nesse mesmo guarda-chuva conceitual, Michael Pollak se apresenta como um autor fundante na discussão dos enquadramentos de memória. O debate sobre as disputas de memórias está no cerne da História do Tempo Presente por conta das formulações sobre o passado recente e suas reverberações no presente. A memória, tal qual elaborada por Pollak e acionada nas teses trabalhadas, diz respeito às batalhas em torno de lembranças e esquecimentos, pauta central para discussões candentes na historiografia brasileira. Além disso, abrem-se possibilidades em olhar para as formulações de passado envoltas nessas memórias, que Christian Delacroix aponta como “uma das características mais importantes do nosso presente”.¹⁸ O diálogo com Pollak permite que as teses elaborem um olhar apurado para os silêncios articulados nas construções sobre as memórias. Assim, formula-se um papel central para a História do Tempo Presente nesse âmbito da Pós-Graduação, que direciona o olhar para outros caminhos memorialísticos e na sua discussão apurada sobre um assentado diálogo com outras memórias. A atuação desses “enquadramentos de memória” na discussão sobre o presente se aproxima daquilo que Tzvetan Todorov discute sobre a “repetição do ritual de ‘não podemos esquecer’, em que “não repercute com nenhuma consequência visível sobre os processos de limpeza étnica, de tortura e de execuções em massa que se produzem, ao mesmo tempo, dentro da própria Europa”.¹⁹

Já com relação a Henry Rousso e François Dosse, ambos evidenciam a centralidade da memória na História do Tempo Presente, articulando o conceito com as formulações teóricas sobre o campo. Cabe destacar que esses dois autores aparecem nas teses para explicitar as bases teórica e metodológica da área, próximas a uma tentativa de fundamentar a própria tese nessa vertente de escrita histórica. Para os autores, o conceito aparece como uma das possibilidades para a História do Tempo Presente, principalmente

18 DELACROIX, Christian. *A História do Tempo Presente, uma história (realmente) como as outras?... Op. cit.*, p. 48.

19 TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2008, p. 104.

no diz respeito ao diálogo com as memórias traumáticas e ao testemunho. Dosse discorre sobre uma das singularidades da HTP que remonta a essas particularidades, de ser “uma história ‘sob vigilância’, a de testemunhas que podem contestar os registros históricos nos quais não se reconhecem, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre História e memória”.²⁰ Nessa mesma linha, Rousso aponta que a presença da testemunha redireciona a importância da memória nesse campo e questiona a sua própria potencialidade. O autor destaca a “testemunha que vê, a testemunha que fala, a testemunha que escreve, seja o próprio historiador, desempenha claramente um papel essencial, uma vez que é um mediador primário, para não dizer único”.²¹

Outra linha que norteia as teses defendidas no PPGH- UDESC diz respeito às temporalidades. Nesse quesito, os escritos de Reinhart Koselleck e François Hartog aparecem como salutares, articulados em grande parte dos trabalhos. Em conjunto, podemos aproximar François Dosse e Henry Rousso, aparecendo novamente em uma nova categorização por conta das discussões empreendidas sobre o “contemporâneo do não-contemporâneo” e o conceito de “passado que não passa”. Chamamos atenção para a relação do tempo histórico que envolve esses autores e a sua aplicabilidade perante os trabalhos analisados. Nessa questão, as temporalidades aparecem como categoria articulada através de outros conceitos, assim como ocorre com a memória. Para tanto, é importante pontuarmos que o sentimento de transcorrer do tempo é interpretado de formas diferentes entre esses autores, porém, retomando a colocação de Koselleck, são conceitos polissêmicos que conformam diversos sentidos, mas agrupados por uma ideia central.²²

As noções de estratos do tempo é uma das principais categorias de análise desses trabalhos. Koselleck retoma à metáfora sobre formações geológicas que “remontam a tempos e profundidade diferentes, que se transformaram e se diferenciaram

20 DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia... *Op. cit.*, p. 15.

21 ROUSSO, Henry. *A última catástrofe...* *Op. cit.*, p. 282.

22 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado...* *Op. cit.*

uma das outras em velocidades distintas”.²³ Na transposição para a história, o autor coloca a existência de diferentes planos temporais coexistindo em um mesmo tempo. Nesses, “as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados”. Estas camadas possuem conexões entre elas, mas não dependem exclusivamente uma das outras. Para Koselleck, um olhar para “a proposta de diferentes estratos do tempo permite tratar de diferentes velocidades de mudança sem cair na falsa alternativa entre decursos temporais lineares ou circulares”.²⁴ Assim, entendemos que o olhar sobre os diferentes estratos de tempo que envolvem o presente e na sua relação entre experiência e narrativa demonstra artifícios de experienciar o tempo.

Entre essas formas específicas de experiência no tempo, François Hartog apresenta a noção de “regimes de historicidade” para entender o modo como as sociedades percebem a articulação entre passado, presente e futuro. Hartog o conceitua “como uma expressão da experiência temporal”, em que os “regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas”.²⁵ Logo, é correto afirmar que existem maneiras diferentes de compreender o tempo e seu transcorrer. Nisso, Hartog aponta existir a dominância de uma instância sobre as demais, a depender do regime do tempo analisado.²⁶ No caso das teses, o principal foco recai na análise do regime “presentista”, que diz respeito a um presente alargado que ocupa o lugar do passado e do futuro. Para Hartog, o presentismo corresponde a “um presente hipertrofiado que tem a pretensão de ser seu próprio horizonte: sem passado sem futuro, ou a gerar seu próprio passado e seu

23 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 19.

24 *Ibidem*, p. 25.

25 HARTOG, François. Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History], *KVHAA Konferenser*, n. 37, p. 02, 1996.

26 Cf. *Idem*. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

próprio futuro”.²⁷ Estas formulações são caras aos estudos no campo do Tempo Presente, visto que dialoga profundamente com as temporalidades e as formas de experienciar o tempo.

Nesse ponto, retomamos Henry Rousso e François Dosse por compreender que ambos os autores abordam essa relação entre o regime de historicidade presentista em diálogo com a permanência de passados no presente. Rousso aborda o “passado que não passa” ao dar conta de um passado que se faz presente, independentemente da época em que ele se produziu.²⁸ Para ele, a noção desse passado que sempre se faz presente nos introduz a um grande debate e fundamental para a História do Tempo Presente. Próximo a ele, Dosse indica a “contemporaneidade do não-contemporâneo”, que dialoga, em partes, com a afirmação de Rousso. Para Dosse, o conceito dá conta da “espessura temporal do ‘horizonte de experiência, e no presente do passado incorporado’”, ou seja, em aspectos passados que transparecem no presente.²⁹ O autor destaca que esta seria uma das principais singularidades da História do Tempo Presente, e concordamos ao olhar para as teses abordadas e evidenciar que esses pontos de contato entre as instâncias temporais são salutares para seus desenvolvimentos.

Considerações finais

A História do Tempo Presente é um campo que abre possibilidade para um pensamento historiográfico que aborda questões mais complexas do que simplesmente a observação dos efeitos do passado na atualidade. É um campo que instrumentaliza aqueles que refletem criticamente acerca dos acontecimentos históricos a observar as diversas temporalidades presentes dentro de um acontecimento e que auxilia a identificar o que existe de estruturas transcendentais, repetições e singularidades, como bem pontua Koselleck, em seu livro *Estratos do Tempo*.³⁰ A análise das

27 HARTOG, François. Regime de Historicidade... *Op. cit.*, p. 11.

28 Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe...* *Op. cit.*

29 DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia... *Op. cit.*, p. 6.

30 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo...* *Op. cit.*

múltiplas temporalidades possibilita produções historiográficas que partem de questões caras ao presente, mas que adensam e adentram os acontecimentos do passado com profundidade e sensibilidade metodológica.

O campo de História do Tempo Presente ainda está em fase de desenvolvimento e é relativamente recente no Brasil, muito influenciada pelo Instituto de História do Tempo Presente na França. Se nos países europeus sua emergência enquanto campo foi motivada pelo fim da Segunda Guerra Mundial e seus efeitos temporais nesses locais, quais seriam os marcos que determinam uma História do Tempo Presente no Brasil? Quais acontecimentos alteraram as estruturas sociais e econômicas na América Latina e na sociedade brasileira? É possível categorizar, demarcar e balizar esses acontecimentos? Existe uma História do Tempo Presente que retorne o seu olhar para questões caras ao Brasil?

Diversos poderiam ser os marcos e acontecimentos que produzem efeitos que balizam as temporalidades e entrecruzam passado e presente nos países latino-americanos e, principalmente, no Brasil. A colonização, o genocídio indígena, a escravização em massa, a aplicação brutal do racismo científico, as ditaduras do Cone Sul, todos esses processos e acontecimentos produziram efeitos nas estruturas históricas e produzem efeitos na sociedade até os dias atuais. Sendo este o caso, como poderíamos definir teoricamente a História do Tempo Presente nesse contexto?

Em um país marcado por acontecimentos traumáticos, pela privação de direitos, pelos efeitos da colonização e por uma contínua marginalização de sujeitos considerados pelos grupos hegemônicos enquanto indesejados, as múltiplas temporalidades talvez sejam uma das formas mais efetivas de abordar os acontecimentos históricos. A preocupação, então, talvez não seja em como abordar uma História do Tempo Presente brasileira exclusivamente a partir da teoria. A questão do caso brasileiro é pensar como abordar essas problemáticas metodologicamente.

A História do Tempo Presente é um campo fugidio. Desse modo, as formas de abordá-la são difusas, e este é um dos principais obstáculos enfrentados pelas teses do programa ao tentar articular suas temáticas com as discussões do campo. Muitas vezes, as abordagens se concentram somente na introdução dos trabalhos, o que resulta em um esvaziamento das possibilidades de utilização da História do Tempo Presente.

Existe uma necessidade de formulação de uma metodologia da História do Tempo Presente que discuta as formas de pensar os acontecimentos históricos a partir dos conceitos caros ao campo. Os processos históricos que atravessam a sociedade brasileira podem e devem ser analisados a partir de outra ótica, que traga consigo aspectos interdisciplinares, com novos olhares que possibilitam o intercruzamento de temporalidades e acontecimentos.

Referências

- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BÔAS, Lúcia Villas. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 156, p. 244-258, 2015.
- D'ASSUNÇÃO, José Koselleck. A história dos conceitos e as temporalidades Araucária. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, v. 18, n. 35, p. 41-53, 2016.
- DELACROIX, Christian. A História do Tempo Presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.
- FÁVERO AREND, Sílvia Maria; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo & Argumento*, v. 1, n. 1, p. 201-216, 2009.
- HARTOG, François. Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History], *KVHAA Konferenser*, n. 37, p. 95-113, 1996.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*, n. 53, p. 229-257, 2010.

RICOEUR, Paul. *Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

AREND, Silvia Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a história do tempo presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo & Argumento*, v. 1, n. 1, p. 201-216, 2009.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Que memória? Que história? Usos do passado e o ensino de História a partir do presente*. In: GONÇALVES, Janice (org). *História do Tempo Presente: oralidade - memória - mídia*. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2008.

Estudos migratórios e História do Tempo Presente

investigações e abordagens nas pesquisas em um Programa de Pós-Graduação de História

Leonardo de Oliveira Conedera

O presente texto destaca as investigações que realizam uma interface entre os estudos migratórios e a História do Tempo Presente (HTP). Assim, pretende-se abordar as dissertações e teses desenvolvidas no período de 2008 a 2020 pelos discentes do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-FAED) da UDESC. Logo, verifica a existência de 14 estudos que tratam especificamente ou transversalmente de questões relativas às migrações no âmbito brasileiro e global. As produções científicas elaboradas pelos investigadores apresentam distintos enfoques analisados, revelando tipos variados de fontes utilizadas que discutem os processos migratórios e suas conexões como o campo da História do Tempo Presente. Assim, primeiramente, propõe-se uma breve contextualização dos estudos migratórios e a HTP.

O Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-FAED) da UDESC foi concebido e, em pouco mais de uma década de existência, possui mais de 180 egressos entre os cursos de mestrado e doutorado com pesquisas versando na área da concentração da História do Tempo Presente. Dentre os vários campos que se pode

examinar na área da HTP, encontra-se a temática dos estudos migratórios. Nesse sentido, neste texto, destacam-se os trabalhos e suas características que exploram uma interface entre os estudos migratórios e o campo da História do Tempo Presente.

Lembra-se que, na ocasião da comemoração dos 10 anos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, foram elaboradas, por integrantes do corpo docente, sínteses que promoviam um balanço historiográfico da História do Tempo Presente produzida pelo PPGH/UDESC. Em 2017, as historiadoras Luciana Rossato e Maria Teresa Santos Cunha publicaram o artigo *Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC*, no qual analisaram a criação do programa junto à sistematização das dissertações defendidas na instituição entre 2007 e 2016. A pesquisa indicou não somente um panorama, naquele contexto, das abordagens e possíveis definições da “História do Tempo Presente” no âmbito da produção discente, como também os desafios e dilemas a serem enfrentados pelos cursos de mestrado e doutorado (em fase de consolidação) nos anos subsequentes. Rossato e Cunha sublinham, sobretudo, que o processo de construção de um campo de estudos dedicado ao Tempo Presente, apesar de já bastante consolidado, viveria um momento de revisão, delimitação e renovação.¹

Portanto, primeiramente, propõe-se uma breve contextualização dos estudos migratórios e a HTP. Posteriormente, apresenta-se as características e os enfoques dos trabalhos acadêmicos elaborados. Por fim, aponta-se os tipos de fontes utilizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores.

A temática das migrações e a História do Tempo Presente

Nos últimos tempos, as migrações internacionais alcançaram relevância e complexidade crescentes, sobretudo

1 Cf. ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC. *Tempo & Argumento*, v. 9, n. 20, p. 162-185, 2017.

no que se refere às suas características, temporalidades dos fluxos, determinados locais de concentração em alguns países (dentre estes pode-se observar aqueles da Europa Ocidental e da América do Norte e, nos últimos, nessa mesma perspectiva, alguns da América do Sul), configurações espaciais dos deslocamentos, políticas públicas de controle e gestão, estratégias dos migrantes, elementos culturais e religiosos e um grande número de refugiados de guerra, políticos, de catástrofes ambientais, entre outras.²

Em meio a esse panorama de macroquestões, encontra-se a temática do desenvolvimento, compreendido em campos variados e amplos, no entanto, muito mais centrado no âmbito econômico, isto é, naquele da ação e/ou dimensão que poderia diminuir o fluxo de partida de migrantes à procura de novas e melhores condições de vida, especialmente em direção a países de maior perspectiva na esfera econômica e de oferta de empregos com uma remuneração mais vantajosa.³

As migrações no presente tanto na esfera dos deslocamentos internos, quanto naqueles internacionais, notabilizam-se por intensos movimentos de indivíduos, mercadorias, bens, imagens que demonstram mobilidade pela dispersão de diferentes grupos e culturas por intermédio de espaços geográficos, pelo querer se realocar em lugares imaginados e pelo encontro com identidades plurais. Nesse panorama, os migrantes elaboram e preservam múltiplas relações – familiares, econômicas, sociais, políticas, religiosas, entre outras – aumentando as fronteiras e colocando em interligação aspectos do global e o local.⁴

Ainda em relação às migrações, destaca Valéria Magalhães:

a história da imigração no Brasil é complexa e única. Os estudos migratórios tratam de dois períodos principais: sendo um referente

2 Cf. AMBROSINI, Maurizio; BERTI, Fabio (a cura). *Persone e migrazioni*. Milano: Franco Angeli, 2017.

3 Cf. TEDESCO, João Carlos. Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania (org.). *145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2021.

4 Cf. COGO, Denise. Internet, ativismo migrante e narrativas sobre o Brasil como país de imigração. II Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2014.

ao tempo de maior entrada de estrangeiros em nosso território, que vai do século XIX até mais ou menos a década de 1980 e um que remete ao envio de brasileiros para o exterior, intensificando a partir da década de 1980 com as mudanças no mercado de trabalho mundial. Esse segundo momento, faz parte do que é chamado por muitos autores de Migrações Internacionais Recentes. Esta fase também abarca a entrada de estrangeiros no Brasil vindos de países mais pobres, como os imigrantes da América Latina e da África.⁵

Acerca desse segundo período no qual se centra parte da historiografia dos estudos migratórios, estes relacionam-se à maioria das investigações que dialoga com o campo da História do Tempo Presente. Além disso, os deslocamentos mais contemporâneos também recebem um olhar mais privilegiado das pesquisas da temática da mobilidade que conversam com as perspectivas teórica-metodológicas da HTP.

Sabe-se que o Brasil é reconhecido como um país de emigração a partir do crescimento do fluxo de brasileiros para o exterior nos anos 90, especialmente para países como Estados Unidos, Japão, Portugal e Paraguai. No entanto primeiramente, como outros Estados americanos, é caracterizado como um país de imigração. De 1819 até o final da década de 40 do século passado, acolheu-se aproximadamente cinco milhões de imigrantes de diferentes proveniências, mas muitos portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses, como também grupos menos expressivos quantitativamente, como sírio-libaneses, russos, poloneses.⁶

O contexto do século XXI da relação migração e desenvolvimento redefiniu os processos históricos, pois o debate da atualidade estabelece não mais uma perspectiva de desenvolvimento com o ingresso de imigrantes internacionais – cuja assimilação é um aspecto fundamental –, mas, sim, o reconhecimento da construção de um país de emigração, imigração

5 MAGALHAES, Valéria Barbosa. *História oral e migrações: método, memória e experiências*. São Paulo: Letra & Voz, 2017, p. 9.

6 Cf. SEYFERTH, Giralda. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERTH, Giralda et al. *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

e de circularidade migratória, onde aparecem novas formas de interação social nas localidades de migração internacional.⁷

Vale lembrar que a crise econômica experimentada pela economia mundial, que teve seu começo em 2008 e foco nas sociedades mais desenvolvidas no sistema capitalista, vai promover transformações nos movimentos das migrações internacionais praticamente em inúmeros países. Logo, alguns lugares de destino de migração deixaram de ser interessantes e, em alguns casos, passaram a ser espaços de expulsão de trabalhadores migrantes, invertendo, assim, dinâmicas presentes no cenário global, preponderantes por um longo período.⁸

A partir dos Censos do IBGE de 2000 e 2010, vislumbra-se que o número de estrangeiros residentes no país apurado pelo levantamento reduziu em 3,3% em uma década. Entretanto, cabe enfatizar que aqueles que declararam como local de nascimento os países da Ásia e da Europa se encontram entre os com maior expressividade no total dos imigrantes. Ainda por intermédio dos dados dos Censos 2000 e 2010, os portugueses prosseguem como o grupo mais representativo, acompanhados pelos japoneses. Além disso, nota-se o recrudescimento do número de paraguaios e bolivianos residindo no país.

Sabe-se que, nos grandes centros urbanos, a presença dos migrantes recentes já é uma realidade no espaço e na vida social e cultural. Por exemplo, o caso dos bolivianos em São Paulo que, em um percurso das últimas décadas de deslocamentos para o país, já formam uma coletividade, com suas associações, com a realização de suas festas, com sua cultura numa convivência admitida.

É na questão trabalhista que a vida dos migrantes se dificulta, pois, em alguns casos, a burocracia com a obtenção dos documentos de permanência, que, mesmo com promessas de

7 Cf. BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (org.). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

8 Cf. FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (org.). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

mudanças do governo brasileiro, não resolveu suas deficiências, suas demandas, nem mesmo as dificuldades relacionadas à discriminação, à exploração e à privação de direitos que perduram com poucas alterações na legislação vigente.

É preciso referir que a situação dos últimos anos vem gerando mobilizações de diversos setores da sociedade, como as instituições assistenciais. Grande parcela dessas associadas a ordens religiosas (como os padres carlistas e instituições como a Caritas), cujo enfoque se encontra fundamentado no acolhimento e encaminhamento de migrantes haitianos – que começaram a chegar ao Brasil a partir de 2011, como também daqueles provenientes dos países sul-americanos e africanos em dificuldade. Essas instituições reivindicam do poder público uma execução de propostas mais efetivas para o controle do movimento migratório pelas autoridades governamentais.⁹

Enfim, os desafios para as migrações internacionais nesse novo milênio sugerem revisões conceituais e estudos sobre os novos deslocamentos, modalidades e esclarecimentos a respeito do panorama contemporâneo desse fenômeno social. Logo, a relação entre processo migratório e mudança social passa a elaborar uma agenda para a criação de políticas sociais tanto para o entendimento das mobilidades atuais, quanto para a composição de uma política migratória nacional.¹⁰

Os dados e estudos empíricos das migrações internacionais que ingressam e partem do Brasil evidenciam a complexidade e heterogeneidade da imigração internacional neste século XXI. As pesquisas recentes revelam desafios teórico-metodológicos para a compreensão e análise das migrações de haitianos, senegaleses, ganeses, chineses, coreanos, bolivianos, peruanos, paraguaios, imigrantes internacionais qualificados (de inúmeros países), imigrantes internacionais indocumentados, refugiados

9 Cf. FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias... *Op. cit.*

10 Cf. BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil... *Op. cit.*

que circulam nos contextos migratórios constituídos pelos migrantes no Brasil neste novo milênio.¹¹

Estudos e múltiplos enfoques

As pesquisas acadêmicas produzidas no PPGH da UDESC que tratam da temática migratória abordam inúmeros aspectos que perpassam temas importantes no contexto das mobilidades humanas contemporâneas. Dentre as questões exploradas, podem ser apontadas: identidade étnica, migração feminina, tráfico de pessoas, imprensa migrante, rearranjos familiares, relações de gênero, retorno de migrantes, racismo, exílio, religiosidades, movimentos culturais, entre outros.

Todas as investigações empreendidas nas dissertações e teses (14 trabalhos analisados) evidenciam as migrações internacionais com destaques para os migrantes que desembarcavam no Brasil,¹² assim como brasileiros retornados de uma experiência migratória.¹³ Alguns estudos também problematizam a realidade da emigração brasileira para o exterior, em especial, para os Estados Unidos.

Sabe-se que a nacionalidade com o maior número de migrantes residentes no Brasil é a portuguesa, seguida dos japoneses, paraguaios e italianos. Indivíduos provenientes de países do continente africano ou do Haiti, na América Central, são inferiores a 10 mil nos censos (1991, 2000 e 2010), mas desses

11 Cf. BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil... *Op. cit.*

12 Ver os trabalhos de Samira Frazão e Assis Menin. Cf. FRAZÃO, Samira Moratti. *A suspeita que marca: o pânico moral na representação jornalística de imigrantes negros no Brasil contemporâneo (2000-2014)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019; MENIN, Assis Felipe. *Entre 'velhos' e novos imigrantes: memórias e representações em Caxias do Sul no tempo presente (2005 - 2016)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

13 Ver as pesquisas de Michele Cardoso e Elton Francisco. Cf. CARDOSO, Michele Gonçalves. *De volta para casa: a inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011; FRANCISCO, Elton. *Emigração de Valdenses para os Estados Unidos: um estudo histórico sobre a constituição de redes sociais e sobre a participação das mulheres (1960-2010)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

destinos provém a maior parte dos migrantes que desembarcam no país no século XXI.¹⁴

Os dados demográficos (os censitários, como aqueles das autoridades competentes, como a Polícia Federal) de caráter quantitativo foram usados para se inferir que o Brasil, na atualidade, permanece sendo um destino migratório assumido também no âmbito governamental. Em 2015, alguns jornais, como a Folha de São Paulo, enfatizava uma fala da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, na posição de destaque do país enquanto terra acolhedora de migrantes e, no contexto geopolítico, de refugiados de inúmeros gêneros e nacionalidades, principalmente de sírios, africanos, latino-americanos e o povo caribenho.¹⁵

Em meio ao panorama multifacetado das migrações internacionais no Brasil, as pesquisas empreendidas no PPGH da UDESC destacam tanto os novos grupos migratórios provenientes do Haiti e de países africanos¹⁶ (senegaleses, ganeses entre outros), assim como a questão da migração em municípios brasileiros¹⁷ (especialmente aqueles situados nos Estados no Sul do Brasil), cuja migração durante os séculos XIX e XX foi significativa em algumas dessas comunidades.

Durante os dois últimos decênios do século passado, os brasileiros residentes no exterior constituíram diversas relações econômicas, culturais e familiares, apontando que os emigrantes, mesmo ausentes no exterior, mantinham-se em contato com os seus lugares de origem.

14 Cf. FRAZÃO, Samira Moratti. *A suspeita que marca... Op. cit.*

15 *Ibidem*, p. 27.

16 Se refere às investigações de Frazão; Menin que são exemplos destas mobilidades contemporâneas e seus impactos. Cf. *Ibidem*; MENIN, Assis Felipe. *Entre 'velhos' e novos imigrantes... Op. cit.*

17 Cf. WERLE, Bibiana. *Com quantos passados se faz um presente? Por uma política da justa memória da migração alemã no município de Estrela (RS) / 1926-2018*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018; CAIRUS, Brigitte Grossmann. *Ciganos Roms no Brasil: imagens e identidades diaspóricas na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Algumas pesquisas¹⁸ destacam o contato que se reflete em investimentos nas cidades de origem, que, em diversos lugares, estimulam o comércio local, sobretudo na construção civil, que movimentam o mercado imobiliário, propiciando o surgimento de microempresas financiadas pelas remessas que os familiares recebem daqueles que estão no exterior. Nessa perspectiva, algumas investigações analisam as cidades que se transformaram em pontos de partida de emigração, como Governador Valadares (MG) e Criciúma (SC), municípios que, nos últimos tempos, estabeleceram múltiplas relações entre a sociedade de origem e a de destino. As pesquisas elucidam investimentos que migrantes realizam, com planos de retornar ao país e que os mantêm em contato constante com a cidade natal.¹⁹

Não se pode esquecer que as investigações que versam acerca da temática dos estudos migratórios invariavelmente revelam trabalhos em uma perspectiva internacional, mesmo quando possuem como *lócus* de análise uma determinada localidade (como uma cidade), visto que o estudo espera abordar um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos que vivenciam uma mobilidade e carregam consigo seus costumes, tradições, idioma na sua vivência no contexto da sociedade receptora.

Logo, os investigadores dos processos migratórios necessitam examinar os cenários de partida, trânsito e chegada dos migrantes. Como exemplo, pode-se mencionar a tese de Samira Moratti Frazão, *A suspeita que marca: o pânico moral na representação jornalística de imigrantes negros no Brasil contemporâneo (2000-2014)*, que analisa as dinâmicas dos deslocamentos contemporâneos no seu trabalho relacionando aos diferentes momentos dos migrantes. Assim, os pesquisadores,

18 Os trabalhos de Elton Francisco e Michele Cardoso referem a estas questões entre sociedade de partida e destino entre migrantes mineiros que se deslocam para os Estados Unidos. Cf. FRANCISCO, Elton. *Emigração de Valdenses para os Estados Unidos...* Op. cit.; CARDOSO, Michele Gonçalves. *De volta para casa...* Op. cit.

19 ASSIS, Gláucia de Oliveira; CAMPOS, Emerson. De volta para casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. *Tempo & Argumento*, v. 1, n. 2, p. 80-99, 2009; CARDOSO, Michele Gonçalves. *De volta para casa...* Op. cit.; FRANCISCO, Elton. *Emigração de Valdenses para os Estados Unidos...* Op. cit.

como no caso de Frazão, amiúde se deparam com múltiplos espaços e culturas quando se debruçam sobre as dinâmicas da mobilidade.

Os estudos analisados (14) encontram-se circunscritos dentre o arco temporal da primeira metade do século XX (década de 30 em diante) e os dois primeiros decênios do século XXI, mas é preciso ressaltar que a maioria das pesquisas empreendidas averiguam acerca do período do terceiro milênio²⁰.

Observou-se que 13 trabalhos dos historiadores ocorrem e retratam diferentes recortes espaciais em seus lócus no Brasil, como a maioria deles focalizando cidades de Santa Catarina (8), do Rio Grande do Sul (2), do Paraná (1), de Minas Gerais (2). A dissertação de Igor Moreira, *Half of my heart is in Havana: uma análise da trajetória da cantora cubana Camila Cabello (2012-2018)*, explora, entre várias questões, a trajetória de exílio entre Cuba e Estados Unidos.²¹

Como a maioria dos alunos do PPGH/UDESC é das regiões do Sul do país, a maior parte dos trabalhos privilegiou estudos que focalizavam as realidades migratórias do Sul do país, logo, percebe-se a frequência de análises que estabeleceram relações entre diferentes jogos de escala.²²

As investigações acerca da temática migratória, seguindo a perspectiva da História do Tempo Presente, possuem “cartas” (possibilidades) para serem jogadas, como destaca François Dosse.²³ Estas possibilidades transformam a HTP numa área da História muito promissora para a historiografia e com características

20 Dentre as pesquisas analisadas, 3 focalizam processos de mobilidade no espaço temporal do século XX. Enquanto, 11 se detêm em contextos e aspectos do século XXI.

21 Cf. MOREIRA, Igor Lemos. *Half of my heart is in Havana: uma análise da trajetória da cantora cubana Camila Cabello (2012-2018)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

22 Cf. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

23 Cf. DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, 2012.

particulares, repercutindo e explorando assuntos que, por vezes, podem ser recusados por uma perspectiva historiográfica mais “tradicional”.

Por exemplo, dentre as possibilidades que a História do Tempo Presente propõe para o tema dos processos migratórios, encontra-se a oportunidade de se explorar em diferentes acervos físicos ou digitais. Hoje, a partir de sites como *Youtube*, *Instagram* e *Facebook*, as historiadoras e os historiadores são capazes de encontrar, selecionar e pesquisar certas narrativas (escritas ou visuais) de migrantes recentes que registram suas experiências de mobilidade. Além disso, em alguns casos, o próprio historiador pode contatar o migrante.²⁴

Por fim, os estudos realizados no PPGH demonstram uma importante contribuição para se pensar os processos migratórios a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da História do Tempo Presente. Além disso, os trabalhos corroboram com análises sobre as migrações no Brasil do período posterior ao pós-Segunda Guerra e os anos recentes do século XXI. Observa-se que ainda, em termos quantitativos, há poucos estudos históricos sobre os últimos decênios, pois a maioria das pesquisas desenvolvidas privilegia processos de mobilidade no espaço temporal no decurso do século XIX e na primeira metade do século XX.

Fontes exploradas

François Dosse aponta que a presentificação do mundo contemporâneo globalizado possibilitou uma nova “experimentação da historicidade”.²⁵ Na HTP, os profissionais da História, em muitos casos, coexistem com seus próprios objetos e

24 Os pesquisadores que trabalham com os processos de deslocamentos contemporâneos (século XXI) possuem um maior acesso a distintas tipologias de fontes que o permitem compreender as dinâmicas das mobilidades do seu tempo. Tais possibilidades muitas vezes não disponíveis e acessíveis para processos dos séculos XIX e XX.

25 DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia... *Op. cit.*, p. 60.

depoentes, estando em uma posição privilegiada e muito próxima dos acontecimentos, sendo eles mesmos parte da História.

A História do Tempo Presente, bem como boa parte da produção historiográfica corrente, caracteriza-se por uma proliferação de fontes que se renovaram e se ampliaram, principalmente por meio dos avanços tecnológicos (como documentos audiovisuais, fotografias, escritos literários, narrativas orais e escritos, charges, filmes documentários, diferentes suportes da informática, plantas, mapas, atas, programas de rádio, peças publicitárias, jornais, revistas, músicas, entre outros) mais recentes.²⁶

Dentre as fontes utilizadas pelos discentes do PPGH, destaca-se o uso das orais (em 9 pesquisas dentre as 14 encontradas e verificadas), pois o emprego da metodologia da história oral auxilia os investigadores no desenvolvimento das suas análises e inferências. A partir do uso da História Oral, a questão da memória é referida com ênfase. Dentre os trabalhos explorados, os autores mais citados foram: Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Pierre Nora, Reinhart Koselleck, Paul Ricoeur, Jacques Le Goff, Walter Benjamin, Luisa Passerini, Alessandro Portelli. Vale ressaltar que as contribuições dos investigadores mencionados são pesquisas que dialogam com os temas da memória e História.

Sabe-se que a História do Tempo Presente apresenta inúmeras oportunidades de exploração de acervos contemporâneos, como as fontes disponíveis ou elaboradas na esfera digital (da internet). Por exemplo, os trabalhos analisados fazem uso de distintas fontes. Além das fontes orais, nota-se bastante ocorrente a utilização de periódicos.

Em algumas das pesquisas empreendidas, verifica-se a utilização de documentações disponíveis na esfera virtual que favoreceram a construção do *corpus* documental dos trabalhos. Como recorda André Leme Lopes:

26 Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

hoje, acredito que não é mais possível a um pesquisador ignorar esse ambiente de informação digital. No mínimo escrevemos nossos artigos, ensaios e resenhas em computadores e os enviamos para publicação em arquivos digitais, via correio eletrônico. As revistas que os publicarão, muitas vezes não possuem versão impressa, mas apenas um portal online onde arquivos digitais ficam à disposição de quem os quiser ler ou imprimir. Mais significativo, no entanto, são as modificações disciplinares decorrentes da crescente digitalização das ferramentas dos historiadores.²⁷

Assim, os estudos sobre as mais diversas temáticas que dialogam com a HTP encontram um leque de possibilidades de acessar distintas fontes. Vale mencionar o que John McClymer nominou de “pedagogia da escassez” para uma “era de abundância”.²⁸ A saber, a partir do advento da *web*, investigadores e professores de história limitavam-se fisicamente àquilo que tinham possibilidade de adquirir nas livrarias ou ao que as bibliotecas de diferentes instituições ou cidades poderiam lhes ofertar. Em muitos casos, os pesquisadores precisavam percorrer distâncias para alcançar uma fonte, muitas vezes raras, por intermédio da via presencial e que de certa forma exigia um investimento não somente do seu tempo, como também financeiros.²⁹

Mesmo com o crescimento do uso das fontes digitais, a mais utilizada nos trabalhos de migração do PPGH são as narrativas orais (9),³⁰ muitas vezes elaboradas pelos pesquisadores ou mesmo acessadas em acervos. E as fontes orais exploradas são concebidas por intermédio dos pressupostos da metodologia da História Oral, cuja utilização, nas últimas décadas, começou a ser usada por inúmeros pesquisadores das ciências humanas (historiadores, linguistas, antropólogos, psicólogos, entre outros). No campo da História, vários cursos de Pós-Graduação

27 LOPES, André Pereira Leme. Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 24, p. 140, 2018.

28 MCCLYMER, John F. The AHA Guide to Teaching and Learning with New Media. *American Historical Association*, 2022. Disponível em: <http://www.historians.org/teaching-and-learning/classroom-content/the-aha-guide-to-teaching-and-learning-with-new-media>. Acesso em: 16 dez. 2021.

29 Cf. *Ibidem*.

30 Dentre os 14 trabalhos analisados, 9 deles apresentava o uso de entrevistas orais.

criaram laboratórios de pesquisa explorando a oralidade, nos quais a metodologia da História Oral é empregada como uma das principais abordagens.

Sabe-se que o recrudescimento de pesquisas sobre a história recente acarretou a urgência e a necessidade de a História Oral se legitimar nos âmbitos acadêmicos, o que reforçaria a premência de trabalhos de caráter teórico e metodológico. Segundo Marieta Moraes Ferreira, para “atender a essa demanda que as discussões relativas à memória e à noção de História do Tempo Presente emergiram ligadas ao campo da história oral”.³¹

Então, para muitos dos estudos analisados que empregaram a História Oral para conceber entrevistas com migrantes, ou sujeitos que tratavam de assuntos relacionados à migração, foram os atores desse processo que auxiliaram os pesquisadores a partir de seus depoimentos, que se transformaram em uma fonte imprescindível para o desenvolvimento das dissertações e teses.

As pesquisas utilizaram todas as modalidades possíveis de História Oral (temática, de vida e das tradições),³² a maioria dos trabalhos lançou mão da modalidade da história oral temática, que pode ser vista no estudo de Lucas Coelho Siqueira, *Os filhos dos migrantes: jovens em trânsito no início do século XXI (1990-2009)*, que destaca as trajetórias de migrantes brasileiros e seus filhos do Brasil para os Estados Unidos.³³ Enquanto outros valeram-se história de vida, como a dissertação de Elton Francisco, *Emigração de valdenses para os estados unidos: um estudo historiográfico sobre a constituição de redes sociais sobre a participação das mulheres (1960-2010)*, que explorou as histórias de vida de famílias migrantes.

31 FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 91, 2018.

32 As entrevistas temáticas que tratam eminentemente sobre a participação ou vivência do entrevistado acerca do assunto ou elemento investigado. As entrevistas de História de Vida possuem como ponto de interesse central a vida do indivíduo entrevistado, procurando traçar a trajetória do depoente desde a infância até o momento da fala. Cf. ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

33 Cf. SIQUEIRA, Lucas Coelho. *Os filhos dos migrantes: jovens em trânsito no início do século XXI (1990-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Enfim, a modalidade usada pelos investigadores em seus estudos dependia dos objetivos e das problemáticas que visavam compreender.

Observou-se também que os pesquisadores utilizaram a abordagem da História Oral nas teses e dissertações, normalmente alinhada com a utilização de outros documentos, como a imprensa e os documentos de instituições do Estado. Por exemplo, a tese de Bibiana Werle, *Com quantos passados se faz um presente? por uma política da justa memória da imigração alemã no município de Estrela (RS) / 1926-2018*, que trata da imigração alemã a partir de distintas fontes. Tal fato sinaliza uma posição teórico-metodológica determinada pelos pesquisadores. A análise de depoimentos orais, realizada a partir dos pressupostos da metodologia da História Oral, viabiliza a aproximação do tema analisado com processos cuja presença do testemunho é considerada não apenas como enriquecedora e necessária para a própria atuação social da pesquisa.³⁴ Além disso, nesses estudos nota-se uma ênfase em investigações sobre memórias e práticas celebrativas,³⁵ como também as relações entre espaço e inserção social.³⁶

Além da oralidade, outros estudos centraram-se principalmente em periódicos dentre as suas fontes exploradas. Pode-se lembrar que, atualmente, no Brasil, tem-se a Biblioteca Nacional, que possibilita gratuitamente a qualquer pesquisador conectado à internet um acervo superior a mais de 1,5 milhão de documentos em seu projeto BNDigital.³⁷ Nos Estados Unidos, tem-se a Biblioteca do Congresso, que viabiliza o acesso a mais de 18 milhões de dados digitalizados. O *Google Books* apresenta um repositório com mais de 25 milhões de obras literárias em seu banco de dados. Em Santa Catarina, o projeto técnico da

34 Cf. SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

35 Ver a tese *Com quantos passados se faz um presente? por uma política da justa memória da imigração alemã no município de Estrela (RS) / 1926-2018*, de Bibiana Werle.

36 Ver a dissertação *De volta para a casa: a inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009)*, de Michele Gonçalves Cardoso.

37 Cf. *BIBLIOTECA Nacional Digital*, 2022. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

hemeroteca digital catarinense – coordenado pelo professor do PPGH Reinaldo Lohn – tem como escopo a divulgação do acervo de jornais e outras publicações que integram o acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina, mediante processos de digitalização, armazenamento e disponibilização pública num ambiente virtual.³⁸

Em virtude desse manancial de fontes disponíveis, o historiador precisa saber selecionar as documentações mais fidedignas, prevenindo-se para que os seus trabalhos na atualidade mantendo um rigor na escolha das fontes. De acordo com Lucília Delgado e Marieta Ferreira:

a História do Tempo Presente tem sensibilizado uma quantidade cada vez mais expressiva de historiadores no plano nacional e internacional. A saber, a HTP corresponde a um movimento mais amplo de renovação historiográfica que carrega consigo, por exemplo, a revitalização da história política, uma maior diversificação do uso de fontes, enaltecimento da interdisciplinaridade, um diálogo mais estreito com as ciências sociais, rejeição de explicações deterministas e abrangentes, relevância de indivíduos e grupos, relacionamento mais dialógico e próximo entre história e memória.³⁹

Por fim, os estudos realizados no PPGH acerca dos movimentos migratórios contemporâneos refletem a multiplicidade de fontes que os historiadores da História do Tempo Presente puderam dispor nos últimos anos. Dispondo estudos como “A prostituição atravessa fronteiras: tráfico de mulheres brasileiras na mídia impressa”, de Gisele Meriz, que trata acerca do tráfico de mulheres, apresentando um novo objeto para as questões da mobilidade contemporânea.

Considerações finais

A História precisa se ocupar das questões do presente para o pleno desenvolvimento da ciência, de suas questões teórico-

38 Cf. A HEMEROTECA Digital Catarinense. *Hemeroteca Digital Catarinense*. dez. 2019. Disponível: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/HEMO.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.

39 DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente... Op. cit.*, p. 7.

metodológicas e da compreensão do papel do historiador. Nesse sentido, o tema das migrações contemporâneas favorece as historiadoras e os historiadores a abordarem e a dialogarem com fenômenos e demandas sociais da atualidade.

As dissertações e teses produzidas pelos discentes que estudaram a temática das migrações com enfoque na História do Tempo Presente, defendidas no PPGH/UDESC, demonstram a multiplicidade de possibilidades, elementos e aspectos que podem ser abordados na contemporaneidade, bem como destacam aspectos imprescindíveis para se pensar os deslocamentos no tempo recente.

Vale lembrar também que, nos últimos anos, surgiram pelo mundo diversos observatórios das migrações, nos quais uma série de investigadores explora e analisa, em especial, o fenômeno da mobilidade humana no tempo presente. E, na UDESC, existe, coordenado pela prof.^a Gláucia de Oliveira Assis, o Observatório das Migrações de Santa Catarina, que reúne um grupo interdisciplinar que trabalha com migração, gênero, raça, etnia, refugiados e asilo.

Além disso, o evento SHTP (organizado desde 2011 pelo PPGH da UDESC), assim como outros congressos, simpósios, encontros, apresentou a temática migração privilegiada em meio aos seus diferentes simpósios temáticos, possibilitando um espaço amplo de discussões teórico-metodológicas a respeito do assunto e a exposição dos resultados parciais e finais dos trabalhos dos discentes e egressos do departamento.

Portanto, nas dissertações e teses produzidas pelos discentes da PPGH da UDESC, pesquisas significativas e atuais não somente dialogam com a HTP, como também colaboram para a compreensão do fenômeno migratório contemporâneo em escala nacional e global.

Referências

A HEMEROTECA Digital Catarinense. *Hemeroteca Digital Catarinense*, dez. 2019. Disponível: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/HEMO.html>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

AMBROSINI, Maurizio; BERTI, Fabio (a cura). *Persone e migrazioni*. Milano: Franco Angeli, 2017.

ASSIS, Glaucia de Oliveira; CAMPOS, Emerson. De volta para casa: a reconstrução de identidades de emigrantes retornados. *Tempo & Argumento*, v. 1, n. 2, p. 80-99, 2009.

BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (org.). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

BIBLIOTECA Nacional Digital, 2022. Disponível em: <http://bndigital.bn.br>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CAIRUS, Brigitte Grossmann. *Ciganos Roms no Brasil: imagens e identidades diaspóricas na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CARDOSO, Michele Gonçalves. *De volta para casa: a inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

COGO, Denise. Internet, ativismo migrante e narrativas sobre o Brasil como país de imigração. II Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, v. 4, n. 1, p. 05-22, 2012.

FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (org.). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

FRANCISCO, Elton. *Emigração de Valdenses para os Estados Unidos: um estudo histórico sobre a constituição de redes sociais e sobre a participação das mulheres (1960-2010)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FRAZÃO, Samira Moratti. *A suspeita que marca: o pânico moral na representação jornalística de imigrantes negros no Brasil contemporâneo (2000-2014)* 2019. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

- LOPES, André Pereira Leme. Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 24, p. 136-169, 2018.
- MAGALHAES, Valéria Barbosa. *História oral e migrações: método, memória e experiências*. São Paulo: Letra & Voz, 2017.
- MCCLYMER, John F. The AHA Guide to Teaching and Learning with New Media. *American Historical Association*, 2022. Disponível em: Disponível em: <http://www.historians.org/teaching-and-learning/classroom-content/the-aha-guide-to-teaching-and-learning-with-new-media>. Acesso em: 16 dez. 2021.
- MENIN, Assis Felipe. *Entre 'velhos' e novos imigrantes: memórias e representações em Caxias do Sul no tempo presente (2005 - 2016)* 2016. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- MOREIRA, Igor Lemos. *Half of my heart is in Havana: uma análise da trajetória da cantora cubana Camila Cabello (2012-2018)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.
- ROSSATO, Luciana; CUNHA, Maria Teresa Santos. Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UEDESC. *Tempo & Argumento*, v. 9, n. 20, p. 162-185, 2017.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SEYFERTH, Giralda. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERTH, Giralda et al. *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.
- SIQUEIRA, Lucas Coelho. *Os filhos dos migrantes: jovens em trânsito no início do século XXI (1990-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- TEDESCO, João Carlos. Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania (org.). *145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2021.
- WERLE, Bibiana. *Com quantos passados se faz um presente? Por uma política da justa memória da imigração alemã no município de Estrela (RS) / 1926-2018*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.



UNIDADE III



Tempo presente, patrimônio cultural e lutas por direitos

Janice Gonçalves

Ana María Sosa González

Desde a primeira edição do Seminário Internacional História do Tempo Presente (SIHTP) – evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC) –, um simpósio temático em torno de questões relativas ao patrimônio cultural tem feito parte da programação, embora com variações nos recortes temáticos. No I SIHTP, em 2011, o tema do simpósio foi amplo: “Patrimônio Cultural e Tempo Presente”. Em 2014, buscou-se acolher trabalhos que interligassem “Patrimônio cultural, tensões e conflitos”. Em 2017, de modo a explicitar o interesse em dialogar com experiências patrimoniais de outros países do continente americano, o simpósio temático teve como tema “Tempo presente, políticas de memória e patrimônio cultural nas Américas”. Na quarta edição do evento, inicialmente prevista para ocorrer em abril de 2020, mas efetivamente realizada em março de 2021 em decorrência da pandemia da covid-19, foi reiterado o interesse na diversidade de experiências do continente americano, dessa vez enfocando as relações entre “Tempo presente, patrimônio cultural e lutas por direitos nas Américas”.¹

1 Em todas as edições do SIHTP, cabem a professores vinculados ao PPGH-UDESC

Algumas questões norteadoras contribuíram para traçar perfis para os trabalhos que poderiam vir a compor o simpósio temático na quarta edição do evento: Em que medida demandas por direitos foram ou têm sido contempladas por políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural? Que diálogos têm sido estabelecidos a este respeito? Que experiências atestam a sensibilização, nesse sentido, daqueles que atuam nos órgãos de preservação e em instituições como arquivos, centros de documentação e museus? Como as políticas públicas vigentes, no campo do patrimônio, têm sido apropriadas por grupos sociais para atender a variadas demandas de visibilização, de afirmação identitária, de garantia de direitos? Com base na valorização das percepções dos próprios produtores e transmissores dos bens culturais patrimonializados, que reinvenções do campo do patrimônio cultural têm sido vivenciadas? Na formulação da proposta do simpósio temático, havia a expectativa de que essas questões, ou correlatas, fossem contempladas nos trabalhos selecionados de modo a permitir exercícios comparativos entre as experiências de distintos países e colaborar para renovar estudos a esse respeito, abrindo novas trilhas investigativas.

O simpósio temático acabou por selecionar um conjunto de treze propostas de comunicação; durante o evento, a ausência de um participante fez com que esse número fosse reduzido para doze trabalhos efetivamente apresentados. As reflexões e os dados de pesquisa então compartilhados estimularam comentários, ponderações e questionamentos, alimentando os debates nas duas tardes de realização do simpósio (a saber, 18 e 19 de março de 2021). A maior parte das comunicações resultou em textos que compõem os anais do evento.²

as coordenações dos simpósios temáticos, que podem ser compartilhadas com colegas de outras instituições. Nas três primeiras edições, a coordenação dos simpósios temáticos com foco privilegiado no patrimônio cultural esteve a cargo apenas de Janice Gonçalves, docente também vinculada ao Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC. Na quarta edição, porém, a coordenação foi partilhada com a Prof.³ Ana María Sosa González, da UFPel.

2 Os textos para publicação puderam ser encaminhados após o evento, o que permitiu que alguns aspectos dos debates travados no simpósio temático fossem incorporados a eles, se os autores entendessem esse procedimento pertinente. Para acesso aos textos integrais

Estabelecer uma sequência para as comunicações é sempre um desafio para quem coordena apresentações de um simpósio, uma vez que costumam ser muito variadas as propostas, abordagens e perspectivas teórico-metodológicas. Por outro lado, esse esforço pode revelar nexos inesperados entre pesquisas aparentemente distantes, fomentando discussões profícuas. Por sua maior afinidade, as comunicações foram agrupadas em três blocos:

- Memórias, patrimônio e experiências negras;
- Políticas de memória e patrimônio urbano;
- Patrimônio cultural, singularidades locais e peculiaridades nacionais.

Memórias, patrimônio e experiências negras

O primeiro bloco temático abarcou quatro comunicações, a cargo da mestranda em História Heloísa Rosa Costa Lima (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp), da doutoranda em Educação Janaína Amorim da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC) e de dois pós-graduandos do PPGH-UDESC: o mestrando Willian Felipe Martins Costa e a doutoranda Merylin Ricieli dos Santos. Foram destacadas, nessas comunicações, cidades brasileiras das regiões Sudeste (São Paulo) e Sul (Ponta Grossa, no Paraná; São José e Laguna, em Santa Catarina). Tratou-se de colocar em causa a presença das populações negras nessas localidades, sendo considerados principalmente alguns bens culturais materiais vinculados a elas que foram formalmente patrimonializados pelo poder público.

No Largo do Paissandu, na capital paulista, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, tombada em nível municipal, instigou Heloísa Lima a refletir sobre o papel relativamente marginal que as memórias associadas à trajetória

de nove das doze comunicações que integraram o simpósio temático, consultar os anais. Cf. IV SEMINÁRIO Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP>. Acesso em: 26 abr. 2022.

da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário tiveram no processo de tombamento, no qual foram mais enfatizadas as dimensões arquitetônicas da edificação. Por outro lado, como indicou Willian Costa, igrejas ligadas a populações afrodescendentes não apenas deixaram de ser patrimonializadas como foram destruídas, desaparecendo da paisagem urbana – caso, em Laguna, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, demolida na década de 1930.

Ao articular a valorização de determinados bens culturais à circulação de certas narrativas acerca da história local, William Costa ressaltou iniciativas que buscam atender às demandas sociais atuais de visibilização e valorização da presença negra na trajetória lagunense. Em Laguna, tais demandas têm encontrado eco em canais institucionais vinculados à administração municipal que estão voltados para políticas culturais, como a Fundação Lagunense de Cultura, o Conselho Municipal de Políticas Culturais e, mais especificamente, o Fórum Setorial de Cultura Afro-Brasileira. É possível observar uma articulação crítica em relação a narrativas e memórias hegemônicas da história de Laguna, reconfiguradas a partir da atuação de grupos historicamente subalternizados e silenciados, como os afrodescendentes. Entre as iniciativas atuais que se alinham a essa reconfiguração, podem ser citadas a restauração da sede da Sociedade Recreativa União Operária, a reformulação de parte do projeto museográfico do Museu Histórico Anita Garibaldi, a busca de implantação de um centro de referências afro-brasileiras e a proposta de criação de praça ou monumento no local antes ocupado pela Igreja do Rosário. Willian Costa considera que

a permanência colonial do passado no presente gera demandas e reivindicações. Essas, construídas no diálogo com a comunidade e trazidas nessa reflexão, evidenciam o passado que não passa enquanto ferramenta política. Além disso, elas destacam a agência histórica e a atuação política da comunidade negra na cidade de Laguna no tempo presente.³

3 COSTA, William Felipe Martins. Narrativas históricas e patrimônio: reflexões sobre espaços negros na cidade de Laguna/SC. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/994/618>. Acesso em: 23 ago. 2021. p. 14.

A crítica das narrativas e memórias hegemônicas envolve, portanto, também repensar as práticas de patrimonialização, bem como os espaços institucionais reservados à guarda, à exibição e ao estudo de bens culturais patrimonializados, que com frequência reiteram e disseminam discursos e práticas de apagamento e exclusão. De forma convergente à perspectiva de Willian Costa, Janáina Amorim da Silva indicou o viés colonial que atravessa as políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural no município catarinense de São José. Em sua comunicação, ressaltou que, não obstante existirem diversos elementos culturais associados a afrodescendentes naquele município (como terreiros, casas de samba e manifestações como a dança do Cacumbi), apenas a Bica da Carioca foi formalmente patrimonializada, por meio de tombamento municipal.⁴

Entre os patrimônios tombados em São José está a Bica da Carioca; construída em 1840 e localizada no Centro Histórico de São José, no Beco da Carioca, a Bica servia de fonte para água potável e de tanque para lavar roupas. [...] especialmente nos primeiros quase cinquenta anos de sua existência, a Bica da Carioca foi um espaço de socialização marcado pela forte presença dos afrodescendentes da região, sendo identificado até hoje [...] como um patrimônio símbolo da presença afro-brasileira no município.⁵

O questionamento quanto ao tombamento, por parte da apresentadora da comunicação, foi incisivo: não estaria a escolha da Bica da Carioca fundamentada em uma lógica da colonialidade, racista e excludente, que prioriza edificações arquitetonicamente destacadas, em geral associadas às elites políticas e econômicas e vinculadas a uma herança luso-açoriana? Não haveria nessa escolha a opção de reservar aos afrodescendentes espaços de sociabilidade ou trabalho marcados pela escravidão? E, sendo o componente identitário uma das facetas dos bens patrimoniais salientadas na Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 216º, caberia interrogar: a Bica da Carioca despertaria, afinal, algum tipo de identificação nos

4 SILVA, Janáina. Amorim da. Patrimônios culturais em São José-SC: identidades de quem? IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021, p. 9. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/989/609>. Acesso em: 23 ago. 2021.

5 *Ibidem*, p. 7.

josefenses? Da parte de quais grupos? Como compreender, afinal, sua patrimonialização?

As indagações puseram em xeque a condição da Bica da Carioca, em São José, como “território negro”, nos sentidos trabalhados por Merylin Ricieli dos Santos em sua comunicação – ou seja, como espaço demarcado por determinadas práticas socioculturais em que são produzidas relações de pertencimento, entrecruzadas por vieses étnico-raciais; espaço no qual se constroem e valorizam “identidades pretas e pardas” positivas, bem como suas memórias.⁶ Repôs-se, assim, a questão das relações entre processos de identificação e patrimônio cultural, dessa vez a partir da abordagem da patrimonialização de clubes negros no Paraná, além de ações já realizadas ou em curso para seu mapeamento e salvaguarda, em especial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Diferentemente do indicado quanto à Bica da Carioca, no município catarinense de São José, os clubes negros paranaenses foram ressaltados como importantes referências identitárias para grupos afrodescendentes, acrescentando-se que as políticas públicas de salvaguarda voltadas para eles, no campo do patrimônio cultural, agregam-se às demandas de visibilização e reconhecimento: “as políticas de patrimonialização não são as únicas estratégias de preservação e salvaguarda, mas podem evitar demolições de sedes e se contrapor a destruições, esquecimento e possível apagamento desses lugares”.⁷

Cabe assinalar que as ponderações feitas nesse bloco de comunicações não apenas salientaram preocupações com grupos historicamente subalternizados, como indicaram questões autorreferenciais, vinculadas às trajetórias pessoais dos comunicadores e às suas próprias afirmações identitárias.

6 SANTOS, Merylin Ricieli dos. Clubes negros no Paraná e suas respectivas políticas de preservação, visibilidade e patrimonialização. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021, p. 2-3. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/993/620>. Acesso em: 23 ago. 2021.

7 *Ibidem*, p. 14.

Políticas de memória e patrimônio urbano

Um segundo bloco de comunicações foi enfeixado na rubrica “Políticas de memória e patrimônio urbano”. Portanto, cidades foram novamente destacadas: no Brasil, Joinville (SC) e Porto Alegre (RS); no Uruguai, Colônia de Sacramento; na Argentina, Buenos Aires.

Nas duas primeiras apresentações foi perceptível o interesse quanto aos destinos de cidades e bens culturais, uma vez patrimonializados. Como essa patrimonialização interfere na própria vida cidadina? Como são pensados os usos das áreas patrimonializadas? Que formas de apropriação ocorrem? Que tipo de gestão é conduzida? Em que medida essa gestão envolve os grupos locais de forma participativa e efetivamente atuante?

Em comunicação de profunda inspiração benjaminiana, Maria Inés Travieso Rios, doutoranda em História (UFSC), se ateve especialmente às imagens relativas ao Casco Fundacional de Colônia de Sacramento, produzidas antes e depois de seu reconhecimento como patrimônio mundial pela UNESCO, em dezembro de 1995. Para mediar a análise das imagens, várias questões foram levantadas: que significados a condição patrimonial tem atribuído àquela área? Que outros significados foram e são conferidos a ela por moradores, em suas vivências e memórias? De que maneira as imagens do Casco Fundacional direcionam olhares para certos aspectos, deixando outros sem a possibilidade de enunciação/visualização? Em que medida patrimonialização e turistificação têm se combinado para tornar o Casco Fundacional de Colônia de Sacramento um “bairro fantasma”, esvaziado da vida dos habitantes do lugar?

Com base nos dados de sua pesquisa de mestrado, a autora da comunicação debruçou-se sobre imagens materializadas (localizadas em conjuntos documentais institucionais) e sobre imagens produzidas pelos relatos dos moradores (os *vecinos*), registradas no filme documentário “La Calle de los Suspiros”, de 2014. No que tange às primeiras imagens,

na pesquisa e análise dos arquivos da sede do periódico local *La Colonia* e das imagens dos postais do acervo da Biblioteca Nacional do Uruguai foi possível compreender as narrativas, seus discursos e as lacunas, as ausências das outras imagens (as invisibilizadas, silenciadas), das impressões subjetivas e memórias coletivas daquela comunidade que habitava o *Barrio Sur* na primeira metade do século XX.⁸

Nos postais das quatro primeiras décadas do século XX, as imagens raramente registram a área mais antiga da cidade e, quando o fazem, acentuam referências que remetem a representações de decadência e precariedade, em contraste com elementos modernizantes presentes em outros locais. Já as imagens fotográficas contidas no jornal *La Colonia*, entre os anos de 1960 e 1990, informam sobre intervenções que gradualmente alteraram as condições e as percepções do conjunto urbano da “Ciudad Vieja” (ou do “Barrio Sur”), quer por demolições, quer por revitalizações. Nos postais da década de 1990, a Colônia de Sacramento aparece praticamente identificada à área patrimonializada. Quanto ao imaginário dos *vecinos* (muito marcado por memórias da infância vivida naquela área, antes de sua patrimonialização), tende a acentuar práticas, relações de sociabilidade e formas de convívio que ali não têm mais lugar; algo que, aliás, reforça a relação mais fundamental que o Casco Fundacional atualmente mantém com não moradores (turistas).

Como pensar, então, o direito à cidade?

A indagação estabelece um elo com a comunicação de Tiago Castaño Moraes, na qual foram apresentados aspectos de sua dissertação de mestrado, defendida em 2020 no PPGH-UDESC. Em sua fala, tratou de propostas de reuso da antiga Cervejaria Antártica, em Joinville (transformada em Cidadela Cultural Antártica e tombada em nível municipal), tendo destacado diferentes agenciamentos daquele bem cultural. Não obstante intenções, projetos e investimentos sucessivos

8 TRAVIESO RIOS, Maria Inés. Silenciando imagens, (des)construindo memórias. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021, p. 3-4. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/944/608>. Acesso em: 23 ago. 2021.

de ocupação e apropriação daquela área, assim como ações formais de salvaguarda, parte do conjunto edificado se degradou significativamente.

A evacuação dos espaços da Cidadela Cultural Antarctica, a partir de 2019, demonstrou que um abundante e fértil debate sobre as possíveis reutilizações do espaço fabril, iniciado em 2001, foi incapaz de oferecer justamente o que desejava: a criação de um complexo cultural que proporcionasse lazer, manifestações culturais e a salvaguarda da edificação fabril.⁹

O caso da Cidadela Cultural Antarctica reforça a necessidade de garantir que os bens culturais patrimonializados sejam efetivamente protegidos, o que parece inseparável da proposição de usos que requalifiquem o bem e, sobretudo, promovam a participação dos grupos sociais vinculados à sua trajetória histórica – no exemplo em questão, destacadamente ex-trabalhadores, antigos moradores da área e seus descendentes diretos, assim como moradores atuais e cidadãos que tenham sido usuários daquele espaço. Uma gestão inadequada e a ausência de ações que permitam dar visibilidade e proteção efetivas ao bem patrimonial acabam produzindo efeito contrário: desprotegem o bem e o afastam da dinâmica da vida da cidade e dos cidadãos.¹⁰

As duas últimas comunicações desse bloco temático conectaram fortemente espaços citadinos, patrimônio cultural e experiências traumáticas.

Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural (Universidade Federal de Pelotas -

9 MORAES, Tiago Castaño. Reconversiones urbanas e patrimonio industrial: construcao de lugares e praticas coletivas de ocupacao. IV Seminario Internacional Historia do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021, p. 10. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/943/640>. Acesso em: 23 ago. 2021.

10 Emblematicamente, na tarde de 19 de março de 2021 (a última de realização do simpósio temático), teve início um incêndio em uma das áreas da Cidadela Cultural Antarctica, atingindo justamente uma das mais antigas edificações. Documentos de arquivo da Cervejaria Antarctica e de alguns órgãos da administração municipal estavam abrigados ali e foram destruídos pelo fogo. Cf. MORRIESEN, Claudia. Cidadela Antarctica de Joinville registra incêndio em prédio centenário. *NSCTotal*, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/cidadela-antarctica-de-joinville-pega-fogo-em-predio>. Acesso em: 13 ago. 2021.

UFPel), Darlan De Mamann Marchi abordou lugares de sofrimento vinculados a ações de repressão da ditadura militar brasileira entre 1964 e 1985. As informações contidas em relatórios da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, e da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 2017, dão conta de 39 locais de tortura no Rio Grande do Sul. Na comunicação, foram tratados mais detidamente três deles, situados em Porto Alegre: a Ilha das Pedras Brancas ou do Presídio; o ex-centro de detenção e tortura conhecido como “Dopinho”; a Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Em relação aos três locais, foram realizadas ou iniciadas ações de patrimonialização.

Frisou-se, na comunicação, o quanto ainda são tensas, intrincadas e frágeis as iniciativas de patrimonialização desses locais, estando bastante sujeitas a injunções políticas associadas a mudanças de governo. A Ilha do Presídio, tombada em nível estadual, em 2014, tem suas edificações atualmente em estado precário de conservação. O prédio do “Dopinho”, considerado o primeiro centro clandestino de tortura da ditadura militar brasileira, apesar de inventariado, não foi tombado, nem sequer passou a abrigar, como se chegou a propor, um centro de memória da repressão política. Uma edificação existente no complexo da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (a Capela Bom Pastor) encontra-se tombada em nível estadual; o tombamento, porém, não estabeleceu relação entre aquela área e a prática de tortura promovida pela máquina de repressão da ditadura. Mesmo no Rio Grande do Sul, estado brasileiro com maior número de lugares identificados como prisões políticas e centros de tortura, observa-se, a partir dos três casos apresentados, a falta de compromisso efetivo do poder público com as memórias das violações dos direitos humanos na ditadura militar brasileira. Como ressaltado pelo autor da comunicação, cabe também refletir sobre como esta questão tem influência do (e sobre o) atual contexto político do país.

Tematizando, em outra perspectiva, o que pode ser considerado um “patrimônio da dor”,¹¹ Karin Helena Antunes de

11 Ou “difícil”, “sombrio”, “marginal”, como destacou Cristina Meneguello. Cf.

Moraes, doutoranda do PPGH-UDESC, abordou uma experiência traumática pontual: o incêndio da boate “República de Cromañón”, em Buenos Aires, em dezembro de 2004, que resultou em 194 mortos e mais de mil pessoas feridas ou intoxicadas. A autora analisou a intensa mobilização de familiares das vítimas, assim como de sobreviventes, para a transformação do local em espaço formal de memória, embora, até o momento, isso não tenha ocorrido. Há mesmo um movimento de apagamento gradual das memórias relacionadas ao incêndio, envolvendo a limpeza do local, a não devolução dos pertences das vítimas e a restituição do edifício ao proprietário, que até 2018 esteve sob a interdição da Justiça. Acrescentem-se as tensões que cercam o santuário (criado de forma espontânea e gradativa a partir do início de 2005), pois “bloqueia uma quadra da avenida Bartolomé Mitre”.¹²

Os obstáculos enfrentados pelas propostas de patrimonialização de espaços associados ao incêndio e às mortes dele decorrentes podem ser compreendidos, de um lado, como algo comum aos “patrimônios da dor”, geralmente incômodos por retomarem e reforçarem tensões, trazerem à tona sofrimentos não encerrados e apresentarem demandas por reparação e justiça. Mas a comunicação apresentada indicou ainda outro aspecto particularmente interessante: o elo estabelecido entre o perfil das vítimas e o do *show* de rock a que assistiam – do grupo Callejeros, representante do rock “barrial” ou “chabón”, geralmente consumido por jovens oriundos de grupos populares.¹³ Mais que o patrimônio, é a patrimonialização que, neste caso, parece ser “difícil”: de uma parte, por seus ecos traumáticos; de outra, por um processo de atribuição de valor patrimonial que se enlaça à distinção social detectada em maior ou menor grau nos grupos que o reivindicam.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). In: MENEGUELLO, Cristina, CARVALHO, Aline (org.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora Unicamp, 2020, p. 245.

12 MORAES, Karin Helena Antunes de. Cromañón no se toca: a demanda patrimonializadora das vítimas do incêndio da República de Cromañón. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021, p. 6. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/1016/607>. Acesso em: 23 ago. 2021.

13 *Ibidem*, p. 2.

Os patrimônios que lidam, em alto grau, com sentimentos dolorosos dos atores diretamente envolvidos em acontecimentos e processos históricos traumáticos (sejam as próprias vítimas, sejam familiares e amigos) propõem desafios ao tratamento dessas experiências. Como transmiti-las? Como produzir conhecimento sobre elas, sobre os episódios a elas relacionados, sobre suas repercussões no presente? Como indicou Elizabeth Jelín:

En lo individual, la marca de lo traumático interviene de manera central en lo que el sujeto puede y no puede recordar, silenciar, olvidar o elaborar. En un sentido político, las 'cuentas con el pasado' en términos de responsabilidades, reconocimientos y justicia institucional se combinan con urgencias éticas y demandas morales, no fáciles de resolver por la conflictividad política en los escenarios donde se plantean y por la destrucción de los lazos sociales inherente a las situaciones de catástrofe social. [...] En el plano colectivo, entonces, el desafío es superar las repeticiones, superar los olvidos y los abusos políticos, tomar distancia y al mismo tiempo promover el debate y la reflexión activa sobre ese pasado y su sentido para el presente/futuro.¹⁴

Tentativas de respostas a essas questões desafiadoras têm se apresentado, por exemplo, em propostas e instalações artísticas ou em diversas atividades de caráter pedagógico envolvendo esses bens que conformam patrimônios da dor; com elas, se pretende estimular apropriações do legado traumático e o compartilhamento da memória desses passados recentes.¹⁵

Patrimônio cultural, singularidades locais e peculiaridades nacionais

O terceiro e último bloco de comunicações do simpósio temático foi articulado em torno do eixo “Patrimônio cultural, singularidades locais e peculiaridades nacionais”. Nele foram ensaiados exercícios de reflexão sobre os trânsitos entre o local e o nacional, ou entre diferentes dimensões nacionais, em trabalhos que se referiram à Argentina, ao Brasil, ao Chile e ao México.

14 JELÍN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002, p. 11; 16.

15 Algumas dessas iniciativas foram mencionadas na comunicação de Darlan Marchi; entre elas, o espetáculo “Viúvas - Performance sobre a ausência”, encenado na Ilha do Presídio, em 2011, pelo grupo porto-alegrense “Tribo de Atuadores Oi Nós Aqui Traveiz”.

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFSC), William Adão Ferreira Paiva, compreendendo as obras de Victor Meirelles como patrimônio cultural, discorreu sobre seus processos de produção, sua construção como monumentos artísticos e sua disseminação por meio de museus. Abordou ainda o Museu Victor Meirelles, em Florianópolis, instalado no sobrado que pertenceu à família do pintor oitocentista, no qual nasceu e cresceu. Entre 1946 e 1952, o sobrado foi adquirido pela União, tombado em nível federal e transformado em museu.¹⁶

Se a comunicação de William Paiva, mesmo pontualmente, remeteu às singularidades de um museu-casa na capital de Santa Catarina, a de Luciana Mendes dos Santos, doutoranda do PPGH-UDESC, propôs para discussão o projeto “Casa del Museo”, realizado na década de 1970, no México. Vinculado ao Museu Nacional de Antropologia, o projeto literalmente levava o museu a comunidades geralmente dele apartadas, utilizando, para isso, uma estrutura de três módulos desmontáveis e portáteis, além de mobilizar procedimentos que estimulavam a participação e a interação. As concepções que embasaram a “Casa del Museo” reverberaram debates internacionais e mexicanos no âmbito da Museologia, mas a equipe do projeto também esteve atenta às demandas dos grupos sociais que pretendia abarcar:

O projeto se refez constantemente na prática, desde a sua criação, considerando as experiências desenvolvidas pela equipe e por aqueles que participaram da proposta, principalmente durante a sua segunda fase de execução, de acordo com os registros.¹⁷

Nessas duas comunicações, emergiram, portanto, dois modelos distintos de instituições museais: um, consagrado entre o século XIX e a primeira metade do século XX, com acervos que,

16 PAIVA, William Adão Ferreira. Academia Imperial de Belas Artes: a consolidação política/ideológica em meio às obras de Victor Meirelles de Lima (1826-1889). IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021, p. 9. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/894/622>. Acesso em: 23 ago. 2021.

17 SANTOS, Luciana Mendes dos. O passado em função do presente: as experiências da “Casa del Museo” no México (1972-1980). IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021, p. 10.

concentrados em um determinado espaço físico, condicionaram suas atividades, por sua vez concebidas integralmente por uma equipe técnica e assim disponibilizadas ao público; outro, que transforma o público em agente fundamental do processo museal e que, no caso abordado, determinou onde o museu estaria localizado, que temas elegeria e que elementos materiais seriam utilizados nas discussões a realizar, em conjunto com a equipe do museu. A “Casa del Museo” é exemplar quanto a importantes transformações no campo patrimonial, questões como essas estão igualmente presentes nos debates que abarcam o chamado “patrimônio imaterial” – alvo, aliás, da comunicação de Yussef Daibert Salomão de Campos, docente da Universidade Federal de Goiás (UFG). Pautada na comparação entre as legislações brasileira e argentina, a apresentação indicou que, diferentemente do Brasil, a Argentina não dispõe de norma legal própria, em âmbito federal, sobre o patrimônio cultural imaterial; o país limitou-se a aprovar, em 2006 (pela Lei nº. 26.118), a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, da UNESCO.¹⁸ Por consequência, fica a cargo de instâncias provinciais ou locais a tarefa de dispor sobre procedimentos específicos relativos à dimensão imaterial do patrimônio. Como exemplos, foram destacadas leis promulgadas pela legislatura da Cidade Autônoma de Buenos Aires, entre elas, a Lei nº. 1.227, de 2004 (anterior, portanto, à lei federal de aprovação da convenção da Unesco).¹⁹ No Art. 4º. da Lei nº. 1.227/2004, são definidas dez categorias de bens integrantes do patrimônio cultural, nove delas “materiais” ou tangíveis: sítios ou lugares históricos; monumentos; conjuntos construtivos; jardins históricos; espaços públicos; zonas arqueológicas; bens arqueológicos de interesse relevante; coleções e objetos; fundos documentais. Coube à décima categoria abarcar as “expressões e manifestações intangíveis”. Cabe assinalar, contudo, que a mesma lei prevê, em seu Art. 5º, uma categoria especial:

18 ARGENTINA. *Lei n. 26.118, de 2006*. Poder Legislativo: Buenos Aires, 27 jul. 2006. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26118-118206>. Acesso em: 13 ago. 2021.

19 *Idem*. *Lei n. 1.227, de 2004*. Poder Legislativo: Buenos Aires, 5 jan. 2004. Disponível em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1227.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

“patrimônio cultural vivo”, que recai sobre pessoas ou grupos referenciais na produção, transmissão e preservação de determinadas manifestações culturais (algo similar, como se observa, aos “tesouros humanos vivos”, tal como caracterizados pela UNESCO).

Mas como reconhecer o patrimônio intangível ou imaterial bonaerense? A Lei nº 1.535/2005 instituiu não apenas um amplo mapeamento dos bens (denominado “atlas do patrimônio cultural imaterial”), como a possibilidade de declaração de certas expressões culturais como “bens de interesse cultural intangível ou imaterial”, a partir de proposta da Comissão para Preservação do Patrimônio Histórico-cultural da Cidade de Buenos Aires.²⁰ A mesma comissão ficou responsável por reavaliar esses bens a cada 5 anos, percebendo-se, na previsão de reavaliação e no prazo estipulado, similaridades com os procedimentos adotados no Brasil.

A última comunicação, realizada por uma das coordenadoras do simpósio temático (Janice Gonçalves), também optou por uma abordagem comparativa, embora nos limites de um mesmo Estado nacional. As comparações, que comportaram deslocamentos espaciais e temporais, enfocaram três instituições museais chilenas: o Museu Nacional de História. As comparações, que comportaram deslocamentos espaciais e temporais, enfocaram três instituições museais chilenas: o Museu Nacional de História Natural; o Museu Arqueológico de San Pedro de Atacama; o Museu Arqueológico San Miguel de Azapa (ou Museu Universidad de Tarapacá). Como critério de comparação, foram tomadas as formas de lidar com o tema da morte e com restos humanos, considerados os respectivos acervos.

Comentou-se brevemente o processo de aquisição, exposição e conservação dos restos mortais do “menino do Cerro El Plomo”, desde a década de 1950, no Museu Nacional de História Nacional – cadáver exibido amplamente ao público, em vitrina, e apenas recolhido à reserva técnica (com substituição por réplica) na década

20 Cf. ARGENTINA. *Ley n. 1.535, de 2005*. Poder Legislativo: Buenos Aires, 17 jan. 2005. Disponível em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1535.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

de 1980, com justificativas pautadas em exigências técnicas de conservação. O contexto político para exibição de restos humanos ligados aos povos originários se tornou mais complexo no Chile, especialmente a partir de 1993, com a promulgação da Lei nº 19.253 (conhecida como Lei Indígena).²¹ Ao menos em algumas regiões, como a do vale do Rio Loa, no deserto do Atacama, entre a década de 1980 e os anos 2000, o empoderamento indígena favoreceu o questionamento de certas práticas museais, principalmente em uma instituição referencial como o Museu de San Pedro de Atacama; críticas, confrontos e diálogos tiveram entre seus resultados o fim da exibição de restos humanos do acervo (além da manutenção desses materiais na reserva técnica do museu).

Mas é preciso evitar concluir que conquistas como essas foram definitivas da parte dos povos indígenas que habitam as regiões onde se encontram os museus, ou ainda que se desdobraram em rupturas nos procedimentos do conjunto dos museus chilenos. A esse respeito, o Museu Arqueológico de San Miguel de Azapa é um exemplo relevante, pois os bens considerados mais valiosos de seu acervo são justamente restos humanos, como as milenares múmias Chinchorro. Tal como o “menino do Cerro El Plomo”, no Museu Nacional de História Natural, entre as décadas de 1950 e 1980, as múmias Chinchorro são instaladas e exibidas diretamente nas vitrinas das áreas abertas ao público, como grande atração,

'ativos' museológicos expressivos no interior de uma economia do patrimônio cultural. Também em ambos os casos as restrições à exibição de restos humanos (com a substituição da 'peça' por uma réplica, no Museu Nacional de História Natural, ou com a adoção de uma museografia que possa tolher o olhar invasivo, no museu das múmias Chinchorro de Azapa) se apresentam fundamentalmente vinculadas a normativas e procedimentos internacionais, no campo da Museologia. O discurso científico e, mais especificamente, o patrimonial, se impõe, de forma naturalizada, sem que possam ser vislumbrados abalos causados pela presença de populações indígenas no mesmo lugar geográfico das instituições museológicas aqui abordadas; sem que discursos e práticas sejam significativamente perturbados por debates

21 Cf. CHILE. *Ley nº 19.253*. Valparaíso: Ministerio de Planificación y Cooperación, 29 out. 1993. Disponível em: <https://www.interior.gob.cl/transparenciaactiva/doc/VinculosInstitucionales/600/10320.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

que marcam o tempo presente, como, por exemplo, os relativos à colonialidade e à decolonialidade (e, neste caso, sobretudo à colonialidade do saber). Daí o papel-chave da mobilização das comunidades indígenas para questionar a profanação, transformada em espetáculo, dos corpos de antigos habitantes do território, tenham sido ou não seus ancestrais diretos.²²

Expectativas, realizações, potencialidades

As expectativas do simpósio temático “Tempo presente, patrimônio cultural e lutas por direitos nas Américas” foram, afinal, cumpridas?

No que se refere aos esforços de comparação de experiências de países das Américas, os trabalhos apresentaram vários elementos sugestivos para análises comparativas ou entrecruzadas de percursos, ações e disputas no campo patrimonial, tendo como referência o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile ou o México, mesmo considerando-se a predominância de trabalhos centrados no território brasileiro (e, sobretudo, na região sul do país), além da grande variedade de temas que os nortearam.

Do ponto de vista teórico, foi mobilizado um conjunto bastante amplo de autores, como os mais dedicados aos estudos do campo do patrimônio cultural (como Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Mário Chagas, José Reginaldo Santos Gonçalves, Maria Cecília Londres Fonseca, Paulo Peixoto, Néstor Garcia Canclini e Dominique Poulot) ou às discussões de identidade (Stuart Hall, Joël Candau) e memória (Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Pierre Nora, Andreas Huyssen, Elizabeth Jelín). Conforme os temas específicos das comunicações, o diálogo se fez também com teóricos da cultura e, especialmente, da imagem (Walter Benjamin, Aby Warburg, Georges Didi-Huberman). Ou, como visto principalmente no caso das comunicações reunidas sob a rubrica “Memórias, patrimônio e experiências negras”, se enriqueceu com reflexões

22 GONÇALVES, Janice. O espetáculo da profanação: musealização de restos humanos, ética e direitos dos povos indígenas no Chile. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021, p. 10-11. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/951/692>. Acesso em: 23 ago. 2021.

próprias do pensamento antirracista e dos estudos pós-coloniais e decoloniais (Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Homi Bhabha, Walter Dignolo, Alejandro Quijano, Nelson Maldonado-Torres).

Embora autores mais diretamente voltados para a História do Tempo Presente tenham sido pouco citados (e, quando contemplados, mais referidos à vertente francesa, como François Bédarida e Henry Rousso), não há como negar que as comunicações apresentadas e as discussões por elas provocadas foram atravessadas por questões-chaves dessa linhagem historiográfica, tais como as tensões, confrontos e disputas implicados em jogos identitários, políticas de memória e usos do passado. Muito especialmente, tiveram relevância, no simpósio temático, as discussões em torno da reconfiguração das narrativas históricas frente às demandas sociais de visibilização, reconhecimento e reparação, inevitavelmente articuladas às lutas por direitos. Demandas sociais que os historiadores da História do Tempo Presente seguramente não podem ignorar.²³

No simpósio temático “Tempo presente, patrimônio cultural e lutas por direitos nas Américas”, foram afirmadas insuficiências nas políticas públicas de preservação no que se refere à inclusão de grupos sociais historicamente subalternizados (como apontado no tombamento da Igreja do Rosário do Largo Paissandu, em São Paulo, ou no tombamento da Bica da Carioca, no município catarinense de São José). Por um lado, a articulação de movimentos sociais, buscando tanto representação em instâncias de decisão como

23 A relação da História do Tempo Presente com as demandas sociais vem sendo bastante tematizada na historiografia francesa, com questionamentos quanto ao seu atendimento implicar ou não em limites à autonomia ou à “liberdade” dos historiadores em seu ofício, ou ainda, como indicou Christian Delacroix, com o entendimento de que “o potencial de instrumentalização e de subjetivismo dessa questão da demanda social pode fragilizar a legitimidade científica da História do Tempo Presente”. DELACROIX, Christian. A História do Tempo Presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 65, 2018. A esse respeito, além do texto já referido de Delacroix, Cf. LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÓRTO JR., Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 43-45; ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÓRTO JR., Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 294-296; ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 291-294.

diálogos com órgãos governamentais, pode alterar esse cenário, como indicado nas comunicações sobre o patrimônio cultural em Laguna e os clubes negros paranaenses. Por outro, o conceito de patrimônio cultural e os valores a ele atribuídos, não sendo consensuais, podem motivar disputas que paralise ou neutralize ações de patrimonialização demandadas (como no caso envolvendo a “República de Cromañón”, em Buenos Aires, ou mesmo nos desdobramentos do tombamento da Cidadela Cultural Antártica, em Joinville). Paralisação que também pode ser motivada por batalhas de memórias e divergências quanto às narrativas afirmadas acerca de determinados acontecimentos e processos históricos (o que ocorre, em Porto Alegre, em relação aos lugares de memória da repressão promovida pela ditadura militar).

A sensibilidade para as percepções dos cidadãos do lugar, por parte das instâncias formais de gestão do patrimônio cultural, também se fez presente no simpósio temático ora como necessidade (em Colônia de Sacramento, Uruguai), ora como experiência (“Casa del Museo”, no México). E até mesmo a demanda por revisão de ações de patrimonialização, quando não sua recusa, foi agregada a esse quadro (no que se refere aos povos indígenas chilenos que contestam a musealização de restos humanos por eles reivindicados como de seus ancestrais).

Um rico painel, portanto, de vivências, problemas e desafios que sublinham os potenciais de invenção e reinvenção do campo do patrimônio cultural e sua vitalidade para uma História do Tempo Presente.

Referências

ARGENTINA. *Ley n. 1.227, de 2004*. Poder Legislativo: Buenos Aires, 5 jan. 2004. Disponível em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1227.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ARGENTINA. *Ley n. 1.535, de 2005*. Poder Legislativo: Buenos Aires, 17 jan. 2005. Disponível em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1535.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ARGENTINA. *Ley n. 26.118, de 2006*. Poder Legislativo: Buenos Aires, 27 jul. 2006. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26118-118206>. Acesso em: 13 ago. 2021.

COSTA, William Felipe Martins. Narrativas históricas e patrimônio: reflexões sobre espaços negros na cidade de Laguna/SC. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/994/618>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CHILE. *Ley nº 19.253*. Valparaíso: Ministerio de Planificación y Cooperación, 29 out. 1993. Disponível em: <https://www.interior.gob.cl/transparenciaactiva/doc/VinculosInstitucionales/600/10320.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

DELACROIX, Christian. A História do Tempo Presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23, p. 39-79, 2018.

GONÇALVES, Janice. O espetáculo da profanação: musealização de restos humanos, ética e direitos dos povos indígenas no Chile. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/951/692>. Acesso em: 23 ago. 2021.

IV SEMINÁRIO Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP>. Acesso em: 26 abr. 2022.

JELÍN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2007.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). In: MENEGUELLO, Cristina, CARVALHO, Aline (org.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

MORAES, Karin Helena Antunes de. Cromañón no se toca: a demanda patrimonializadora das vítimas do incêndio da República de Cromañón. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/1016/607>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MORAES, Tiago Castaño. Reconversões urbanas e patrimônio industrial: construção de lugares e práticas coletivas de ocupação. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/943/640>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MORRIESEN, Claudia. Cidadela Antártica de Joinville registra incêndio em prédio centenário. *NSCTotal*, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/cidadela-antarctica-de-joinville-pega-fogo-em-predio>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PAIVA, William Adão Ferreira. Academia Imperial de Belas Artes: a consolidação política/ideológica em meio às obras de Victor Meirelles de Lima (1826-1889). IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/894/622>. Acesso em: 23 ago. 2021.

ROUSSO, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2007.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, Luciana Mendes dos. O passado em função do presente: as experiências da “Casa del Museo” no México (1972-1980). IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021.

SANTOS, Merylin Ricieli dos. Clubes negros no Paraná e suas respectivas políticas de preservação, visibilidade e patrimonialização. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/993/620>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SILVA, Janáina. Amorim da. Patrimônios culturais em São José-SC: identidades de quem? IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/989/609>. Acesso em: 23 ago. 2021.

TRAVIESO RIOS, Maria Inés. Silenciando imagens, (des)construindo memórias. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/944/608>. Acesso em: 23 ago. 2021.



América Latina e Tempo Presente

autoritarismo, lutas sociais e políticas de memória

Mariana Joffily

Nashla Dahás

Em outubro de 2019, quando iniciamos a organização do Simpósio Temático,¹ cuja realização estava prevista para março do ano seguinte, nossa principal preocupação era a emergência neoconservadora na região. Vivíamos um movimento assustadoramente rápido de solapamento das diversas formas de “inscrição frágil” assumidas pela cultura de direitos humanos.² Valendo-se especialmente de temas ligados ao passado recente das ditaduras e dos períodos autoritários latino-americanos, lideranças de extrema direita alcançaram apoio popular e pareciam avançar com facilidade no campo institucional, viabilizando a tríade nacionalismo, neoliberalismo e moralismo. Pareceu-nos, então, urgente o esforço de compreensão da ampla sensação de derrota política após a passagem da chamada “onda rosa”, marcada por governos considerados progressistas, como os de Lula, no Brasil; de Hugo Chávez, na Venezuela; de Evo Morales, na Bolívia; dos Kirchner, na Argentina; e de Michelle Bachelet, no Chile.

1 Gostaríamos de registrar um agradecimento à mestranda do PPGH-UDESC Pâmela Minuzi Machado por seu suporte como monitora aos trabalhos do Simpósio Temático.

2 Cf. PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, v. 31, n. 57, 2015.

Diante das reviravoltas políticas em todo o continente americano, pretendíamos oferecer um espaço para discutir temas candentes da História do Tempo Presente (HTP) na América Latina: interpretações e dissensos historiográficos acerca dos golpes, projetos revolucionários, ditaduras e modalidades de repressão e violência de Estado, anistias, formas de resistência, transições e construções democráticas na região. Interessava-nos debater os aportes teórico-metodológicos utilizados nas pesquisas recentes, as temáticas mais recorrentes ou singulares, com seus sujeitos, escalas de observação, objetos e fontes de pesquisa. Era nossa ambição apreender a consolidação deste campo de estudos na região, suas especificidades e possibilidades comparativas. Eram particularmente grandes a nossa expectativa e curiosidade em um momento histórico de grandes turbulências nos países latino-americanos, entre as quais podemos mencionar a crise política na Bolívia, que redundou no retorno do ex-presidente Evo Morales ao país e na eleição de um governo do *Movimento ao Socialismo* após o golpe de Estado que havia alijado essa força política do poder; as grandes manifestações no Chile, marcadas por pesada repressão policial e apenas em parte apaziguadas com o plebiscito que aprovou uma nova assembleia constituinte no país; o retorno do kirchnerismo ao governo argentino; as disputadas eleições no Equador; entre tantos outros episódios que evocam passados recentes. Sobre todos esses exemplos paira ainda a sombra dos regimes autoritários das décadas de 1960 e 1970. Em meio à atmosfera de crise política global, consideramos a necessidade de reflexão sobre as diferentes formas institucionais, sociais e culturais com que os países latino-americanos vêm lidando com as memórias traumáticas, demandas por verdade e justiça e, mais recentemente, com a emergência social da apologia pública às ditaduras.

No início de 2020, contudo, a pandemia global de covid-19 não apenas adiou a realização do *IV Seminário Internacional História do Tempo Presente*, como veio juntar-se às inúmeras crises políticas e econômicas que dominam a América Latina desde pelo menos as manifestações populares entre 2011 e 2013, ligadas à educação e pela

estatização do ensino universitário no Chile; pela democratização das instituições e por melhores condições de educação no México; contra a construção de uma rodovia entre as terras baixas da Amazônia boliviana aos vales andinos; e por direitos sociais como o transporte público de qualidade no Brasil. A crise sanitária tornou-se ainda o epicentro de um novo fenômeno no Cone Sul: a difusão dos negacionismos. Esta foi a ambiência em que se concretizou o evento, via plataforma digital, em março de 2021, após centenas de milhares de mortes por coronavírus no Brasil. Apesar das desistências, na passagem do formato presencial para o virtual,³ tivemos a oportunidade de realizar um profícuo debate.

No que diz respeito à cobertura e diversidade geográfica, é forçoso reconhecer que as discussões ficaram majoritariamente centradas no Brasil. Algumas, inclusive, apresentaram decisiva marca regional, caso da comunicação de Maria Eduarda Magro sobre a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, que abrigou prisioneiras políticas durante a ditadura militar, da pesquisa de Ângelo Priori sobre delatores e informantes registrados nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS-PR, e da investigação de Jean Carlos Rodrigues sobre o peso dos depoimentos policiais nos julgamentos de crimes comuns pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Outras quatro pesquisas, ainda centradas na experiências brasileiras, tiveram um caráter menos identificado em termos de localização espacial. Paula Franco discutiu o período pós-ditadura partindo dos debates do campo da HTP. Mariluci Vargas discorreu sobre a literatura e a filmografia como lugares de memória sobre o regime autoritário. Lara Zacchi e Luísa Briggmann estudaram memórias de mulheres que lutaram contra a ditadura.

Trabalhos comparativos, com escopo que transcende o Brasil, estiveram presentes na apresentação de Allana dos Santos, com um paralelo entre a militância feminista em Salvador e nas cidades portuguesas de Porto e Coimbra, e no trabalho de

³ Agradecemos a Gabriela Águila (Universidade Nacional de Rosário), inicialmente uma das coordenadoras do ST, pela seleção e distribuição dos trabalhos inscritos nos três dias de apresentações.

Nashla Dahás, que refletiu sobre como o tema da revolução tem sido abordado por segmentos da historiografia brasileira e chilena. Três comunicações pensaram o Brasil em relação a outros países da América Latina: a discussão de Mariana Joffily sobre as políticas de responsabilização de repressores em países do Cone Sul; a análise de Kauê Garcia a respeito de como países da América Latina apareceram em discursos de parlamentares brasileiros em 2014, e a reflexão de Jefferson José Queller sobre os sentidos dos elogios de Antônio Callado às revoluções socialistas de Cuba e do Vietnã.

Finalmente, alguns temas abordaram temáticas exclusivamente voltadas aos países latino-americanos. Carlos Artur Gallo apresentou sua pesquisa sobre os usos do Judiciário na responsabilização de repressores dos países do Cone Sul. Dois trabalhos debruçaram-se exclusivamente sobre a história recente chilena: Leonardo de Oliveira Souza discutiu as políticas de memória da transição no país e Cristiane Grumm analisou a trilogia do diretor Patricio Guzmán: “A batalha do Chile”.

Em termos das fontes, destacaram-se a produção de entrevistas e a análise de testemunhos, sobretudo aqueles envolvendo memórias de mulheres: sobre o presídio feminino, em relação aos vínculos afetivos e amorosos no interior da militância organizada e a participação feminista. Em alguns casos, este tipo de fonte foi complementado com o uso de documentos de organizações de oposição à ditadura e de movimentos feministas. Acervos de instituições de segurança pública e de polícia política foram abordados em duas faces opostas: na repressiva, no estudo sobre delatores e no trabalho sobre decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça em casos envolvendo crimes comuns; e na face de justiça de transição, com a pesquisa comparativa sobre responsabilização judicial de repressores no Cone Sul, além dos processos indenizatórios de presas políticas. Ainda na esfera de fontes estatais, foi apresentado um trabalho que utiliza discursos parlamentares e outro que se debruça sobre a Constituição do Brasil e de Portugal.

Políticas de memória foram abordadas pelo trabalho sobre a transição no Chile e na apresentação dos percalços vividos pelos países do Cone Sul na efetivação da responsabilização de repressores com base em estudos da historiografia e de pronunciamentos públicos de personalidades da política civil. Entremearam literatura, memorialística e historiografia as comunicações sobre perspectivas recentes a respeito dos projetos revolucionários no Brasil e no Chile e referente aos posicionamentos do escritor Antônio Callado sobre processos revolucionários ocorridos em Cuba e no Vietnã. A filmografia esteve presente na análise da trilogia do diretor chileno Patricio Guzmán e, entremeado com o campo anterior, a reflexão sobre como a filmografia e a literatura podem constituir-se como lugares de memória.

No que diz respeito aos períodos históricos tratados, as pesquisas abordaram prioritariamente os acontecimentos ocorridos no período ditatorial e se debruçaram sobre os seguintes temas: delatores e informantes (1964-1985), militância feminista no Brasil e em Portugal, julgamentos de crimes comuns (1983-1985), trilogia “A batalha do Chile” (1975-1979) e interpretações de Antonio Callado sobre revoluções socialistas. Num período mais contemporâneo, ainda que referenciado a um passado recente, situaríamos trabalhos voltados às seguintes problemáticas: responsabilização judicial de repressores, representações de parlamentares brasileiros sobre países da América Latina, transição democrática chilena, pós-ditadura à luz da HTP, historiografia brasileira e chilena sobre a revolução e constituição de literatura e filmografia como lugares de memória. Por fim, foram apresentadas três reflexões sobre memórias de mulheres que passaram por um presídio feminino, e outras que conjugaram a militância com relações afetivas. Aqui vale uma ressalva: ainda que o olhar historiador parta sempre do presente, a natureza das fontes é crucial para situar cronologicamente o objeto de pesquisa. Uma investigação sobre um local de detenção de presas políticas durante a ditadura terá contornos temporais muito distintos se for baseada em relatos dados pelas ativistas à época em jornais,

publicações militantes e mesmo entrevistas realizadas no período imediato à soltura, ou se retirados de processos com vistas a reparações por parte do Estado – portanto, muito mais recentes –, ou ainda, se forem entrevistas realizadas pela pesquisadora no decorrer de sua investigação.

Quanto às perspectivas teórico-metodológicas apresentadas, é possível dizer que, de forma geral, estiveram fortemente amparadas por entendimentos-chaves do campo de estudos sobre HTP no Brasil. Destacadamente a noção elástica de tempo presente, que permite abordar, em uma espécie de arco temporal, os efeitos dos acontecimentos do passado recente em camadas que podem se estender até o momento atual. Assim ocorreu, por exemplo, com o trabalho de Mariluci Vargas, que refletiu sobre a patrimonialização contemporânea das memórias da última ditadura como uma problemática carregada por tensões e disputas em torno da lembrança e do esquecimento do terrorismo de Estado. Também se insere nesse escopo a comunicação de Nashla Dahás sobre as especificidades da incorporação testemunhal acerca da experiência revolucionária dos anos de 1960 e 70 no interior de discursos historiográficos que circularam no Brasil e no Chile entre 2013 e 2014.

Outra marca teórica interessante verificada em alguns trabalhos é a presença de termos associados à Justiça de transição, entendida não só como um processo histórico singular analisado em cada situação pós-conflito, mas também como um conjunto de categorias analíticas, tais como direitos humanos – em referência à defesa individual das vítimas da repressão exercida pelo Estado –, e a própria noção de justiça enquanto legitimadora social e política do direito à memória e à verdade históricas, fenômeno recente na América Latina. De acordo com essa perspectiva, podemos citar as intervenções de Leonardo de Oliveira Souza sobre os Informes das Comissões Rettig (1990) e Valech (2003; 2010) no Chile e de Carlos Artur Gallo a respeito do impacto das formas de negociação ou ruptura com a ditadura sobre a responsabilização de agentes do Estado.

Algumas pesquisas mobilizaram a história oral: a de Lara Lucena Zacchi, com as relações de gênero elaboradas nas memórias de mulheres vítimas da ditadura, e a de Luísa Briggmann sobre a complexidade dos afetos nas trajetória de casais militantes também no Brasil. Sem a intenção de esmiuçar as possibilidades teóricas apresentadas pelos/as diversos/as pesquisadores/as, nos parece adequado mencionar ainda o uso generalizado de uma concepção de tempo histórico considerado menos tradicional por valorizar a pluralidade como um elemento essencial a qualquer experiência de tempo. Especificamente, o trabalho apresentado por Paula Franco evidenciou diferentes produções bibliográficas em HTP que têm proposto críticas ao tempo historicista.

No que concerne às referências bibliográficas, constatamos o predomínio evidente de citações nacionais durante as apresentações, movimento que acompanha nosso comentário anterior sobre a ausência flagrante de pesquisas que ultrapassam geograficamente o Cone Sul, ainda que tenham a América Latina como campo geral de observação. Nesse sentido, um instigante panorama da produção historiográfica brasileira sobre a história e a memória da ditadura ficou evidente a partir das pesquisas apresentadas. Sobre o tema da justiça de transição, mais recente enquanto campo de pesquisas da área de História, destacaram-se, na bibliografia das comunicações, os trabalhos de Renan Quinalha, em diversos momentos apontados como referência básica. Na fronteira entre os estudos da transição e o subcampo da historiografia da repressão, além da vasta produção de Carlos Fico⁴, que há mais de uma década integra processos seletivos para mestrado e doutorado no país, os artigos de Marion Brepohl mostraram-se importantes para a conformação de certos problemas de pesquisa relacionados ao “colaboracionismo” e à

4 Entre os trabalhos mais citados de Carlos Fico, estão o artigo: FICO, Carlos. “Prezada censura...”: cartas ao regime militar. *Topoi*, v. 3, n. 5, p. 251-286, 2002; e o livro: *Idem. O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

“delação” ao longo do regime militar.⁵ No campo da HTP, não se verificou, neste simpósio, a experiência comum à edição anterior do SIHTP de discussão detida em torno de referências teóricas, como *A última catástrofe*, de Henry Rousso e o conhecido *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*, de François Hartog.⁶ Na verdade, parte das comunicações tendeu à mobilização de conceitos da HTP aplicados ao contexto atual brasileiro e\ou em busca de categorias específicas para pensar tal realidade, publicados preferencialmente em obras coletivas. Este é o caso, por exemplo, dos livros *Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro*, organizado por Bruna Klem, Mateus Pereira e Valdeci Araujo, com capítulos de Sônia Meneses sobre um novo “regime de verdade e de mentira” para ser pensado pela História em meio ao “bolsonarismo”, e de Caroline Bauer, historiadora também bastante citada, sobre os usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro.⁷

A história das emoções e dos afetos, associada às questões de gênero e à história oral, constituiu abordagem destacada em vários trabalhos que reuniram perspectivas sobre resistência, trauma e memória. Nesse ponto, foi marcante a presença de pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC (Legh), que conta com acervo de entrevistas com mulheres participantes da militância contra as ditaduras e autoritarismos na América Latina. Cristina Scheibe Wolff, professora da Universidade, coordenadora do Legh e orientadora de teses e dissertações sobre o tema, é também uma referência central para esses estudos. A obra mais recente mencionada foi *Mulheres de Luta*, organizada também por Soraia Melo e Jair Zandoná.⁸

5 Cf. MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, 1997.

6 Cf. ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016; HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

7 Cf. KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdeci (org.). *Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro*. Milfontes: Vitória, 2020.

8 Cf. WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta*:

Ainda no campo da memória e dos sentimentos como formas de apreensão da história, *Memória e (res)sentimento*, organizado por Stela Bresciani e Márcia Naxara, consta na bibliografia de várias comunicações, não só no subcampo da memória, mas também em pesquisas sobre repressão e resistência.⁹ Menos em sintonia com afetos e emoções na história, e mais com a relação entre história oral, memória e política, a partir do papel do testemunho no processo de superação de contextos de violência política na América Latina, a referência central foi Maria Paula Araújo, com livros e artigos publicados sobre o tema.¹⁰

Saindo do campo das referências estritamente nacionais e utilizando uma perspectiva mais aberta aos casos latino-americanos como objetos de estudo em particular ou em modo comparado entre si e com o Brasil, foram apontadas como significativas as seguintes obras: o livro do brasileiro Anthony W. Pereira; capítulos do professor da Universidade de Lisboa com várias passagens pelo Brasil, Antônio Costa Pinto; além de publicações de Enrique Padrós.¹¹ Entre a bibliografia estrangeira discutida, tivemos menção à Daniel Lvovich e Conxita Curcó, e *Accusatory practices: denunciation in modern european history (1789-1989)*, organizado por Sheila Fitzpatrick e Robert Gellately em 1997.¹²

feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.

9 Cf. BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

10 Cf. ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. *História Oral*, v. 15, n. 2, 2012.

11 Cf. PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010; PINTO, Antônio Costa. Transições democráticas e justiça de transição na Europa do Sul. Perspectivas comparadas. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). *Violência na História: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012; PADRÓS, Enrique Serra. Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006; *Idem*. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008; FITZPATRICK, Sheila; GELLATELY, Robert. *Accusatory practices: denunciation in modern european history (1789-1989)*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

12 Cf. LVOVICH, Daniel. Sospechar, delatar, incriminar: una aproximación al

Um dos casos latino-americanos que recebeu grande atenção foi o chileno. Do ponto de vista da bibliografia utilizada, destacamos um viés que pode ser chamado de literatura da resistência: autores/as de carreira acadêmica com publicações consistentes sobre a recepção à esquerda do golpe, variadas formas de resistência à ditadura e memórias de militantes que participaram de organizações revolucionárias. Eis alguns exemplos: *Vidas Revolucionarias*, de Cristián Pérez, publicado em 2013, por ocasião dos 40 anos do golpe militar, apresenta relatos sobre as organizações armadas da esquerda chilena entre 1965 e 1990, e; *Villa Grimaldi*, de Gabriel Salazar, consiste no principal estudo chileno do centro de tortura e extermínio da ditadura militar pinochetista realizado a partir de uma perspectiva, sobretudo, baseada na subjetividade dos/as detidos/as sobreviventes, como o próprio autor.¹³

A obra do norte-americano Steve Stern sobre a memória do período ditatorial no Chile integrou também essa vertente de análises, especificamente em torno da conceitualização e historicidade da memória da ditadura no Chile entre o período da transição e da atualidade.¹⁴ Ao mesmo tempo, destacou-se parte conhecida da obra cinematográfica de Patricio Guzmán: a trilogia *La Batalla de Chile* (1975-1979). O registro textual do célebre diretor também foi explorado a partir de referências, como em *Filmar o que não se vê*, livro publicado em 2017.¹⁵

fenômeno de las denuncias contra el enemigo político en la última dictadura militar argentina. *Ayer: Revista de Historia Contemporánea*, n. 3, 2017; CURCÓ, Conxita Mir. *Vivir es sobrevivir: la represión franquista en la Cataluña rural de pós-guerra*. Lleida: Milenio, 2000.

13 Cf. PÉREZ, Cristián. *Vidas revolucionarias*. Santiago: Editorial Universitaria de Chile, 2013; SALAZAR, Gabriel. *Villa Grimaldi (Cuartel Terranova): historia, testimonio, reflexión*. Santiago: Villa Grimaldi, 2013.

14 Cf. STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). In: GARCÉS, Mario et al. (editores). *Memoria para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX*. Santiago: Editorial LOM, 2000.

15 Cf. GUZMÁN, P. *Filmar lo que no se ve*. Santiago: FIDOCs, 2017.

Autoritarismo, repressão e conservadorismo: faces da ditadura

O debate das comunicações em torno do tema do autoritarismo e da repressão ocorreu ao redor do funcionamento, durante a ditadura, de instituições de controle e repressão. As discussões também perpassaram as lógicas de distinção entre as vítimas comumente alvo da violência de Estado e as vítimas “políticas”, de um lado do espectro social e, de outro, do ativismo conservador das instituições repressivas e seus desdobramentos na ação de pessoas comuns, simpáticas ao regime.

A Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, abrigou mulheres condenadas pela prática de crimes comuns, mas também presas políticas, que eram submetidas a condições de detenção diferenciadas, tendo sido segregadas das demais mulheres encerradas no local por serem consideradas de maior periculosidade - muito mais vigiadas. O tema é significativo, como afirma Maria Eduarda Magro, porque as prisões não foram ainda objeto frequente das atenções de pesquisadores/as, sobretudo aquelas reservadas às mulheres.¹⁶ As prisões são um espaço privilegiado para discutir as fronteiras e diferenciações entre a repressão que se abate cotidianamente contra setores desfavorecidos e marginalizados da sociedade brasileira e a perseguição política. Permite também pensar sobre o viés de gênero da violência do Estado e sobre as distintas formas que assume a violência entre o físico e o psicológico. A documentação utilizada como fonte de pesquisa – relatos de prisão anexados aos processos de indenização movidos por essas mulheres, assim como os testemunhos orais – abre ainda espaço para reflexões sobre os esforços realizados no país com vistas a oferecer algum tipo de reparação às vítimas. E, ainda, contribui para a instigante percepção das camadas temporais envolvidas no ato de rememorar e narrar violências passadas, além das aberturas e limites que

16 Cf. MAGRO, Maria Eduarda. *A penitenciária feminina madre pelletier: um lugar de prisão no mapa da repressão da ditadura civil-militar brasileira (porto alegre, 1969-1979)*. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

encerram diferentes espaços de escuta – institucionais, de pesquisa acadêmica ou militantes. Outra questão importante diz respeito a lembrar momentos de violência e insegurança em um presente marcado pela morte evitável de milhares de pessoas pela pandemia de covid-19, fruto de uma política de ultradireita e negacionista que coloca a população brasileira – sobretudo as parcelas mais vulneráveis – em extremo risco. Neste contexto, as lembranças se revestem de um caráter de “militância pela memória”, tornando, por um lado, o ato de lembrar mais difícil e doloroso, mas, por outro, dotando-o de uma relevância e de significados maiores.

A militância feminina em tempos de conservadorismo tanto político, quanto dos costumes, veiculado por um discurso moralizante e cerceador, e adotado por parcela da população, especialmente de setores médios, foi assunto trazido por Allana Letticia dos Santos. Dessa forma, é proposta a análise dos processos de cerceamento social e moral a que as mulheres estavam submetidas e de propagação do conservadorismo, demonstrando a força de episódios como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em diversas cidades do país, como em Salvador, foco de estudo. Contudo, também são marcantes no período as estratégias e os comportamentos sociais de movimentos de mulheres diante do autoritarismo, organizando grupos de discussão no Brasil e em outros contextos repressivos, como o de Portugal salazarista.

No campo conservador, um aporte pouco explorado pela historiografia brasileira, a ação de delatores e informantes eventuais da ditadura militar, trazido por Ângelo Priori, contribui a pensar na ação destes cidadãos e cidadãs comuns que trabalhavam como “linha auxiliar dos órgãos de segurança no Brasil”.¹⁷ O tema é espinhoso porque toca na contribuição e adesão de setores da população à violência do Estado e ao autoritarismo, uma prática que, longe de ser excepcional, tem certa constância na história da sociedade brasileira. Cartas, bilhetes e mensagens anônimas delatavam vizinhos, colegas, autoridades locais e lideranças religiosas por razões

¹⁷ Cf. PRIORI, Angelo. Delatores e informantes eventuais da ditadura militar (Paraná, Brasil: 1964-1985). IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

pessoais, vendetas, rivalidades, inveja ou por convicções políticas. De um modo ou de outro, contribuíaam a dar para instituições repressivas, como a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), em alguns casos, pistas concretas de trabalho, em outros, tempo perdido em investigações desnecessárias, mas ambas as situações reforçavam, a convicção, por parte dos setores autoritários, de que tinham a população ao seu lado. Esses comportamentos, inclusive, eram ativamente estimulados tanto na ditadura militar, quanto em regimes autoritários precedentes. Por outro lado, esses denunciantes, convencidos da justiça da ditadura e seu projeto, também buscavam manipular as instituições repressivas em benefício próprio, ao mesmo tempo em que acreditavam contribuir para a erradicação do comunismo. Esses delatores anônimos, “bons cidadãos” ou “bons brasileiros”, “mães” ou “esposas brasileiras” são antecessores dos hoje cidadãos e cidadãs “de bem”, que, em todo o país, se apressam a apoiar medidas de violência estatal contra setores da população e comportamentos sociais que consideram historicamente como um perigo para o seu estilo de vida e privilégios sociais.

Parte importante do autoritarismo socialmente implantado no Brasil e muito presente em instituições da lei e da ordem, como o Judiciário, é o peso dado à valoração do depoimento policial em julgamentos de crimes comuns. Jean Carlos Martins Rodrigues desenvolve a pesquisa em processos que correram no Tribunal de Justiça de Santa Catarina nos anos finais da ditadura militar, constatando o quanto o interrogatório do réu possui pouco poder diante da versão dos policiais, que acaba sendo muitas vezes utilizada pelas câmaras criminais como meio de prova. A investigação tem dois desdobramentos a serem considerados. A primeira é o diálogo, que pode ser estabelecido com os métodos do aparato repressivo que, na perseguição a militantes políticos, utilizavam a tortura para que, nos interrogatórios, constasse o que acreditavam ser a versão verdadeira dos fatos. Nesse caso, a palavra do réu teria maior importância no processo judicial, porém, obtida por meios coercitivos, continha o que os agentes repressivos queriam escutar e provocavam por meio da dor. A segunda diz respeito a práticas posteriores ao período

autoritário, que parecem reproduzir as constatações da pesquisa, qual seja, a de que o policial é visto como representante do Estado perante o Juiz e, portanto, há patente tendência a atribuir à sua palavra a presunção de verdade.

Resistência, trauma e memória

Nas últimas décadas, o crescimento das pesquisas no campo da HTP vem sendo acompanhado pela profusão de temáticas e abordagens relacionadas à memória de períodos traumáticos. No Cone Sul, as ditaduras da segunda metade do século passado lideram esse movimento, no qual historiadores/as experientes dividem espaço com jovens pós-graduandos/as em projetos coletivos cada vez mais amplos relacionados à coleta e análise de testemunhos, criação de acervos orais e audiovisuais, reivindicações de patrimonialização e reconhecimento de lugares de memória, iniciativas de divulgação científica e história pública das ditaduras e autoritarismos, entre outros. No que concerne às comunicações apresentadas no ST-08, tiveram destaque as ressignificações de acontecimentos, lembranças e registros históricos à luz de uma consciência política e historiográfica marcada pelo chamado “dever de memória” e pelas implicações políticas dos temas de pesquisa em uma conjuntura latino-americana e global de recrudescimento neoconservador.

Jefferson Queler avaliou, do ponto de vista da História do Tempo Presente, narrativas de Antônio Callado sobre as revoluções socialistas em Cuba e no Vietnã, tomando os elogios do intelectual aos referidos processos políticos como formas de intervenção na política brasileira à época da ditadura. Assim, o léxico político de Callado foi analisado desde o seu contexto, entre fins das décadas de 1960 e 70, a partir do que registrou em livros-reportagem, mas também a partir de noções historiográficas e políticas muito atuais, como a própria ideia de resistência, cada vez mais compreendida pelos estudos da subjetividade como multifacetada, abrangente, complexa e até ambígua.

Lara Lucena Zacchi e Luísa Dornelles Briggmann também propuseram trabalhos de reelaboração e ressignificação, partindo, porém, de outro registro histórico: testemunhos de mulheres que militaram contra a ditadura brasileira. Lara utilizou especificamente testemunhos vinculados ao Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), apontando, nas estratégias de rememoração, formas de continuidade da luta política do passado contra a ditadura no presente contra o esquecimento, os negacionismos, saudosismos reacionários etc.¹⁸ Briggmann, por outro lado, procura compreender, a partir de testemunhos orais, livros de memória e autobiografias de mulheres ex-militantes, a importância e a condição dos relacionamentos afetivos heterossexuais durante a resistência à ditadura.¹⁹ Nesse caso, a rememoração supõe, além da contribuição ao conhecimento das circunstâncias de época, a percepção (quase psicanalítica) das relações do passado em um momento (atual) de forte presença de movimentos feministas e de gênero no espaço público.

Cristiane Grumm aborda a trilogia fílmica de Patricio Guzmán como um “testemunho da memória traumática” do golpe no Chile, uma vez que a produção ocorreu “no calor da hora”, incluindo cenas que se tornaram documentos semioficiais das esquerdas a respeito da violência e dramaticidade da derrubada do presidente socialista Salvador Allende. Além de oferecer informações pouco conhecidas dos bastidores da produção do documentário, a pesquisadora caminha a partir de uma abordagem da história social do cinema, enxergando, na produção cinematográfica, uma prática sociocultural de elaboração de sentidos para a violência sofrida, e, no produto cinematográfico, uma forma de compartilhar experiências reais relacionadas ao trauma.

18 Cf. ZACCHI, Lara Lucena. Rememorar, contar, resistir: vínculos, afetos e resistências nas memórias de mulheres sobre a luta contra a ditadura brasileira. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

19 Cf. BRIGGMANN, Luísa Dornelles. “Amei sua essência e seus sonhos”: narrativas de mulheres militantes sobre seus relacionamentos afetivos durante a ditadura brasileira. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

Nashla Dahás também tem o processo chileno como objeto de pesquisa; a autora descreve as singularidades da incorporação do testemunho revolucionário em narrativas históricas produzidas em um contexto semelhante no Brasil e no Chile por ocasião do último aniversário redondo do golpe nos dois países. A historiadora ressaltou, no caso da produção em circulação no Chile, certa exaltação da difusão social das memórias da ditadura, além de notável resignificação da memória, na qual os temas econômicos dividem espaço com as questões de gênero. Na produção brasileira, a comunicação apontou a ênfase na subjetividade, no destaque concedido às perspectivas individuais dos acontecimentos, nas singularidades da relação entre sujeitos comuns e na ditadura-resistência, contornando-se, em grande medida, os testemunhos ligados à luta armada ou aos projetos revolucionários. A comunicação de Marluci Vargas trabalhou com uma ampla noção de “lugar de memória”, que inclui parte da literatura e da filmografia brasileira a respeito da ditadura como diferentes formas de expressão do testemunho da resistência. Destacou ainda a problemática da patrimonialização das memórias da ditadura, situada nos limiares da história, da memória e da história pública.

Processos transicionais e tempo presente no Cone Sul

O eixo de toda essa discussão foram os processos transicionais nos países do Cone Sul, com foco para o processo chileno. Teve destaque o caso brasileiro em reflexões a respeito das singularidades do processo transicional e de suas consequências a longo prazo, redundando na ascensão da extrema-direita ao governo do país. Com a transferência do poder militar para governos civis, que marcam o início de processos de transição à democracia no Cone Sul – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai –, houve uma série de mobilizações e de iniciativas governamentais no sentido de estabelecer políticas de memória, de reparação e de responsabilização dos repressores envolvidos em graves violações de direitos humanos. A efetivação dessas medidas parte de um processo posteriormente alcunhado de Justiça de Transição e

ocorreu de modo variado de um país a outro, em particular no que diz respeito à responsabilização penal dos repressores. Como bem ressaltou Carlos Artur Gallo, essas diferenças apontam as estratégias jurídicas mobilizadas para inculpar os envolvidos com a repressão política aos tribunais, à tipificação de crimes envolvidos, ao perfil dos indivíduos denunciados e mesmo aos resultados dos processos jurídicos em termos de condenação ou absolvição dos acusados. Esses acontecimentos foram profundamente marcados e determinados pelo tipo de transição para a democracia ocorrida em cada país – por ruptura ou negociação – e, por sua vez, geraram uma possibilidade mais alta ou baixa de efetivação da responsabilização jurídica dos repressores. Ressalve-se, porém, que essas relações de causa e efeito não são automáticas, desafiando hipóteses de uma relação mecânica entre transição negociada e baixa capacidade de punição dos crimes cometidos durante a ditadura. O elemento desestabilizador são as transições negociadas como as dos casos chileno e uruguaio, em que houve alto e médio grau de negociação e médio grau de punições. O caso da Argentina mostra que, apesar de ser o país mais bem-sucedido em responsabilizações pelos crimes do passado recente, o processo está longe de ser progressivo ou linear. Outro ponto a destacar é que, quanto mais tardio o processo de punição, menor a capacidade de realização da justiça, uma vez que os crimes prescrevem, os responsáveis falecem e a sociedade tende a esquecer ou a minimizar a importância dos acontecimentos passados.

O Chile é um dos casos nos quais uma transição mais negociada não necessariamente conduziu a uma menor capacidade de responsabilização jurídica pela violação de direitos humanos. O país, como lembrou Leonardo Souza, foi o único do Cone Sul a promover duas comissões da verdade como iniciativa do Estado: a de *Verdad y Reconciliación* (1991), que perquiriu mortes e desaparecimentos, e aquela sobre *Prisión Política y Tortura* (2004), voltada à investigação de vítimas de torturas. Em ambos os casos, as políticas de memória foram desenvolvidas durante governos da Concertación (1990-2010), aliança de partidos progressistas com

vistas a superar o legado da ditadura chilena. É preciso lembrar que a primeira comissão foi muito criticada pelos movimentos sociais chilenos em razão da presença de representantes do governo militar. Outro elemento a considerar foi a grande dificuldade de judicialização dos casos de violações aos direitos humanos até os anos 1990. Apenas com a prisão do general ditador Augusto Pinochet em Londres e a abertura de processos por parte do juiz espanhol Baltazar Garzón, referente às vítimas de nacionalidade espanhola, foi possível começar a conceber a possibilidade de responsabilização jurídica dos repressores chilenos. Este elemento exógeno acabou provocando um processo que levou posteriormente, já no interior do país, a centenas de julgamentos. O processo de abertura chileno se reflete nos dois informes através do quais podemos acompanhar o percurso desde a narrativa oficial da memória salvacionista e seu conflito com a narrativa de paridade das responsabilidades entre os militares e os opositores, aos embates contemporâneos sobre os efeitos da ditadura na sociedade chilena atual.

No Brasil, a dificuldade em judicializar a transição deve-se, do ponto de vista formal, à afirmação reiterada da validade da Lei de Anistia, que impediu que houvesse qualquer avanço neste campo, salvo por alguns pequenos ganhos em ações civis movidas por familiares de mortos e desaparecidos. Mariana Joffily argumenta que a narrativa apresentada por algumas instituições brasileiras e sustentada por setores liberais, segundo a qual rever a Lei de Anistia significaria desrespeitar um acordo feito em outro momento histórico e, portanto, uma espécie de traição do passado pelo presente, não se sustenta à luz do exame das trajetórias dos processos transicionais da Argentina, do Chile e do Uruguai. Ao contrário, a história recente destes países demonstra que pactos políticos, mesmo quando efetivamente celebrados, sofreram reveses ao longo do tempo em função das diferentes conjunturas políticas de cada período, fazendo parte do jogo democrático que os entendimentos sociais se modificam consoante as diferentes correlações das forças políticas.

Kauê Garcia discutiu como os temas do autoritarismo e dos direitos humanos apareceram nos discursos de parlamentares brasileiros entre os meses de março e abril de 2014, quando se completavam os 50 anos do golpe militar. O pesquisador lembra que, nesse mesmo ano, disputavam-se eleições presidenciais e que a candidata e presidenta Dilma Rousseff possuía estreita ligação com o passado recente, tanto por sua atuação como guerrilheira na época, quanto por ter sido a presidenta em cujo mandato instalou-se a CNV.²⁰ Nestes cenário e contexto, a Venezuela permeou discursos de parlamentares conservadores como símbolo do autoritarismo das esquerdas, ocupando um lugar simbólico que antes coube a Cuba, ao qual seria necessário contrapor e contra o qual se justificaria um golpe como o que ocorreu em 1964. Majoritariamente são menções de deputados à direita que mobilizam o golpe de 1964 como “salvação” do país, evitando a repetição de tendências “esquerdizantes” de outras nações latino-americanas. Assim, as denúncias de violações de direitos humanos que estariam ocorrendo na Venezuela, assim como em Cuba, foram utilizadas como estratégia retórica com vistas a não apenas relativizar, mas justificar crimes cometidos pela ditadura, ao mesmo tempo em que serviram para invocar um sentimento de anticomunismo que legitimaria o rompimento de 1964.

Todas as questões apontadas foram problematizadas a partir de publicações recentes de historiadores/as e acadêmicos/as de áreas afins, nas quais as ditaduras militares se fazem presentes como pontos de inflexão de processos políticos recentes, deixando sua marca nas maneiras e nos instrumentos teórico-metodológicos criados para lidar com acontecimentos traumáticos e definidores do campo político e social. A presença da temática da ditadura militar no Brasil como divisor de águas político-ideológico se intensificou com as eleições de 2018 e a chegada ao governo de um político notório por seus posicionamentos em favor da ditadura. Paula Franco analisa as produções acadêmicas recentes

20 Cf. GARCIA, Kauê Pissetta. Autoritarismo e América Latina em discursos parlamentares brasileiros (2014). IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

para investigar como o campo da HTP vem lidando, do ponto de vista teórico e metodológico, com questões de alto teor conflitivo e político.²¹ Os maiores desafios identificados encontram-se em quatro frentes: repensar o sentido histórico de uma trajetória que parecia apontar na direção de consolidação de direitos e progresso social e, num dado momento, parece ter retrocedido, indicando uma “falência da democracia”; enfrentar os desdobramentos de um posicionamento conservador que não vai mais no sentido de “virar a página” do passado traumático e seguir adiante, mas no de retornar a esse passado na chave da exaltação de seu sentido autoritário; complexificar o perfil da vítima, ressaltando vítimas comuns e não hegemônicas nas disputas de memória, e; refletir sobre o lugar de historiadores diante do tema e da política.

Considerações finais

A partir do conjunto das pesquisas discutidas e avaliando a experiência virtual do seminário que acabamos de descrever, ressaltamos a tendência historiográfica de comprometimento ético e político com a intervenção e a ocupação de espaços públicos no mundo contemporâneo. Essa postura acadêmica e intelectual parece sustentada teoricamente por importantes elementos da HTP, como sugere Henry Rousso ao referir-se à mudança de historicidade transcorrida durante o século XX: “a história como olhar sobre a catástrofe, como dívida para com os mortos, as vítimas, os vencidos, a história como aprendizagem de uma alteridade radical que deve, contudo, tecer de novo os laços entre o tempo que corre e o tempo das ruínas”.²² Temos, assim, uma percepção epistemológica da atividade historiadora em plena transição entre a convicção de que a disciplina histórica não constitui um espaço privilegiado para a criação de enunciados definitivos sobre o passado, sujeitos às ressignificações da memória e das possibilidades de interpretação

21 Cf. FRANCO, Paula. No calor da hora: o período pós-ditadura à luz da História do Tempo Presente em tempos de caos político. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

22 ROUSSO, Henry. *A última catástrofe...* Op. cit., p. 116.

à luz do presente, e a consciência das oscilações que os traumas da violência conferem à produção narrativa especificamente latino-americana como um complexificador da História.

Ao esforço analítico de temas como a montagem e funcionamento da estrutura repressiva ditatorial no Cone Sul, as possibilidades e perspectivas políticas de revolução e de resistência mais comuns e singulares à região, as dinâmicas sociais da vida cotidiana em tempos de autoritarismo, a produção cultural e as quebras subjetivas em momentos críticos, como os de golpes civil-militares, ditaduras de segurança nacional e transições democráticas à luz de frágeis instituições de direitos humanos, coadunam-se transformações inéditas do exercício investigativo baseado em critérios de aproximação entre a figura do\o historiador\o e o espaço público, como empatia, alteridade e pluralidade, constitutivas do olhar historiográfico. Ainda que elementos de tais postulações possam ser encontrados em sensibilidades historiográficas de outrora, suas circunstâncias de aplicação contam agora com o mais amplo testemunho latino-americano e global da iminência da morte e da digitalização da vida em virtude da pandemia da Covid-19. Apesar da generalização e das expectativas políticas pouco promissoras em nosso subcontinente, este é um registro de um encontro profícuo, conciliado com a perspectiva de compreender seu tempo repensando não apenas o passado, mas noções básicas como o própria atividade de compreender.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula. Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil. *História Oral*, v. 15, n. 2, p. 11-31, 2012.

BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles. “Amei sua essência e seus sonhos”: narrativas de mulheres militantes sobre seus relacionamentos afetivos durante a ditadura brasileira. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

CURCÓ, Conxita Mir. *Vivir es sobrevivir: la represión franquista en la Cataluña rural de pós-guerra*. Lleida: Milenio, 2000.

FICO, Carlos. “Prezada censura...”: cartas ao regime militar. *Topoi*, v. 3, n. 5, p. 251-286, 2002.

FICO, Carlos. *O grande irmão*. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FITZPATRICK, Sheila; GELLATELY, Robert. *Accusatory practices: denunciation in modern european history (1789-1989)*. Chicago: The University of Chicago Press, 1997.

FRANCO, Paula. No calor da hora: o período pós-ditadura à luz da História do Tempo Presente em tempos de caos político. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

GARCIA, Kauê Pisetta. Autoritarismo e América Latina em discursos parlamentares brasileiros (2014). IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

GUZMÁN, P. *Filmar lo que no se ve*. Santiago: FIDOCs, 2017.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. (org.). *Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro*. Milfontes: Vitória, 2020.

LVOVICH, Daniel. Sospechar, delatar, incriminar: una aproximación al fenómeno de las denuncias contra el enemigo político en la última dictadura militar argentina. *Ayer: Revista de Historia Contemporánea*, n. 3, p. 73-98, 2017.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, 1997.

MAGRO, Maria Eduarda. *A penitenciária feminina madre pelletier: um lugar de prisão no mapa da repressão da ditadura civil-militar brasileira (porto alegre, 1969-1979)*. IV Seminário Internacional História do Tempo Presente. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

OLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. Elementos do Terror de Estado implementado pelas

Ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos *et al.* (org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

PÉREZ, Cristián. *Vidas revolucionarias*. Santiago: Editorial Universitaria de Chile, 2013.

PINTO, Antônio Costa. Transições democráticas e justiça de transição na Europa do Sul. Perspectivas comparadas. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (org.). *Violência na História: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

PRIORI, Angelo. Delatores e informantes eventuais da ditadura militar (Paraná, Brasil: 1964-1985). *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SALAZAR, Gabriel. *Villa Grimaldi (Cuartel Terranova): historia, testimonia, reflexión*. Santiago: Villa Grimaldi, 2013.

STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). In: GARCÉS, Mario *et al.* (editores). *Memoria para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX*. Santiago: Editorial LOM, 2000.

ZACCHI, Lara Lucena. Rememorar, contar, resistir: vínculos, afetos e resistências nas memórias de mulheres sobre a luta contra a ditadura brasileira. *Anais...* Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, 2021.



Ensino de história e história do tempo presente

Luciana Rossato

Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Em março de 2021, mais precisamente nos dias 17, 18 e 19, o Simpósio Temático Ensino de História e as demandas do Tempo Presente reuniu um grupo de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes regiões do Brasil. Como o nome do simpósio já adianta, o eixo central dos trabalhos que foram apresentados esteve relacionado ao Ensino de História. Numa situação até então impensada, as tardes de trabalho aconteceram por meio de encontros virtuais e se isso, por um lado, tornou possível o diálogo de pessoas distantes fisicamente, por outro, ironicamente as fez um pouco distantes na medida em que câmeras e microfones não substituem as trocas possíveis nos encontros presenciais. De qualquer maneira, os debates, as conversas e as sugestões não deixaram de acontecer, mas é fato: trabalhamos nos adaptando à situação para tornar possível algo que não podemos abrir mão: a discussão de nossos trabalhos com colegas de profissão. Enfim, foi uma experiência diferente, mas não menos colaborativa.

Este texto pretende dar visibilidade a esse encontro apresentando os trabalhos que foram discutidos neste ST. É nossa intenção também inserir nessa narrativa um pouco da história

vivida em simpósios anteriores realizados nos anos de 2011, 2014 e 2017.¹ Entendemos que é relevante ponderar sobre a importância do Simpósio Internacional de História do Tempo Presente abrigar um ST sobre Ensino de História considerando, sobretudo, que tal aspecto pode contribuir para maior visibilidade (e o crescimento) da presença de pesquisas sobre ensino de História em programas de Pós-Graduação em História. Nesse sentido, cabe trazer para a discussão ainda considerações sobre o que chamamos de aproximações entre o Ensino de História e a História do Tempo Presente quando a ideia é falar sobre a área de investigação e como esta se fortalece no diálogo a partir da perspectiva da HTP. Cada uma das partes que se seguem é, portanto, um exercício que mescla o desejo de contar a história desse simpósio temático com o propósito de manter os diálogos já estabelecidos e iniciar outros tantos.

Ensino de história e História do Tempo Presente: aproximações

Importante iniciar este tópico lembrando que o Ensino de História tem se firmado como temática de pesquisa desde as últimas décadas do século XX, sendo esse um processo longo e de árdua execução, considerando que os desafios de fazer pesquisa no Brasil não datam de hoje. Pesquisadores e pesquisadoras da área têm contado essa história de constituição (e luta por manutenção) do campo e têm apontado que, entre outras questões, esse movimento de emergência tem relação com o modo como os cursos de licenciaturas eram organizados no país. Naquele contexto, a História não era diferente de outras disciplinas e assim era também vista como área de formação, não de pesquisa.² Tal aspecto criava uma

1 O Seminário Internacional História do Tempo Presente é organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Sua primeira edição aconteceu de 7 e 9 de novembro de 2011. Com frequência trianual, o segundo evento aconteceu de 13 a 15 de outubro de 2014; o terceiro de 25 a 27 de outubro de 2017, e o quarto estava programado para o segundo semestre de 2020 mas, devido à pandemia da covid-19, aconteceu de 17 a 19 de março de 2021 na modalidade on-line.

2 Cf. COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do virá. *Saeculum. Revista de História*, n. 16, 2007.

dicotomia separando, em instâncias distintas e (o que é mais grave) pretensamente inconciliáveis, a pesquisa e o ensino. Somava-se a isso o fato de que as pesquisas eram majoritariamente desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação em Educação e, assim, se formava um cenário limitado que perdurou por muitos anos no que se refere especificamente às pesquisas sobre Ensino de História no Brasil.

Este quadro começa a ser alterado no final dos anos de 1970 e no início dos anos de 1980. Costa e Oliveira, entendem que, nesse período, foi instalada outra relação entre a educação, a escola e a sociedade.³ E, assim, ainda que houvesse grandes retrocessos nos campos políticos e educacionais como consequência do processo ditatorial iniciado em 1964, os questionamentos postos a esses temas propiciaram o surgimento de diversas experiências sobre o ensino de História que alteraram de modo significativo a prática dessa disciplina. Ernesta Zamboni, também aponta para essa questão, informando que a década de 1980 foi profícua para a pesquisa sobre o ensino de História, cujos trabalhos tinham como foco a prática de professores/as e o papel destes/destas como agentes fundamentais do processo educativo.⁴ Os anos de 1990, ainda segundo a referida pesquisadora, por sua vez, foram notadamente marcados pelo surgimento de diversidades nos temas de trabalho, e no aumento na quantidade desses, o que demonstra o crescimento do interesse dos/das pesquisadores/as no tema. É importante mencionar que, nesse período, ocorreu o crescimento nos espaços de debate que se consolidaram no interior da Associação Nacional de História – ANPUH - e dos encontros organizados por redes de pesquisadores/as de Ensino de História.

A esse respeito, vale sempre lembrar a importância da contribuição advinda de duas publicações organizadas pela ANPUH nos períodos mencionados nos parágrafos anteriores. Trata-se de duas edições da Revista Brasileira de História: a primeira

3 Cf. COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil... *Op. cit.*

4 Cf. ZAMBONI, Ernesta. Encontros Nacionais de pesquisadores de História. Perspectivas. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). *Dez anos de pesquisas em Ensino de História*. Londrina: ArtitoArt, 2005.

delas nomeada de História em Quadro Negro: escola, ensino, aprendizagem (V. 10, n. 19), referente ao período set/89 a fev/90, e a segunda nomeada Memória, História e Historiografia: dossiê Ensino de História (V. 13, n. 25/26), de setembro/92 a agosto/93. Os artigos publicados nestes volumes trouxeram contribuições ao debate sobre Ensino de História em um momento em que novas experiências estavam sendo colocadas em prática após o retorno da História como disciplina independente na Educação Básica. As questões apresentadas nestes artigos foram debatidas e propiciaram que novas pesquisas fossem empreendidas.

Na esteira desses acontecimentos, a criação de dois eventos especificamente relacionados ao ensino de História é igualmente entendida como decorrente dos movimentos que propiciaram a sedimentação da área. Primeiro, o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, organizado em sua primeira edição pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 1998, e posteriormente o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH), em 1993, organizado a partir da Universidade Federal de Uberlândia.⁵ Importante ressaltar que tanto o Perspectivas como o Enpeh são eventos consolidados no calendário do conjunto de pesquisadores/as do Ensino de História e têm sido espaços contínuos de discussões variadas da pesquisa sobre ensino de História no Brasil. Relevante também é o fato da temática estar cada vez mais presente em simpósios temáticos dos encontros organizados pela ANPUH – seja nos Encontros Estaduais, seja no Simpósio Nacional de História.

Ao avaliar os temas resultantes desses eventos e das pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos de 1990, Selva Guimarães Fonseca compreende que as temáticas relativas às pesquisas sobre ensino de História no Brasil buscaram responder aos desafios vividos no período, sendo alguns deles relativos à consolidação do processo de substituição de Estudos Sociais por História e Geografia e de extinção de disciplinas como EMC, OSPB e EPB, além disso,

⁵ Sobre as datas e locais de cada evento ver o site da Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História - ABEH. Disponível em: www.abeh.org.br. Acesso em 28 abr. 2022.

há também questões relativas aos livros didáticos e à elaboração e à publicação de documentos, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como a questão dos currículos e reformas curriculares e os sistemas de avaliação.⁶ Enfim, temáticas e desafios que surgiram a partir da política educacional brasileira e que eram atravessadas pelas políticas neoliberais adotadas no período. Ainda segundo Fonseca, o esforço dessas pesquisas foi sentido de diferentes maneiras, a começar pelo crescimento quantitativo de pesquisas desenvolvidas no âmbito de programas de Pós-Graduação e pela criação de linhas de pesquisas que tinham como foco questões referentes ao ensino de história. Inicialmente em programas relacionados à educação, outro impacto significativo é a ampliação do debate educacional avançando para a sociedade e para o cotidiano escolar. Ou seja, o movimento que teve início de forma pontual e limitada nos anos de 1980, ampliou-se a partir dos anos de 1990, sendo possível afirmar que hoje o Ensino de História é um campo consolidado. Como destacam Ricardo Pacheco e Helenice Rocha: “compreendemos [...] a constituição de um 'campo' ou subcampo - utilizando a terminologia de Pierre Bourdieu - ou subárea - utilizando a terminologia do CNPq - da História”.⁷

Extrapola os objetivos deste capítulo discutir de forma mais detalhada os impactos dos eventos citados anteriormente e sua relação com o crescimento da temática dentro dos programas de pós. Também não é nossa intenção detalhar os aspectos que dizem respeito à criação de linhas de pesquisa de ensino de História nos programas de pós. O que nos interessa é antes dar conta de um acontecimento: a emergência de uma preocupação com a pesquisa em Ensino de História e a urgência por sua defesa. Nessa constatação, gostaríamos de inserir a importante relação que o Ensino de História pode estabelecer com a História do Tempo Presente.

6 Cf. FONSECA, Selva Guimarães. Um balanço dos dez anos de Encontros Nacionais de Pesquisadores na área de ensino de História. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). *Dez anos de pesquisas em Ensino de História*. Londrina: AtritoArt, 2005.

7 PACHECO, Ricardo de Aguiar; ROCHA, HELENICE. Quando o ensino vira tema de pesquisa: o ensino de História na Pós-Graduação em História. *Anos 90*, v. 23, n. 44, p. 53, 2016.

A reflexão sobre o Ensino de História está intimamente ligada às reflexões sobre o tempo presente, uma vez que lida com as escolhas que são feitas acerca do que as crianças e os jovens devem conhecer sobre seu passado coletivo. Essas escolhas não são aleatórias ou estanques, muito pelo contrário, são definidas a partir de interesses políticos do presente acerca do que deve ser lembrado ou esquecido, do que deve ser comemorado ou não. Este movimento de lembrar e esquecer tem a ver também com uma concepção de futuro, uma vez que, a partir das experiências do passado, é possível estabelecer interpretações acerca do contexto no qual estão inseridos no presente, bem como escolher como atuar no espaço público.

Para Henry Rousso, “o historiador do tempo presente faz 'como se' ele pudesse agarrar na sua marcha o tempo que passa, dar uma pausa na imagem para observar a passagem entre o presente e o passado, desacelerar o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana”.⁸ Para quem, além de pesquisar sobre o passado, tem a função de ensinar e refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem, como é o caso dos que se dedicam ao campo de pesquisa do ensino de história, a marcha do tempo pode ser definida de várias formas, exceto tranquila. Nos últimos anos, o acirramento das disputas políticas e com grupos que tomaram como central em seus discursos a demonização do trabalho docente, principalmente aqueles das áreas das humanas como a história, o trabalho de refletir sobre como crianças e jovens aprendem tem sido mais difícil. Outras dificuldades enfrentadas pelos professores são as mudanças na forma como se acessa informações, com o uso frequente das redes sociais, o desmonte das políticas públicas da educação e os reveses em várias discussões acerca dos direitos à educação e ao livre pensar no país e nas escolas.

Como foi dito anteriormente, pesquisas feitas nos anos de 1990 trouxeram para o debate questões pujantes naquele período e esse movimento foi crucial para que o campo do ensino de História se consolidasse. Mais recentemente temos movimento semelhante,

⁸ ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 17.

sobretudo considerando o crescimento de números de pesquisas sendo desenvolvidas em programas de Pós-Graduação – agora não apenas na Educação, mas também na História. Chegamos, portanto, a uma questão central a este artigo: lembrar que, nos tempos atuais, é não apenas necessário, mas urgente observar questões do presente no espaço da sala de aula, nos currículos em curso, nos planejamentos dos professores e professoras e no processo de aprendizado dos/as estudantes. Trata-se ao mesmo tempo de um compromisso e de uma função social da História e dos profissionais ligados a ela: dar conta de perceber, nos movimentos escolares e nos fazeres das aulas de História, um tema de pesquisa. Pretendemos contribuir com essa tarefa observando os trabalhos apresentados no Simpósio Internacional de História do Tempo Presente na edição realizada em 2021 (de modo mais específico) e em edições anteriores (de modo relacional ao último evento), no sentido de investigar que questões têm sido discutidas e como elas nos ajudam a perceber as questões do presente e História do Tempo Presente no Ensino de História.

Ensino de história no SIHTP

A partir do conjunto de trabalhos inscritos no simpósio temático Ensino de História e as demandas do tempo presente que aconteceu no IV SIHTP, podemos refletir sobre algumas das questões que têm mobilizado os professores pesquisadores. Um primeiro aspecto que se constata é a amplitude dos temas que têm sido foco de pesquisa no campo: formação docente (inicial e continuada), mudanças curriculares, aprendizagem, usos de diferentes documentos, relações étnico-raciais, memórias, narrativas, entre outros.

A seguir, apresentamos algumas informações sobre os trabalhos apresentados, considerando seus temas e a inserção da temática junto ao campo de Ensino de História.

Karla Andrezza Vieira, que faz doutorado no PPGH da UDESC, apresentou sua reflexão sobre A proposta curricular do

estado de Santa Catarina e a questão da Educação para as Relações Étnico-Raciais: demandas de um tempo presente. Esse documento foi analisado a fim de identificar como os fundamentos instituídos pelos marcos legais para o Ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira podem ser identificados no currículo da rede estadual de Santa Catarina.⁹ A autora tentou entender, a partir da análise do documento e das entrevistas feitas com profissionais que participaram da discussão e de sua elaboração, como as demandas pela inclusão de temas importantes para a formação da identidade e das memórias sobre o passado impactam no tempo presente. O foco são os conteúdos que atendam às políticas públicas referentes à educação para as relações étnicos raciais e como essas questões acontecem nas escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina. Historicizar a produção dos currículos e como eles são apropriados pelos professores e incorporados nas salas de aulas é importante não somente para entender o que está sendo ensinado, mas como conhecimentos sobre o passado são selecionados ou não a fim de comporem uma memória coletiva que a escola ajuda a construir.

Rogger Diego Miranda desenvolve pesquisa na UFMS acerca das representações da africanidade no Educação a partir da Lei nº 10.639/2003 e trouxe o trabalho intitulado Africanidade na sala de aula: o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira numa escola de educação básica. Em diálogo com as contribuições do pensador Kabengele Munanga, da sociologia da infância e da metodologia da etnografia escolar, o pesquisador reflete sobre as questões da identidade e das identificações no tempo presente a partir de sua investigação com estudantes do 5º ano em uma escola da rede municipal da cidade de Araçatuba-SP. Tal pesquisa possibilita aprofundar a reflexão sobre as dificuldades e desafios para a implementação das políticas públicas de luta contra o racismo e a importante contribuição do Ensino de História.

9 Cf. BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Brasília: Poder Legislativo, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 28 abr. 2022; CONSELHO Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 17 de Junho de 2004*. Brasília: Ministério da Educação, 17 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

Já Elimar Machado de Souza, vinculado à UFRRJ, a partir de sua prática docente, trouxe para o debate a questão da História do Tempo Presente em sala de aula. Intitulada: *Que História é essa professora: reflexões sobre a História do Tempo Presente para alunos do Ensino Médio*, sua apresentação possibilitou refletir sobre a prática do anacronismo controlado nas aulas de história de modo que questões do tempo presente e temas sensíveis sejam discutidas com os jovens durante as aulas de história no Ensino Médio. Para isso, analisou as provas de Ciências Humanas do ENEM dos últimos 10 anos e constatou que o tempo presente e temas, tais como a desigualdade social, o racismo, a homofobia, dentre outros assuntos que fazem parte do cotidiano dos jovens, não estão devidamente representados.

Assis Felipe Menin desenvolve pesquisa na UFSC sob orientação da prof.^a. Joana Maria Pedro sobre *O que a História tem a ver com isso? Gênero e sexualidades dissidentes no ensino de História*. A pesquisa que foi apresentada visa analisar como as discussões sobre sexualidade e gênero são aprendidos pelos estudantes do curso de Pedagogia da UFS e aprofundar como as crenças religiosas dessas discentes influenciam nesse aprendizado. Compreender melhor a formação das docentes e as regulamentações estabelecidas pelas legislações educacionais tais como o Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Curricular Comum e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de professores é necessário para adensar as reflexões sobre o complexo processo de formação dos professores e professoras.¹⁰ Aliás, a esse respeito, cabe dizer que as discussões sobre questões de gênero podem ser colocadas no chamado grupo dos temas sensíveis e imprescindíveis de serem trabalhos nas

10 Cf. BRASIL. *Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014*. Brasília: Poder Legislativo, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm. Acesso em 28 abr. 2014; CONSELHO Nacional de Educação. *Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Brasília: Ministério da Educação, 22 dez. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022; *Idem*. *Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Brasília: Ministério da Educação, 20 dez. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 abr. 2019.

escolas. Em um país onde os índices de feminicídio, gravidez entre os adolescentes e estupro de crianças é extremamente alto, grupos de direita, muitos deles vinculados a igrejas, resolveram perseguir professoras/es e instituições escolares que se dedicam a informar as crianças e os jovens sobre as desigualdades de gênero e os problemas decorrentes deles e que atingem principalmente jovens mulheres.

Um tema do campo de ensino de história que tem uma farta e densa produção é o de formação docente. A criação do PIBID, em 2007, teve um grande impacto nos cursos de formação docente no país em várias áreas, e não foi diferente nos cursos de História. Sua importância conseguiu garantir a manutenção do programa, apesar dos cortes e modificações de que foi alvo após o golpe contra a presidenta Dilma Roussef. As professoras Cíntia Régia Rodrigues e Yomara Feitosa Caetano de Oliveira Fagionato, da FURB, destacaram em sua comunicação A importância do PIBID/História na formação inicial e prática docente, a forma de organização do projeto PIBID desenvolvido entre os anos de 2012 e 2015, destacando as atividades, os estudos realizados e as ações que foram implantadas nas escolas parceiras. A partir dos relatórios do projeto, as autoras destacaram os impactos na formação dos discentes e no estreitamento das relações entre a universidade e as escolas de Educação Básica.

Investigações sobre como os estudantes da Educação Básica aprendem, o que os interessa e como produtos culturais, como música, filmes, fotografias e notícias, podem ser utilizados para propiciar discussões acerca do passado e de questões políticas do tempo presente sempre são contempladas pelos pesquisadores do campo. Pesquisas, Fotografias, Vídeos e Músicas: a política e seus conceitos, contextos e perspectivas debatidos num Festival de Cinema escolar foi o tema apresentado pelo professor de Educação Básica e mestre em Ensino de História pelo Profhistória em Rede Maicon Roberto Poli de Aguiar. Um dos responsáveis pelo projeto “Festival de Cinema”, realizado em 2019 na EEM Prof^a Elza Pacheco, ele apresentou como a organização do festival envolveu os estudantes em diversas atividades, tais como pesquisar, debater

e produzir conhecimentos através de fotografias, vídeos e músicas sobre o tema política. O processo de ensino e aprendizagem da história no espaço escolar precisa considerar que este espaço físico é um espaço de compartilhamento de saberes diversos que precisam ser discutidos, confrontados e é função dos professores encaminhar o processo de aprendizagem de modo a contemplar as distintas realidades e saberes dos estudantes.

A discussão sobre as possibilidades de aprendizagem com o uso de documentos diversos foi contemplada nos trabalhos de Anderson Cleber Loz e Malcon Gustavo Tonini, ambos professores da Educação Básica e mestrandos no Proffhistória em Rede na UDESC. O primeiro apresentou a comunicação intitulada “Vou mudar essa história com o meu boi de mamão”: a canção do grupo Engenho como fonte histórica no ensino de História e discorreu sobre os resultados alcançados em sala de aula com alunos do 1º ano do Ensino Médio na Escola de Educação Básica em São João Batista durante o ano de 2019, quando trabalhou com o tema Cultura Popular das comunidades litorâneas de Santa Catarina e Urbanização e Modernização na região da grande Florianópolis na década de 1970, utilizando canções do grupo Engenho. Já o segundo, em sua comunicação “Memórias da colônia”: História Oral e Ensino de História, aprofundou questões sobre memória e rememoração a partir do desenvolvimento de atividades com a construção de narrativas escritas e imagéticas com os estudantes, fazendo parte de um projeto maior denominado “Memórias da Colônia”, que visa trabalhar o cotidiano e a investigação histórica utilizando a história oral.

Outro tipo de documento que faz parte do tempo presente são aqueles produzidos no ambiente digital, tais como memes, *post* das redes sociais, vídeos postados em canais on-line como Youtube, entre outros. Lilyan Almeida Cordeiro apresentou a pesquisa que desenvolve na UEPG, na qual analisa como os conhecimentos históricos circulam nos debates que ocorrem na rede social *Facebook*. Em sua comunicação intitulada Aspectos da relação entre os indivíduos e os argumentos históricos no facebook- um estudo

de caso (2014-2018), a pesquisadora apresentou a metodologia desenvolvida para a análise das discussões acerca do nazismo e quais as narrativas e discussões que foram acionadas nos debates que foram travados nesta rede social.

A temática dos livros didáticos, que recebe bastante interesse dos pesquisadores/as brasileiros/as, também foi trazida ao ST. A pesquisa de Arrovani Luiz Fonseca, professor na Educação Básica em São Paulo, tem como foco refletir sobre O tempo presente no livro didático de História: uma experiência de pesquisa. Para isso, ele definiu como foco de análise as representações dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em dois livros didáticos de história aprovados nos PNLN de 2015 e de 2018, que foram escritos pelo mesmo autor.

Como os conteúdos referentes ao ensino da história da América Latina são apresentados nos LD foi o tema apresentado pela pesquisadora Anna Luiza Portugal Pereira Gomes, mestranda na UFRRJ, na comunicação intitulada A América Latina silenciada no ensino de História no Brasil, na qual constatou que a presença desses conhecimentos e sua relação com a História do Brasil não foi regular e que normalmente, se inserem como uma temática que complementa a história da modernidade. A pesquisadora aponta a necessidade de repensar qual o espaço e como esta região é vista nos currículos e materiais didáticos brasileiros de modo que se reflita sobre os caminhos para se romper com um ensino de história eurocentrado.

Por fim, um conjunto de pesquisas que têm crescido no campo são aquelas que investigam como os estudantes aprendem e como este aprendizado está vinculado com suas memórias e experiências. Cinco trabalhos apresentados tinham como foco adensar essas reflexões a partir de experiências práticas em sala de aula. Três delas na Educação Básica e duas no Ensino Superior. Lucas Alves da Silva, em sua comunicação Para que serve a História?: percepções de alunos da rede pública de ensino sobre a importância do conteúdo histórico, investigou as percepções de estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental e do 2º ano do Ensino Médio para

entender como eles percebem os conhecimentos históricos que são ensinados e como esses são relacionados com suas experiências e em sua vida prática. Também tendo como tema os jovens estudantes brasileiros e como eles se apropriam dos conhecimentos do tempo presente referentes à história do Brasil foi o trabalho apresentado por Aaron Sena Cerqueira Reis, intitulado *O Brasil do tempo presente sob as narrativas de jovens estudantes*. A pesquisa foi realizada com 127 estudantes de uma escola pública estadual da cidade de São Paulo/SP, que tinham idades entre 14 e 18 anos e que estavam matriculados no 1º ano do Ensino Médio. A partir das análises das narrativas, constatou-se que o tempo presente é marcado pela noção de “crise”, enquanto o passado é marcado por questões referentes à “escravidão”, ao “preconceito”, à “ditadura” e à “corrupção”.

Já Fernando Leocino da Silva, professor no Colégio de Aplicação da UFSC e doutorando na Unicamp, apresentou a comunicação intitulada *Experiências polissêmicas: os cadernos escolares como lugares de memória das aulas de História*, na qual trouxe questões de sua pesquisa de doutorado que analisa cadernos escolares produzidos pelos estudantes durante as suas aulas no Ensino Fundamental, que são vistos como lugares de memórias acerca das aulas de história, dos conhecimentos que foram tema das aulas e das experiências registradas nas narrativas dos estudantes e que estão relacionados presente e passado. A partir destes materiais, é possível discutir sobre o trabalho pedagógico, os processos de aprendizagem, as sensibilidades e a produção de sentido que é mobilizado pelos estudantes.

Os outros dois trabalhos têm como foco a aprendizagem que acontece entre os estudantes do Ensino Superior. Tiago da Silva Coelho apresentou uma discussão a partir de sua experiência como professor no curso de história da UNESC, na qual analisa as produções audiovisuais apresentadas pelos acadêmicos e acadêmicas na disciplina de “Oficina de ensino e pesquisa: história, imagem e som” e no projeto PIBID entre os anos de 2011 e 2018. Constatou que o foco dos estudantes em suas produções relaciona-se com os

temas referentes à memória, patrimônio cultural, visando trabalhar questões sociais que os afetam e/ou possuem relações com outros conhecimentos mobilizados no decorrer do curso.

Luciano de Azambuja trabalha com a disciplina de História da Gastronomia no Curso Técnico em Cozinha no IFSC e desenvolveu uma atividade cujo objetivo era trabalhar com as memórias gustativas dos estudantes. Para isso, solicitou que eles elaborassem uma narrativa falando de sua melhor lembrança gastronômica e relacionassem com o tempo e as situações em que isso aconteceu. A pesquisa possibilitou que fossem trabalhadas noções de memória, identidade e relações familiares e afetivas.

Os trabalhos apresentados no simpósio temático Ensino de História se caracterizam pela diversidade de temas, fontes e reflexões sobre o complexo trabalho de ensinar e aprender história no tempo presente. Constatação semelhante poderá ser feita quando formos observar os trabalhos apresentados nos simpósios das edições anteriores, falaremos um pouco mais sobre isso nas considerações que encerram o presente artigo.

Considerações finais

Depois de mais de um ano trabalhando na modalidade remota e com reuniões, aulas e várias outras atividades sendo realizadas com os recursos vinculados à rede mundial de computadores, participar de eventos que também precisam ser realizados on-line tornou-se extremamente desgastante. Assim, entendemos que muitos colegas têm preferido se ausentar dos eventos, mesmo que a “praticidade” nesta nova modalidade seja maior. Os eventos, que antes eram vistos como um momento de sair da rotina, já que precisavam se deslocar para outros espaços ou cidades, passaram a integrar a rotina de aulas e outras atividades que são feitas de casa. Se, por um lado, esta nova forma possibilita a participação de profissionais que não tinham liberação e nem recursos financeiros para irem nos eventos presenciais, não podemos negar o fato de que o formato on-line é cansativo e inviabiliza as trocas e socializações que aconteciam fora

das salas de aula onde eram apresentados os resultados das pesquisas. Os cafés em grupo e as conversas nos corredores, fundamentais para estabelecer novas parcerias, não podem ser substituídos pelo bate-papo no *chat* das reuniões on-line.

Mesmo diante de um cenário tão complexo, no IV SIHTP foram aprovados 17 trabalhos que foram distribuídos em três tardes de apresentação e debates. Este número foi bem inferior aos eventos anteriores. Por ocasião do I SIHTP, tivemos um simpósio em que foram apresentados 24 trabalhos; em 2014, foram 27 (nessa edição alocados no ST cujo título foi “Usos do Passado no Tempo Presente”). E, em 2017, tivemos o maior número de participantes quando houve a apresentação de 35 trabalhos. A propósito, nessa ocasião, esse número elevado de pessoas inscritas levou a uma subdivisão do ST em duas sessões por dia, mesmo após alguns trabalhos terem sido recusados por não se adequarem aos debates propostos.

Entendemos que um dos aspectos relacionados ao número de inscritos na edição de 2021 deve-se à sobrecarga de trabalho que tem atingido os professores e as professoras da Educação Básica e do Ensino Superior que precisaram se “reinventar” nestes novos tempos. Colocamos a palavra entre aspas para destacar que o termo não representa o que aconteceu nas escolas desde que o mundo foi atingido por uma pandemia. Aprender e refletir sobre sua prática é algo constante no trabalho docente e o que vemos não são professoras/es se reinventando, mas sobrecarregados com as novas demandas e precisando utilizar recursos próprios e o tempo de descanso para conseguir atender suas novas tarefas docentes, a maioria das vezes sem o apoio de seus empregadores, sejam eles públicos, sejam privados.

Ainda em relação ao número de participantes, cabe lembrar que o evento estava previsto para o final de 2020 e isso significou que muitos trabalhos apresentados foram inscritos e selecionados no decorrer do ano de 2020, já em situação de pandemia. A transferência para o primeiro semestre de 2021 e a ampliação do prazo de inscrição não parece ter motivado a apresentação de

comunicações que refletissem sobre o ensino de história no contexto da pandemia. Durante os debates, esta situação foi discutida, mas ainda não temos pesquisas sistematizadas sobre os impactos disso no aprendizado dos estudantes. O que temos ainda são relatos dos professores, dos pais e mães e dos estudantes que sinalizam para as inúmeras dificuldades enfrentadas e os dados de abandono, principalmente dos jovens mais pobres, para quem as escolas eram locais de socialização, abrigo e de aprendizagem. Podemos inferir que, em um próximo simpósio temático, as questões relativas à pandemia devem surgir como tema de pesquisa.

Em relação à temática dos trabalhos como indicado no item anterior, foi possível perceber uma discussão diversificada e constituída a partir de questões que nascem no chão da escola e através das experiências de ensino e aprendizado de História. E são pesquisas sobre ensino de História que se voltam para o presente no sentido de refletir sobre o mesmo e sobre temas do passado que reverberam no presente.

Em texto em que se discutem História do Tempo Presente e ensino de História, Lucília Delgado e Marieta de Moraes Ferreira concluem que há grande potencialidade no uso da HTP em aulas de história. Entre as questões pertinentes, lembram que a História do Tempo Presente em aulas de História pode suscitar discussões sobre as múltiplas temporalidades que envolvem o conhecimento histórico e; que a HTP é um caminho para lidar com a memória e ainda uma ferramenta para auxiliar professores/as na tarefa de desenvolver a crítica entre o grupo de estudantes.¹¹ Acompanhando essa discussão, podemos também associar a categoria como potente para a pesquisa em ensino de História. Como mencionado anteriormente, os trabalhos apresentados no ST partem de observações que emergem no presente e buscam discutir questões diversas sobre temáticas que têm se manifestado há muito tempo no espaço escolar. Exemplo disso são os trabalhos que discutem currículos e sua aplicação, os livros didáticos e aquelas questões que

¹¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 31, 2013.

dizem respeito à formação docente. Ou ainda aqueles que trazem os desafios “mais atuais”, como os chamados temas sensíveis, às questões de gênero e os desafios para implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08.¹² Outro elemento que pode ser mencionado como relevante nessa relação entre HTP e pesquisas sobre Ensino de História é o processo de produção das fontes de pesquisa, que têm sido produzidas no correr do processo e a partir do olhar desses/as profissionais que têm alinhado ensino e pesquisa cotidianamente, se constituindo como elementos ímpares para pensar em seu ofício e no processo de aprendizado de seus/suas estudantes.

A História do Tempo Presente como objeto ou campo de estudos tem sido alvo de muitos debates historiográficos. Incertezas, desconfiança e mesmo preconceito marcaram tais discussões. De modo geral, desconfiava-se da ideia de que pudesse ser válido um estudo sobre um passado recente ou ainda em curso. Não são questões plenamente resolvidas. Por isso, cabe reforçar os compromissos da HTP como prática historiográfica legítima e absolutamente comprometida com os rigores da História. Como nos lembra Christian Delacroix “A HTP estaria então em um lugar privilegiado [...] mas de modo nenhum fora do ordinário do fazer da História”.¹³ E por que privilégio? Entre muitos aspectos, pela possibilidade de colocar sobre o estudo do passado um olhar construído no presente, pela construção de narrativas “provisórias”, pelo espaço dado aos testemunhos do presente, por mover-se nas múltiplas temporalidades, entre outras questões.¹⁴

Seja apontando temas, seja construindo fontes, seja ampliando as já existentes ou estabelecendo relações com nossa forma de lidar e estudar o passado, os trabalhos apresentados no ST nos servem de modelo para pensar como podemos empreender estudos

12 Cf. BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003... Op. cit.; Idem. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008*. Brasília: Poder Legislativo, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

13 DELACROIX, Christian. *A História do Tempo Presente, uma história realmente como as outras? Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23. p. 73, 2018.

14 Cf. *Ibidem*; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente e ensino de História... Op. cit.*

que estabeleçam encontros entre a HTP e o Ensino de História. Importante dizer que a categoria não é utilizada em todos os trabalhos apresentados e que não havia uma obrigatoriedade de seu uso para o “aceite” no ST. Assim, o que fazemos aqui é apresentar um estudo que buscou perceber as potencialidades da HTP a partir dos temas desse conjunto de trabalhos. Entendemos que, ao projetá-las, estamos provocando um movimento que pode ou não acontecer a partir dos interesses de cada pesquisador/a. E é nesse movimento de provocação que encerramos este artigo. Ou ainda que o deixamos em compasso de espera. Considerando que nenhuma discussão de fato se encerra, finalizamos a escrita com o projeto de refletir sobre os novos encontros que acontecerão nos futuros STs, nas futuras edições do Seminário Internacional de História do Tempo Presente.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Brasília: Poder Legislativo, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008*. Brasília: Poder Legislativo, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014*. Brasília: Poder Legislativo, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 28 abr. 2014.

CONSELHO Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 17 de Junho de 2004*. Brasília: Ministério da Educação, 17 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

CONSELHO Nacional de Educação. *Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Brasília: Ministério da Educação, 20 dez. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 abr. 2019.

CONSELHO Nacional de Educação. *Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Brasília: Ministério da Educação, 22 dez. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

COSTA, Aryana Lima; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil: no aniversário de 50 anos de uma área de pesquisa, notícias do virá. Saeculum. *Revista de História*, n. 16. p. 147-160, 2007.

DELACROIX, Christian. A História do Tempo Presente, uma história realmente como as outras? *Tempo & Argumento*, v. 10, n. 23. p. 39-79, 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. Um balanço dos dez anos de Encontros Nacionais de Pesquisadores na área de ensino de História. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). *Dez anos de pesquisas em Ensino de História*. Londrina: AtritoArt, 2005.

PACHECO, Ricardo de Aguiar; ROCHA, HELENICE. Quando o ensino vira tema de pesquisa: o ensino de História na Pós-Graduação em História. *Anos 90*, v. 23, n. 44, p. 51-83, 2016.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

ZAMBONI, Ernesta. Encontros Nacionais de pesquisadores de História. Perspectivas. In: ARIAS NETO, José Miguel (org.). *Dez anos de pesquisas em Ensino de História*. Londrina: ArtitoArt, 2005.



Rebeldes e inconformistas

histórias e memórias de resistência

Emerson César de Campos

Mariana Mastrangelo

Este texto foi pensado e desenhado a partir do último congresso presencial (México, 2019) do Grupo de Trabalho “Esquerdas, práxis e transformação social” da CLACSO. Participamos, juntamente com Luís Felipe Falcão, de um dos tantos encontros que, ao longo dos anos, compartilhamos como membros do grupo de pesquisa sobre as esquerdas, a cultura e os trabalhadores na América Latina. Esse congresso intitulou-se “Rebeldes e heterodoxos: passado e presente das esquerdas na América Latina”. Seguindo com esta linha de análise, propusemos, juntamente com Luís Felipe, a possibilidade de seguir debatendo sobre os temas que se apresentaram nessa oportunidade em dois futuros encontros: um no IV Seminário de História do Tempo Presente organizado na UDESC, e outro no XIV Encontro Nacional e VIII Congresso Internacional de História Oral da República Argentina, que se realizaria em Rosário, em 2020.

Dali surgiu o simpósio “Rebeldes e inconformistas: Histórias e memórias de resistência”. Este encontro na UDESC ia realizar-se no mês de março de 2020, contudo, alguns meses antes, um vírus chamado covid-19 espalhou-se pelo mundo e chegou à América Latina. Nesse novo contexto de pandemia

mundial, este seminário foi adiado por tempo indeterminado. Também, Luís Felipe adoeceu e, em menos de um mês, nos deixou. Sua partida segue sendo, ainda hoje, um trago amargo que não podemos digerir.

Perto do final de 2020, os organizadores do evento nos perguntaram se continuaríamos com nosso simpósio, já que o mesmo ocorreria de maneira virtual em março de 2021. Nessa oportunidade, Emerson César de Campos, amigo e companheiro de trabalho de Luís Felipe, me propôs a possibilidade de continuar o evento e concordamos em fazê-lo. Um pouco para manter viva a memória de nosso colega comum, mas também pela quantidade de apresentações (pesquisas) que havíamos recebido.

Assim, nos dias 17, 18 e 19 de março, ocorreu o IV Seminário de História do Tempo Presente em homenagem a Luís Felipe, um dos propulsores dessa linha de análise na UDESC e organizador histórico desse congresso. Nosso simpósio reuniu mais de vinte expositores, que apresentaram diversos temas e linhas de investigação, como memória, resistência, feminismo, partidos de esquerda, cultura de esquerda, manifestações culturais, que cobriram uma ampla temporalidade, abarcando desde o início do século XX, até os últimos anos do século XXI.

O processo de renovação do campo historiográfico muito interessa aos envolvidos na escrita deste texto, e mais ainda ao programa de Pós-Graduação que organizou o evento citado, cuja área de concentração é História do Tempo Presente. Assim, intuímos temas e problematizações que pulsam forte e estão na ordem do dia entre historiadoras e historiadores do contemporâneo, de e do nosso tempo presente. Tomamos emprestado de Giorgio Agamben, filósofo italiano, a seguinte ideia sobre o contemporâneo e tempo presente:

o contemporâneo não é apenas aquele que percebe o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com outros tempos, de nele ler de modo

inédito a história, de 'citá-la' de uma necessidade que não provém de maneira nenhuma de seu arbítrio, mas de uma exigência a qual ele não pode responder.¹

A história como campo disciplinar constituído por dispositivos² legitimados por um corpo de especialistas pode contribuir, como bem assinalou Lucien Febvre, para um aprendizado de sutilezas.³ Assim, seus domínios e abordagens são capazes não apenas de assegurar uma compreensão mais elaborada e problematizadora da realidade, como também de ampliar as escolhas disponíveis para os rumos que se quer imprimir. Logo, longe de uma lição a ser repetida a cada dia, de uma fé a ser processada com reverência, ou de uma missão a ser cumprida devotamente ao longo da vida, ela contém o potencial de criar e recriar vínculos entre passado, presente e futuro.⁴

Seguindo essa ideia, concentramos esforços para apresentar uma concepção de história em que seja possível enunciar que, primeiro, o mundo nem sempre foi como o conhecemos, com suas divisões econômicas, políticas e socioculturais vincando todos os âmbitos da experiência social. De tal sorte que a aproximação dos indivíduos ou dos países, proporcionada pela rapidez dos transportes ou pela magnitude dos fluxos de dados fomentada pelas novas tecnologias contrasta com as barreiras e fronteiras erigidas para mantê-los apartados de modo quase intransponível. Segundo, não se deve considerar que nossas vidas tivessem que fatalmente ter tomado o rumo ou o formato que acabaram seguindo e consumando. Ainda que algumas condições históricas constriam nossas possibilidades ou ainda que linhagens e parentescos sejam forças concretas a

1 AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009, p. 23.

2 Felipe sempre se colocou fortemente contrário a categorizações profissionais que, em nosso jargão, dizem: "Fulano é marxista", "Sicrano é weberiano", e assim por diante. Apesar disso, sempre admitiu a forte influência que teve a filosofia na sua formação, e nela, em particular, os ditos e escritos de Michel Foucault (1926-1984).

3 FEBVRE, Lucien. Face ao vento: manifesto dos anais novos. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERNANDES, Florestan. *Lucien Febvre: História*. São Paulo: Ática, 1978, p. 181.

4 Cf. HARTOG, François. *Regimes d'historicité: presentisme et expérience du temps*. Paris: Seuil: 2003.

balizar-nos, o trajeto que adotamos e as feições de nossa história realizam-se precisamente por meio da quebra e do interpolar de tempos, como referido por Agamben. Sutura alguma consegue anular, encobrir ou reduzir a novidade da invenção e da singularidade. Terceiro, por razões que decorrem do que já foi mencionado anteriormente, nada indica que qualquer percurso ulterior possa ser antevisto com precisão nos traços e sinais que a atualidade esculpe a todo instante, uma vez que nenhuma genealogia assegura que algo virá a se tornar perene. Pelo contrário, a certeza ou a garantia contra o aniquilamento e a extinção não fazem parte dos ensinamentos que se pode extrair da História.

Trata-se, a bem dizer, de uma história que recusa as progressões lineares, aquelas que têm a aparência de se locomover no interior de um tempo vazio e homogêneo, guiadas por um *telos* que conspira e oprime a imprecisão de nossas vidas.⁵ Pelo contrário, é produzida de tal modo que se torna ciente de que a presunção de coincidir sua narrativa com a plenitude de um acontecimento qualquer jamais será satisfeita. Por fim, mas não menos relevante, que os efeitos de verdade postos em circulação são produzidos neste mundo, numa determinada época e lugar e em conformidade com regras ímpares. Resulta desse esforço uma história versátil o suficiente para se debruçar sobre os mais variados temas, aproveitando para tanto diferentes abordagens e descortinando múltiplos problemas com base nas interpretações que enseja.⁶

Esta diversidade de problemas de pesquisa e abordagens metodológicas pode ser apreciada nos distintos temas apresentados no simpósio. Um primeiro grupo de pesquisas pode ser enquadrado dentro da categoria: “memórias de resistências”. Dentro deste cruzamento de conceitos entre memória e resistência, entendemos que as distintas formas de luta se manifestam de forma direta ou

5 BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 229.

6 FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 12.

indireta, e esta perdura no tempo através da memória, como uma maneira de não cair no esquecimento, às vezes convertendo-se em uma tradição que se transmite de geração em geração e, sobretudo, na ação prática de resistir à opressão.

Nesse sentido, o trabalho de Cadídja Assis Pinto, intitulado "A libertação do território nacional argelino inaugura o reino incondicional da justiça: a Revolução Argelina em Frantz Fanon (1950-1960)", aborda a obra de Frantz Fanon concernente às experiências da Revolução Argelina, enfatizando a possibilidade de uma nova vida que nasce com a dissolução do colonialismo. A Revolução Argelina, como o cenário de constituição desta nova humanidade, surge de uma práxis revolucionária, na relação dialética entre a prática e a teoria, uma revolução que teve lugar em todos os níveis de ação, desde o cotidiano até o intelectual. Por isso, a autora reflete em sua apresentação sobre o potencial que a experiência histórica argelina ofereceu e, para isso, vale-se da obra de Fanon tanto para os movimentos independentistas, como para pensar na realidade atual do continente africano. A autora desvela ainda caminhos para uma nova humanidade, possibilitada por uma práxis revolucionária na dialética relação entre prática e teoria, partindo da realidade argelina sentida e pensada por Franz Fanon e diretamente relacionada à complexa densidade cotidiana na qual se inseriu aquele intelectual.

Por sua vez, George Zeidan Araújo, em sua pesquisa "Antifascismo e Tempo Presente: Histórias, Memórias e Resistências", busca as origens do antifascismo em contraposição aos movimentos fascistas. O autor sustenta que algumas pessoas consideram-no "recente" devido à sua maior visibilidade na atualidade, mas que devemos lembrar que o movimento antifascista tem uma história longa, rica e diversa. A recente e esperada agudização de movimentos políticos de face ou escopo autoritários, fascistas ou fascizantes, vinculados à extrema direita e/ou à *Alt-Right*, tem provocado polarizações e recrudescido a atuação de movimentos resistentes e resilientes a processos da dimensão e natureza citados. Tais movimentos de resistência, situados em

campo político contrário à extrema-direita, se autoidentificam antifascistas. Claro está que, embora entendido como recente (e de fato o é, em sua expressão no século XXI), o chamado movimento antifascista possui uma longa, complexa e diversificada historicidade. Assim, o objetivo desta apresentação é apontar as origens do antifascismo, sua trajetória histórica, as formas em que mobiliza sua memória de militância política e suas formas de inserção no movimento operário-social contemporâneo.

Ainda nesse sentido, de uma *Alt-Right*, o texto resumido de Emerson César de Campos indica alguns caminhos possíveis para se pensar na constituição de comunidade brasileira nos Estados Unidos, integrada a inserção do Brasil entre países emigratórios, e as dificuldades de brasileiras e brasileiros que se agudizaram desde a queda das torres gêmeas em 2001, e mais ainda durante o governo de Donald Trump (2017-2021) nos Estados Unidos. Conectados às manifestações da *Alt-Right*, movimentos antimigratórios dificultam sobremaneira as experiências vividas e experimentadas pelos emigrantes. Por último, mantendo o sentido do citado escrito, fica marcada a necessidade de uma maior visibilidade aos estudos sobre as migrações contemporâneas, especialmente no que encerram de caráter comunitário e da construção de territórios da cultura brasileira em perspectiva transnacional e ainda a própria ideia de decolonidade.

Seguindo com a análise dos movimentos de resistência, a pesquisa de Rodrigo de Moraes Guerra, “Somos a dignidade rebelde: a Marcha del Color de la Tierra e a resistência zapatista frente ao colonialismo interno mexicano”, estuda, a partir do enfoque dos Estudos Coloniais, o movimento neozapatista surgido no México no ano de 1994. Em particular, centra-se na grande mobilização em defesa da dignidade indígena: a Marcha del Color de la Tierra. O trabalho tem como objetivo compreender os processos sociais que culminaram na insurgência zapatista e, em consequência, à marcha, assim como observar as histórias e disputas por trás dessa manifestação, escolhida para ter lugar em uma data simbólica de comemoração nacional. Na realidade, defende

o autor, a Marcha del Color de la Tierra pode ser considerada como um movimento importante que desafia a memória histórica hegemônica colonial construída no México moderno, assim como um espaço de disputas políticas e narrativas constitutivas contrárias ao colonialismo interno que aflige povos indígenas, camponeses e minorias.

Por sua vez, o estudo de Juliano Cabral Pereira, “Estudar, ensinar e resistir: estudantes e professores universitários frente à ditadura militar em Florianópolis”, analisa o processo de resistência de professores e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, que resistiram aos atos repressivos da ditadura militar de 1964. O objetivo do autor é determinar suas formas de organizar-se, suas estratégias de luta, suas reações às ações repressivas e ressaltar os laços de solidariedade que os uniram na luta contra o regime. Para a abordagem metodológica, foram consultados documentos da Secretaria de Segurança e Informação (SSI) de Santa Catarina, processos da Comissão de Indenização a ex-Presos Políticos do Estado e, principalmente, entrevistas proporcionadas à Comissão de Memória e Verdade da UFSC. Devido ao fato de constituírem narrativas de memória, estes testemunhos orais permitem, segundo o autor, não apenas a investigação sobre os acontecimentos das décadas de 1960 e 1970, mas também a percepção de como os traços autoritários desse período permanecem na vida dos entrevistados na atualidade.

A pesquisa de Darlise Gonçalves de Gonçalves, “Memórias da travessia: Um relato de resistência e solidariedade na fronteira Jaguarão”, reflete sobre o papel que tiveram as redes de mobilidade ativas na cidade fronteira de Jaguarão-RS dentro da ampla agenda de resistência ao regime ditatorial civil-militar estabelecido em 1964, no Brasil. Estes grupos foram responsáveis por ajudar no cruzamento da fronteira para o Uruguai daqueles perseguidos políticos que foram obrigados a exilar-se. A autora sustenta que tal cruzamento vai mais além de uma transposição de fronteiras geopolíticas, é o resultado de uma ampla rede de conexões entre diferentes setores da sociedade, que vão desde a organização

nacional do grupo político que organiza a rota (onde se destaca a participação do Partido Comunista Brasileiro), até simpatizantes que não estavam diretamente envolvidos com a resistência, mas que simpatizavam com a causa. Através de entrevistas orais e a imprensa local, buscou-se estabelecer particularidades que afetaram direta ou indiretamente a configuração e modos de ação das redes de mobilidade. O trabalho destaca também a importância destas redes solidárias não só a nível local, mas também nacional, internacional e transnacional.

O trabalho de Matheus Moreto Guisso Rodrigues, "Ocupar e resistir: uma análise sobre a participação das escolas públicas em Londrina", estuda as ocupações dos colégios públicos da cidade de Londrina-PR, em outubro de 2016. O autor estabelece um diálogo teórico e metodológico com temas da história do presente, a história oral e a memória. Para este fim, analisa as reivindicações dos alunos de colégios públicos, além dos debates em torno das práticas adotadas, já que o ato de ocupação não só paralisou as atividades regulares, mas, sobretudo, estabeleceu os principais debates sobre os direitos e deveres de quem permanecia dentro das escolas. O evento, que começou com ocupações pontuais, rapidamente ganhou visibilidade, chamando a atenção dos meios de comunicação sobre o tema da educação pública no país. A experiência é comparada com outras ocorridas na América Latina, como a do Chile, no ano de 2006.

Por sua vez, André Procópio Gomes, em "Língua, resistência e identidade: o uso do alemão nas décadas de 1950 e 1960 na região de Blumenau-SC", analisa a Campanha de Nacionalização (1938-1946), já que este é um episódio que persiste na memória das populações nas regiões afetadas por essa política pública, destinada a silenciar línguas de origem europeia distintas do português. O autor sustenta que, para a população de origem alemã e seus descendentes, a língua foi um dos pilares principais da identidade e da definição étnica. Com o final da Campanha e a Segunda Guerra Mundial, houve algumas tentativas e estratégias destinadas a retomar o idioma alemão, especialmente através de práticas escolares. Dado

que as escolas de idiomas estrangeiros têm sua atividade restringida no Brasil, qualquer retomada das escolas alemãs nas regiões que ocupavam anteriormente foi proibida. Portanto, outros caminhos menos formais (como o teatro, a imprensa, a literatura, o cinema e a oralidade) foram utilizados como modos de resistência dessas populações de origem imigrante. Resultado de sua tese de doutorado (UDESC, 2021), as discussões apresentadas por André Procópio Gomes incitam a elaboração de narrativas contraídas a partir da tensa e necessária relação Memória e História. Assim, o autor historiciza a prática da língua alemã e problematiza a formalização de uma historiografia sobre a cidade e o turismo que se apropria de um passado redentor, na reificação de um Tempo Presente supostamente mais sólido, mesmo que confrontado com a plasticidade e elasticidade de sentidos que constroem o contemporâneo. Tradicionalmente, a narrativa consolidada em torno de Blumenau é de que, devido à nacionalização, a cidade esqueceu que era alemã para novamente abraçar este traço identitário germânico com seus investimentos turísticos durante a década de 1970. Lugar marcado por uma intensa relação com o passado, o texto apresentado analisa uma Blumenau inserida nas dinâmicas em torno do Tempo Presente.

Por último, dentro dessas categorias, encontra-se o trabalho de Antônio Augusto Zanoni, intitulado "O mangá moderno e as narrativas do pós-guerra: entre História e Memória". A partir da análise de uma fonte não convencional, o autor analisa um mangá histórico que traz novas narrativas sobre a Segunda Guerra Mundial e pretende demonstrar o poder destes relatos de memória sobre o evento, assim como os deslocamentos ou continuidades do tema do belicismo em mangás dos anos 1970 a 2010. Para atingir este objetivo, nos diz o autor, é necessário problematizar o mangá como objeto de memória. Levando em conta que a memória é um campo que está construído com o da História, utilizando as narrativas do mangá, pode-se perceber o silêncio que permanece sobre as atrocidades da Segunda Guerra Mundial, os discursos de poder das ideologias que prevalecem no período, o imaginário, além

das identidades tanto individuais como coletivas. As lembranças dos envolvidos na guerra convertem-se, então, em fontes não apenas de memória, mas também de história enquanto completam narrativas de temas subalternizados. Com o fim de levar a cabo uma pesquisa que tem influência da obra de Walter Benjamin, através de um *patchwork* construído a partir de fontes de ex-soldados que se converteram em mangakás (escritores de mangá), assim como crianças vivas da época, ou autores que se basearam em outros temas ou fontes para montar uma narrativa dos setores subalternos sobre este evento traumático que produziu feridas mnemotécnicas.

Outra dimensão que se vincula às de memória e resistência é a de cultura política e esquerda. Aqui podemos citar o trabalho de Nayla Pis Diez, que se intitula “Juventud y política en los sesentas globales: el 68/69 desde las experiencias y lecturas del movimiento estudiantil argentino”. Nesse trabalho, a autora se propõe a reconstruir o momento 1968/1969 e; analisa pontualmente como a conjuntura destes anos impactou nos discursos e nas ações do movimento estudantil da Universidad de la Plata, a segunda mais importante da Argentina. Pis Diez parte de algumas questões para estruturar sua análise: o que aconteceu com os discursos estudantis? Como esses acontecimentos foram recebidos? Como o foram, por aqueles que partiam de uma posição de esquerda, ou ao contrário, de uma de direita? Que impacto “local” tiveram e como nos ajudam a compreender melhor os processos de politização, justamente, “locais”? Além disso, realiza-se uma abordagem dos debates e das leituras geradas a respeito desse contexto: que análise, que teorias foram esboçadas para tentar compreender e projetar esses movimentos? Como foi analisado no momento o referido ativismo global? Que redes de solidariedade foram tecidas? Que debates existiam a respeito dessas leituras e memórias?

Em sentido muito próximo ou similar, apresenta-se o estudo de Antônio Cleber Rudy, “Anarquismo e Contracultura: reflexões sobre o movimento libertário brasileiro em tempos de transição política (1977-1988)”. O autor trabalha, na década de 1970, ainda na ditadura civil-militar, os projetos anarquistas que ressurgiram

nessa época e lograram canalizar parte de sua propaganda ideológica em defesa da liberdade e contra o autoritarismo através da criação de uma série de publicações, como o jornal *O Inimigo do Rei*, criado em Salvador, Bahia. Este jornal, que circulou a partir de outubro de 1977, marcou uma trajetória de vinte e dois temas publicados, cujas demandas eram mistas, próprias da contracultura (ecologia, defesa do aborto, liberação sexual, etc.) com perspectivas anarquistas, que enfatizavam a defesa da autogestão como eixo para a organização do movimento estudantil e do movimento operário no Brasil. Clever Rudy sustenta que, no Brasil, a década de 1980 esteve marcada por uma difusão expressiva de ideias libertárias com a publicação de obras de pensamento clássico anarquista, ou com a produção de obras acadêmicas sobre o movimento anarquista brasileiro.

Enquanto isso, a pesquisa de Maurílio Barreto de Araújo, – intitulada "Extratos temporais de um partido: História Oral dos fundadores do PT", – aborda as origens e formação do PT a partir da subjetividade que nos brinda a História Oral. Realiza a pesquisa a partir de 17 entrevistas realizadas com fundadores do PT, procedentes dos mais diferentes matizes sociais (sindicatos, movimentos sociais, igreja, luta estudantil e armada) e que tiveram participação na luta contra o regime imposto pela ditadura militar. O autor utiliza-se do termo "fundadores" para efeitos de sua pesquisa, já que considera que o foram todos os militantes que contribuíram de alguma maneira para a criação do partido em seus primeiros anos de vida. Todas estas entrevistas (devidamente autorizadas) estão disponíveis na íntegra em um canal de Youtube, dialogando, assim, com o conceito de História Pública. Uma das possibilidades de trabalhar a relação temporal nessas entrevistas é a de apresentar um espaço de experiência ideológica vivenciado e narrado por estes fundadores, já que os militantes que entraram em um novo partido de massas, fundado há 40 anos, contrastam suas expectativas daquele tempo com a forma pela qual veem o PT hoje em dia. Este exercício permitiria, segundo Barreto de Araújo, identificar possíveis mudanças na visão de mundo e no comportamento dos entrevistados, baseadas na construção tanto da

memória do partido, como de seus próprios militantes fundadores. Outra possibilidade seria traçar o horizonte de expectativas destes fundadores quando se pergunta a eles como a identidade ideológica socialista (predominante no PT) projeta-se no futuro e como poderia tornar-se hegemônica na sociedade.

Encerra este grupo de pesquisas a análise de Fabiano García, intitulada "No arrabalde das letras: legados políticos e engajamento intelectual no 1º Congresso Brasileiro de Contistas (1956)", que estuda o 1º Congresso Brasileiro de Contistas no ano de 1956, que reuniu, em São Paulo, escritores de distintos lugares do Brasil. Em um primeiro momento, pretendiam debater e defender o conto como "uma forma literária séria, independente, capaz e eficiente", destacando como "uma das principais tendências da nova geração de escritores brasileiros". No final do evento, contudo, em sua "Declaração de Princípios", além de questões estéticas e profissionais, os congressistas também afirmaram que defendiam "a completa liberdade de expressão contra qualquer tentativa de restringi-la", emitindo seu protesto "contra todas as formas de colonialismo" e "recusa a todas as formas de intolerância política, racial ou religiosa". Assim, nesse trabalho, García analisa os matizes desse evento, elegendo como fonte alguns textos publicados na imprensa, colunas literárias e cadernos culturais da época com o objetivo de destacar parte das mobilizações intelectuais em torno das agendas políticas no contexto do pós-guerra no Brasil, especialmente as publicadas no campo literário. Nesse sentido, faz-se um diálogo com alguns documentos acadêmicos que tomou por objeto o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, celebrado em 1945, com o fim de traçar possíveis paralelismos ou ressaltar as particularidades mais claras entre um evento e outro.

Outra categoria que percorre as pesquisas do encontro é a do feminismo, vinculada também às ideias de cultura política e esquerda. Sob estas linhas interpretativas, encontra-se o estudo de Daniela Chain Vieira, "Diálogos entre o feminismo e o marxismo nas páginas da imprensa alternativa brasileira (1975-1980)". A autora propõe-se a analisar os diálogos entre o feminismo e o

marxismo a partir do estudo das páginas dos periódicos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, representantes da imprensa alternativa durante a ditadura militar. Os jornais feministas foram produzidos por grupos de mulheres militantes que formavam (ou haviam integrado) os diversos grupos de esquerda que trabalhavam na sociedade brasileira, muitas delas tendo participado da luta armada nos anos anteriores. Isso impactou fortemente, nos diz Chain Vieira, na caracterização da ideia de feminismo da época. Pode-se percebê-lo nos editoriais e nos artigos das páginas das duas publicações. Os principais temas que abordavam era o mundo do trabalho e as mulheres trabalhadoras (sobretudo interpela as mulheres negras). Assim, os conteúdos destacados abordavam as questões das mulheres trabalhadoras no campo, os serviços, e também o trabalho doméstico e as questões relacionadas à reprodução social. Além das lutas sociais mais amplas que cruzaram a sociedade, estão presentes temas como as lutas contra a falta de trabalho, a opressão dos povos marginalizados, os direitos políticos e os serviços públicos e a campanha pela anistia.

A pesquisa de Geovana Betu, denominada “Mulheres no Crime: rompendo com o patriarcado (1935-1983)”, analisa casos penais que têm mulheres como acusadas. Esse estudo baseou-se na dissertação: “Mulheres no crime: ações e reações no Distrito de Mazo/PR (1935-1995)”. O objetivo do trabalho é entender as motivações e romper com possíveis estereótipos, como os comentários de que as mulheres seriam incapazes de cometer violência. Na pesquisa, pôde-se observar que as mulheres são capazes de cometer atos de violência, motivados pelo álcool, por exemplo, como também para proteger sua honra e família. Além disso, a autora demonstra que as justificações apresentadas por homens e mulheres ao cometerem crimes são similares, especialmente no que diz respeito à honra. Atuar na defesa da honra era algo comum nesse momento, já que era o principal adjetivo para qualificar uma pessoa. Ao ser uma parte essencial do capital simbólico da família, deve ser o mais protegido e preservado. A honra da mulher estava vinculada ao papel de boa filha, esposa e mãe. A mulher não devia

deixar-se levar pelos prazeres da vida, assumindo e cumprindo sua função. Nos processos, encontram-se mulheres que eram resistentes ao sistema patriarcal e que buscavam ser visibilizadas na sociedade de uma maneira pouco convencional. Mulheres que, à sua maneira, inclusive afastadas dos movimentos feministas, eram resistentes e lutavam pela igualdade.

Refinamento, o estudo de Talita Von Gilsa, intitulado “Narrativas sobre Maria Madalena: considerações a partir da produção cinematográfica de 2018”, analisa o filme *María Magdalena* (2018) da Universal Pictures, onde se observa uma narrativa distinta sobre esta personagem. Como sugere a autora, *María Magdalena* já não é uma prostituta, ou mulher perseguida por adultério, mas apenas uma aldeã que rechaça um casamento arranjado e sai de casa para acompanhar um profeta. Dado que este filme é objeto dessa obra, pode-se identificar nos discursos de seus produtores a necessidade de reparar o mal-entendido em relação à personagem, apresentando “a história de *María Magdalena* que nunca foi contada”, nas palavras do diretor Garth Davis. Nesse trabalho, Von Gilsa propõe-se a identificar algumas disputas narrativas em torno do filme, quais discursos são mobilizados; e quais os elementos do presente são observados na produção. Para tal, a autora utiliza a narrativa cinematográfica e a contrasta com outras fontes, como vídeos, jornais, revistas, blogs especializados. Como resultado, a autora quer problematizar em que medida o filme *María Magdalena* (2018) simboliza a resistência às narrativas tradicionais sobre a personagem. Como também, se a produção cinematográfica gera as condições para a existência de um protagonismo feminino dentro das narrativas religiosas.

A construção desse texto se realizou a partir de uma articulação das apresentações realizadas e das discussões efetivadas, buscando sempre uma ancoragem nas metodologias que suportam a problematização da História do Tempo Presente, e dessa forma, como o estudo do tempo histórico vivido por mulheres e homens nos séculos XX e XXI. Trata-se de um texto conduzido em função das problemáticas que apresenta e que colocam em evidência as

contribuições da História do Tempo Presente intimamente ligada às experiências sociais vividas e ainda os próprios movimentos historiográficos das últimas duas décadas. Foi nesse sentido que as apresentações produzidas: difusão midiática (a imprensa), a mobilidade de populações (a imigração), os rearranjos provocados nas culturas políticas, a valorização da memória enquanto potência e também limitação do alcance das narrativas históricas pretendidas em seu alcance, por fim, se colocaram e apresentaram sentidos.

Referência

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

FEBVRE, Lucien. Face ao vento: manifesto dos anais novos. In: MOTA, Carlos Guilherme; FERNANDES, Florestan. *Lucien Febvre: História.* São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1985.

HARTOG, François. *Regimes d'historicité: presentisme et experience du temps.* Paris: Seuil: 2003.



Narrativas históricas indígenas, africanas e afrodiáspóricas

questões e perspectivas da História do Tempo Presente

Cláudia Mortari
Fernanda Oliveira
Luísa Tombini Wittmann

Mas justamente, se desvio os olhos do homem para contemplar as nações, constato que também aqui o perigo é grande; que a empresa colonial é, para o mundo moderno [...]: preparador do Desastre e precursor da Catástrofe. Pois então? Os índios massacrados, o mundo muçulmano esvaziado de si próprio, o mundo chinês maculado e desnaturado durante um bom século; o mundo negro desqualificado; vozes imensas extintas para todo o sempre; lares desfeitos; todo este esfrangalhamento, todo este desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo e credes que isto se paga? A verdade é que a perda da própria Europa está inscrita nesta política e que a Europa, se não se acautela, perecerá do vazio que criou à sua volta.¹

O passado assombra o presente dos injustiçados da história e nos chama à responsabilidade. A concretude de um passado que não passa é evidente na vida cotidiana de milhões de pessoas africanas, afrodiáspóricas e indígenas pelo mundo. O tempo é, de fato, irrevogável. O historiador belga Berber Bevernage nos

1 CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 58.

provoca ao afirmar que o conceito de tempo histórico acionado pelos historiadores tem mais em comum com a perspectiva dos perpetradores do que com a de suas vítimas.² Por sua vez, Achille Mbembe, intelectual de origem camaronesa, aponta que a descolonização, ao transformar-se em conceito de juristas e historiadores, designada apenas como a transferência de poder das metrópoles para as antigas colônias, acabou por perder seu teor incendiário e revolucionário de reconquista da vida, marca de sua origem nas lutas empreendidas pelos condenados da terra, nos dizeres do psiquiatra e filósofo político martinicano Frantz Fanon.³ Em outras palavras, pensamos que os autores contribuem para questionar como a constituição de conceitos e uma dada escrita da história, que ignora e invisibiliza⁴ conhecimentos, narrativas e experiências de grupos e pessoas racializadas alvos das violências dos colonialismos históricos e das colonialidades vigentes se constituem em perspectivas provinciais, embora se outorguem à universalidade⁵.

Nesse sentido, consideramos que os traumas históricos fulcrais para estas populações se dão na modernidade, especificamente na invasão dos europeus à América, ou

2 BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Serra: Milfontes, 2018, p. 23.

3 MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014, p. 49; Cf. FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

4 O conceito de invisibilidade, inspirado na obra de Ellison, remete à ideia de que determinadas pessoas, apesar de existirem de fato, são tidas como não existentes. Nas palavras do autor: “sou invisível – compreende? – simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver. Como cabeças sem corpo que algumas vezes são vistas em atrações de circo, é como se eu estivesse cercado daqueles espelhos de vidro que deformam a imagem. Quando se aproximam de mim, só enxergam o que me circunda, a si próprios ou o que imaginam ver – na verdade, tudo, menos eu. [...] A invisibilidade a que me refiro decorre de uma disposição peculiar dos olhos daqueles com quem entro em contato. Uma questão de construção de sua visão interior, aqueles olhos com os quais olham a realidade através dos olhos físicos”. ELLISON, Ralph. *O homem invisível*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013, p. 25.

5 “O chamado universalismo abstrato é um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado, desinteressado e sem pertencimento a qualquer localização geopolítica”. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 13.

melhor, “destruimento” de Abya Yala⁶, no tráfico atlântico de pessoas que foram escravizadas provenientes das Áfricas⁷ e nos colonialismos do século XX. Embora estes tenham se fundado em contextos históricos específicos, é fundamental ressaltar que a colonialidade do poder, do ser, do saber, do gênero e da natureza permanece enquanto projeto global⁸. Colonialidades expressas nas práticas da necropolítica,⁹ dos epistemicídios,¹⁰ afinal, como nos provoca o intelectual negro martinicano Aimé Césaire, “o ocidente inventou a ciência [...] só o Ocidente sabe pensar” e dos etnocídios.¹¹ Portanto, se historicamente estas pessoas foram escravizadas e mortas, seus descendentes vivenciam as

6 Abya Yala significa terra madura, viva ou em florescimento, na língua do povo Kuna, originário do norte da Colômbia e morador da costa caribenha do Panamá. Atualmente, o termo é utilizado por povos originários como sinônimo de América, em detrimento do nome dado em homenagem ao navegador italiano.

7 Utilizamos Áfricas, no plural, entendendo que, embora existam eixos culturais comuns a diversas sociedades africanas como, a ancestralidade e a tradição oral, outras tantas questões as diferenciam nos permitindo vê-las marcadas pela heterogeneidade linguística, cultural, política e econômica. Sobre esta questão, cf. MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África*. gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Angola: Mulemba, 2013; APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997; MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra...* Op. cit.; MORTARI, Cláudia; WITTMANN, Luisa. O equilíbrio de histórias: experiências no ensino de história por meio de narrativas africanas e indígenas. In: SILVA, Giovani José da; MEIRELES, Silva Marinelma Costa (org.). *A Lei 11.645/2008: uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

8 Sobre a questão da colonialidade, existe uma ampla produção do grupo latino-americano modernidade/colonialidade. Sobre essa questão, cf. MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, 2008; CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007; MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, 2016; QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. 1 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010; GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008; LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

9 Cf. MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Portugal: Antígona, 2017.

10 Cf. CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

11 CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo...* Op. cit., p. 58.

consequências desse passado em violências presentes que atingem reiteradamente seus corpos, modos de vidas e conhecimentos. O presente, nesse sentido, não é uma dimensão temporal separada do passado ou mesmo do futuro, pois tais tempos. articulados de forma visceral.

Aliás, considerando as existências de formas distintas de experienciar o tempo, o futuro não existe como horizonte de expectativa, mas de sentido, marcado profundamente pelas ancestralidades e experiências vividas, resultando na constituição de memórias ancoradas em corpos africanos, afrodiaspóricos e indígenas.¹² Suas experiências dos tempos vividos incluindo suas re-existências contemporâneas, transcendem o tempo linear e irreversível da modernidade. Estão para além de uma suposta universalidade racional eurocentrada, porém, profundamente impactada por suas bases e práticas coloniais, como nos alerta a socióloga, historiadora e feminista boliviana de origem aymara Silvia Rivera Cusicanqui:

la experiencia de la contemporaneidad nos compromete en el presente – *aka pacha* – y a su vez contiene en sí misma semillas de futuro que brotan desde el fondo del pasado – *qhip nayr uñtasis sarnaqapxañani*. El presente es escenario de pulsiones modernizadoras y a la vez arcaizantes, de estrategias preservadores del status quo y de otras que significan la revuelta y renovación del mundo: el *pachakuti*. El mundo al revés del colonialismo, volverá sobre sus pies realizándose como historia sólo si se puede derrotar a aquellos que se empeñan en conservar el pasado, con todo su lastre de privilegios malhabidos. Pero si ellos triunfan, 'ni el pasado podrá librarse de la furia del enemigo', parafraseando a Walter Benjamin.¹³

Não nos parece suficiente, portanto, que apenas se ouça os ecos dessas vozes silenciadas pela história e pela historiografia,

12 Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrado. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: Educ, 2013; MORTARI, Cláudia; GABILAN, Katarina Kristie Martins Lopes. "Concordo, claro, que uma boa arte muda as coisas": a escrita literária de Chinua Achebe e a crítica à colonialidade. *Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, n. 20, 2017.

13 CUSICANQUI, Sílvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010, p. 55.

mas propor a constituição de “uma leitura alternativa da nossa modernidade global” que instigue a produção de um conhecimento sobre, com e a partir de memórias e narrativas históricas plurais.¹⁴ Mais do que isso, é preciso, como aponta a intelectual e feminista negra estadunidense bell hooks, “construir novas teorias para nos engajar e transformar a realidade”, estando a teoria indissociável da prática social.¹⁵ Adentra-se, assim, numa busca política epistêmica por um giro decolonial, construído constantemente através da desobediência epistêmica.¹⁶ Amplia-se, portanto, o diálogo com intelectuais de diversos espaços geopolíticos que têm colocado em evidência narrativas que expressam histórias (d)e lutas de pessoas e grupos. Tal posicionamento requer, inclusive, a necessidade de:

reler a história do Ocidente fora do Ocidente, ao invés do discurso ocidental acerca da própria gênese, das suas ficções, das suas evidências por vezes desprovidas de conteúdo, das suas dissimulações, das suas astúcias e - vale a pena repetir - da sua *vontade de poder* (que, como ainda agora se sugeriu, está profundamente embutida numa estrutura de incapacidade e de ignorância).¹⁷

Nesse sentido, a decolonialidade se constrói enquanto projeto político-epistêmico plural que pressupõe a transformação da realidade e assume a produção do conhecimento situado a partir da “noção de geopolítica e corpo-política do conhecimento como crítica ao eurocentrismo e ao cientificismo”.¹⁸ Afinal, a busca pela equidade se dá através do combate de opressões resultantes de um passado-presente colonial e da valorização do conhecimento ancestral desses povos, onde reside a força e a luta pela vida, como afirma Fanon.¹⁹

14 MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaios sobre a África descolonizada*. Angola: Mulemba, 2014, p. 72.

15 hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 93.

16 Cf. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial... Op. cit.*; MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica... Op. cit.*

17 MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite... Op. cit.*, p. 74-75.

18 BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL. *Introdução... Op. cit.*, p. 11.

19 Cf. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

No entendimento da potencialidade emancipadora de histórias plurais, construídas desde lócus de enunciação diversos capazes de romper com as lógicas coloniais e a partir da interlocução com o campo dos estudos pós-coloniais, decoloniais, afrodiaspórico e indígenas, fundamentamos a proposição²⁰ do Simpósio Temático intitulado “Construir e narrar histórias indígenas, africanas e afrodiaspóricas”. Nosso objetivo era construir um espaço de compartilhamento de conhecimentos históricos alicerçados nos seguintes eixos: produção de conhecimento sobre, com e a partir do diálogo com pensamentos indígenas, africanos e da diáspora; produção e circulação de memórias contemporâneas; interseccionalidade e interculturalidade; direito de narrar, como e sobre o que narrar; suportes de memória; epistemologias e saberes outros.

Encaramos o desafio de estruturar as comunicações aprovadas sem fragmentar a discussão a partir de temáticas, pessoas, regiões ou períodos históricos específicos, dando ênfase a problemas históricos que articularam histórias indígenas, africanas e afrodiaspóricas. Afinal, há aproximações e distanciamentos entre essas histórias e narrativas que aprofundam e enriquecem a construção de conhecimento coletivo na chave do desenraizamento recíproco, conforme proposto por Mbembe:

tal desenraizamento exige a elaboração de um pensamento que seja, simultaneamente, profundamente, histórico, filosófico e ético - memória e anti-memória, militante e anti-militante, político, anti-político e poético. Anti-militante contando que a relação com o passado se converta no passeio do proprietário pelo seu jardim. Mas político, na medida em que se visa o reencontro consciente com o passado, não apenas com aquilo que temos presente, mas também mediante a existência da possibilidade da partilha e do em-comum, por mais infinitesimal que seja.²¹

Propomos, assim, três eixos, um para cada encontro: narrativas, educação e mulheres. No turno da tarde dos dias 17, 18

20 No IV Seminário Internacional História do Tempo Presente, ocorrido entre 17 e 19 de março de 2021 de forma remota, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC).

21 MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite... Op. cit.*, p. 76-77.

e 19 de março, tivemos a apresentação de vinte e uma pesquisas,²² com debate coletivo subsequente a cada quatro exposições.

As pesquisas em andamento ou concluídas no âmbito de diferentes programas de Pós-Graduação e as ações pedagógicas desenvolvidas em espaços escolares deixaram nítida a importância do combate ao epistemicídio, que segue eficaz na manutenção da hierarquização e da dominação racial. Além da desvalorização das histórias e dos conhecimentos próprios de pessoas e de grupos subalternizados, há a própria negação de que sujeitos racializados sejam portadores e produtores de conhecimento, como nos ensina a filósofa, escritora e ativista negra antirracista Sueli Carneiro.²³ A desqualificação histórica dos negros/as e indígenas, inclusive como sujeitos cognoscentes, impacta o acesso à educação de qualidade e à permanência estudantil de milhares de jovens brasileiros/as nas escolas e nas universidades. Afinal, o racismo se mantém como estrutural e estruturante de todas as relações sociais no Brasil, evidenciado no genocídio corrente das populações negras e indígenas.

Duas apresentações nos instigaram a pensar no tempo-espaço indígena. Geni Nuñez, doutoranda em Psicologia Social (UFSC) e ativista anti-colonial guarani, colocou em discussão a interseccionalidade indígena através do milho tradicional guarani, o *avaxi*. “Se a colonialidade produz modos de vida monotemáticos, monoteístas, monossexistas, da monocultura e da monogamia como forma de amar, buscamos pensar o bem viver como um terreno fértil para a multiplicidade”, afirmou a pesquisadora no resumo enviado ao evento. O milho do agronegócio que chega à nossa mesa é padronizado e transgênico, já o *avaxi* tem diversas cores, tamanhos e sabores: “nós o compreendemos como uma forma de conceber a vida que busca uma generosidade com a diferença recíproca que

22 Os textos dos trabalhos apresentados e publicados podem ser acessados: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/schedConf/presentations>. Os resumos das comunicações: https://drive.google.com/file/d/10t9r9sXLwiRtOuB_rYbdpjkoZ5fGC6Q2/view

23 Cf. CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser... Op. cit.*

compõe todos os seres”. Conforme o professor e historiador andino Gerson Meneses, é a hierarquia estabelecida entre os seres através da racionalidade moderna que consolida o racismo e o especismo.²⁴ Povos originários não se entendem como apartados dos animais e das plantas, não há separações cartesianas no modo de ser efetivamente decoloniais indígenas.

O modo de ser indígena, como dito, não concebe separação entre homem-natureza, nem vivencia o tempo de forma linear. Aprofundamos esta análise através da apresentação da pesquisa do historiador colombiano Fabián Chacón, doutorando pela UNICAMP, que teve como objetivo refletir sobre o conceito de tempo andino *pachacuti*, de origem quechua e aymara. A partir de documentação do período colonial do vice-reinado peruano, Chacón investiga o *pachacuti* e a importância dele para a explicação de fenômenos históricos do tempo presente andino, intrinsecamente ligados ao passado colonial.

O trabalho “História do Tempo Presente: relação entre mulheres negras e universos culturais na cidade de Florianópolis (SC)” proposto por Carol Lima de Carvalho, doutoranda pelo PPGH/UDESC, teceu uma relação entre o passado e presente por meio da experiência de mulheres negras e suas expectativas em torno do futuro. Assim, a autora nos convoca a refletir sobre corpos negros repletos de memórias de uma experiência traumática, como o foi a diáspora africana pelas Américas por conta da escravidão moderna, mas que não se resumem a viver tão somente o trauma, movimentam-se e assim reverberam culturas, principalmente no que tange à educação, cultura e saúde. Tal trabalho, que tomou por base de análise os depoimentos de mulheres negras, evidenciou o entrelaçar dos eixos do Simpósio Temático, ou seja, as narrativas oriundas de mulheres negras tanto na produção do pensamento, quanto da experiência vivida

24 Cf. MENESES, Gerson Galo Ledezma. Novos olhares sobre a história de Abya Yala (América Latina): a construção dos "outros", a colonialidade do ser e a relação com a natureza. In: MORTARI, Cláudia. WITTMANN, Luisa T. (org.). *Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

assentavam-se em um compromisso com a educação, dentro de um universo cultural complexo.

Adriana Maria de Souza, doutoranda junto à PUC/SP, nos possibilitou acessar discussões e elaborar reflexões em torno do lugar reservado às mulheres negras no discurso médico higienista. Ao enfatizar como se construiu a imagem da *negra maluca*, entre 1889 e 1930, por meio de fontes produzidas dentro de um hospital psiquiátrico, evidencia-se um diálogo dos tempos potente, que conecta teorias raciais, experiência negra em tempos de liberdade e estereótipos gestados. Estas conexões, que exigem o exercício de produzir história a contrapelo, apontam para a existência de um trauma que se estende para muito além do processo de escravização, e evidenciam a racialização como traço marcante da I República no Brasil.

Em profícuo diálogo com as percepções e resultados compartilhados acerca do mito da “negra maluca”, Fernanda Lucas Santiago, mestra pelo PPGH/UDESC, apresentou o trabalho intitulado “Eugênia Alves de Araújo: uma preta em Curitiba em tempos de eugenia”. A apresentação enfatizou a necessidade de observar como as narrativas sobre as mulheres negras a partir de fontes históricas trazem consigo a marca da colonialidade que incide sobre os corpos femininos. Não obstante, essas mesmas fontes, ao serem lidas e problematizadas a partir de um paradigma que busca pela ação e falas de sujeitos históricos subalternos, nos proporciona evidenciar os marcadores de raça e gênero.

Assim, articula-se tanto as contribuições teóricas advindas de um pensamento afro-diaspórico, quanto aquelas elaboradas dentro do campo de estudos do pós-abolição, tomando a base teórico-conceitual do tempo presente como elemento transversal. É importante destacar que o campo do pós-abolição tem se fortalecido nas últimas duas décadas, decorrente principalmente das discussões que emergiram de uma renovação nos estudos da escravidão, focado em compreender a ação de sujeitos negros livres, sem perder de vista o peso da estrutura social, a partir da lente da história social, sobretudo, mas não

apenas. Não obstante, há ainda muito o que se desvendar na história do Brasil acerca da experiência de liberdade negra, e um dos marcadores que ainda carece de pesquisas sistemáticas em maior monta é o gênero.²⁵ Os exemplos aqui elencados na referência às pesquisas de Fernanda Lucas Santiago e Adriana Maria de Souza dialogam diretamente com essas questões e apresentam contribuições fundamentais, tendo em vista centrarem suas análises nas mulheres negras.

Faz-se fundamental destacar o aporte teórico e historiográfico advindo do pensamento de Maria Beatriz Nascimento. Mulher negra, ativista e historiadora, cuja produção, ainda em fins dos anos 1970, enfatizava que pessoas negras estavam na posição de sujeitos da história. Percepção evidenciada por meio de seus estudos, inclusive aqueles posteriores, desenvolvidos até seu trágico assassinato em 1995. A historiadora destacava a necessidade de que a história do Brasil fosse contada também a partir de territórios e culturas negras, entendendo os corpos negros como enunciadore de conhecimento. Maria Beatriz Nascimento, atualmente, é entendida como parte daquilo que é definido como pensamento afrodiaspórico e assim como informou trabalhos apresentados ao longo do Simpósio Temático, também foi tema da discussão proposta por Rodrigo Ferreira dos Reis, doutorando PPGH/UDESC.²⁶

Em “Beatriz Nascimento e a narrativa sobre o mito de origem de Zumbi dos Palmares”, o historiador nos convoca a percebermos a potência que eclode do pensamento da referida autora, que rompe radicalmente com o paradigma do negro enquanto problema de pesquisa, e tece elaborações destacando os campos que informaram o pensamento de Beatriz, que nos auxiliam a observar a potência de, a partir da problemática do mito, compreendermos o que há de

25 Cf. RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004; SILVA, Júlio Cláudio da; FARIAS, Cláudia Maria de; SILVA, Fernanda Oliveira da. História de mulheres negras no Pós-Abolição. *Revista Canoa do Tempo*, v. 11, n. 2, p. 1-5, 2019.

26 Cf. ERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL. Introdução... *Op. cit.*

coletivo nisso, enfatizando aquilo que é possível observar por meio dos quilombos e da sua obra audiovisual *Ôri* (1989).

Das marcas do pensamento de Beatriz Nascimento e sua tecitura em prol de narrativas emancipadoras nos aproximamos de formas plurais de conceber e evidenciar epistemes, como nos apresentou Tathiana Cristina da Silva Anizio Cassiano, doutoranda do PPGH/UDESC, em “Epistemologias outras: a narrativa literária pós colonial como fonte de evidência histórica no ensino de História de África”, pesquisa resultante de sua dissertação de mestrado defendida no Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória-UDESC). O título do trabalho destaca a transgressão que permeia uma concepção coletiva, que eclode de espaços que não o europeu e que são basilares para a concepção de educação no que tange ao ensino de História da África. Ao elaborar um ebook ilustrado a partir da literatura da escritora de nigeriana de origem igbo, de Flora Nwapa, visibiliza vivências de mulheres africanas pós-independência na Nigéria através de uma fonte histórica literária.

E, ainda refletindo sobre narrativas, mas conectando com mulheres negras e educação, o trabalho “O passado que não passa: a literatura de Scholastique Mukasonga ecoando memórias de mulheres tutsis”, da doutoranda pela UDESC Siméia de Mello Araújo, finaliza aqui nossa descrição acerca das conexões de pensamento e episteme advindas de corpos femininos negros e que nos permitem retomar à percepção de tempo, reportado ao início deste texto. Aliás, como nos lembra Ana Mafalda Leite, as estratégias discursivas e performativas das literaturas africanas frustram a visão colonial e se constituem como forma de resistência às ideologias colonialistas.²⁷

Nesse sentido, a proposição de alternativas para o chamado renascimento africano encontra ressonância na constituição das narrativas fílmicas e sonoras, entendidas aqui enquanto suportes de memórias.²⁸ A apresentação da comunicação de

27 LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 130.

28 Cf. ANTONACCI, Maria Antonieta. *Decolonialidade de corpos e saberes... Op. cit.*

Adriano Denovac, doutorando do PPGH/UDESC, intitulada “Afro-modernismo, Cinema e Antônio Pitanga: uma narrativa negra”, nos permitiu pensar na constituição de narrativas sobre as populações negras e o racismo no Brasil, a partir da trajetória de vida de Antônio Pitanga, centrada principalmente em alguns filmes importantes de sua carreira. Por sua vez, o mestre pelo PPGH/UDESC, Vinícius Pinto Gomes, no trabalho “Olhares Emancipatórios: a descolonização nos filme *Emitai* e *Camp de Thiaroye* de Sembène Ousmane (1960-1980, Senegal)”, abordou a constituição do chamado cinema político africano e os sentidos de emancipação em diálogo não somente com o próprio diretor, mas, também com intelectuais africanos na chave do entendimento de constituição de um pensamento afro-moderno.²⁹ Essa perspectiva também é abordada no trabalho “*Se a polícia é violenta, respondemos com violência*”: manifestações populares em Maputo narradas na música Povo no Poder” do rapper Azagaia, apresentado por Emílio Ranieri Migliorini, mestrando do PPGH/UDESC. A proposta está pautada na perspectiva de considerar a música como uma narrativa que, além de se constituir a partir da experiência social, contribui para a crítica a diferentes conjunturas históricas.

Nesse giro por terras africanas, com base na tradição oral, Domingos Mula Cá Júnior, mestrando do PPGH/UFRGS, nos levou à uma viagem pela Costa Ocidental Africana, especificamente Guiné Bissau, apresentando uma proposta de pesquisa que objetiva compreender como pessoas pertencentes aos grupos Fulas e Mandingas incorporam as práticas do islã através dos seus costumes e tradições locais.

Em busca de uma educação para as relações étnico-raciais que combata opressões, conhecemos e discutimos trabalhos acadêmicos e docentes comprometidos com propostas antirracistas nas escolas e universidades. Os trabalhos estão voltados ao ensino de História e à valorização de narrativas históricas plurais na aprendizagem escolar para a implementação

29 Cf. MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite...* Op. cit.

adequada das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e suas diretrizes correspondentes.³⁰

Kerollainy Rosa Schütz refletiu sobre o campo do ensino da história indígena após a promulgação da Lei nº 11.645 em 2008 e alguns dos caminhos possíveis de diálogo intercultural entre saberes não-indígenas e indígenas. Para a construção de ações pedagógicas e de conhecimento coletivo que abarque saberes diversos, é importante perceber e fazer a crítica das narrativas hegemônicas acerca da história indígena, além evidentemente de visibilizar contra-narrativas. Nesse sentido, o trabalho de Pedro Henrique Batistella analisa as Comemorações dos 500 anos do Brasil, com enfoque em como o passado foi mobilizado pelos povos indígenas, por exemplo, na Conferência Nacional Indígena. Protestos e narrativas diversas contestaram os mitos nacionais da democracia racial como parte da luta de afirmação da identidade indígena e do reconhecimento de sua agência histórica. Clarice Emhke Gayo apresentou um site educativo que elaborou, para o Ensino Fundamental, o objetivo de estudar história a partir de narrativas de mulheres indígenas Laklãnō-Xokleng que vivem em contextos urbanos. Portanto, que vivem uma tripla invisibilização por serem indígenas, mulheres e moradoras de cidades (vale dizer que elas têm uma conexão profunda e uma

30 A Lei nº 10.639/03 torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, ampliada pela Lei nº 11.645/08, que incluiu a temática indígena. Na esteira destas leis federais, surgiram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de 2004, o Plano Nacional para implementação dessas diretrizes e as Diretrizes Operacionais para a Implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Vale destacar também a Lei nº 12.711/2012, mais conhecida como Lei de Cotas Raciais, que garante que as vagas nas universidades correspondam, ao menos, o mínimo de pessoas autodeclaradas negras em cada região do País, e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que pretende igualar a escolaridade média entre negros e não negros. Cf. BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Brasília: Poder Legislativo, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 abr. 2022. *Idem*. *Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008*. Brasília: Poder Legislativo, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 28 abr. 2022. *Idem*. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Brasília: Poder Legislativo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.

vivência frequente na Terra Indígena de seu povo). O trabalho combate, ao mesmo tempo, estereótipos acerca do ser indígena contemporâneo e a memória exclusivamente europeia do chamado “Vale Europeu” catarinense, tendo mulheres indígenas como protagonistas de suas histórias.

As docentes da Escola Sarapiquá, em Florianópolis, Débora Mendes Bregue Daniel e Karina de Paula Silva, apresentaram o projeto desenvolvido intitulado “Conexões África”, realizado com a turma do sétimo ano por meio da ação interdisciplinar que resultou na construção de um mapa bordado em tecido, centrado no Atlântico Sul, trazendo diversas referências aos povos e cultura africanos e afro-brasileiros em suas conexões. Daniela de Campos, docente do IFRGS, em sua comunicação intitulada “Diálogos entre História & Literatura: compreendendo os processos de independência de Angola e Moçambique por meio das obras de Pepetela e Paulina Chiziane”, compartilhou a experiência vinculada ao desenvolvimento de projeto de pesquisa desenvolvido no ensino técnico, articulando história e literatura. A escolha dos autores foi pautada no fato de que ambos foram combatentes nas lutas por independência e, dessa forma, suas escritas literárias podem ser entendidas enquanto testemunho histórico.

A promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 é fruto de uma longa trajetória histórica das lutas dos movimentos negros no Brasil e demandou a construção de práticas pedagógicas e produção de materiais didáticos que contribuíssem para sua efetiva implementação.³¹ É a memória das lutas do Movimento Negro e os processos de elaboração, aprovação e implementação de políticas educacionais para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na rede municipal de Florianópolis, que a doutoranda pelo PPGH/UDESC e docente da rede municipal de Ensino de Florianópolis, Carina Santiago dos Santos, apresentou em sua comunicação intitulada

31 Cf. BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003... Op. cit.*

“Movimento Negro e política educacional para a diversidade racial: caminhos na Rede Municipal de Florianópolis”. Em suas considerações, defendeu a perspectiva da necessidade do aumento da representatividade negra e do protagonismo das mulheres negras na formulação e na implementação de políticas educacionais para a diversidade étnicorracial. Por sua vez, a doutoranda Maíra Pires Andrade, da PUC/SP, nos apresentou o trabalho “Práticas pedagógicas antirracista: Possibilidades e emergências a partir das práticas do Prêmio Educar para Igualdade Racial (CEERT)”, cuja primeira edição ocorreu em 2002, antes da implementação da lei, e a última, em 2015. O resultado da iniciativa é a constituição de um acervo que reúne mais de 2300 práticas pedagógicas que evidenciam as ações concretas para a efetivação da lei nos espaços escolares que se constituem como possibilidades de descentramento das narrativas eurocêntricas e o estabelecimento de práticas decoloniais de ensino.

Nesse sentido, é fundamental que haja cada vez mais pesquisas que versem sobre temas e contextos específicos ao longo da História do Brasil, compreendendo finalmente as ações indígenas e afro-diaspóricas em nossa história. Enio Sebastião Cardoso de Oliveira, por exemplo, deu enfoque à presença e resistência dos Puri no Sul do estado do Rio de Janeiro, povo indígena que mantém sua identidade, apesar do discurso hegemônico oficial de uma suposta extinção do grupo. Amanda Gabriela Rocha Oliveira, por sua vez, analisou as ações da ditadura militar frente aos indígenas a partir, sobretudo, de entrevistas com indígenas Kaingang, acionando os conceitos da colonialidade e necropolítica de, respectivamente, Aníbal Quijano e Achille Mbembe.

Evidentemente a forma como expusemos os trabalhos aqui passa por uma organização da narrativa, isto é parte do processo de redação. No entanto, os pontos aqui encadeados só foram possíveis, pois as pesquisas demonstraram tamanha conexão e

foram explícitas no que tange à importância das contra narrativas que também concebem-se como narrativas fundamentais em prol da demonstração e convocação da simultaneidade que se faz presente nas experiências de histórias plurais, advindas de corpos negros e indígenas e em diálogo com o pensamento que também eclode dessa experiência.

Há de se enfatizar, por fim, e não menos importante, que muitas são as pessoas que estão propondo leituras outras em torno do tempo presente, possível principalmente porque não se cansaram de fazer da escrita da história um campo de disputa fundamental que deve contemplar a pluralidade de sujeitos e sujeitas. Como compartilhado no simpósio, finalizamos com a convocação epistêmica de Oliveira Silveira, poeta afrogaúcho, em *O Muro*:

'eu bato contra o muro
duro
esfalo minhas mãos no muro
tento longe o salto e pulo
dou nas paredes do muro
duro
não desisto de forçá-lo
hei de encontrar um furo
por onde ultrapassá-lo.³²

Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrado. In: ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: Educ, 2013.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;

32 Cf. SILVEIRA, Oliveira. O Muro. In: COLIMA, Paulo (org.). *Antologia Contemporânea da Poesia Negra Brasileira*. São Paulo: Global, 1982.

- GROSFOGUEL (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 11.
- BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Serra: Milfontes, 2018.
- BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Brasília: Poder Legislativo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Brasília: Poder Legislativo, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008*. Brasília: Poder Legislativo, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 28 abr. 2022.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- CUSICANQUI, Sílvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- ELLISON, Ralph. *O homem invisível*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 75-97, 2016.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. Novos olhares sobre a história de Abya Yala (América Latina): a construção dos "outros", a colonialidade do ser e a relação com a natureza. In: MORTARI, Cláudia. WITTMANN, Luisa T. (org.). *Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Portugal: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaios sobre a África descolonizada*. Angola: Mulemba, 2014, p. 72.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008.

MORTARI, Cláudia; GABILAN, Katarina Kristie Martins Lopes. "Concordo, claro, que uma boa arte muda as coisas": a escrita literária de Chinua Achebe e a crítica à colonialidade. *Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora African*, n. 20, p. 56-73, 2017.

MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África. gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Angola: Mulemba, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. 1 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

SILVA, Júlio Cláudio da; FARIAS, Cláudia Maria de; SILVA, Fernanda Oliveira da. História de mulheres negras no Pós-Abolição. *Revista Canoa do Tempo*, v. 11, n. 2, p. 1-5, 2019.

SILVEIRA, Oliveira. O Muro. In: COLIMA, Paulo (org.). *Antologia Contemporânea da Poesia Negra Brasileira*. São Paulo: Global, 1982.

MORTARI, Cláudia; WITTMANN, Luisa. O equilíbrio de histórias: experiências no ensino de história por meio de narrativas africanas e indígenas. In: SILVA, Giovani José da; MEIRELES, Silva Marinelma Costa (org.). *A Lei 11.645/2008: uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

Autoras(es)

Ana María Sosa González

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2011). Atualmente é professora visitante estrangeira no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, desenvolvendo o projeto de pesquisa “Memória, identidade e Patrimônio Industrial: Memórias dos lugares de produção de Pelotas e Rio Grande”. É professora colaboradora da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), sede Uruguai, nos Mestrados de Políticas Públicas y Género e Educación, Sociedad y Política, atua também na Especialização em História da Arte e Patrimônio do Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH), Uruguai. Tem experiência em estudos migratórios e comunitários, e em memória e patrimônio, trabalhando interdisciplinariamente em Antropologia, Psicologia Social e Ciência Política.

Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite

Doutor em História, área de concentração Teoria da História, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2017), é membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Teóricos (NIET) e do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS) da Universidade do Espírito Santo (UFES). Editor-executivo da Revista de Teoria da História (UFG). Atua em Teoria e Filosofia da História, História das Ideias e dos Conceitos, Estudos

Europeus e Interculturais. Tem interesse em estudos com foco em ontologia (existência do passado), epistemologia (representação do passado), metafísica (realidade do passado), teorias da linguagem e tradução, hermenêutica e fenomenologia (ideia de tempo), historiografia moderna (o problema do historicismo), Shoah (memória e história), filosofia antiga (grega), filosofia brasileira, pensamento japonês (Escola de Kyoto), pensamento judaico e árabe. É membro da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e faz parte da *International Network for Theory of History* (INTH).

Carlos Eduardo Pereira de Oliveira

Tem mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2018), atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UDESC), na linha de pesquisa Linguagens e Identificações, e vinculado ao Laboratório de Imagem e Som (LIS/UDESC). Editor de seção no portal A Música De: História Pública da música do Brasil. Tem experiência na área de história, com ênfase em História do Tempo Presente e História do Brasil Contemporâneo, atuando principalmente nos seguintes temas: história da música brasileira, produção audiovisual, performance, representações, consumo, juventude e meios de comunicação.

Carolina Wanderley Van Parys de Wit

Mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC, 2021), na linha de pesquisa Políticas de Memória e Narrativas Históricas. Atualmente, é vinculada ao Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac) e vice-coordenadora do Projeto Arquivos Marginais. Tem experiência na área de História, com ênfase em história do crime e punições, prisões, mulheres e trabalho.

Caroline Jaques Cubas

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2014), Professora associada do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Atua no Programa de Pós-Graduação em História e Mestrado Profissional em Ensino de História na mesma universidade. Pesquisadora dos grupos de pesquisa: “Ensino de História, memória e culturas” (CNPQ/UDESC) e “Memória e Identidade” (CNPQ/UDESC). Tem interesses voltados prioritariamente à Educação, ao Ensino de História e à História das Religiões e Religiosidades no Tempo Presente.

Cláudia Mortari

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, 2007). É professora associada de História da África do Curso de Graduação em História e docente nos programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e em Ensino de História (ProffHistória) da Universidade do Estado de Santa Catarina, nas linhas de pesquisa Políticas de Memória e Narrativas Históricas e Saberes Históricos no Espaço Escolar, respectivamente. Atualmente, é vice-coordenadora do Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais - AYA, do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED/UDESC) e coordena os projetos de extensão e pesquisa no campo dos Estudos Africanos. Atua principalmente nos seguintes temas: história de África, literaturas africanas pós-coloniais, ensino de história de África e diáspora africana.

Dóris Bittencourt Almeida

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (/UFRGS, 2007). Professora associada II de História da Educação da Faculdade de Educação, atuando e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Editora da Revista História da Educação/ASPHE. Bolsista Produtividade em Pesquisa/CNPq/Nível 2. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq

GARPE – Arquivos pessoais, patrimônio e educação. Vice-líder do Grupo de pesquisa/CNPq, EBRAMIC – Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar. Membro da Comissão de Pós-Graduação do PPGEDU/ UFRGS (2017). Tem experiência nas áreas de História da Educação e Ensino de História. Pesquisa os seguintes temas relacionados à História da Educação: arquivos pessoais e ego-documentos, percursos docentes, história da cultura escrita, cultura escolar, história de instituições educativas, imprensa de educação e de ensino.

Emerson César de Campos

Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2003). Professor Titular do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e do Mestrado Profissional em Ensino de História. Atua junto aos temas: História do Tempo Presente; Culturas Políticas, Cidades; Migrações; Estados Unidos; História em Quadrinhos; História e Humor; História e Literatura.

Fernanda Oliveira da Silva

Doutora em História pela História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2017). Professora adjunta do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora convidada do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Atua no GT Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História e da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros. Cofundadora do Grupo de Estudos Atinuké – Sobre o Pensamento de Mulheres Negras. Compõe os grupos de pesquisa Identidades étnicas e racismo (UFRGS), Mundos do Trabalho e o Pós-Abolição (UFRRJ), Histórias das Afro-Américas e de afro-americanos/as (Unilab).

Humberto da Silva Miranda

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014). Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRPE e do Programa Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/Fundaj). Coordena o Laboratório de História das Infâncias do Nordeste, atua como diretor do Instituto Menino Miguel/UFRPE e é vice-coordenador do GT Nacional História da Infância e da Juventud–Anpuh Brasil.

Igor Lemos Moreira

Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2019). É doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC), na linha de pesquisa Linguagens e Identificações. É integrante do Laboratório de Imagem e Som (LIS/UDESC), do GT de História e Arte (ANPUH/SC), do Núcleo de Estudos de Exílio e Migração da Universidade Federal de Minas Gerais (NEEM-UFMG). Atua principalmente nos seguintes temas: Relações e trânsitos entre Estados Unidos e Caribe; Biografias e Trajetórias Artísticas; Exílios; Representações; História das Expressões Artísticas; História de Cuba e identidades cubanas: Música Pop; Música Latino-americana; Audiovisual e Canção; História Pública e História do Tempo Presente

Janice Gonçalves

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP, 2006). Desde 2001, é professora efetiva da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, vinculada ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História. Integra também o Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac/UDESC). Tem experiência na área do patrimônio cultural, lidando, sobretudo

com temas voltados para arquivos, museus, patrimônio edificado, patrimônio imaterial e constituição do campo patrimonial no Brasil e na América Latina. Também realizou estudos sobre historiografia em Santa Catarina.

Kelly Caroline Noll da Silva

Mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2020). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição, na linha de pesquisa Linguagens e Identificações. É vinculada ao Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC), e tem experiência na área de História, com ênfase em História do Tempo Presente, das religiões e religiosidades e das juventudes.

Leonardo de Oliveira Conedera

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2017). Atua como bolsista PNPd-Capes no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Suas pesquisas na área de História tem como ênfase História do Brasil República, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: imigração italiana, migração urbana, memória e identidade e História Oral, Migração no Tempo Presente.

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2008). Professora adjunta do departamento e da Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro). Coordena o GT Estudos de Gênero, da Associação Nacional de História (ANPUH) no Paraná (2020-2022) e o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (Cieg), da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Paraná. É líder do Grupo de Pesquisa do CNPq: Corpo e Gênero na História. Faz

parte do Comitê de Ética em Pesquisa da Unicentro desde 2018. Pesquisa e orienta na área de dietas globais no Brasil, gênero, corpos e ambiente na História do Tempo Presente.

Luciana Rossato

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2005). Professora adjunta no Departamento de História, atuando como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH UDESC (mestrado e doutorado) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória em Rede) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Desenvolve pesquisas em Ensino de História e História do Tempo Presente, com ênfase em imprensa e juventudes. Coordenadora do PIBID História na UDESC. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Ensino de História, memória e culturas (CNPq/UDESC), vinculado ao Laboratório de Ensino de História (LEH/UDESC)

Luisa Tombini Wittmann

Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2005). Professora associada do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em História (PPGH e ProfHistória) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente coordena o Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais (AYA-FAED-UDESC) e o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória-UDESC), além de projetos de extensão e de pesquisa no campo da História Indígena. Atua principalmente nos seguintes temas: ensino de história indígena, história do Brasil indígena, missões jesuíticas, história Laklãnō-Xokleng e cinema indígena.

Marcelo de Mello Rangel

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2011), doutorado em Filosofia pela

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2015). É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UFOP) e em Filosofia (POSDEFIL-UFOP) e pesquisador do CNPq (bolsista de produtividade). Trabalha com teoria e história da historiografia, filosofia contemporânea, literatura brasileira, pensamento brasileiro e ensinos de história e filosofia. Integra a Comissão Permanente de Planejamento do PPGHIS e coordena o Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política (GHEP-UFOP) e o GT Alteridade e Desconstrução da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, ANPOF.

Maria Teresa Santos Cunha

Doutora em Educação/História pela Universidade de São Paulo (USP, 1995). Professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC e Bolsista Produtividade em Pesquisa/CNPq/Nível 1-D. Associada ANPed (1989), ANPUH (1980), SBHE (2000), ALB (1999), ASPHE/RS (2004), Associação Brasileira de (Auto) Biografia/Biograph (2009). Sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHG/SC) e sócia fundadora da Sociedade Brasileira de História da Educação. Membro do corpo editorial das seguintes publicações: Cadernos de História da Educação (UFU/MG) Rev. Estudos Feministas/REF (UFSC), História da Educação (UFPe/ASPHE/RS), Revista Conjectura/ UCS/RS, Revista Educação e Contemporaneidade (UNEB/BA). Consultora *ad hoc* da FAPESC/SC. FAPERJ/UERJ-RJ, FAPERGS/RS, CAPES, CNPq. FAPESPA/PA, Fundação ARAUCÁRIA/PR. Foi coordenadora nacional do GT História da Educação/ANPed/ Out. 2009 – 2011; Integrante titular do Conselho Interdisciplinar de Pesquisa e Editoração (CIPE) da Fundação Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura (2011-2013). Participante da Red Iberoamericana para la Investigación y la Difusión del Patrimonio Histórico-Educativo (RIDPHE). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Cultura Escrita e História do Tempo Presente, atuando nas

seguintes áreas: história da leitura e da cultura escrita, história da educação, arquivos pessoais, patrimônio cultural.

Mariana Joffily

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP, 2008) e Bolsista Produtividade em Pesquisa, nível 2. Atua como professora de História das Américas na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e como professora permanente no Programa de Pós Graduação em História pela mesma universidade. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Memória e identidade (CNPq/UDESC), vinculada ao Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC/UDESC) e vice-líder do Grupo de Pesquisa Instituto de Memória e Direitos Humanos (CNPq/UFSC), tem experiência em pesquisa na área de História Contemporânea, com ênfase em História do Brasil e das Américas. Pesquisa principalmente os seguintes temas, relacionados à História do Tempo Presente: ditaduras no Cone Sul, repressão política, tortura, transição democrática.

Mariana Mastrángelo

Doutora em História pela Universidad de Buenos Aires (UBA) e professora no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA. É investigadora do Programa de História Oral da UBA. Faz parte da Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales (CLACSO). Sua especialidade é história social argentina contemporânea, em particular, o estudo da cultura operária no interior da Argentina.

Mateus Gamba Torres

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2014). Professor adjunto nível IV da Universidade de Brasília (UNB) com lotação no Departamento de História da Universidade de Brasília – (UNB). Professor do Programa de Pós-

Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UNB). Atua como coordenador de extensão do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (ICH-UNB). Desenvolve pesquisas referentes à História do Brasil, principalmente na abordagem da ditadura militar brasileira (1964-1985), trabalhando com uma história do judiciário civil e militar no período, utilizando como fontes principais processos judiciais

Nashla Dahás

Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2015). Professora colaboradora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Possui experiência em salas de aula do Ensino Superior e na área de pesquisa, tendo trabalhado com produção de material didático, produção e edição de artigos de divulgação em História e Ciências Humanas de maneira geral. É coeditora do site de divulgação histórica historiadaditadura.com.br e revisora da Editora Raiz Educação (RJ). Dedicar-se ao campo da História Contemporânea com destaque para a relação entre história, pensamento político e memória dos golpes, ditaduras e transições na América Latina.

Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2005). É professora no curso de História, no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Coordena o Laboratório de Ensino de História (LEH). Desenvolve seus trabalhos junto ao Grupo de Pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas, onde investiga questões relativas ao ensino de História, ao aprendizado histórico e à formação docente. Orienta trabalhos no PPGH e no ProfHistória com enfoque em ensino de história, história das mulheres e relações de gênero.

Reinaldo Lindolfo Lohn

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2002) e bolsista produtividade nível 2. Professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina, onde atua no Departamento de História, tanto no curso de graduação em História, quanto no Programa de Pós-Graduação em História, em nível de Mestrado e Doutorado, com área de concentração em História do Tempo Presente. Atua ainda no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória) e é um dos editores da revista *Tempo & Argumento*, voltada para a História do Tempo Presente. É coordenador do Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC) e desenvolve investigações voltadas para a temática da transição política no Brasil, envolvendo autoritarismo, cultura política e democratização. Tem experiência nos seguintes temas: história política, ditadura militar, redemocratização, culturas urbanas, culturas políticas e História do Tempo Presente.

Ricardo Santhiago

Doutor em História Social (USP, 2013). É professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde coordena o Centro de Memória Urbana (CMUrb) e o Amabile – Arquivo da Memória Artística Brasileira. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). É vice-presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e editor da revista *História Oral*, no biênio 2020-2022. É também membro fundador e integrante da coordenação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), membro da Coordenadoria de História Pública da Associação Nacional de História (ANPUH) e membro do Comitê Internacional da Oral History Association (OHA). Integrou o comitê editorial que instituiu a revista *International Public History (IPH)* e participa do conselho editorial da série “Public History in International Perspective”, da editora De Gruyter, bem como de outras revistas e séries. Seu trabalho interdisciplinar concentra-se nas áreas de

história pública e história oral, comunicações e artes, teoria e metodologia de pesquisa.

Rogério Rosa Rodrigues


Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008). Está vinculado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) como professor na Graduação, credenciado como docente no ProfHistória e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em História do Tempo Presente (2020-2023). Foi presidente da ANPUH-SC (2018-2020) e atualmente faz parte da equipe editorial da seção Fontes da Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Em sua trajetória acadêmica, tem se dedicado a pesquisar e estimular a investigação científica em assuntos relacionados à história das insurgências e aos conflitos sociais da Primeira República no Brasil, a relação entre história, literatura e imagens, história da historiografia, História do Tempo Presente e história pública.

Silvia Maria Fávero Arend

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2005) e bolsista produtividade nível 2. É professora do curso de Graduação em História e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É coordenadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF) e membro do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). É editora da Revista Tempo & Argumento do PPGH-UDESC (<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo>). Membro do corpo editorial da Revista Estudos Feministas e da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Orienta trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado nas seguintes áreas: história da infância e juventude, história da família e história das relações de gênero.

Viviane Borges

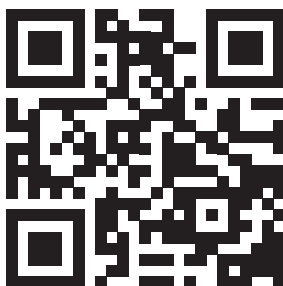
Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2010) e bolsista produtividade nível 2. Professora associada da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), membro do Laboratório de Patrimônio Cultural (LabPac/UDESC), coordenadora do Projeto Arquivos Marginais, atuando no curso de graduação em História e como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC e no Mestrado Profissional em História – ProfHistória. Desenvolve investigações sobre os seguintes temas: história das práticas e das experiências institucionais de confinamento/internamento, biografia e sujeitos marginalizados, história pública, preservação do patrimônio cultural, em especial os patrimônios difíceis e o patrimônio prisional.

 (27) 3376-0363

 facebook.com/EditoraMilfontes

 @editoramilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



M I L F O N T E S